



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

REPERTÓRIO OCUPACIONAL INFANTIL: OPRESSÕES, RESISTÊNCIAS E AS MARCAS DA DESIGUALDADE SOCIAL

CARINA SOUSA ELIAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar (PPGTO), como parte das exigências para obtenção do título de doutora em Terapia Ocupacional.

Linha de pesquisa: Promoção do Desenvolvimento Humano nos Contextos da Vida Diária.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Carla de Souza Della Barba

SÃO CARLOS/ SP

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Carina Sousa Elias, realizada em 26/06/2025.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Patrícia Carla de Souza Della Barba (UFSCar)

Profa. Dra. Cristiane Miryam Drumond de Brito (UFMG)

Profa. Dra. Regina Helena Vitale Torkomian Joaquim (UFSCar)

Profa. Dra. Marina Di Napoli Pastore (ISCISA)

Profa. Dra. Débora Ribeiro da Silva Campos Folha (UEPA)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e meu amado sobrinho Felipe por toda a paciência e incentivo para que eu seguisse o meu percurso pelos caminhos da pesquisa.

Às gestoras da Fundação Municipal Anne Sullivan, por terem concedido um espaço possível para a trajetória acadêmica, em conjunto com o trabalho como terapeuta ocupacional realizado na instituição, e ao apoio dos colegas na indicação de participantes para esta pesquisa.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Patrícia Carla de S. Della Barba, por me guiar e me mostrar os caminhos possíveis em cada etapa da pesquisa, meus sinceros agradecimentos. Obrigada pelo incentivo para que eu pudesse buscar conhecimentos dentro daquilo que eu acredito. A Terapia Ocupacional é o lugar para as teorias e práticas transformadoras.

Aos meus queridos amigos, à Fernanda de C. Ribeiro e ao meu companheiro de vida Wiliam A. Barreto, por todo o apoio, companheirismo e sagacidade e, sobretudo, por terem me dado um lugar onde eu podia apenas ser.

À Flavia Coelho, Júlia A. Gorla e Ana Cláudia M. Betti, que com as suas expertises, aceitaram o convite e contribuíram como juízas na análise da entrevista elaborada para esta pesquisa. À Fabiana, pelo excelente trabalho de transcrição das entrevistas, auxiliando no andamento da pesquisa. Ao Alexandre Maiorano, pela contribuição nas análises estatísticas.

À minha terapeuta, todo o meu reconhecimento e agradecimento por me ouvir com afeto em diversos momentos do Mestrado e do Doutorado, me apoiando com delicadeza e firmeza neste percurso, e ficando por perto enquanto eu caminhava por algumas estradas áridas.

À cada criança que participou da investigação, pela disponibilidade, paciência e curiosidade em responder as perguntas, me recebendo em suas casas. É como receber um abraço das infâncias que existem em cada lugar. Aos familiares participantes da pesquisa, por colaborarem concedendo seu tempo e suas reflexões para compor este estudo, as quais foram trabalhadas de forma cuidadosa, dispondo-se a contribuírem com as suas percepções sobre as infâncias dentro dos mais diversos contextos de vida. Que a sociedade possa caminhar por trajetórias de vidas mais coletivas, para construir um lugar onde haja espaço e dignidade para todos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar, às docentes e aos colegas, por serem um alicerce para a produção de conhecimentos e de afetos tão significativos.

À Banca composta pelas docentes Prof.^a Cristiane Miryam Drumond de Brito, Prof.^a Marina Di Napoli Pastore, Prof.^a Débora Ribeiro da S. Campos Folha, Profa. Mirela de Oliveira Figueiredo e Prof.^a Regina Helena V. T. Joaquim, pela análise cuidadosa e criteriosa dos conhecimentos apresentados, auxiliando-me na condução da pesquisa para lugares mais amplos. Às suplentes Prof.^a Maria Fernanda Barbosa Cid, Prof.^a Luzia Lara Pfeifer e Prof.^a Joana Rostirolla.

Às Secretarias de Saúde de São Caetano do Sul/SP e de Santo André/SP, e à Fundação Municipal Anne Sullivan/SP, pela colaboração e parceria que possibilitaram a realização desta pesquisa. O papel e a atuação de cada gestor e dos Agentes Comunitários de Saúde das equipes foram fundamentais para acessar as histórias de vida que compuseram esta pesquisa.

À CAPES, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



Epígrafe

Quanto de resistência há num
sorriso de uma criança?
(Gobbi, 2019)

RESUMO

As ocupações estruturam o cotidiano, conferem significado à vida e moldam a trajetória de indivíduos e coletivos, exercendo um papel fundamental na dinâmica dos processos sociais, econômicos e políticos. Considerando o impacto da desigualdade social na infância e nas oportunidades ocupacionais, este estudo investigou como a condição socioeconômica influencia na construção do repertório ocupacional de crianças, mapeando as oportunidades ocupacionais em contextos de maior e de menor privilégio socioeconômico a partir do relato das crianças, e compreendendo a percepção dos cuidadores sobre como o contexto molda as experiências infantis. A pesquisa exploratória de abordagem quantiquantitativa envolveu 35 famílias de São Caetano do Sul/SP e Santo André/SP. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas e o *Checklist Intersetorial de Detecção de Risco ao Desenvolvimento Infantil (CIDRDI)* com os cuidadores, e o *Paediatric Activity Card Sort (PACS)* com crianças de 5 a 14 anos. Os dados foram analisados por estatística descritiva do CIDRDI, estatística inferencial do PACS e por Análise Temática das entrevistas. Os resultados do PACS não indicaram diferenças significativas no perfil ocupacional entre os grupos, e a maioria das crianças apresentou "baixo risco" ao desenvolvimento no CIDRDI. Contudo, a análise temática das entrevistas revelou cinco temas cruciais que permeiam a pluralidade de infâncias do estudo e atravessam as ocupações infantis: (01) as políticas públicas para a infância; (02) as áreas de ocupação urbana como possibilidade de acesso à moradia; (03) o Programa Bolsa Família: entre a subsistência e a subjugação na trama capitalista; (04) as nuances da presença do crime organizado como parte dos espaços das infâncias, (05) entre barreiras e possibilidades: interseccionalidade nas dinâmicas ocupacionais infantis; e culminam com o Bem Viver como um novo sentido para as infâncias e para as ocupações humanas. Por fim, destaca-se que a produção teórica e as interpretações tecidas nesta pesquisa a partir das narrativas de vida dos participantes tiveram como propósito compreender em que medida as oportunidades ocupacionais estão presentes em infâncias tão plurais. O estudo reafirma que aspectos como a privação alimentar, a precariedade habitacional, as dificuldades no acesso às políticas públicas, a violência das organizações criminosas, a omissão do Estado, e outros fatores ligados à interseccionalidade que resultam em opressões e exclusão, atingem mais diretamente pessoas em situação de vulnerabilidade social, negando a autonomia em suas escolhas e oportunidades ocupacionais e perpetuando o apartheid ocupacional. E que o Bem Viver emerge como uma alternativa viável para que as crianças tenham oportunidades significativas para a construção do seu repertório ocupacional.

Palavras-chaves: repertório ocupacional infantil; desigualdade social; opressões; Terapia Ocupacional.

ABSTRACT

Occupations structure daily life, give meaning to life, and shape the trajectory of individuals and groups, playing a fundamental role in the dynamics of social, economic, and political processes. Considering the impact of social inequality on childhood and occupational opportunities, this study investigated how socioeconomic condition influences the construction of children's occupational repertoires, mapping occupational opportunities in contexts of greater and lesser socioeconomic privilege based on children's reports, and understanding caregivers' perceptions of how the context shapes children's experiences. The exploratory research with a quantitative and qualitative approach involved 35 families from São Caetano do Sul/SP and Santo André/SP. Semi-structured interviews and *Checklist Intersectorial de Detecção de Risco ao Desenvolvimento Infantil (CIDRDI)* were applied to caregivers, and the *Paediatric Activity Card Sort (PACS)* to children aged 5 to 14. Data were analyzed using descriptive statistics from CIDRDI, inferential statistics from PACS, and Thematic Analysis of the interviews. The results of the PACS did not indicate significant differences in the occupational profile between the groups, and most children presented "low risk" for development in CIDRDI. However, the thematic analysis of the interviews revealed five crucial themes that permeate the plurality of childhoods of the study and cross children's occupations: (01) public policies for childhood; (02) areas of urban occupation as a possibility of access to housing; (03) the Bolsa Família Program: between subsistence and subjugation in the capitalist plot; (04) the nuances of the presence of organized crime as part of childhood spaces; (05) between barriers and possibilities: intersectionality in children's occupational dynamics; and culminating with *Buen Vivir* as a new meaning for childhoods and human occupations. Finally, it is worth highlighting that the theoretical production and interpretations woven in this research based on the life narratives of the participants had the purpose of understanding to what extent occupational opportunities are present in such plural childhoods. The study reaffirms that aspects such as food deprivation, precarious housing, difficulties in accessing public policies, violence by criminal organizations, State omission, and other factors linked to intersectionality that result in oppression and exclusion, more directly affect people in situations of social vulnerability, denying autonomy in their choices and occupational opportunities and perpetuating occupational apartheid. And that *Buen Vivir* emerges as a viable alternative for children to have significant opportunities to build their occupational repertoire.

Keywords: childhood occupational repertoire; social inequality; oppressions; occupational therapy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Gráfico Boxplot para Pontuação PACS nos Grupos 01 e 02 ...	79
Figura 02 – Estado de São Paulo	95
Figura 03 – Município de São Caetano do Sul	96
Figura 04 – Município de Santo André	97

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Domicílio de uma família participante, com 10 moradores em um pequeno cômodo na comunidade coberta pela UBS 3 (Santo André/SP)	121
Imagem 02 – Foto do território – parte da ocupação urbana coberta pela UBS 3	122
Imagem 03 – Casas de madeira nas encostas, contrastando com melhores condições habitacionais do prédio CDHU de muro amarelo	122
Imagem 04 – Prédios amarelos da CDHU à direita	126
Imagem 05 – Região da UBS1 de São Caetano do Sul	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Critério de Renda Familiar	60
Tabela 02 – Participantes da Pesquisa	71
Tabela 03 – Estatística descritiva dos dados sociodemográficos dos adultos	73
Tabela 04 – Estatística descritiva dos dados sociodemográficos das crianças	76
Tabela 05 – Comparação PACS das crianças nos Grupos 01 e 02	77
Tabela 06 – Comparação das categorias do PACS nos Grupos 01 e 02 ..	78
Tabela 07 – Atividades mais importantes para as crianças	79
Tabela 08 – Atividades que as crianças gostariam de fazer	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Temas da pesquisa	94
-------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CV - Comando Vermelho

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FDN - Família do Norte

FMCSV - Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

FUNDAÇÃO ABRINQ - Fundação da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

NCPI - Núcleo Ciência pela Infância

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PACS - Paediatric Activity Card Sort

PCC - Primeiro Comando da Capital

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGTO - Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TO - Terapia Ocupacional

UBS - Unidade Básica de Saúde

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

USF - Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

1.	CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO	13
1.1	Apresentação.....	13
1.2	Arcabouço Teórico	18
2.	SEÇÃO 1 – IMPACTOS DA DESIGUALDADE SOCIAL NA INFÂNCIA	19
2.1	Indicadores sobre a infância no Brasil	22
2.2	Tecendo caminhos para a compreensão da desigualdade social e para uma Terapia Ocupacional contra hegemônica	27
3.	SEÇÃO 2: REPRESENTAÇÃO DA CRIANÇA NA SOCIEDADE	37
3.1	Infância como construção social	37
4.	SEÇÃO 3: TERAPIA OCUPACIONAL, OCUPAÇÕES HUMANAS E INFÂNCIA	46
4.1	Repertório Ocupacional Infantil	46
4.2	Dimensão Política das Ocupações Humanas	49
4.3	Interseccionalidade e Ocupações Humanas	51
5.	CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA	54
6.	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	55
6.1	Caracterização do estudo	55
6.2	Local e participantes	57
6.3	Critérios de Inclusão	60
6.4	Critérios de Exclusão	61
6.5	Procedimento de coleta de dados e instrumentos	61
6.6	Análise de Dados	65
6.7	Aspectos Éticos	68
7.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	69
7.1	O encontro com as famílias	69
7.2	Perfil Sociodemográfico e Análise Estatística do PACS e CIDRDI.....	72
7.3	Discussão do PACS e CIDRDI	85
7.4	Temas derivados da Análise Temática	93

7.5	Caracterização dos municípios de São Caetano do Sul e Santo André/SP	94
7.6	Tema 01 – Políticas Públicas para a Infância	99
7.7	Tema 02 – Áreas de ocupação urbana como possibilidade de acesso à moradia	114
7.8	Tema 03 – Programa Bolsa Família: entre a subsistência e a subjugação na trama capitalista	132
7.9	Tema 04 – A presença do tráfico de drogas nos territórios como fator de violência e rede de proteção às famílias	145
7.10	Tema 05 – Entre barreiras e possibilidades: interseccionalidade nas dinâmicas ocupacionais infantis	163
7.11	Bem Viver como um novo sentido para as Infâncias e para as Ocupações Humanas	190
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
	REFERÊNCIAS	205
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	238
	APÊNDICE B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)	241
	APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista com os Cuidadores	243
	ANEXO A – Amostra Parcial do PACS (Paediatric Activity Card Sort)	247
	ANEXO B – Instrumento Checklist Intersetorial de Detecção de Risco ao Desenvolvimento Infantil (CIDRDI) (Versão 1)	250
	ANEXO C – Carta de Autorização da Fundação Municipal Anne Sullivan	252
	ANEXO D – Carta de Autorização da Secretaria de Saúde de Santo André (USFs)	253
	ANEXO E – Carta de Autorização da Secretaria de Saúde de Santo André (CAPS)	254
	ANEXO F – Carta de Anuência da Secretaria de Saúde São Caetano do Sul	255
	ANEXO G - Carta de Autorização da Secretaria de Saúde São Caetano do Sul ..	256
	ANEXO H – Carta de Aprovação do CEP UFSCar	257

1 CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO

1.1 Apresentação

Esta pesquisa foi desenvolvida no *Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional* da Universidade Federal de São Carlos (PPGTO-UFSCar), na linha de pesquisa *Promoção do Desenvolvimento Humano nos Contextos da Vida Diária*, por ter como enfoque a ocupação como promotora do desenvolvimento humano (PPGTO, c2025). E dentro do grupo de pesquisa *Terapia Ocupacional e Atenção Integral à Infância* (DGP CNPq, c2025), pensando as infâncias em suas múltiplas dimensões, nos aspectos sociais que compõem cada criança, e nos seus modos de vida. Destaca-se que independente de qual linha um estudo seja desenvolvido, é importante que as linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação caminhem sempre em direção de se decolonizar, questionando, analisando criticamente e buscando transformar as estruturas e os conteúdos que tradicionalmente dominam a produção de conhecimento acadêmico, rompendo com o modelo eurocêntrico que historicamente privilegiou certos saberes e silenciou outros, especialmente aqueles provenientes de culturas e povos não europeus.

Apresento aqui o meu percurso de vida, para chegar até o momento deste campo de estudo que tanto me afeta. A minha primeira infância em Tucuruí/PA foi profundamente marcada pelo brincar intenso, pela criatividade, pela relação com a natureza como uma composição sem distinção comigo, pela rua, pelo riscar do giz branco no asfalto, a chuva, as cigarras, a bicicleta sem rodinhas, os animais, o subir em árvores, as folhas, as bonecas, os carrinhos, o céu... pela liberdade de *ser* enquanto eu estava com meus brinquedos, com as plantas e com os insetos. Quando a minha família decidiu se mudar para Uberaba/MG, houve um grande impacto ao morar em um apartamento fechado, tolhida pelas grades, sem natureza, com toda a violência urbana e o trânsito da cidade grande, e eu me vi rompida nas ocupações que antes me construíam. Segui com um brincar entusiástico dentro das possibilidades dessa nova configuração, onde a imersão lúdica suplantava um pouco das angústias da vida.

Apesar das dificuldades vividas, sempre tive consciência da minha infância privilegiada, pois meus pais sempre me apresentaram para uma existência muito concreta das crianças sem brinquedos, sem roupas e sem alimentos, e isso me assolava substancialmente enquanto criança sensível ao que estava ao meu redor. E de alguma forma, sempre me conectei com as experiências do outro como se fossem minhas, me aproximando do viver das outras crianças como uma parte integrada em mim.

Caminhando para um momento onde era necessário tomar decisões em uma época em que ainda somos tão imaturos, nos anos 2002 e 2003, o meu encontro com a Terapia Ocupacional se

deu no período do vestibular, quando várias profissões me interessavam muito, mas nenhuma me provocava um arrebatamento suficiente para ser a minha escolha de vida. Até que eu conheci esta profissão no “Guia do Estudante” que eu comprei em uma banca de revistas, para me ajudar a escolher, e me deparei com o encantamento e a motivação que eu vinha buscando, prestando então o vestibular com mais certezas do que dúvidas sobre como ela poderia contribuir para o meu desenvolvimento profissional.

Como terapeuta ocupacional na Fundação Municipal Anne Sullivan em São Caetano do Sul/SP, atendendo crianças e famílias em contextos de vida variados, com foco em Saúde Mental e Reabilitação Funcional, pude observar ao longo dos anos o impacto significativo das condições de habitação, e do acesso à saúde, à educação e à alimentação no desenvolvimento dessas crianças. Tais fatores influenciavam diretamente nas oportunidades ocupacionais que elas tiveram, às vezes muito mais do que o diagnóstico em si, ampliando ou limitando suas possibilidades de engajamento em atividades essenciais para o seu crescimento e bem-estar emocional.

Trabalhar no setor público nos coloca em contato com os duros cenários de destituição de recursos e do senso de cidadania das pessoas atendidas, com famílias sem dinheiro para pagar o ônibus para ir às terapias, sem alimentos em casa porque a cesta básica acabou, sem recursos para ir de Uber quando a criança apresentava comportamentos muito desafiadores para estar no ônibus com mães solo e sem rede de apoio, morando em residências precárias e cheias de barreiras arquitetônicas, e com atendimento médico precário para a necessidade urgente de renovar receitas medicamentosas.

Este estudo surgiu então do interesse em investigar e compreender como se dá a construção do repertório ocupacional de crianças de diferentes condições socioeconômicas, considerando que os diversos contextos de vida podem ser determinantes para o surgimento de oportunidades ou privações ocupacionais, e as ocupações definem quem nós somos. Podemos *ser* e nos transformar dentro das mais variadas circunstâncias da vida, a partir do conjunto daquilo que fazemos. As ações, intencionais ou despercebidas, dão um contorno e compõem a corporeidade do sujeito.

Assim como as ocupações podem também ser degradantes, nocivas e deletérias, prejudicando a construção do sujeito quando não há oportunidade de escolhas em meio a um contexto desfavorável e de vulnerabilidade social.

O que as crianças podem fazer, o que podem sonhar e como essas experiências moldam suas identidades estão intrinsecamente ligados ao contexto em que vivem.

No decorrer de 13 anos na instituição onde eu trabalhei também foi possível presenciar grandes mudanças sobre o que os adultos passaram a ofertar para os seus filhos, produzindo uma nova concepção da infância com menos brincadeiras livres e criativas, e menos contato com a natureza e com a rua, como consequência da implantação e impregnação do uso de celulares e

tablets para vídeos e jogos, até mesmo em substituição das relações interpessoais. Como resultado, parece haver uma nova geração de crianças com menos habilidades para o convívio social, com adultos que vêm suplantando a capacidade das crianças de viverem e elaborarem as frustrações próprias da vida, em uma sociedade onde o consumo extremamente acirrado e contumaz vem definindo novas formas de estar no mundo e de interagir com o outro e com a natureza. Simultaneamente, uma grande parte da população enfrenta um confronto diário para conseguir o básico para subsistir, como água limpa, alimentos, roupas, abrigo, higiene, segurança e saúde.

Como pesquisadora, meu interesse está nas formas como a sociedade configura as infâncias e as oportunidades de vida para as crianças. Deparar-me diariamente com as disparidades sociais gera uma dor e desconforto profundos diante da dura realidade vivida por grande parte das crianças. Os dados sobre violência, pobreza, miséria, doenças evitáveis, trabalho infantil, abusos, exploração, fome e exposição a guerras, abrangem infâncias marcadas pela escassez, pela falta de recursos e pela necessidade de sobreviver em condições extremas, situações estas associadas ao desamparo e à omissão do Estado e de entidades internacionais diante de tratamentos desumanos contra crianças. Os direitos humanos não existem de fato. Com o seu pretense disfarce de ética e de garantia de universalidade, sustentando silenciamentos coercitivos para os não-cidadãos. Os dados estatísticos e a própria realidade das infâncias brasileiras mostram que os direitos são abstrações escritas e proclamadas em declarações universais, mas que não alcançam as dores e as misérias humanas. As crianças não são todas iguais. Enquanto o capitalismo continuar ditando que as liberdades individuais estão atreladas ao trabalho e ao dinheiro, não haverá senso de coletividade ou ética nas relações humanas e com a natureza. E as crianças, enquanto seres dependentes de adultos para sobreviverem e se desenvolverem, são altamente impactadas, pela própria condição de vulnerabilidade desta fase da vida que necessita de tantos cuidados e prudência.

Esse cenário exige uma abordagem mais crítica, buscando compreender como a desigualdade social se inscreve nas vivências infantis, moldando possibilidades de ação e de escolha que essas crianças têm em relação às suas ocupações diárias. Paralelamente, existem forças do sistema capitalista que criam o estado de caos social, ao mesmo tempo em que invisibiliza o sofrimento e insiste em uma visão idealizada de uma suposta infância associada à diversão e ao direito de brincar, de estudar e de ser livre.

Um contexto de pobreza pode limitar as ocupações de livre escolha, fazendo com que crianças sejam forçadas a responder a necessidades imediatas, como ajudar em tarefas domésticas, trabalhar de forma precoce ou se envolver em atividades que não favorecem o seu desenvolvimento pleno e saudável. Esta interferência da desigualdade social nas escolhas e nas oportunidades ocupacionais das crianças é o núcleo deste estudo. A desigualdade se entrelaça com questões como

gênero, raça, localização geográfica e estrutura familiar, criando interseccionalidades em confluências complexas que moldam diferentes infâncias dentro da condição de pobreza. E onde também é possível constatar não só os marcos de privação, mas espaços de resistência, resiliência e de possibilidades, onde as crianças, mesmo diante de tantas limitações, buscam maneiras de afirmar a sua identidade e o seu protagonismo.

É preciso reconhecer a multiplicidade das infâncias, e defender políticas públicas e práticas educacionais que permitam que, ao menos uma parte das crianças, tenham acesso a oportunidades ocupacionais que favoreçam a sua expressão, a liberdade e o pertencimento, com possibilidades de reconfigurar as suas condições de vida para a emancipação infantil. Esta pesquisa é uma tentativa de desvelar algumas formas de como a pobreza se reflete nas ocupações infantis, e pensar em como construir um futuro mais justo e igualitário, embora o que parece haver para as gerações subsequentes seja o esgotamento da natureza, as relações de trabalho cada vez mais predatórias, e o descarte e substituição dos seres humanos pela Inteligência Artificial.

A produção de conhecimento está sempre enraizada em um corpo, está localizada e contextualizada. A minha identificação com a situação de vulnerabilidade social é algo claro e consciente, pois na minha essência enquanto terapeuta ocupacional, sempre houve uma preocupação e angústia em relação ao enfrentamento da subalternização da população oprimida, que é preterida diante de outros, assim como com os agentes promotores da desigualdade social. Somos capazes de buscar uma sociedade mais igualitária? Penso na importância das ações que podem ser feitas, desde as mais amplas como a implementação de políticas públicas ligadas à justiça social, até ações individuais no cotidiano. Como as políticas são insuficientes e feitas para poucos, as intervenções mais factíveis da Terapia Ocupacional talvez estejam somente no âmbito individual e para pequenos coletivos, dentro de espaços com possibilidades reduzidas ao que há disponível.

Porém, para se realizar uma pesquisa quantiquantitativa cujo objetivo é estudar um fenômeno a partir da circunstância de vida do outro, é fundamental que o investigador saiba o lugar social e subjetivo de onde observa, teoriza e escreve. Considerando que nesta pesquisa foram abordados participantes em diferentes condições de vida, em especial pessoas em situação de privação e exclusão social, ressalto que eu falo de um lugar privilegiado por ser uma mulher branca, cisgênero, sem deficiências, com condição socioeconômica que me possibilitou o acesso à universidade e a outros bens simbólicos e materiais, com vantagens da classe média, e com conexões de vida que formaram uma rede de suporte social consistente ao longo da vida.

É pertinente reconhecer que, na complexidade da história brasileira, forjada pela atrocidade colonial e pela violação sistemática e hedionda dos corpos femininos, o que nos torna todas filhas do estupro, a condição de ser mulher, independentemente da raça, insere-me em um legado compartilhado de vulnerabilidade e de resistência diante das estruturas patriarcais e da violência de

gênero, ainda que as nossas experiências sejam articuladas por marcadores sociais de raça, de classe, de orientação sexual e outros.

A questão da desigualdade social é algo que irrefutavelmente permeia a vida de todos. Nas questões mais individuais, fui criada em um ambiente onde observar os efeitos da desigualdade social deixaram marcas profundas, capazes de mobilizar muito dos meus afetos quanto à situação coletiva das populações. A pergunta sobre por que eu tinha mais do que outras pessoas iguais a mim, foi sendo sempre reatualizada. Ainda que eu passe por diversos processos de opressão e coerção por ser mulher, eu também faço parte do grupo que adquire privilégios diante da perpetuação das diferenças de status e do direito de existir. A categoria renda é um dos fatores que constitui, hierarquiza e localiza indivíduos e grupos na sociedade.

Perguntar quais são as oportunidades ocupacionais em cada contexto de vida faz parte deste trabalho. Dentro das contribuições da Terapia Ocupacional a partir de uma perspectiva crítica, está a ação de denunciar os privilégios simbólicos e materiais postos nesta construção dos processos de desigualdade social, compreender a quem serve este modelo de sociedade, e mostrar caminhos possíveis para a busca de maior igualdade social, através da realização de ações pontuais, dentro das possibilidades do contexto, para a busca de alguma forma de pertencimento.

Não se trata de uma Terapia Ocupacional que caminha pelo modelo biomédico buscando a normatividade da infância e com atendimentos clínicos em regime de produção e lucro, seguindo um viés neoliberal para o oferecimento de práticas de cuidado institucionalizantes para crianças com diagnósticos. Ou que vise criar corpos produtivos e disponíveis para o mercado de trabalho, dentro de práticas competitivas que quebram o senso de coletividade entre profissionais. Trata-se de uma Terapia Ocupacional do Bem Viver, que questiona a estrutura social vigente, e que não olha apenas para a criança com condições diagnósticas ou transtornos, mas para uma infância que sofre os efeitos de uma sociedade neoliberal onde os sujeitos são corpos produtivos e descartáveis, sendo propositiva de novas possibilidades de existência.

Interessante também discorrer sobre quais são os significados da desigualdade social em nossa cultura, como ela se caracteriza, e como a condição de renda opera na construção dos sujeitos. Isto é, compreender como as desigualdades promovem impactos tão poderosos na regulação das formas de vida. Considerando também que as construções teóricas são sempre provisórias, partindo de um recorte em um dado momento.

Quanto à escolha do título, optei por elementos que carregassem intencionalmente uma carga semântica forte, potente e sensível, buscando visibilizar experiências que, muitas vezes, são silenciadas ou naturalizadas no cotidiano das infâncias brasileiras que vivem em contextos desfavoráveis. Essas expressões buscam refletir sobre a urgência de reconhecer que as infâncias, frequentemente consideradas como universais e homogêneas, são atravessadas por histórias plurais

e por realidades desiguais, denunciando que os contextos são moldados por processos históricos relacionados ao racismo, ao patriarcado, à pobreza e à colonialidade. São as formas atuais de como o Estado, as políticas públicas e as instituições sociais (que regulam as interações humanas, as normas sociais e os valores) tratam determinadas populações como subalternas, descartáveis ou invisíveis.

Ao mesmo tempo, as resistências são um respiro necessário, deslocando a narrativa do sofrimento para o protagonismo, onde mesmo diante de cenários hostis e degradantes, as crianças e suas famílias resistem, recriam possibilidades, constroem repertórios de vida. A resistência está nas pequenas escolhas, nos gestos cotidianos, nos cuidados compartilhados e nas estratégias de sobrevivência e de convivência que desafiam os limites impostos pela desigualdade.

Por fim, as marcas da desigualdade social revelam que essas vivências não são transitórias, mas estruturantes, deixando cicatrizes, conformando trajetórias, restringindo acessos e criando segregações ocupacionais silenciosas quanto ao direito à escolha e ao exercício pleno de ocupações significativas. Há um compromisso com as vozes das infâncias que carregam as consequências da omissão estatal, das políticas de morte, da ausência de espaços seguros, da falta de acesso à cultura, ao lazer e ao brincar. E que também trazem as suas potências criativas, os afetos que as atravessam, e as possibilidades de um outro mundo, anunciado pela ideia do Bem Viver, como horizonte de justiça, equidade e dignidade para as crianças, em uma revolução ética e epistemológica.

São denúncias, testemunhos e um chamado à transformação, expressando a necessidade de acolher as infâncias em sua diversidade, sem desviar o olhar das injustiças que as afetam, e reconhecendo que as ocupações infantis, com toda a sua beleza e complexidade, só podem ser plenamente vividas quando houver mais do que direitos fundamentais, mas envolvimento e interconexões reais.

1.2 Arcabouço Teórico

Para contemplar estas reflexões e os objetivos da pesquisa, o arcabouço teórico desta tese foi estruturado de forma a integrar conceitos e perspectivas que permitam analisar de maneira abrangente a temática proposta, com temas centrais que serão desenvolvidos nas seções subsequentes.

Na *Seção I* são apresentados os impactos da desigualdade social na infância, alguns indicadores que mostram uma imensa quantidade de crianças e suas famílias em situação de vulnerabilidade social, os caminhos teóricos para compreender os mecanismos da perpetuação da desigualdade social, e a perspectiva da Terapia Ocupacional contra hegemônica na compreensão da

sociedade e das ocupações humanas, destacando como fatores socioeconômicos, culturais e políticos moldam as condições de vida das crianças.

A *Seção II* aborda como a criança vem sendo concebida culturalmente no percurso histórico, e a compreensão da infância como construção social complexa e interligada a diversos aspectos da estrutura da sociedade. São apresentadas contribuições de autores decoloniais que rompem com a visão universalista e normatizadora da criança, destacando a infância como invenção da modernidade, e a criança como sujeito social produtora de cultura de forma situada e atravessada por questões ligadas ao gênero, raça, classe social e outros.

A *Seção III* traz referenciais teóricos sobre o repertório ocupacional infantil, tratando as ocupações sob um viés individual e coletivo, e a interseccionalidade é abordada como uma ferramenta para compreender como fatores ligados à vulnerabilidade social interagem para limitar oportunidades ocupacionais e reforçar desigualdades.

Após a apresentação dos objetivos, segue-se para o *delineamento metodológico* que elucida o método de natureza quantitativa utilizado, e a Análise Temática como forma qualitativa de interpretar os dados. Nos *Resultados e Discussão* são apresentados os principais eixos temáticos que permeiam as infâncias plurais do estudo, e como o contexto de vida molda o repertório ocupacional infantil. São apontados os tensionamentos entre o discurso institucional sobre os direitos da criança de *ser*, sobre o desenvolvimento infantil, e as suas vivências reais no cotidiano.

As *considerações finais* retomam os principais achados da pesquisa, associados aos referenciais teóricos elucidados nos capítulos introdutórios. As interações entre infância, desigualdade social e repertório ocupacional são integradas, evidenciando as implicações para as práticas profissionais, e são propostos novos temas de estudo para a Terapia Ocupacional.

2 SEÇÃO 1 - IMPACTOS DA DESIGUALDADE SOCIAL NA INFÂNCIA

De acordo com o PNUD Brasil (2022), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, anteriormente analisava-se o bem-estar social de acordo com o crescimento econômico, isto é, apenas pela renda que a sociedade poderia gerar. Mas a atual perspectiva do desenvolvimento considera as oportunidades e capacidades dos indivíduos, mudando o olhar restrito à questão econômica para um olhar mais abrangente em relação ao ser humano.

O IDH (Índice do Desenvolvimento Humano) também foi uma medida criada para analisar o progresso do desenvolvimento humano considerando os aspectos da renda, educação e saúde, como um contraponto ao PIB (Produto Interno Bruto) per capita, que avalia somente a dimensão econômica

do desenvolvimento. Ainda assim, o IDH também não abrange todos os aspectos do desenvolvimento (PNUD Brasil, 2022).

Estas são concepções ocidentais de bem-estar, baseadas no consumismo e no produtivismo, onde há uma linha que divide quem consome de quem não consome.

A sociedade está completamente absorvida por uma economia que visa “o crescimento pelo crescimento” (Latouche, 2009, p. XIII), com um movimento frenético e paradoxal voltado para um suposto progresso, em um mercado saturado, porém de produção contínua, como se um consumo infinito fosse compatível com um mundo finito (Latouche, 2009).

O desenvolvimento humano está atrelado à redução dos obstáculos à liberdade, como a pobreza, a ditadura, a falta de oportunidades econômicas, a privação social, a negligência dos órgãos públicos e a intolerância social (Sen, 1999).

Mais do que falar de desenvolvimento dentro de um sistema econômico, o enfrentamento da violência e da voracidade do sistema capitalista se faz com envolvimento comunitário, com convivência cidadã e em harmonia com a natureza. O “bem-estar” da modernidade faz parte de um modelo extremamente destrutivo, contrário aos princípios do Bem Viver, que recupera saberes ancestrais para a convivência real entre os seres (Acosta, 2016a).

O processo de desigualdade se dá para muito além da questão da renda dos indivíduos, perpassando pelo poder de uns sobre outros, por interesses estabelecidos, o que gera impotência e impede mudanças. Grupos de pessoas podem não estar em situação de pobreza, fome e doenças, porém não conseguem ter acesso ao ensino superior ou à banda larga de internet, por exemplo, que são fatores ligados a maiores chances de ascensão social, somado às desigualdades de gênero e raciais, ou exposição a conflitos violentos entre países. Isto é, as disparidades continuam disseminadas, ainda que determinados grupos não estejam em condições de privação extrema (PNUD Brasil, 2019a).

Entre 1990 e 2018, o Brasil apresentou um aumento consistente de 24% no IDH, o que o mantém no grupo de países com Alto Desenvolvimento Humano. Na América do Sul é o 4º país com maior IDH, atrás somente de Chile, Argentina e Uruguai, e com posição 79ª no ranking dos 189 países. Porém, quando se considera a desigualdade social, há uma perda de 24,5%, sendo que a parcela dos 10% mais ricos do Brasil concentra em torno de 42% da renda total do país (PNUD Brasil, 2019b).

Apesar do índice de desenvolvimento humano descrito acima, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, onde mulheres, grupos raciais e jovens estão em maior desvantagem. Trabalhadores homens recebem 50% mais do que mulheres, o que é 10% maior do que na média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). As mulheres tendem ao trabalho informal, mas os 52% de participação feminina na força de trabalho supera a

média da OCDE e dos países latino-americanos. O índice de desemprego entre os jovens é alto, assim como a pobreza entre crianças. O desempenho do país é bom nas medidas de bem-estar subjetivo e nas conexões sociais, mas abaixo do esperado em renda, empregos e salários, habitação, qualidade do meio ambiente, saúde, segurança, educação e capacitação (OCDE, 2018).

É também um dos países com as maiores taxas de casamento infantil, expondo meninas à gravidez precoce, problemas de saúde materna, neonatal e infantil, retrocessos educacionais, exposição à violência sexual, física e psicológica, exclusão do mercado de trabalho, falta de recursos financeiros, além de provocar efeitos intergeracionais nas crianças nascidas de mães jovens (Wodon *et al.*, 2019), se constituindo como grave violação de direitos humanos das crianças (Costa, 2019).

Quanto aos índices mundiais, cerca de metade das pessoas que viviam em situação de extrema pobreza em 2015 localizavam-se no sul da Ásia (Bangladesh e Índia) e na África Subsaariana (República Democrática do Congo, Etiópia e Nigéria), sendo que a Índia apresentava ¼ da pobreza global (World Bank, 2018).

Pessoas em situação de pobreza podem não dispor de condições básicas de vida, e as privações múltiplas são dolorosas e levam as pessoas à maior vulnerabilidade quanto a doenças, violências, crises econômicas e catástrofes naturais; diminuem de forma significativa as chances de tomarem decisões que modifiquem suas vidas; e frequentemente são negligenciadas pelas instituições governamentais e invisibilizadas pela sociedade (Banco Mundial, 2001).

A desigualdade social resulta de processos econômicos, políticos e sociais inter cruzados que contêm mecanismos para fazer perdurar esta situação. A distribuição desigual do poder político gera um funcionamento econômico também desigual, influenciando majoritariamente a vida das pessoas desfavorecidas, as quais em geral não obtêm retorno do investimento público em saúde e educação (Banco Mundial, 2001).

A desigualdade de renda é mantida por divisões entre países e perpassa pelas divisões de classes sociais e étnicas. O aumento desta discrepância entre os mais ricos e os mais pobres provoca a diminuição do senso de união e de harmonia social, aumenta as taxas de violência e o sentimento de medo, e afeta a resolução de outros problemas coletivos importantes, como a mudança climática (Therborn, 2010).

No entanto, embora possa parecer que o crescimento econômico de um país possa melhorar as condições gerais da população, não há uma relação direta entre o crescimento econômico de um país e a diminuição da desigualdade social, podendo, ao contrário, persistir a pobreza e a exclusão social, como ocorreu nas décadas de 1950 a 1980 quando houve alto crescimento da economia brasileira. Ressalta-se, porém, que a elevada concentração de renda no Brasil que houve no período citado acima, não significa que necessariamente não houve melhor distribuição de renda, e sim que este mecanismo não é suficiente (Medeiros, 2002).

Uma das formas para favorecer a diminuição da desigualdade social seria a maior atuação do Estado nas necessidades básicas da população. Porém, as instituições públicas, em especial os sistemas de educação, de saúde e de segurança social, estão cada vez mais limitados em sua atuação com a população em situação de vulnerabilidade social, com políticas sociais que teoricamente são voltadas para todas as pessoas, mas com critérios cada vez mais específicos e reduzidos de elegibilidade (Carmo, 2022).

Este retraimento da atuação do Estado na sociedade decorre de processos de transferência da responsabilidade da esfera pública para a esfera privada e para o terceiro setor (Carmo; Barata, 2014, apud Carmo, 2022), a partir de um estado neoliberal que privatiza o que seria de domínio público:

“Privatização e mercadização. Trata-se da transferência de ativos do domínio público e popular aos domínios privados e de privilégio de classe, abrindo-os à acumulação capitalista, como nos casos da utilidade pública (água, telecomunicações e transporte), dos benefícios sociais (habitação social, educação, assistência à saúde e pensões), das instituições públicas (universidades, laboratórios de pesquisa e presídios), das formas culturais (turismo e música), dos bens comuns ambientais globais (terra, ar e água), dos direitos de propriedade intelectual (patente de materiais genéticos e biopirataria) e dos direitos de propriedade comum (direitos à aposentadoria estatal, ao bem-estar social e a um sistema nacional de saúde)” (Andrade, 2019, p. 223).

Este e outros mecanismos de funcionamento representam um considerável enfraquecimento da redistribuição de renda, ampliando as desigualdades sociais (Carmo, 2022).

O economista e filósofo Amartya Sen, que na década de 1970 perguntou “igualdade de quê?”, respondeu a este questionamento dizendo: “das coisas que nos importam para construir o futuro a que almejamos” (PNUD, 2019a, prefácio).

Acrescenta-se ainda que crianças são pessoas em condição peculiar do desenvolvimento, devendo ser o público prioritário de ação entre os países comprometidos com o desenvolvimento sustentável e com a redução da pobreza e da desigualdade (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2021).

2.1 Indicadores sobre a infância no Brasil

O Brasil tem uma população de 203 milhões de pessoas (IBGE, 2022a), com uma estimativa

de 35,5 milhões de crianças até 12 anos, o que corresponde a 17,1% da população (IBGE Educa, 2018).

Na faixa etária entre zero e 14 anos, 9,1 milhões (42,5%) de crianças e adolescentes vivem em situação familiar de extrema pobreza (isto é, com renda per capita mensal igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo), e 9,7 milhões (45,4%) em situação de pobreza (renda per capita mensal entre $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo). Em 2019, 13,5% das crianças de até 5 anos encontravam-se em situação de desnutrição (considerando a relação entre altura e idade), 7% em condição de obesidade, e 660 mil com baixa estatura para a idade. A taxa de mortalidade de crianças menores de 1 ano entre 2015 e 2019 foi de 12,5 para cada mil nascidos vivos (sendo que 54,6% das mortes eram evitáveis), e de 14,4 para cada mil crianças menores de 5 anos (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2021).

Entre 2013 e 2022 a situação de insegurança alimentar nos domicílios brasileiros, isto é, não saber se haverá acesso a alimentos em um futuro próximo, passou de 22,9% para 58,9% em nove anos. Uma em cada três moradias com crianças pequenas de 0 a 6 anos encontram-se nesta situação, sendo as crianças pretas e pardas mais afetadas do que crianças brancas (NCPI, 2022).

O aumento do cenário de abusos, desnutrição, negligência de cuidados, hospitalizações, estresse familiar e de doenças preveníveis, provoca prejuízos no desenvolvimento infantil relacionados à aprendizagem, ao desenvolvimento emocional e cognitivo, ao desenvolvimento da linguagem, e redução na estimulação da criança tais como brincar e conversar com ela (NCPI, 2022).

No que diz respeito ao trabalho infantil, 1,7 milhão (4,6%) de crianças brasileiras encontram-se nesta situação. Além disso, durante a pandemia de Covid-19, 1,6 milhão de crianças e adolescentes de até 17 anos não estavam na escola entre julho e novembro de 2020. As vítimas de homicídio entre 0 e 19 anos corresponderam a 7,1 mil em 2019, sendo que 5,4 mil mortes (75,5%) foram causadas por arma de fogo (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2021).

A taxa de abandono escolar no Ensino Fundamental em 2019 foi de 1,2%. Em 2020, 8,6 mil escolas informaram não ter acesso à coleta de esgoto; 3,8 mil escolas sem energia elétrica; 3,4 mil sem acesso a nenhuma distribuição de água; e 113 mil escolas não possuíam quadras esportivas. Tais inadequações na infraestrutura demonstram as oportunidades desiguais de realização das potencialidades de crianças entre as regiões do país (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2021).

Quanto às desigualdades educacionais na primeira infância, cerca de 450 mil crianças estão fora das creches e escolas de Educação Infantil, com menores taxas de matrículas nas regiões Norte e Nordeste, e maiores taxas no Sul e Sudeste (NCPI, 2022). Além da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) configura-se como importante referência para os direitos da criança à Educação Infantil, a qual enfatizou o papel dos municípios nesta oferta, já previsto na Constituição. Destaca-se a

relevância desta etapa educacional para o desenvolvimento infantil, constituindo-se como pilar para a aprendizagem ao longo da vida (FMCSV, 2020).

Entre 2016 e 2020 houve cerca de 35.000 mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes no país, resultando em uma média de 6.790 mortes ao ano, sendo a maioria de adolescentes, e os meninos negros foram a maior parcela das vítimas em todas as faixas etárias. A prevalência deste grupo étnico aumentou na fase em que ocorre a maior parte das mortes (entre 5 e 19 anos), sendo quatro meninos negros em cada cinco vítimas, e também são os que mais morrem durante ações policiais (UNICEF, 2021).

Quanto à violência sexual, entre 2017 e 2020 grande parte das vítimas foi de meninas, com alto número entre 10 e 14 anos, e com idade mais frequente de 13 anos. Entre os meninos, os casos concentram-se predominantemente entre 3 e 9 anos. A maior parte dos estupros ocorrem na residência da vítima, e nos casos em que há informações sobre a autoria dos crimes, 85% eram conhecidos (UNICEF, 2021).

Foram registradas 30.604 denúncias de violação de direitos humanos contra crianças de 0 a 6 anos no Brasil em 2021, sendo que a violência contra a criança ocorre predominantemente no âmbito familiar e os casos são subnotificados. A violência é um problema que prejudica 1 bilhão de crianças no mundo, com grave destruição do potencial humano, com consequências emocionais, sociais e econômicas de longa duração e com alto custo para os governos (NCPI, 2023).

Quanto aos indicadores mundiais relacionados às crianças, apesar de haver um declínio na desnutrição, 149 milhões de crianças menores de 5 anos sofrem de déficit de crescimento, quase 50 milhões tem baixo peso, 340 milhões passam pela fome oculta (deficiência de vitaminas e minerais), e as taxas de obesidade vem subindo. Estes déficits podem provocar dificuldade no desenvolvimento cognitivo, baixo rendimento escolar, déficits imunológicos, infecções e risco de morte (UNICEF, 2019).

A má nutrição traz sérios prejuízos para o pleno potencial da sociedade, e esta adversidade precisa ser enfrentada colocando-se as necessidades nutricionais no centro das políticas públicas relacionadas à saúde, água, educação e proteção social, visando dietas nutritivas, acessíveis e sustentáveis (UNICEF, 2019).

Além disso, nos tempos mais atuais a violação de direitos de crianças migrantes ou refugiadas tentando fugir das situações de guerras ou da fome é intensa, expressando uma das condições de maior deterioração dos direitos da criança. Países europeus que fecharam suas fronteiras para impedir a entrada de pessoas refugiadas permitiram que crianças morressem afogadas no Mar Mediterrâneo, assim como a França expulsa crianças sem documento de seu território, a Inglaterra dificulta o direito de reagrupamento familiar entre pais e filhos, e os Estados Unidos impedem a entrada de pessoas pelo México, concretizando a exclusão de crianças que não

fazem parte da maioria branca, anglo-saxônica e protestante (Marchi; Sarmento, 2017).

Assim, os poderes públicos do Norte global que proclamam os direitos da criança são os mesmos que reforçam esta situação de extrema calamidade com a infância contemporânea, com políticas discriminatória e racistas, além do compromisso com as negociações bélicas durante as guerras para a exploração dos países pós-coloniais. Esta situação ressalta a primazia dos interesses econômicos e políticos sobre as necessidades de proteção ao desenvolvimento infantil (Marchi; Sarmento, 2017).

Crianças refugiadas no Norte do Brasil e no Norte de Moçambique passam por situações trágicas para fugirem de conflitos armados e crises políticas, sendo obrigadas a abandonar a escola, as suas casas, os objetos pessoais, e perdendo familiares e documentos, além de sofrerem silenciamentos e invalidações de si mesmas e da territorialidade, em contextos de grave vulnerabilidade. Os projetos culturais e artísticos conseguem abarcar uma parte das crianças, e elas improvisam brincadeiras, tais como jogar futebol com garrafas de plástico, ou desenhar na terra com gravetos (Pastore; Hartmann, 2023).

As trajetórias de desenvolvimento das crianças são altamente influenciadas pelas condições biológicas, e pelos fatores de risco e de proteção de acordo com o período do desenvolvimento em que os fatores de risco ocorrem, com a intensidade da exposição a estes fatores, e com a reatividade individual da criança considerando a sua personalidade. Para a diminuição dos riscos, políticas públicas e outras intervenções podem atuar como proteção em relação às consequências negativas de se viver na pobreza (Engle *et al.*, 2011).

De acordo com a Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde (OMS, 2008), existem diferenças no acesso à saúde bastante desproporcionais dentro dos países, estando ligadas aos níveis de desvantagem social e que se caracterizam como desigualdades evitáveis na saúde, dependentes de fatores políticos, econômicos e sociais que são determinantes para estabelecer as condições de vida dos indivíduos.

Enquanto no Japão ou na Suécia a expectativa de vida ultrapassa os 80 anos, no Brasil a média é de 72 anos, e em vários países africanos corresponde a menos de 50 anos. Pessoas em condições de miséria apresentam altas taxas de doenças e mortalidade prematura. A OMS (2008) ressalta que as diferenças significativas na saúde que poderiam ser evitadas representam uma das causas de morte em grande escala da população.

Além da renda, outros determinantes para o agravamento da saúde são a distribuição desigual de poder, bens e serviços, as circunstâncias da vida como acesso à educação, condições de trabalho, lazer e habitação, os prejuízos das mudanças climáticas para parcelas da população, e as oportunidades de ter uma vida com mais qualidade, fatores estes ligados a políticas sociais ineficientes e má gestão econômica (OMS, 2008).

Crianças de Bangladesh relataram as circunstâncias do trabalho infantil a que eram submetidas, onde os patrões faziam um uso estritamente instrumental delas, sem considerá-las como indivíduos. Uma das crianças trabalhadoras relatou que a questão não é se as pessoas pobres sabem ou não que têm direitos, mas sim se estes direitos são reconhecidos pela elite. A perspectiva da classe rica era de total apagamento da perspectiva dos pobres neste estudo, para justificarem a relação de exploração. Uma das empregadoras comentou sobre a criança empregada doméstica, que se desse a ela todos os direitos, perderia a razão para mantê-la como sua trabalhadora. Observou-se também muitos sentimentos negativos e conflitantes frente à situação de vida das crianças “da família”, as quais tinham acesso a roupas bonitas e podiam se sentar à mesa para estudar, algo que as crianças trabalhadoras nunca poderiam acessar em suas infâncias permeadas pela pobreza, pela exploração e pelos abusos. Constatou-se uma diferença radical entre as crianças, entre pertencer ou não pertencer, onde a classe social foi um forte determinante. A exploração de crianças trabalhadoras em Bangladesh não acontece por uma falha em reconhecê-las como crianças, mas sim pelo significado dado para as infâncias pobres (White, 2002).

Estes indicadores relacionados à vulnerabilidade trazem uma visão realista das infâncias, mas é um relato parcial, pois a diversidade de experiências das crianças contribui para modificar a dinâmica social e geracional. Por exemplo, o estudo de Abebe e Ofosu-Kusi mostra toda a complexidade das infâncias africanas, em que a agência das crianças reúne um fascinante nível de força, resiliência e criatividade para superar os desafios cotidianos (Abebe; Ofosu-Kusi, 2016).

Nunes e Carvalho (2009) abordam as inúmeras infâncias indígenas no Brasil, com as várias formas de organização social, como os saberes locais são passados, como se dá o processo de construção da subjetividade, a educação formal e informal, e as formas de autonomia das crianças para a subsistência. Inclusive, não há tradução nas línguas indígenas para as palavras “infância” ou “criança”, devendo-se considerar a estrutura social e as categorias etárias próprias de cada sociedade indígena.

Rabelo e Santos (2024) relatam sobre a percepção das crianças ribeirinhas da Ilha de Cotijuba/PA. Apesar da dificuldade da população no acesso a serviços públicos de saúde e educação, as crianças vivenciam a liberdade de ir e vir no espaço rural de forma ampla para a descoberta dos seus fazeres, ao contrário do medo e das restrições existentes nas grandes cidades. O rio significa sobrevivência, território de comércio, território de amor, lazer, construção de identidade, religiosidade, conexão com a natureza e transmissão de lendas. As crianças crescem sentindo o cheiro da terra molhada e das frutas, interagem com os animais e as casas não são muradas, favorecendo o convívio em comunidade.

Em 2015 os 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) assinaram o pacto global denominado “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento

Sustentável”, composta por 17 objetivos e 169 metas que devem ser cumpridas por todos os países, visando a erradicação da fome e da pobreza, a redução das desigualdades, e a redução dos impactos das mudanças climáticas (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2021).

Apesar da ONU ter como um de seus princípios impedir a violação de direitos humanos no mundo, tornou-se um órgão mundial desacreditado, repleto de corrupção e má administração, que não garante a manutenção da paz e da segurança internacional, não realizando ações que impeçam as guerras e conflitos armados, não garantindo o apoio humanitário, e sem estabelecer sanções severas aos genocídios e aos regimes totalitários. Ao contrário, é um veículo para garantir os interesses dos EUA no cenário internacional, ao mesmo tempo em que superpotências concorrentes limitam os seus poderes, como Rússia, China, Índia e França. Diante de todas as demandas relacionadas aos direitos humanos e à liberdade, a ONU tem sido uma organização praticamente irrelevante (Gardiner, 2007).

Crianças com menos oportunidades para adquirirem um bom desenvolvimento precisam de políticas públicas de acesso à saúde, acesso a creches, pré-escolas e escolas de qualidade, e políticas de transferência de renda, gerando uma vida adulta com maior qualidade de vida, renda e escolaridade, menores taxas de criminalidade e maior equidade social (NCPI, 2022).

Todos estes dados relacionados aos vários prejuízos para o desenvolvimento infantil são evidências de repercussões na vida ocupacional das crianças, as quais podem ficar privadas de escolhas ocupacionais de acordo com os seus desejos, e serem obrigadas a assumirem papéis ocupacionais nocivos.

As desigualdades sistemáticas minam a igualdade de oportunidades para as crianças, desperdiçando talentos e gerando uma perda de potencial para o desenvolvimento humano do país (Woodhead; Dornan; Murray, 2012). Existe uma intersecção entre as necessidades ocupacionais das pessoas e as políticas e leis, as quais geralmente são elaboradas por aqueles que não são afetados adversamente pelas estruturas que promovem a pobreza (Sofu; Wicks, 2017), a violência e outras injustiças estruturais.

2.2 Tecendo caminhos para a compreensão da desigualdade social e para uma Terapia Ocupacional contra-hegemônica

Será trabalhado neste subcapítulo o pensamento decolonial como perspectiva teórica para a construção do referencial teórico assumido nesta tese, como uma forma de compreensão dos processos de classificação social no capitalismo e de perpetuação da desigualdade social.

O colonialismo refere-se ao processo de dominação política e militar implantados para

garantir a exploração do trabalho e da riqueza das colônias para o benefício do colonizador, sendo um fenômeno limitado ao período da colonização. Já a colonialidade é um fenômeno muito mais complexo, que se estende para o momento presente, propagando a lógica das relações coloniais entre os saberes e modos de vida através da naturalização das hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas, reproduzindo as relações de dominação. Este padrão de poder mantém a exploração dos seres humanos pelo capital em escala mundial, e a subalternização dos conhecimentos e das experiências de vida de quem é dominado e explorado (Restrepo; Rojas, 2010).

A globalização foi o resultado da constituição da América e do capitalismo colonial/moderno eurocentrado com grande força, onde um dos seus alicerces se refere a classificar socialmente a população mundial em torno da construção mental de raça, tendo sido uma ideia persistente para muito além do colonialismo, visando o domínio e o poder sobre a história da América Latina. A partir do estabelecimento de diferença entre “raças”, naturalizou-se níveis de superioridade e de inferioridade entre grupos, e articulou-se o controle do trabalho pela escravidão para formar a base do mercado mundial, a serviço do capital. Termos como ‘espanhol’, ‘português’ e ‘europeu’, que indicavam apenas a origem geográfica, passaram a representar uma identidade racial diante de indígenas e negros, definindo as relações de dominação (Quijano, 2000).

Desta forma, não apenas os traços fenotípicos, em especial a cor, mas também a cultura foi inferiorizada, e os lugares de cada um foram estabelecidos na estrutura de poder da nova sociedade. A distribuição racista do trabalho foi mantida durante todo o período colonial, com pessoas negras sendo escravizadas; a raça dominante de homens brancos espanhóis e portugueses podendo receber salários e sendo produtores independentes; e pessoas originadas de homens espanhóis e mulheres indígenas que não carregassem o fenótipo da negritude podiam trabalhar (Quijano, 2000).

Esta matriz de poder estrutura o sistema mundial moderno, onde o trabalho, as subjetividades, os conhecimentos e os seres humanos são hierarquizados e racializados, constituindo determinado modo de produção e distribuição de riqueza (Restrepo; Rojas, 2010).

A relação entre branquitude, salários e posições de status mantém-se como uma estratégia exitosa até os dias atuais. O funcionamento atual entre proprietários brancos de qualquer país ocupando cargos melhores, e os salários mais baixos para as “raças inferiores” nos centros capitalistas pelo mesmo trabalho feito pelos brancos, está intimamente ligado ao sistema de dominação colonial (Quijano, 2000).

As novas relações intersubjetivas entre os europeus e o resto do mundo foram operadas de forma a moldar formas de vida subservientes, através da expropriação cultural dos povos colonizados, da repressão da produção de conhecimento e do universo simbólico destes povos, e impondo aos colonizados a cultura dominante de forma a servir para a dominação, no campo da tecnologia, da atividade material, da subjetividade e da religiosidade judaico-cristã. E assim surgiu

o binarismo “Ocidente” versus o outro, o “Oriente” (mas não os negros e indígenas, que eram relegados à categoria de “primitivos”). Assim, as diferenças raciais consideradas naturais são fruto de uma história de poder e de profunda violência, dando para a Europa a capacidade de difundir a sua perspectiva histórica como hegemônica de modo global, inclusive estabelecendo a ideia de ciência como norma para a produção de conhecimento (Quijano, 2000).

Este modelo de poder foi incorporado como um sistema para comandar e domesticar a vida cotidiana das pessoas, onde a empresa capitalista controla as relações de trabalho, a família burguesa controla o sexo, o estado-nação estabelece a autoridade, e o eurocentrismo controla a intersubjetividade. Com tantos traços históricos tão distorcidos pela visão eurocêntrica, continuamos caminhando por uma identidade que não é nossa, com formas de existência dispersas e, portanto, não podemos discernir nossos verdadeiros problemas e nem os resolver por completo (Quijano, 2000).

O processo de homogeneização racial na América Latina foi realizado a partir da eliminação massiva dos indígenas e negros (invisibilizando a escassa quantidade de sobreviventes indígenas), do genocídio cultural, e da exclusão e marginalização da cidadania e da democracia (Quijano, 2000).

A conquista da América Latina, a escravidão da África e a colonização na Ásia, representaram o extermínio do “outro” e a totalização do “mesmo”. A totalidade afirma que o outro é diferente, no sentido de depreciação, desqualificação, e não como distinto (sempre outro), tendo então a sua história e a sua cultura desrespeitadas, não sendo possível ser outro. Totalizar a exterioridade, negando o outro como ‘outro’, corresponde ao processo de alienação (Dussel, 1977).

A alienação de um povo ou de um indivíduo singular significa apagar a identidade do outro, para que ele se torne mero instrumento do opressor. Ela se realiza de forma concreta no trabalho, quando o fruto do trabalho não é recuperado por um povo, pelo trabalhador, pela mulher, os quais ficam com o seu *ser* alienado. E esta apropriação se torna institucional e histórica, efetivando um modo de produção injusto (Dussel, 1977).

As formações sociais atuais são dominadas pelo modo de produção capitalista, como um sistema mundial e central que submete e define os modos de vida dos países periféricos. Em lugar de servir o usuário, o sistema explora-o sistematicamente. Esta alienação mundial gera uma aparência ilusória de que as regiões mais ricas tem um alto desenvolvimento, quando na verdade contrastam com níveis de extrema pobreza da maioria da população, e fazem crer que os países menos desenvolvidos estão nesta condição porque não imitam os mais desenvolvidos (Dussel, 1977).

O conceito de decolonialidade tem por função ultrapassar a suposição de determinados discursos acadêmicos e políticos de que com o fim da colonização entre países e da formação dos

Estados-nação, vive-se um mundo descolonizado e pós-colonial. A divisão entre centros e periferias e a hierarquização étnico-racial das populações durante os séculos de expansão colonial europeia não teve uma mudança significativa com o fim do colonialismo. O colonialismo moderno estabelece formas de dominação hierárquica em escala mundial, e instituições globais como o Fundo Monetário Global (FMI), o Banco Mundial, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), as agências de inteligência e o Pentágono, formadas após a II Guerra Mundial e com o suposto fim do colonialismo, mantém a periferia em uma relação de subordinação (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007).

Um dos mecanismos ideológicos é a ideia de que a Europa/Euro-norteamérica vive a partir de um desenvolvimento cognitivo, tecnológico e social mais avançado do que o restante do mundo, havendo então uma superioridade da vida ocidental sobre as outras, e se tornando um modelo de vida a ser alcançado. A crítica pós-colonial refere-se então a uma crítica radical a essas ideologias europeias, ao discurso colonial que enfatiza a acumulação de capital a nível mundial de forma incessante. O sistema capitalista se baseia no “discurso sobre o outro” (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 16) para reproduzir as relações econômicas e políticas de poder sobre o outro, determinando a realidade social (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007).

Dessa forma, os discursos raciais, por exemplo, têm implicações econômicas diretas, onde as ‘raças superiores’ acessam posições mais bem remuneradas e reconhecidas, enquanto os ‘inferiores’ realizam os trabalhos mais opressores e mal remunerados. A colonização deixou registrada as relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero como formas de poder, sendo necessário que o mundo do século XXI continue seu processo de descolonização a longo prazo para alcançar mudanças. Depreende-se disso que o capitalismo é muito mais do que um sistema econômico ou um sistema cultural, mas uma “rede global de poder” (p. 17) onde a integração de processos econômicos, políticos e culturais perpetuam seu funcionamento (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007).

As alternativas de mudanças são poucas, mas o paradigma da decolonialidade é uma urgência ética e política para buscar caminhos possíveis (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007), além da necessidade de ampliar o intercâmbio entre as Terapias Ocupacionais da América Latina para a construção de epistemologias que promovam mudanças na realidade (Silva; Morrison; del Camp *et al.*, 2019, p. 173).

Uma das formas de se compreender essa densidade de experiências sociais é através da teoria de Boaventura de Sousa Santos sobre as Epistemologias do Sul, as quais se referem a um:

“conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica

dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologias de saberes” (Santos; Meneses, 2009, p. 7, Prefácio).

O Sul corresponde não exatamente ao Sul geográfico, mas simbolicamente ao grupo de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu, sendo um campo epistemológico que busca a reparação de danos causados historicamente pelo capitalismo em sua relação colonial com o mundo. À exceção da Austrália e Nova Zelândia, os países subordinados não alcançaram um desenvolvimento econômico próximo aos do Norte Global (Europa e América do Norte). Ao mesmo tempo, existem classes e grupos sociais submetidos à dominação capitalista e colonial, especialmente trabalhadores, mulheres, indígenas e afrodescendentes, bem como existem grupos privilegiados de elites que continuam exercendo o domínio sobre populações. Além das dominações ocorridas durante o colonialismo, houve uma dominação epistemológica onde a relação hierárquica de saberes resultou no extermínio de muitas formas de saber dos povos e nações colonizados. Dentro do sul geográfico – África, América Latina e Ásia – posiciona-se o Sul metafórico, oprimido pela dominação econômica, política e cultural (Santos; Meneses, 2009).

Boaventura de Sousa Santos apresenta a ideia de um “pensamento abissal” (Santos; Meneses, 2009, p. 13) que define linhas divisórias entre as experiências, os saberes e os atores sociais que são úteis e inteligíveis, e entre os inúteis, ininteligíveis e objetificados para a eliminação, o que continua vigorando na atualidade. O pensamento abissal é regido pela impossibilidade de existência dos dois lados da linha. Assim, não é possível coexistir a apropriação e a violência, com a ideia impensável de emancipação, sendo necessário invisibilizar a emancipação dos povos pela modernidade ocidental (Santos; Meneses, 2009).

A divisão entre o mundo humano do mundo sub-humano fortalece as práticas cruéis de violação dos direitos humanos, justificando as guerras, a discriminação sexual e racial, as novas formas de escravatura, o tráfico ilegal de órgãos humanos, o tratamento atroz aos refugiados, o trabalho infantil e a exploração pela prostituição. A retirada do Estado na regulação social, privatizando os serviços públicos de forma despolitizada, gera o controle das populações, do estado de saúde, da terra, da água potável, das sementes e das florestas. E assim os trabalhadores e classes populares são expropriados dos seus direitos sociais e econômicos, tornando-se descartáveis (Santos; Meneses, 2009).

Mas, é possível combater o pensamento abissal a partir de uma construção epistemológica baseada na ecologia dos saberes, caminhando por um novo percurso de relações interculturais e inter-epistemológicas, recusando o apagamento proposto pelo Norte Global e valorizando a

diversidade de saberes. A injustiça social global está intrinsecamente associada à injustiça cognitiva global, portanto a resistência requer um novo pensamento, o pensamento pós-abissal (Santos; Meneses, 2009).

Enquanto a exclusão definida de forma abissal persistir, dividindo o mundo moderno de um lado da linha, não haverá possibilidade de alternativa pós-capitalista com práticas que visem a superação do capitalismo, buscando alternativas mais justas, solidárias e sustentáveis para a organização econômica e social, em contraste com as lógicas de exploração e de consumo desenfreado do capitalismo. A ecologia de saberes pressupõe que “o conhecimento é interconhecimento” (Santos; Meneses, 2009, p. 45), com a copresença de forma igualitária dos dois lados da linha, com a supressão da guerra e da intolerância que nega o outro, com a recusa de uma epistemologia geral que possa validar ou não outras formas de conhecimento, considerando os povos do outro lado da linha como parceiros de resistência ao capitalismo global, colocando a ciência moderna como parte dos saberes e não como unidade monopolista, e considerando uma globalização contra-hegemônica não com uma única alternativa, mas com um pensamento pluralista e propositivo, dada a incompletude de todos os conhecimentos (Santos; Meneses, 2009).

Neste contexto, a Terapia Ocupacional é uma profissão voltada para as ocupações e atividades humanas de pessoas e comunidades “que sofrem os efeitos mais perversos das desigualdades e das exclusões resultantes dos grandes sistemas de dominação e exploração, que retroalimentam esses efeitos – o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo” (Silva; Morrison; del Camp *et al.*, 2019, p. 173).

Não só a Terapia Ocupacional precisa ter o compromisso de se descolonizar, mas a nós mesmos(as), como ato político (Silva *et al.*, 2019), por “Terapias Ocupacionais engajadas, críticas, baseadas no compromisso ético e político que lutamos por uma sociedade mais justa e equitativa, desde e com o Sul” (p. 176). As Terapias Ocupacionais do Sul problematizam a necessidade de uma TO localizada na realidade social, enfrentando uma identidade eurocêntrica, capitalista, colonizadora e patriarcal, buscando transformações nas condições de opressão e de dominação (Núñez, 2019).

Os terapeutas ocupacionais têm a responsabilidade de interrogar a sua posição de poder no encontro com o outro, para não fazer parte de uma relação de poder que coloca o outro como subalterno, e ter em vista as condições sociais que produzem injustiça para desenvolver ações para a emancipação. Ocupações reivindicam pluralidade, em oposição à intenção universalista hegemônica das perspectivas do Norte, e reivindicam a coletividade, a colaboração e a ancestralidade diante da produção pelo capitalismo neoliberal de individualismo e competitividade (Núñez, 2019).

Em uma concepção capitalista colonizadora e patriarcal da ocupação humana, a TO

reproduz a noção estereotipada de ocupações feitas para mulheres, para homens, para pobres, para ricos, etc. É necessário abranger a questão da intersecção de diferentes tipos de opressões sobre pessoas e grupos, para ampliar a intervenção da TO, progredir para uma profissão diversa e pluralista, e buscar condições para uma existência digna (Núñez, 2019).

A tradição elitista sempre negligenciou as necessidades de segmentos majoritários e violentou a diversidade cultural em busca de sustentar um paradigma eurocêntrico, silenciando a ampla composição social da América Latina, espalhando sua visão de mundo para a “periferia” (Sul Global). Nunca houve uniformidade cultural em um continente tão plural e vivo, apesar do projeto colonizador criar uma pretensa massificação dos povos. A instituição do monopólio do direito e da política é um instrumento para garantir a expansão colonialista, sendo necessária a complexa tarefa de descolonização das sociedades, com novas propostas de Estado e Constituição (Wolkmer; Ferrazzo, 2016).

As possibilidades de resistências, alternativas e contra hegemonias fazem parte das transformações decoloniais existentes dentro da modernidade, através dos movimentos sociais e populares, e das revoluções para a descolonização (Ballestrin, 2017).

Há uma diversidade de Terapias Ocupacionais possíveis. Para isso, é preciso um olhar crítico para quais atividades e ocupações que fazem parte dos diferentes grupos e etnias que constituem o país, de que forma estas narrativas podem ser ouvidas em universidades tão eurocêntricas, e que lugar ocupam os saberes e ocupações tradicionais, em um país tão diverso e tão violento com as diferenças (Costa; Alves, 2017).

Costa e Alves (2017) questionam quais epistemologias foram produzidas através desta imposição de forças, quais foram excluídas, e que outras epistemologias poderiam se constituir entre estes dois extremos. Apesar dos saberes elitistas e impositivos da TO, a profissão também constrói sua identidade através de uma grande potência criativa, reafirmando a relevância da atividade significativa para o sujeito, e a importância da cultura para a participação e o pertencimento social.

Walsh (2007) coloca sobre a possibilidade de se refutar supostos epistemológicos que localizam a produção de conhecimento unicamente na universidade e dentro dos paradigmas do cientificismo ocidental, propondo uma pluriversalidade epistemológica que dialogue com a produção de conhecimentos gerados em espaços extra-acadêmicos e extracientíficos, fazendo resistência aos padrões de subalternização de saberes. Esta refutação não implica em negar o cientificismo ou o referencial do hemisfério norte, mas sim em questionar este posicionamento como único e como ferramenta de controle político, que não reconhece a riqueza de outras alternativas epistemológicas contra-hegemônicas e decoloniais que emergem das experiências sociais.

Desta forma, deve-se pensar em uma Terapia Ocupacional comprometida com a desconstrução da colonialidade do saber durante a formação profissional e na formação de pesquisadores (Costa; Alves, 2017), relativizando os mecanismos que fundaram a TO, considerando os diferentes cenários socioculturais, e concebendo outros modos de produção de saberes, para que haja então o fortalecimento de uma TO latino-americana e a apropriação das nossas identidades (Correia; Takeiti, 2017).

O capitalismo influencia diretamente na estrutura social e na Terapia Ocupacional. Para Ramírez e Schliebener (2014) o capitalismo é um sistema de relação social baseado na exploração de grande parcela da população por poucas pessoas, sustentado no acúmulo de riqueza destas poucas pessoas às custas de muitas. Aqueles que não produzem são marginalizados e substituídos por outros que produzem, acarretando em processos de exclusão social.

Para além de se caracterizar como um regime econômico, o capitalismo traz diversas implicações sociais consigo, como perdas de direitos conquistados pelos trabalhadores e setores subalternos da sociedade, particularmente em relação às já precárias estruturas de atenção, assistência e segurança social. As políticas sociais e de assistência, antes vistas como direito do cidadão e garantidas pela ação estatal, passam a ser concebidas como uma ação filantrópica e assistencialista, desenvolvida por organizações e indivíduos da sociedade civil. O desemprego aumentou, os vínculos trabalhistas foram precarizados e as demandas sociais se diversificaram, havendo a retirada da dimensão do direito de cidadania, e com um Estado que se afasta cada vez mais da responsabilidade em responder às questões sociais neste contexto neoliberal (Montaño, 2006).

Pensando nas implicações da inserção do terapeuta ocupacional na divisão social do trabalho, durante muito tempo a categoria profissional construiu intervenções sobre a realidade de sua clientela de forma desconectada das contradições relativas aos interesses de classes, com uma pretensa neutralidade que consolidou uma profissão com muitas ambiguidades (Magalhães, 1989). Diante destas lacunas, alguns profissionais brasileiros passaram a se basear em referenciais marxistas na década de 1980 como uma forma de questionar estes dilemas sociais e construir uma TO crítica (Bezerra; Trindade, 2013).

A importância deste olhar da profissão a partir de uma perspectiva crítica está na possibilidade de reconhecer a Terapia Ocupacional como parte do processo de reprodução social; de reconhecer a exigência de competências técnicas, éticas e políticas para responder às demandas colocadas para o terapeuta ocupacional; de identificação das contradições presentes nos espaços de atuação profissional; e de desenvolver uma postura crítica diante das questões sociais (Bezerra; Trindade, 2013).

Além disso, o terapeuta ocupacional deixou de ser um profissional exclusivamente da

reabilitação física e da saúde mental, inserindo-se em políticas de seguridade social, a partir da ampliação dos direitos sociais no país no período pós-constituente. A preocupação com a dimensão ocupacional do sujeito perpassa então por outros campos de ação, como a política de assistência social e no campo sociojurídico, e não mais na área da saúde como principal foco de intervenção (Bezerra; Trindade, 2013).

O discurso científico e o saber político estão a serviço da classe hegemônica, gerando sequelas sociais muito impactantes, como exclusão social, pobreza, exploração, discriminação e violência, impossibilitando o desenvolvimento de experiências coletivas favoráveis para o empoderamento da população (Ramírez; Schliebener, 2014), em meio a discursos e ideologias ocultas e irreveladas (Silvestrini; Silva; Prado, 2019).

Santos e Almeida Filho (2008) propõem uma revolução epistemológica através da ecologia de saberes, com a criação de espaços institucionais que incentivem diálogos entre o saber científico e humanístico produzido pela universidade, e os saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provenientes de diversas culturas não ocidentais circulantes na sociedade, de fora para dentro da universidade.

A TO, como uma profissão voltada para os processos de melhora da qualidade de vida das pessoas, considerando as suas ocupações realizadas diariamente, não pode se omitir das condições contextuais e históricas que caracterizam essas ocupações cotidianas. É preciso transitar para uma postura ativa, questionando o sistema elitista e excludente, sendo uma Terapia Ocupacional transformadora, do Sul, tratando das próprias realidades, do coletivo (Ramírez; Schliebener, 2014).

A sociedade encontra-se em uma posição de produzir grandes riquezas e, ao mesmo tempo, grandes misérias, e está inserida em um contexto de terra saqueada econômica, política, racial, cultural, sexual, moral, social e ocupacionalmente, separada entre fronteiras, guerras e violências. Vivemos em um contexto de trabalhadores regidos pelo capitalismo, com relações patriarcais, verticais, autoritárias e discriminatórias. Este olhar faz do terapeuta ocupacional um profissional consciente, comprometido, político (Ramírez; Schliebener, 2014).

A perspectiva crítica em Terapia Ocupacional deve começar pela compreensão da macroestrutura que define as fronteiras éticas, sociais, culturais, econômicas e políticas, para que então se possa compreender a realidade experimentada pelas pessoas como processos socialmente construídos, incluindo os processos ideológicos que fazem parte dos contextos de vida. Deve-se considerar também o impacto da vida contemporânea na construção das identidades e dos modos de vida, a partir do olhar do outro (Medeiros, 2008).

O compromisso ético-político da TO está ligado a um processo de transformação social (Galheigo, 2012). Os elementos éticos de um projeto profissional vão além das normativas de direitos e deveres, envolvendo-se com escolhas teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais.

Isto é, o elemento ético só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com a direção político-profissional (Netto, 1999).

Faz-se então um chamamento a uma Terapia Ocupacional com base em uma ética de libertação, de ideias culturalmente situadas de justiça, de uma pluralidade jurídica decolonial, com um olhar para o outro a partir de suas histórias situadas (Guajardo Córdoba, 2020).

A ética é para todos, é fundamentalmente uma ética da justiça, de reconhecimento do outro que faz parte das grandes maiorias da sociedade, as quais são excluídas. Para isto, é necessário que se estabeleça prioridades hierarquizadas, assegurando os meios de vida para grupos em situação de maior vulnerabilidade em primeiro lugar, e ligado à sustentabilidade dos ecossistemas. Esta é a base para que os demais direitos humanos sejam implementados, e de forma inseparável das declarações universais (Boff, 2012).

A consciência ética corresponde à capacidade de se ouvir a voz do outro, para além do sistema vigente, e este protesto do outro pode servir para questionar os princípios morais do sistema e rediscutir a justiça. A condição primeira para o exercício da consciência ética é o respeito pelo outro como outro, permitindo que este seja aquilo que é como distinto. Isto é, não é o respeito à lei ou ao sistema, mas o respeito pela liberdade e pela dignidade do outro (Dussel, 1977).

Mais do que uma Terapia Ocupacional contra-hegemônica, que traz a necessidade de um posicionamento crítico e de questionamento das bases do sistema social e suas implicações para as ocupações, é pensar em uma TO do Bem Viver, que vislumbra um horizonte ético, político e prático para a emancipação, a justiça ecológica, e a valorização dos diversos modos de vida. Morín (2024) questiona se é possível ter uma vida satisfatória se não for em comunidade, se é possível ser sujeito sem comunidade, como podemos promover ocupações coletivas, e como a TO pode buscar uma virada decolonial do Bem Viver nas suas localidades. Seria uma alternativa à crise civilizacional e de genocídio social que instrumentaliza as nossas ocupações e vidas, buscando uma TO que viabilize ocupações como uma oportunidade para o Bem Viver (Morín, 2024).

As reflexões propostas neste subcapítulo buscam uma compreensão de maneira mais abrangente sobre o quanto o sistema social vigente influencia nos modos de vida dos indivíduos e das coletividades e em suas potencialidades humanas e, conseqüentemente, traz implicações para a forma de atuação e de se fazer pesquisa na Terapia Ocupacional. O repertório ocupacional infantil se constrói nesse panorama, onde a precarização da vida, a privatização dos direitos e a marginalização de determinados grupos populacionais afetam diretamente as crianças, as quais estão inseridas nessa lógica de dominação e exploração.

3 SEÇÃO 2: REPRESENTAÇÃO DA CRIANÇA NA SOCIEDADE

3.1 Infância como construção social

Para que seja possível estudar a criança, é necessário apreender o que é infância em sua ampla diversidade de culturas, relações e significados em um dado período histórico (Pastore, 2015).

Os direitos da infância foram construídos de maneiras variadas nos tempos e localidades, e a noção de crianças como sujeitos de direitos resultou de uma construção histórica sobre o que se concebe como infância. Parte-se do princípio de que a construção europeia sobre infância e adolescência foi imposta na América Latina, através das frotas de navios europeus, perpassando pela colonialidade do poder, do saber, do corpo e do gênero, o que implicou em uma padronização dos sujeitos nas normas eurocêtricas (Kuhn Júnior; Mello, 2020).

No processo da devastadora subjugação, escravização e assassinato dos povos indígenas pelos colonizadores, perdeu-se espaços, populações, culturas e modos de vida. A catequização das crianças indígenas, por exemplo, foi um importante mecanismo de formatação das mesmas a partir do controle dos corpos (Kuhn Júnior; Mello, 2020).

Antes da colonização a maioria dos povos indígenas preconizava a vida em forma de comunidade, sem a separação entre crianças e adultos e sem divisão entre meninos e meninas. Com o desmantelamento das sociedades tradicionais, normatizou-se a cultura do núcleo familiar, e a delimitação de gênero da visão eurocêntrica (Kuhn Júnior; Mello, 2020).

Com o avanço da dominação pela violência no período colonial (1500 a 1822) e no período imperial (1822 a 1889), em meio a um processo de desumanização da infância, a exploração do trabalho infantil de crianças indígenas e africanas era uma prática aceita. As crianças eram mais facilmente conduzidas pelos jesuítas para o processo de catequização e de dominação devido às atividades oferecidas, em especial com músicas, e os adultos que se recusassem a ser convertidos na fé portuguesa eram aprisionados e vendidos. Esta formação religiosa ignorava e desvalorizava a cultura e as tradições indígenas, sendo impostos os valores do colonizador (Linhares, 2016).

As crianças que vinham nas embarcações marítimas portuguesas no século XVI eram violentadas durante as viagens, e quando havia ataques por piratas na costa brasileira, os adultos mais pobres eram frequentemente assassinados, e as crianças sequestradas para serem escravizadas e violentadas até sucumbirem à morte. Durante os naufrágios, tão comuns entre os séculos XVI e XVIII, elas eram deixadas no barco para que os adultos tentassem se salvar, sendo então as mais vitimizadas em todos os sentidos. Poucas crianças sobreviviam às doenças, à inanição, à fome e à violência nas embarcações (Ramos, 2010).

Como a expectativa de vida era baixa, em média 14 anos diante das violências sofridas e da ausência de saúde e educação, a força de trabalho infantil era explorada ao máximo, uma vez que as crianças eram consideradas como próximas a animais e morreriam cedo. As meninas eram caçadas para poderem se casar, com a legitimação da Igreja Católica, e os meninos de 9 anos já eram considerados aptos para o trabalho árduo (Ramos, 2010).

Em solo brasileiro, crianças a partir dos 7 anos começavam a trabalhar como “aprendizes”, ou estudavam em domicílio, ou nas escolas públicas criadas na metade do século XVIII. As mulheres tinham seus partos em casa, sem cuidados de saúde e com ações de cunho religioso para auxiliar no parto, tais como o uso de pedras com funções místicas. No início do século XIX as famílias com maior poder aquisitivo davam seus filhos para mulheres negras amamentarem, além de oferecerem alimentos pastosos como fubá, banana, farinha seca com açúcar embebido em saliva, escaldado de carne, feijão cozido, ou leite de vaca e de cabra, como modo de evitar a subnutrição crônica da época, fazendo parte dos meios populares e da medicina tradicional. Com um intestino não preparado para a digestão de alimentos que não fosse o leite materno, as inflamações gastrointestinais levavam muitos bebês a óbito até o primeiro ano de vida (Del Priori, 2010).

No século XVI algumas brincadeiras eram possíveis, tais como miniaturas de arco e flecha, mímicas, peão, pipas, bonecos e objetos de barro ou de madeira, e instrumentos musicais trazidos pelos jesuítas. As festas coloniais com músicas para homenagear santos católicos ou governantes portugueses recém-chegados ao país atraíam crianças de todos os grupos sociais. Nos anos 1600 a formação escolar era importante para o desenvolvimento da leitura e da escrita, para ler a Bíblia e para desenvolver comportamentos esperados pela sociedade portuguesa (Del Priori, 2010).

O tratamento entre as crianças nascidas no país e as trazidas do continente africano era permeado pelo descaso, porém as crianças africanas escravizadas ficavam ainda mais desassistidas e a maioria era vendida, impossibilitando qualquer formação de vínculo familiar (Linhares, 2016). As doenças infantis mais comuns eram a sarna, doenças fúngicas, varíola, parasitoses e erisipela, algumas tratadas somente com orações e óleos religiosos sem eficácia. Os cantos com melodias simples e monotônicas para auxiliar os bebês a dormirem eram de origem portuguesa, mas a cultura indígena também tinha seus cantos para acalantar. As mães doentes que caminhavam para a morte pediam para que as amas de leite cuidassem de seus filhos, como expressão do amor materno no século XVIII (Del Priori, 2010).

A primeira lei voltada para crianças escravizadas foi promulgada em 1871 (Lei n. 2.040), mais próxima do período do fim da escravidão que durou mais de 300 anos, nomeada de Lei do Ventre Livre, em que as crianças nascidas a partir da data desta lei estariam livres, e crianças com menos de 12 anos não poderiam mais ser vendidas. Até então não havia nenhuma lei da monarquia para proteção das crianças (Linhares, 2016).

Para as crianças pobres brancas ou mestiças, havia alguma chance de ascensão social por não serem negras, sendo a vida militar e a marinha as opções mais possíveis para meninos entre 12 e 14 anos de idade. Para as meninas pobres ou órfãs o que prevalecia era o trabalho doméstico. Além disso, com o aumento da desigualdade social no século XX, a criminalidade também cresceu, havendo práticas punitivas de enclausuramento e de trabalho forçado para crianças a partir de 9 anos que tivessem cometido delitos. Isto é, o controle social vinha através da ação policial e do trabalho, e não pela Educação. Somente com a Constituição de 1988 é que o Estado passa a se responsabilizar pela Educação Infantil (Linhares, 2016).

As instituições escolares foram sendo estabelecidas gradativamente, com critérios relacionados à cor da pele e classe social, com grande influência da Igreja Católica. Nestas escolas de moldes eurocentrados, as culturas originárias dos povos indígenas da América Latina e dos povos afro-americanos foram invisibilizadas, o que se estende até os tempos atuais. A própria América Latina foi uma invenção dos colonizadores, a partir da criação europeia de uma narrativa sobre quais saberes eram válidos ou não, e sobre como determinados indivíduos deveriam ser tratados (Kuhn Júnior; Mello, 2020).

Observa-se então uma infância marcada muito mais pela violência explícita ou implícita do que pelo cuidado durante os 500 anos de história do Brasil, com aproximações do lugar de cidadania de forma tardia (Del Priori, 2010). O conceito de infância foi construído no final da Idade Média e início da Idade Moderna na Europa, e essa concepção foi trazida compulsoriamente aos países latino-americanos através da colonialidade (Kuhn Júnior; Mello, 2020).

Abramowicz e Rodrigues (2014) referem sobre a infância como uma invenção da Modernidade:

“A questão é que há uma infância que modela a criança. Quem concebe a infância é o adulto, que a pensa de maneira pregressa e assim retira a potência e a possibilidade de transformação que há na própria infância. A criança está empobrecida no aluno, no pequeno consumidor, empobrecida em ideias pré-concebidas da infância. (...) Se a infância é uma construção social, uma invenção, produzida de muitas maneiras, especialmente pelas normatizações jurídicas, torna-se um poderoso dispositivo do poder” (Abramowicz; Rodrigues, 2014, p. 465).

As teorias desenvolvimentistas de autores como Piaget, Gesell e Buhler colocaram as crianças em um lugar de inferioridade perante o adulto, uma vez que são consideradas incompletas e não estão prontas do ponto de vista cognitivo, emocional e moral, portanto a sua existência social está em um devir, no futuro, a criança não é por si mesma. Sua identidade está construída sobre

aquilo que o adulto não é, com características de irracionalidade, imaturidade, dependência e impulsividade, estando estão credenciadas a participar ativamente da comunidade política somente após amadurecer. Isto é, quando se tornar um adulto autônomo, produtivo, racional. Este é um tipo de concepção instrumental que atende ao conceito de uma criança moderna eurocêntrica, buscando-se a expansão capitalista. Ao mesmo tempo em que o viés desenvolvimentista falha na promessa de resolver os problemas relacionados à fome e injustiça social no mundo (Castro, 2021).

Na medida em que houve o crescimento do conhecimento sobre a infância, inicialmente na pediatria, psicologia e pedagogia, foram sendo consideradas cada vez mais as especificidades do desenvolvimento infantil e, conseqüentemente, maior assistência e proteção aos direitos das crianças (Gomes; Oliver, 2010).

Atualmente os estudos sobre a infância estão sendo realizados nas mais diversas áreas, como na antropologia, psicologia, linguística, sociobiologia e arqueologia, caracterizando-se pela heterogeneidade de conhecimentos, com um amplo espectro de perspectivas (Leifsen, 2009). A partir da década de 90, o campo investigativo ultrapassou os campos tradicionais para considerar a infância como fenômeno social (Pinto; Sarmiento, 1997). A Terapia Ocupacional Social se desenvolveu no Brasil no final na década de 1970 e início da década de 1980, com intervenções direcionadas especialmente para crianças e jovens socialmente vulneráveis, mudando o foco biomédico da saúde e doença para as questões socioeconômicas, culturais, políticas e identitárias que fazem parte das experiências de desigualdade social (Costa *et al.*, 2023).

Pensar em infâncias de uma perspectiva que problematize a colonização eurocêntrica significa considerar a multiplicidade que compõe as crianças, as invisibilidades colonizadas das crianças negras, quilombolas, caiçaras, imigrantes, candomblecistas, homossexuais, transexuais. E pensar também em como subverter uma educação colonizada que busca padrões de *ser* totalitários, estereótipos adultizados, discursos machistas, racistas e homofóbicos, e a obsessão pelo alto desempenho escolar para a produção de sujeitos em série (Santos, 2014).

Nas cidades modernas, os lugares das crianças são em geral restritos entre casa e escola, em horários e rotinas bem estabelecidos, e a aprendizagem informal de conhecimentos da vida é substituída por oportunidades de aprendizagem formal e estruturada por adultos dentro e fora da escola. Desta forma, a relação construída pela criança com espaços não estruturados tem o seu potencial lúdico alterado por um ambiente extensivamente administrado, constituindo-se como uma visão ocidental hegemônica sobre o que é a infância (Connolly; Ennew, 1996).

Devido ao fato de a infância ter sido invisibilizada pelos adultos de maneira persistente, o seu reconhecimento como grupo social com direitos ficou comprometido durante tanto tempo. O conceito de criança como sujeito de direitos é uma aquisição recente, com uma agenda social, política e científica relevante, e com oscilações entre discursos protetores, e discursos

emancipadores (Soares, 2005).

As crianças ficavam excluídas da chamada primeira geração de direitos, isto é, os direitos à autonomia, que se referem à proteção contra as interferências à integridade física e mental e à autodeterminação, sendo consideradas sob controle de seus pais. As declarações internacionais dos direitos da criança ressaltaram a proteção contra abusos e o direito a receberem serviços, e as pesquisas sobre crianças costumavam medir os efeitos das intervenções de saúde ou educação tais como se avaliava com adultos. Mas a nova concepção dos direitos de participação das crianças, registrada na Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), diz respeito ao fato das crianças tomarem parte em decisões que as afetam, tais como o direito de expressar suas opiniões livremente (artigo 12), e o direito ao descanso, ao lazer e à participação na vida cultural e artística (artigo 31) (Alderson, 2005).

Por outro lado, ressalta-se também que órgãos como a ONU e o UNICEF, ao promoverem um discurso universal de direitos humanos, frequentemente reproduzem a colonialidade, na medida em que a sua pretensa universalidade cultural é, na verdade, um particularismo eurocêntrico disfarçado. Ao impor um padrão único de direitos as todas as culturas, independentemente de suas características, desvalorizam outras cosmovisões, formas de vida e sistemas de direitos de culturas não ocidentais (Kuhn Júnior; Mello, 2020).

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) criado em 1990 através da Lei 8.069, também foi inovador para a época, pois revogou o Código de Menores (Lei 6.697/79), o qual não resguardava os direitos das crianças e adolescentes. O ECA visa garantir a cidadania e responsabiliza os três setores da sociedade para isto, a família, o Estado e a comunidade, prezando pela integridade física, pela saúde e pela educação (Nascimento, 2017). Embora o ECA seja reconhecido pela sua completude, em 30 anos ainda não alcançou a efetividade esperada, em um país com tantas desigualdades (Kuhn Júnior; Mello, 2020).

Não se trata aqui de diminuir o valor da criação da noção de infância como fase da vida que requer atenção específica, nem da escola como fundamental para aprendizagem, ou das declarações e estatutos que garantem direitos, mas sim de compreender melhor o que eles trazem consigo e como a colonialidade pode se manifestar nestas questões (Kuhn Júnior; Mello, 2020).

No campo da pesquisa, reconhecer as crianças como sujeitos ao invés de objetos de pesquisa implica em conferir a elas um lugar para falar em seu próprio direito e relatar experiências válidas (Bona; Costa, 2023; Kellet, 2005; Natividade; Coutinho, 2012; Santos; Izquierdo, 2024), considerando também as várias formas de expressão além da linguagem oral (Alderson; Goodey, 1998).

Desta forma, envolvê-las é uma maneira de resgatá-las da exclusão e do lugar de serem representadas como objetos passivos, respeitando o seu assentimento informado e voluntário

visando protegê-las de pesquisas que possam ser inadequadas de alguma forma (Alderson, 2005). É fundamental conhecer as crianças a partir delas mesmas, preconizando a sua participação direta acerca das suas circunstâncias de vida (Ferreira, 2014).

Quanto à escolarização, este processo veio com um papel de cuidado à infância, mas também de normatização em massa, reproduzindo-se o olhar colocado sobre a criança ao longo da história. O objetivo não foi o de construir indivíduos críticos, com potência criativa e com desejos, mas sim crianças moldadas para se tornarem adultos dentro dos padrões sociais hegemônicos (Mello; Santos, 2018).

As escolas cristãs descritas por Michel Foucault foram mecanismos disciplinares e de controle não apenas para formar crianças dóceis, treináveis, corrigíveis e totalmente subservientes, mas para adentrar a vida das famílias e coagi-las à obediência dos bons costumes, com vigilância constante de todos os seus atos (Foucault, 1999). Esta construção simbólica da infância foi permeada pela desqualificação da voz das crianças e pela colonização dos adultos nas suas formas de existência (Sarmiento, 2005).

Apesar dos avanços educacionais no Brasil nos últimos 35 anos, a proporção de pessoas negras pobres continua elevada, e sem políticas raciais essa situação não poderá ser modificada. A condição de pobreza impacta a criança negra de maneira mais dilacerante do que a criança pobre branca, o que indica que o preconceito racial é ainda mais forte do que o de classe no país. Portanto, pensar em uma Sociologia da Infância brasileira precisa levar em conta necessariamente a questão racial, e não apenas as questões de classe social (Abramowicz; Oliveira, 2012).

Os processos sociais que constituem as crianças estão relacionados ao gênero, sexualidade, etnia, raça e classe social, enquanto fatores que produzem diferenças. Assim, a infância das crianças indígenas brasileiras não é igual a das crianças do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro, nem igual a das crianças do Itaim Bibi de São Paulo, embora na sociedade global exista um lugar social para a infância. É essa heterogeneidade que compõe as infâncias brasileiras (Abramowicz; Oliveira, 2012).

Ressalta-se também que quando se fala de diferenças, é preciso pensar o que é diferença, quem as constrói, e quais diferenças a partir de quê. As diferenças são construídas socialmente, provenientes de parâmetros de normalidade estabelecidos pelo homem branco, heterossexual, urbano e católico, o qual diferencia de forma hierárquica pessoas negras, com outros costumes e valores religiosos, etc. Assim, a criança negra já sofre uma série de estigmatizações, e a criança negra do gênero feminino ainda mais, seguindo um padrão contínuo de inferiorização (Moruzzi, 2010).

Com a dominação econômica do capitalismo, as crianças passaram a fazer parte deste universo de competição, individualismo, controle e superação, como uma forma ensinada pelo

colonizador de se autoafirmar, e com as noções de sucesso e de fracasso dependendo exclusivamente do próprio indivíduo, o que também se engendrou pelas periferias. No entanto, a construção cultural e social da criança não é homogênea como a modernidade intenta normatizar, mas acontece através das suas percepções de mundo, sobre os seus processos de formação de valores pessoais, situadas em relações culturais diversas, e ligadas em seu momento temporal, histórico e social. Apesar das teorias eurocêntricas que tendem a encapsular o desenvolvimento de uma forma homogênea, o desenvolvimento da criança se dá nas particularidades do seu território, e também dentro de espaços de domínio da colonialidade. Reconhece-se assim, que a infância continua sujeita a processos de subalternização, mas também de produção ativa de culturas e sentidos próprios (Dourado, 2020).

Porém, a realidade contemporânea é repleta de fundamentalismos, guerras, conflitos por monopólios de poder, e violências por questões étnicas e religiosas, descartando a coletividade para atender questões particulares, com total negação da responsabilidade ética porque o outro é depreciado e desconsiderado (Zanon, 2020). O mal-estar nas populações é permeado pela falta de convívio pacífico entre as culturas, sem um encontro real entre as pluralidades (Flickinger, 2018).

A dificuldade em viver a alteridade está no fato de se querer buscar um centro, uma localização, uma identidade para se relacionar com o mundo. Neste cenário, o outro passa a ser julgado como aquilo que está à margem, como o estrangeiro, a mulher, o homossexual, já que não se encaixam na unidade de sentido estabelecida pela cultura hegemônica. Assim, todas as culturas que foram submetidas ao poder político, econômico e militar de outrem, foram desqualificadas e subjugadas, impossibilitando a existência participativa do outro, eliminando-o simbolicamente a partir da negação de qualquer compreensão de seu universo (Ruiz, 2009).

A alteridade nega a distinção que categoriza esse outro como bárbaro e perigoso, voltando-se para a máxima abertura da consciência. Ela é a esperança para uma cultura menos limitante, mais vasta, voltada para práticas de liberdade, e entrecruzando-se com vários outros continuamente (Ruiz, 2009).

Nesta perspectiva, distancia-se da visão da criança como um vir a ser, como um outro sem conhecimento relevante, em uma condição de silenciamento e de obediência servil e, portanto, passível de receber uma educação visando dominar e regular a infância, para compreender a criança a partir de si mesma, como sujeito pleno e produtor de cultura e de história (Oliveira, 2002).

As crianças produzem culturas de forma contextualizada socio-historicamente e culturalmente, levando em conta as relações de poder intergeracionais, interétnicas, de classe e de gênero. Isto é, existem diferenças nas produções culturais das crianças considerando a determinação geopolítica, as instituições e os discursos sociais que regulam o espaço social da infância. A agência social das crianças acontece de forma situada, estando entrelaçadas a outros agentes sociais e

institucionais vinculados a elas (Szulc, 2021).

Ao se pensar sobre o protagonismo infantil, remete-se ao indivíduo com voz, com direitos e com autonomia, que tem espaço para dizer quem são e do que precisam. Quando não há lugar para o discurso das crianças na sociedade contemporânea, o outro é que pensa sobre as possibilidades para a sua existência. As necessidades de crianças que vivem em situação de privação de direitos básicos como o direito à vida, à liberdade e à vivência em família e comunitária, precisam ser atendidas pelos serviços públicos de atenção às crianças e adolescentes, mas partindo de um olhar múltiplo para o seu contexto, e não segmentado (Mello; Santos, 2018).

Os estudos da infância parecem não impulsionar as decisões políticas nacionais e internacionais para favorecer as crianças pelo mundo. Mais de um quarto da população mundial é composta por pessoas de até 15 anos de idade, e a negligência e o descaso com essa população a coloca em uma posição de agentes subalternos na agenda política, impedindo o planejamento de outros futuros possíveis para as localidades, apesar de toda a riqueza de mundos culturais coletivos produzidos pelas crianças (Castro, 2021).

Sharmla Rama (2021) afirma que: “As infâncias do Sul Global devem existir como centro, e não como apêndice, ou exemplo de desvio de narrativa, discurso, teorias e suposições normalizadas e dominantes sobre crianças e infância do Norte Global” (p. 13-14). É necessário continuar galgando discussões sobre o que significa descolonizar os estudos da infância no Brasil, se apropriando dos entendimentos e teorias de autores do Sul Global. Além de antepor a visão de mundo africana e repensar qual é a representação de crianças e jovens africanas. As infâncias no Sul Global estão engendradas na posição da maioria dos países do hemisfério sul, ou seja, com uma composição social marcada pela colonização, pela escravidão, e na periferia de uma estrutura global de exploração política, econômica, cultural e subjetiva (Szulc *et al.*, 2021).

As teorias precisam caminhar no sentido de compreender como a condição de ser criança pode provocar questões no rol soberano de investigações internacionais sobre a infância, e contemplar devidamente as questões específicas das infâncias nas localidades dos países periféricos (Szulc *et al.*, 2021).

Pensando na diversidade de modos de vida infantis, as crianças quilombolas de Cafuringa no estado do RJ são consideradas parte dos seus territórios, produzindo culturas a partir de suas ações, brincadeiras e interações. A criação de animais e as plantações nos quintais são baseadas nos saberes tradicionais e servem para a subsistência. O papel afetivo de mãe é assumido por diversas mulheres da comunidade que fazem o cuidado das crianças. As crianças passam a maior parte do dia sozinhas, cuidando umas das outras, brincando com as coisas encontradas no quintal, e o trabalho acontece na lavoura de cana-de-açúcar, no espaço doméstico, na roça e nos trabalhos informais. Ao mesmo tempo em que enfrentam a pobreza e o racismo diário, os laços comunitários

e de solidariedade são bastante significativos e trazem o senso de comunhão e de felicidade para os moradores, sendo a coletividade a grande representatividade da comunidade (Pérez; Souza, 2021).

Há também outros modos de vida no contexto de mobilização e organização do MST, onde se busca mais do que um projeto de reforma agrária, mas uma sociedade baseada em igualdade e justiça social, e as crianças são consideradas membros ativos da comunidade de enfrentamento, incluídas nas ocupações e nos encontros do movimento. Trata-se de viver a infância engajada na luta social e dentro de relações mais horizontais entre as gerações, repercutindo na construção de uma subjetividade particular e nas ações das crianças, o que é diferente de algumas infâncias do contexto urbano que estão circunscritas no consumismo, no individualismo e na governança dos adultos (Melo; Castro, 2021).

Neste percurso histórico de construção social e reconhecimento da infância, Davis, Polatajko e Ruud (2002) refletem sobre como os papéis ocupacionais infantis caminharam ao longo do tempo. Embora as crianças e as ocupações sejam conceitos diferentes e separados, as crianças estão sempre ocupadas em seus fazeres, ocupacionalmente engajadas. As ocupações infantis são influenciadas pelas mudanças tecnológicas e pelos períodos históricos, especialmente a partir das visões sociopolíticas sobre a infância. Nos anos 1600 as crianças não tinham o reconhecimento de suas necessidades específicas, e a religião dominava os pensamentos e crenças. As crianças estavam envolvidas principalmente no ensino formal, nos estudos religiosos e nas tarefas domésticas e agrícolas, não havendo incentivo para a ludicidade.

Nos anos 1790 a 1890, o processo de industrialização passou a usar as crianças como força de trabalho. No final do século XVIII houve mudanças nas ocupações, com maior envolvimento em atividades ao ar livre e de socialização no que no século anterior. Nos anos 1850 a 1930 as políticas de escolarização passaram a ser instituídas, e estudos sobre crianças passaram a ser feitos. Nos anos 1910 a 1940 as guerras mundiais alteraram as divisões de trabalho das famílias, onde as crianças e as mulheres passaram a trabalhar para garantir a sobrevivência, enquanto os homens partiam para as guerras (Davis; Polatajko; Ruud, 2002).

De 1950 até a atualidade, a era da informação trouxe muitas mudanças nas ocupações infantis em 50 anos, sendo que as crianças passaram a ser o foco principal da família, e a escola se tornou cada vez mais um substituto da família nas últimas décadas do século XX. A invenção do cinema, da televisão e do computador trouxe uma ocupação passiva para as crianças, e o divórcio dos adultos trouxe a ocupação de visitar os pais em outras casas (Davis; Polatajko; Ruud, 2002).

Apesar dos avanços na garantia de direitos, ainda persistem desigualdades que limitam as ocupações de muitas crianças, evidenciando que a forma como se ocupam continua atravessada por fatores sociais e pela restrição no acesso a recursos educacionais e culturais. Dessa forma, as ocupações infantis atuais refletem não apenas os ganhos da modernidade na valorização da infância,

mas também as contradições e desafios da sociedade contemporânea.

4 SEÇÃO 3: TERAPIA OCUPACIONAL, OCUPAÇÕES HUMANAS E INFÂNCIA

4.1 Repertório Ocupacional Infantil

A infância é uma área de destacada relevância para a TO, a qual realiza um trabalho com esta população visando a ampliação da autonomia da criança na vida social, nas suas diversas áreas de atuação (Angeli; Luvizaro; Galheigo, 2012; Blázquez Ballesteros *et al.*, 2015; Gomes; Oliver, 2010; Humphry, 2002; Lawlor, 2003; Nucci *et al.*, 2017; Rocha; Deliberato, 2012).

O desenvolvimento infantil costuma ser descrito através das idades e estágios de desenvolvimento dentro dos domínios da cognição, linguagem, motricidade e comportamento psicossocial, e historicamente houve quatro perspectivas sobre o desenvolvimento. A visão pré-formationista descrevia as crianças como pequenos adultos, como foi descrito por Philippe Ariès em 1962. A visão maturacionista trouxe a influência da hereditariedade como um determinante na constituição do indivíduo. A visão ambientalista, trazida por John Locke nos anos 1700, referia que o indivíduo nascia como uma folha em branco, e as experiências de vida é que moldavam o desenvolvimento. Posteriormente, a visão interacionista trouxe a complexa relação interativa entre as pessoas e seus ambientes para construir o curso do desenvolvimento humano (Davis; Polatajko, 2006).

A participação nas ocupações diárias constrói o repertório ocupacional da criança, a independência pessoal, o senso de produtividade, e a participação nas atividades lúdicas, favorecendo assim, o desenvolvimento infantil. A aquisição de habilidades delineia uma diversidade de papéis ocupacionais (Larson, 2000; Mandich; Rodger, 2006; Schunk, 1985).

Considerando a particularidade de cada família quanto à composição, a presença de cuidados compartilhados com outras pessoas, a gestão da parentalidade, crenças, cultura, valores e fatores socioeconômicos, há um alto impacto das famílias no sentido de moldar os papéis e as ocupações das crianças (Darlington; Rodger, 2006). As questões econômicas também influenciam na participação das crianças de acordo com a disponibilidade de recursos existentes (Ziviani; Rodger, 2006).

Dennis Persson *et al.* (2001) foram autores do contexto internacional que discutiram o constructo “repertório ocupacional” no artigo sobre as dimensões de valor, significado e complexidade da ocupação humana, referindo que “o repertório ocupacional de uma pessoa cria um

curso de vida individual único, e o valor de todas as ocupações escolhidas e desempenhadas contribuem para a profundidade da experiência com significado na vida de cada pessoa” (p. 13). A interação entre a pessoa, o ambiente e a tarefa cria um repertório ocupacional único e contínuo para aquele indivíduo ao longo da vida.

Não se trata de utilizar teóricos do Norte Global para este capítulo buscando delimitar teorias que possam responder ao contexto brasileiro, mas sim no sentido de compreender que cada ser humano possui seu próprio repertório de ocupações.

Davis e Polatajko (2006) referem que é do escopo da TO na área da infância a compreensão de como se dá o desenvolvimento da criança de modo que haja sustentação para o seu mundo ocupacional. Autores como Jean Piaget e Erik Erikson foram fundamentais para a compreensão do desenvolvimento nos domínios cognitivo e psicossocial, respectivamente, porém é de grande relevância compreender a complexidade do desenvolvimento ocupacional da criança.

Tais autoras também referem que o repertório ocupacional é dinâmico, se modificando no decorrer do tempo, e pode ser entendido como “o conjunto de ocupações que um indivíduo tem em um ponto específico do curso de vida” (Davis; Polatajko, 2006, p. 137). Portanto, os repertórios não apresentam um desfecho específico, podendo se ampliar ou diminuir de acordo com as questões do sujeito, da ocupação e do ambiente, mas espera-se que ele vá caminhando e se expandindo de acordo com o desenvolvimento da criança, e também com a evolução da própria espécie humana.

Nota-se então que o desenvolvimento ocupacional se refere a mudanças no comportamento ocupacional, de forma que o indivíduo se apropria do mundo ocupacional e se torna competente dentro dele, resultando na participação ativa do indivíduo no mundo através da ocupação. As características da própria pessoa, em interação com o ambiente e com os estímulos promovidos pela família, operam de maneira complexa para produzir mudanças no desenvolvimento. Considera-se aqui que a parentalidade pode ser positiva ou negativa e hostil, além dos fatores ambientais, agindo de maneira multidirecional (Davis; Polatajko, 2006).

Existe um processo de acomodação entre as capacidades inatas e em desenvolvimento da criança, associadas ao ambiente e às ocupações que estão sendo aprendidas, sendo que estas ocupações serão a base do seu repertório ocupacional. Como ocupação se refere ao *fazer*, o desenvolvimento ocupacional acontece a partir da participação ativa do indivíduo, podendo haver prejuízos neste desenvolvimento quando o ambiente não oferece oportunidades para a participação ativa (Davis; Polatajko, 2006).

Os ambientes físicos (naturais e construídos) permitem que as pessoas “façam o que precisam, desejam ou o que se espera que façam” (Davis; Polatajko, 2006, p. 148), e os ambientes sociais fornecem apoio, normas e recursos para o desempenho das ocupações. Sem desconsiderar

os efeitos negativos de ambientes de privação, e levando em conta que estes ambientes físicos e sociais são construídos pelos seus contextos histórico e cultural.

Pessoas que sofreram as consequências de desastres naturais, doenças progressivas, desemprego ou pessoas em situação de imigração podem ter grandes alterações em seus repertórios ocupacionais, com problemas para se engajarem em ocupações significativas, ou realizando ocupações com as quais não se identificam, ou participando de ocupações de lazer distantes da sua cultura de origem (Davis; Polatajko, 2010).

Uma das características do desenvolvimento de um repertório ocupacional é o padrão de múltiplas variações, isto é, o crescimento não é contínuo nem unidirecional, envolvendo momentos de declínio e de crescimento. O desenvolvimento ocupacional pode passar por períodos de ganhos e perdas, e variações na qualidade, na quantidade, na complexidade e na especialização ao longo da vida. Outra característica é a mudança de domínio, em que um indivíduo pode desenvolver proficiência em uma ocupação específica, e depois isso se modifica na medida em que a criança amadurece e seus comportamentos se tornam mais complexos, desenvolvendo habilidades e maior qualidade para outras ocupações (Davis; Polatajko, 2006).

Portanto, o repertório ocupacional não pode ser previsto com base apenas na idade e no estágio de desenvolvimento, devendo-se considerar o que ela já fez, quais foram e são as oportunidades ocupacionais e as barreiras e apoios presentes no ambiente da criança – o desenvolvimento ocupacional é totalmente interacionista (Davis; Polatajko, 2006).

Lawlor (2003) considera as crianças como “seres socialmente ocupados” (p. 424), engajados em ocupações cocriadas, e traz reflexões sobre o que significa para a criança estar engajada com outras pessoas em um mundo social, ou o que significa experimentar a vida enquanto ela está ocupada. Isto é, não se trata de pensar na criança ou na atividade de forma isolada, mas sim em uma criança que está intrinsecamente ligada à sociabilidade humana, e em ocupações que emergem de mundos socioculturais.

Isto faz pensar sobre o quanto os estudos sobre o desenvolvimento infantil se voltam para os aspectos do desenvolvimento neuropsicomotor, deixando de discorrer sobre as crianças como seres ocupacionais (Folha; Della Barba, 2022). Os marcos sensório-motores, cognitivos e psicossociais são importantes, mas não explicam como acontece o desenvolvimento ocupacional das crianças. A participação nas interações sociais e nas rotinas de cuidado direciona a criança em seus atos intencionais e atribui significado às suas experiências, tornando-se um ser ocupacional (Humphry, 2002). Desta forma, as crianças são protagonistas nos fazeres infantis (Folha, 2019).

Pessoas vivendo ocupações intensamente, como atletas de alto desempenho, ou desabastecidas de ocupações, como idosos institucionalizados restritos a um quarto esperando que o dia acabe, estão com problemas em seu repertório ocupacional, ou seja, na constelação geral ou

soma total de suas ocupações. Explorar os repertórios ocupacionais das pessoas dentro da TO nos possibilita entender suas vidas ocupacionais, e o quanto a ocupação pode estar contribuindo para a saúde e o bem-estar. Importa saber não apenas a competência em ocupações específicas, mas a totalidade das ocupações que preenchem o dia de um indivíduo (Davis; Polatajko, 2010).

Davis e Polatajko (2010) citam ferramentas que podem servir para compreender o repertório ocupacional, tais como fazer uma linha do tempo com o curso da vida ocupacional do indivíduo para analisar a natureza contextual de um repertório ocupacional, ou instrumentos como o COPM – Canadian Occupational Performance Measure (Law; Baptiste; Carswell *et al.*, 2005), o ACS – Activity Card Sort (Baum; Edwards, 2008), o PACS – Paediatric Activity Card Sort (Mandich *et al.*, 2004) e o OPHI-II – Occupational Performance History Interview II (Kielhofner *et al.*, 2004). Faustino (2022) cita os instrumentos ORDM-P – Occupational Repertoire Development Measure – Parent (de Njelesani; Davis; Pontes, 2020) e o ORDM-C – Occupational Repertoire Development Measure – Children (de Pontes; Njelesani; Davis *et al.*, 2018).

A revisão de escopo de Faustino e Figueiredo (2022) refere que embora o constructo do repertório ocupacional faça parte da literatura internacional, ele está presente em artigo brasileiros, principalmente a partir de 2018.

4.2 Dimensão Política das Ocupações Humanas

Ressalta-se que a teoria acima de Jane Davis e Helene Polatajko considera o repertório ocupacional de uma criança como um conjunto de ocupações não apenas individualizado, mas sim como resultado também do ambiente. Portanto, é importante trazer aqui uma dimensão política da ocupação humana, uma vez que ela é tanto um instrumento de opressão social, quanto pode ser uma prática libertadora.

A ocupação humana não pode ser encarada quase que inteiramente como uma experiência individual. Essa visão como uma experiência individual é necessária, mas não é suficiente para a compreensão da complexidade do contexto sobre as ocupações dos indivíduos. A ocupação é profundamente contextual e social, vinculada a uma cultura, a uma história da comunidade e à economia vigente (Dickie; Cutchin; Humphry, 2006).

Não é possível fazer uma separação entre pessoa, ocupação e contexto. Afirma-se uma mudança de paradigma a partir do momento em que se reconhece que o indivíduo só existe entrelaçado em relações sociais, então a sua participação e as ocupações acontecem dentro de relações macro e micro socioculturais, nas quais as subjetividades se fundam (Drummond; Ferreira; Costa, 2021).

Ressalta-se que “as ocupações, os afazeres humanos e não humanos de países colonizados foram constituídos em um processo de violência social, econômica, política e cultural hierarquizada, patriarcalizada e racista” (Brito; Quadros Magalhães; Coelho Magalhães, 2023, p. 849), com identidades construídas por um Estado opressor.

Para uma conceituação crítica da ocupação humana, buscou-se a autora sul africana Elelwani Ramugondo (2015), a qual traz uma dimensão política para o que as pessoas fazem todos os dias. A consciência ocupacional tem a ver com a compreensão de que as atividades diárias individuais e coletivas sustentam relações desiguais de poder e podem ser uma forma de resistência. Assim, a consciência ocupacional se configura como uma maneira de libertação em relação às estruturas sociais opressivas. A consciência trata-se de uma resposta emocional à estratificação social, olhando para o aspecto de que as comunidades oprimidas não são totalmente incapazes de resistir aos processos de dominação, mas podem desvelar que algumas ocupações sustentam a sujeição e a dependência, e outras são excluídas ou marginalizadas (Ramugondo, 2015).

“A ocupação humana pode muito bem ser central para a opressão e colonialidade, na medida em que *fazer* é a representação mais visível de relações intersubjetivas desiguais” (Ramugondo, 2015, p. 494, tradução nossa), portanto, as ocupações se entrelaçam com a desigualdade. As ocupações padronizadas têm um efeito normalizador do sujeito, sendo difíceis de serem rompidas. Assistir televisão durante várias horas diariamente é um exemplo de uma ocupação ‘que todos fazem’, e faz parte de um desenho colonial onde o oprimido deve mudar a si próprio imitando o dominante, para que possa então ocupar um lugar que tenha reconhecimento. Dessa forma, a consciência ocupacional se faz como um instrumento de reflexão e crítica das comunidades marginalizadas, para que possam sair do silenciamento e transgredir a dinâmica da dominação (Ramugondo, 2015).

Para Laliberte Rudman (2010), as possibilidades ocupacionais são moldadas de forma diferente para grupos sociais específicos, de acordo com a estrutura social e o contexto vivido. Além das questões políticas, sociais, culturais, institucionais e espaciais que determinam o que as pessoas fazem, há formas bastante sutis de atuação do poder para influenciar indivíduos e coletivos em relação ao que eles acreditam que devem fazer no cotidiano. Assim, as condutas são reguladas de tal forma que as ocupações são construídas socialmente e consideradas ideais ou moralmente inapropriadas de acordo com a idade, o gênero ou a classe social. Em especial, as ocupações voltadas para a vida adulta são conformadas de modo a se adequar aos ideais neoliberais de individualismo e consumismo, havendo poucas possibilidades ocupacionais para pessoas incapacitadas ou sem recursos para viver as ocupações tidas como ideais, limitando a oportunidade para modos de ser (subjetividades), gerando injustiça ocupacional e sustentando discursos marginalizadores.

O neoliberalismo contemporâneo não tem como objetivo defender a democracia, podendo se abster dessa forma de Estado, e sobrepondo o mercado em detrimento das ações estatais na economia. A concorrência e o sistema de preços se conformam como a base para a riqueza, para a liberdade e para o desenvolvimento humano. As ações estatais visando o bem-estar social são vistas como um obstáculo para a produção de riqueza. A própria política econômica neoliberal produz a pobreza, reduzindo os empregos e os salários e concentrando a renda, com políticas sociais com redução de gastos, aprofundando as péssimas condições de saúde, educação e moradia. O funcionamento se baseia na redução de gastos sociais e no aumento dos gastos financeiros para outras áreas (Boito Jr., 1999). O poder político opera então moldando subjetividades particulares e incentivando a sua estruturação (Laliberte Rudman, 2005).

Desta forma, pretende-se olhar para a construção do repertório ocupacional infantil neste estudo considerando não apenas os aspectos da própria criança relacionados ao desenvolvimento infantil, mas para as forças políticas, econômicas, culturais e sociais que moldam acentuadamente os fazeres na infância, conformando crianças em adultos subservientes à modernidade capitalista, e perpetuando a subalternização daquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

4.3 Interseccionalidade e Ocupações Humanas

Neste subcapítulo será apresentada a teoria da socióloga norte-americana Patricia Hill Collins sobre a interseccionalidade, como uma forma de compreender como as diferentes formas de desigualdade e de opressão se entrelaçam e se influenciam mutuamente, compondo os indivíduos através de estruturas de subordinação, e será adotada para a apreensão da complexidade da realidade vivida pelas infâncias plurais deste estudo.

Após intensas lutas sociais, como as lutas contra o colonialismo na África, na Ásia e na América Latina, a visibilidade global das mulheres e o fim do apartheid na África do Sul, as formas de dominação duradouras e dramáticas diminuíram para dar espaço para a discussão sobre os graves problemas sociais gerados e um novo olhar para a desigualdade social e para a necessidade de mudança social. Os problemas profundos causados pelo colonialismo, pelo racismo, pelo patriarcado, pelo capitalismo e pelo nacionalismo estão inteiramente interligados, onde todas essas estruturas de poder atuam em conjunto para manter as desigualdades (Collins, 2022).

A descolonização transmutou-se no neocolonialismo, o feminismo está repleto de misoginia, o apartheid racial foi reformulado dentro dos países e entre eles, os direitos civis são artificiais, e as instituições democráticas falham nos ideais de liberdade e justiça para priorizar a manutenção do poder. Essas são as relações neocoloniais contemporâneas. Portanto, a

interseccionalidade é uma forma de resistência epistêmica para se opor ao racismo, ao sexismo, ao heterossexismo, à exploração de classe e a outros fenômenos sociais afins, visando desmantelar o poder epistêmico. Embora seja apenas uma das formas de análise para produzir explicações sobre questões sociais, não se sobrepondo a outras formas de teoria social crítica (Collins, 2022).

A interseccionalidade surgiu na metade do século XX, em um cenário de movimentos sociais que reivindicavam reflexões por meio de ideias críticas e a emancipação da vida das pessoas. Seu início se deu com a acadêmica e defensora dos direitos civis Kimberlé Crenshaw, em suas publicações na década de 1990 no campo do feminismo negro estadunidense (Collins, 2022).

O termo “interseccionalidade” passou a ser largamente utilizado no meio acadêmico no início do século XXI, e por militantes de políticas públicas e profissionais ativistas de diversas áreas, como nos estudos feministas, raciais, culturais, de direitos humanos, justiça reprodutiva, iniciativas de combate à violência, direitos da classe trabalhadora e outras questões afins (Collins; Bilge, 2021).

É uma forma de pensar a relação com o poder, o qual produz as opressões e os problemas sociais. Isso não significa que as categorias de raça, gênero, idade, sexualidade, capacidade, nação, etnia, status de cidadania e classe sejam equivalentes enquanto sistemas de poder. Elas podem ser semelhantes, mas são as suas especificidades que as tornam relacionáveis entre si, sendo interdependentes. Parte-se das premissas de que: (a) estas categorias são sistemas de poder que se constroem mutuamente; (b) que a intersecção das relações de poder produz desigualdades sociais complexas e interdependentes; (c) “que a localização social de indivíduos e grupos na intersecção das relações de poder determina suas experiências e perspectivas no mundo social” (Collins, 2002, p. 74); (d) e que a resolução de problemas sociais locais ou globais requer análises interseccionais. Desta forma, as opressões produzem resultados materiais desiguais e experiências sociais diferentes para as pessoas de acordo com as hierarquias sociais (Collins, 2022).

Além disso, as desigualdades de classe, de gênero, racial e de sexualidade, por exemplo, não são entidades distintas, e não são resultados de outros processos sociais externos, o que levaria ao pensamento de que a desigualdade social é natural e inevitável. Ao contrário, as desigualdades são o resultado do funcionamento das relações de poder, dentro de um contexto social específico, e não uma característica natural da sociedade (Collins, 2022).

Apesar de grupos de pessoas serem desproporcionalmente prejudicados pelas relações neocoloniais, a emancipação, a liberdade ou o fim da dominação formal não ocasionaram o fim das relações coloniais, assim como a libertação dos países não mitigou o sofrimento material, e a legislação não amenizou a violação de direitos dos indígenas. Portanto, refletir sobre epistemologias de resistência e sobre novas alternativas de transformação é essencial (Collins, 2022).

As questões relacionadas ao antirracismo, ao feminismo, à descolonização e à

interseccionalidade são chamados de projetos de conhecimento resistente não apenas para enfrentar os mecanismos de poder preponderantes, mas para questionar quais podem ser as formas de resistência. As teorias sociais ocidentais enfatizam mais sobre a elucidação de como se constitui a ordem social, com pouco interesse em promover resistências políticas. Porém, para povos indígenas, pessoas negras, mulheres, pessoas pobres, pessoas LGBTQ, minorias religiosas, pessoas latinas, populações imigrantes e pessoas com diversidade funcional, a resistência epistêmica é fundamental para a construção de uma análise crítica. E a interseccionalidade representa mais do que ideias, mas sim a exploração da relação entre conhecimento e poder, para a compreensão de como se dá a arquitetura das relações dominantes onde pessoas são diferencialmente privilegiadas ou penalizadas (Collins, 2022).

A ruptura epistêmica aconteceu quando a história passou a ser contada pelas próprias pessoas subordinadas, e não por pessoas externas sobre as pessoas subordinadas, explicando e analisando suas próprias experiências. Isto é, deixando de ser objetos de conhecimento da investigação acadêmica, para se tornarem agentes do conhecimento sobre suas vidas e sobre as pessoas que as subalternizaram, sob a lente da intersecção das relações de poder, desafiando as injustiças epistêmicas das elites. Na teorização interseccional é necessária então a autorreflexividade crítica quanto às conexões entre experiência, comunidade e ação social. A experiência é um modo de conhecimento democrático por não ser necessário uma educação formal, sendo importante para analisar os problemas sociais e como podem ser enfrentados (Collins, 2022).

A violência é a condição que une os sistemas interseccionais de poder, isto é, o funcionamento do poder no capitalismo, no colonialismo, no imperialismo, no racismo e no heteropatriarcado se dá pelas relações violentas para estabelecer a dominação política, ainda que sejam pouco visíveis ou mais ostensivas. Estas formas de opressão caracterizam a geopolítica global, produzindo dinâmicas de desigualdade social nos vários Estados-nação. Mais do que uma agregação de práticas, a violência é fundamental para manter o poder como forma de dominação, o que a torna naturalizada, onipotente, legítima e hegemônica, e enfraquece as ações que visem combatê-la (Collins, 2022).

Assim, as políticas de corpo, por exemplo, estabelecem características com valor social e oposição, como mulher ou homem, negro ou branco, heterossexual ou homossexual, capacidade ou incapacidade, normal ou anormal, categorizando-os para sustentar a política corporal eugênica (Collins, 2022).

As desigualdades estruturais, como gênero, raça ou etnia, deficiência, nacionalidade ou status de imigração, têm conexões indivisíveis com a desvantagem econômica, sendo formas interconectadas de injustiça e criando experiências particulares de privilégio e de opressão. Entender essas realidades é fundamental para encontrar soluções, com a implementação de políticas

que não reforcem abordagens isoladas para lidar com a desigualdade, uma vez que as pessoas enfrentam múltiplas barreiras sobrepostas (Poverty and Inequality Commission, 2021).

Pires (2017) ressalta que a multidimensionalidade da pobreza não pode ser solucionada apenas pela melhoria da distribuição de renda, uma vez que a barreira econômica é apenas uma das várias dificuldades para a ascensão social e melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade. O eixo de desigualdades econômicas (classes de renda) se entrelaça com os outros eixos de desigualdades, sendo estruturantes para a reprodução das relações sociais marcadas pelo acúmulo histórico de exclusões.

O conceito de interseccionalidade revela que as agendas políticas são produtoras de desigualdades interseccionais e poderiam trazer soluções, e permite analisar as experiências sociais implicadas nas ocupações, uma vez que há múltiplos sistemas de opressão que geram condições de vulnerabilidade e que fazem parte do cotidiano das pessoas através dos domínios de poder. As pessoas, as ocupações e os contextos são indivisíveis, e as opressões em cena estão engendradas no significado das ocupações, e na facilitação ou limitação na realização das ocupações (Ferrufino *et al.*, 2019).

As experiências de discriminação e exclusão alteram as relações interpessoais, os modos de existência no mundo, as ocupações e as atividades humanas, e a Terapia Ocupacional requer abordagens que auxiliem na compreensão destes processos e na ruptura das formas de opressão (Ambrosio; Silva, 2022).

5 CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA

Os tópicos discutidos na introdução corroboram com o fato de que, ao se reconhecer a infância como um fenômeno social, com suas especificidades e influências externas, é possível perceber que crianças em condições de maior vulnerabilidade social podem enfrentar restrições significativas em suas experiências e oportunidades ocupacionais, o que limita o seu potencial de desenvolvimento ocupacional. No entanto, há uma lacuna na literatura nacional e internacional no que diz respeito a como a pobreza e as desigualdades moldam a construção do repertório ocupacional infantil e o acesso às ocupações.

Assim, foram delineadas as seguintes perguntas de pesquisa:

- ✓ Existem diferenças no repertório ocupacional de crianças de diferentes condições socioeconômicas?
- ✓ Quais são as influências da condição socioeconômica das famílias no repertório ocupacional infantil?

Partindo da hipótese de que as injustiças sociais, as desigualdades e as desvantagens determinam as escolhas ocupacionais e limitam as oportunidades de grande parte da população mundial (Hammell, 2021), esta pesquisa teve como objetivo investigar o impacto da condição socioeconômica na construção do repertório ocupacional de crianças em diferentes contextos de vida, sob o olhar dos cuidadores e das crianças.

Os objetivos específicos corresponderam a:

- mapear e comparar o repertório ocupacional de crianças de diferentes condições socioeconômicas, com base nos relatos dos cuidadores e das próprias crianças, analisando quais são as oportunidades ocupacionais disponíveis para crianças em contextos de maior e menor privilégio socioeconômico;
- compreender a percepção dos cuidadores sobre o impacto da condição socioeconômica na vida ocupacional das crianças, examinando as suas perspectivas sobre como o contexto molda as experiências ocupacionais infantis.

6 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

6.1 Caracterização do estudo

Trata-se de um estudo quantiqualitativo (Sampieri; Collado; Lucio, 2013), exploratório e transversal. O estudo exploratório tem como objetivo familiarizar-se com um fenômeno ainda pouco compreendido, visando desvelar as dimensões da questão de pesquisa, sendo necessário haver flexibilidade no planejamento para que seja possível criar novas hipóteses se for pertinente (Selltiz, Wrightsman; Cook, 1987). O estudo transversal descreve um fenômeno em um dado momento do tempo (Bailar III *et al.*, 1993), como um corte instantâneo feito na população (Hochman *et al.*, 2005).

Os métodos qualitativos buscam compreender um fenômeno dentro do contexto em que ele ocorre, com o pesquisador indo a campo visando corporificar impressões partindo da perspectiva das pessoas envolvidas. Por não se basear em uma estrutura rígida, existe a possibilidade de se explorar novos enfoques durante a pesquisa em campo (Godoy, 1995). Vislumbra-se então o estudo de uma realidade que não pode ser reduzida à quantificação de variáveis, e sim ampliada ao espaço mais profundo das relações (Minayo, 2002).

O enfoque da pesquisa qualitativa está na análise de múltiplas realidades subjetivas,

possibilitando explorar significados com riqueza interpretativa. A coleta e a análise dos dados vão ocorrendo de forma praticamente simultânea. Ao invés de partir de uma teoria específica, o pesquisador inicia pela análise do universo social da pesquisa e então desenvolve teorias coerentes com os dados encontrados; isto é, as perspectivas teóricas vão sendo construídas através da exploração do campo, indo do particular para o geral. As hipóteses não são necessariamente testadas, e sim aperfeiçoadas conforme os dados são obtidos. O sentido dos fenômenos é suscitado de acordo com o significado que os participantes dão a eles (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

Já os métodos quantitativos são sequenciais, e com variáveis pré-determinadas a serem medidas (ou os conceitos contidos nas hipóteses) em um determinado contexto, através de instrumentos padronizados. Busca-se compor relações entre as variáveis e regularidades no comportamento de uma população, generalizar os resultados encontrados na amostra para um grupo maior da população, além da possibilidade de replicação do estudo (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

Ambos os métodos são de naturezas diferentes (Turato, 2005), mas podem ser utilizados de forma mista no intuito de gerar uma análise abrangente do problema de pesquisa. Métodos mistos paralelos convergentes se referem a uma das formas de se utilizar os dois métodos, integrando os dados quantitativos e qualitativos coletados simultaneamente, para interpretar os resultados como um todo (Creswell, 2014).

Apesar da pesquisadora não ter ficado imersa integralmente nas comunidades durante os meses de pesquisa de campo, foi possível realizar a observação direta do contexto social e cultural dos participantes, na medida em que foi inserida nos espaços vivenciais dos participantes apresentados pelos Agentes Comunitários de Saúde. Essa proximidade permitiu captar não apenas o que foi narrado, mas também as interações, dinâmicas e elementos do ambiente físico dos territórios que moldam o dia a dia dessas famílias. Isso complementou os dados obtidos verbalmente e deu profundidade às análises, a partir da conexão das entrevistas com o contexto social, e os dados do Diário de Campo foram constituídos a partir da relação da pesquisadora com a comunidade e adentrando as residências dos participantes.

Para Lüdke e André (1986), a observação direta permite uma aproximação da perspectiva dos indivíduos, do significado que eles atribuem às suas experiências diárias, estando em seus locais de vida para um contato pessoal com o fenômeno estudado. Além disso, a entrevista não é apenas uma coleta de dados, mas se baseia na interação e na natureza das relações estabelecidas com o entrevistador (Minayo, 2014).

Existe a desvantagem de que a presença do pesquisador influencie no comportamento dos participantes, o que pode ser minimizado com estratégias de aproximação e de apresentação clara dos objetivos (Laville; Dionne, 1999).

Pretendeu-se escutar as crianças, no sentido de que elas fossem protagonistas na identificação de suas próprias percepções sobre o seu repertório ocupacional.

Heron (1996) afirma que não é possível realizar uma investigação adequada apenas coletando dados de outras pessoas; a natureza do outro só pode ser explorada em profundidade e com significado a partir de dentro deste outro, com envolvimento total do pesquisador com a condição humana, numa experiência partilhada. Isto é, o pesquisador também é um sujeito socialmente sensível, entrelaçado mutuamente com o outro, numa relação recíproca.

A revisão bibliográfica se deu através da busca de artigos em bases de dados e livros que tivessem como principais temas a Terapia Ocupacional, ocupações infantis, repertório ocupacional, desenvolvimento ocupacional, estudos da infância de uma perspectiva decolonial, construção da subjetividade humana considerando a interseccionalidade, indicadores de desenvolvimento brasileiro, estratificação social e desigualdade social.

6.2 Local e participantes

O público-alvo que constituiu a amostra desta pesquisa correspondeu a famílias com crianças entre 5 e 14 anos de idade, sendo realizada entrevista com os cuidadores e com as crianças.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança dos 0 aos 11 anos de idade, e adolescente dos 12 aos 18 anos (Brasil, 2018b). No entanto, embora a amostra desta pesquisa incluía participantes que, por faixa etária, seriam classificados como adolescentes (20% entre 12 e 14 anos, totalizando 8 participantes), optou-se por utilizar a terminologia "crianças" para se referir a todas as idades contempladas. Embora outros campos da Terapia Ocupacional reconhecidamente se debrucem sobre a juventude vulnerável do país, essa escolha é justificada pelo fato de que o universo da infância é o eixo condutor da análise, a terminologia "juventude" não faz parte dos instrumentos PACS e CIDRDI, e considerando que o impacto da desigualdade no repertório ocupacional ocorre de maneira interseccional e contínua ao longo dessas idades.

Nesse sentido, reconhece-se que o ciclo intergeracional da pobreza faz com que a experiência de pobreza na infância persista na adolescência e vida adulta (Komatsu; Menezes Filho, 2025; Tilahun *et al.*, 2021). Crianças e adolescentes em situação de pobreza frequentemente enfrentam desafios contínuos, como maiores incidências de resultados adversos na saúde e no desenvolvimento, no desempenho escolar, nas situações de insuficiência alimentar, e maior exposição a violências (Brooks-Gunn; Duncan, 1997). Portanto, há um *continuum* nas condições de vida e nas vivências ocupacionais descritas entre os participantes desta pesquisa, independentemente da distinção etária formal.

O recrutamento se deu através de parceria com a Fundação Municipal Anne Sullivan (instituição educacional de São Caetano do Sul), e com as Secretarias de Saúde de Santo André/SP e de São Caetano do Sul/SP (Anexos C, D, E, F, G), considerando que nestas localidades poderiam ser encontrados os participantes com as características esperadas para esta pesquisa. Foi possível acessar famílias em suas residências para a entrevista que estavam cadastradas em duas UBSs (Unidades Básicas de Saúde) do primeiro município e três USFs (Unidades de Saúde da Família) do segundo.

Estes dois municípios foram escolhidos devido às disparidades marcantes existentes em cada um, no que concerne às questões habitacionais, educacionais, de saúde, renda e emprego, e o acesso a outras políticas públicas para pessoas em situação de vulnerabilidade social. São Caetano do Sul é considerada a cidade com o melhor IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do país (Atlas Br, 2022).

Anteriormente foram realizadas tentativas de parceria com duas escolas particulares com estudantes de famílias de alto poder aquisitivo, três Conselhos Tutelares (CTs), Secretaria de Assistência e Inclusão Social (SEAIS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e Federação das Entidades Assistenciais de Santo André (FEASA – responsável por cerca de 80 ONGs no município). No entanto, estes serviços esclareceram que não seria possível quebrar o sigilo das famílias com processo aberto no CT ou com cadastro na Secretaria e nas entidades assistenciais, ainda que o contato fosse realizado pelos próprios serviços e que os participantes autorizassem a concessão dos seus contatos para a pesquisadora.

Um dos serviços ressaltou a preponderância da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709) (Brasil, 2018a), a qual impede a divulgação de dados pessoais de famílias e crianças cadastradas em serviços públicos ou privados. E outro equipamento referiu que discordava do TALE, devido ao fato de que a assinatura de uma criança não tem nenhuma representatividade legal. A pesquisadora esclareceu que a validade jurídica e autorização formal vem dos cuidadores através do TCLE, e que o TALE não substitui a autorização formal dos responsáveis legais, mas possui um caráter educativo e ético, reforçando a autonomia da criança, auxiliando-a a compreender, na medida do possível, a pesquisa da qual participará e concorde voluntariamente em participar, e também como um mecanismo que permita que ela possa desistir do processo a qualquer tempo. Busca-se com o TALE uma garantia de que a criança esteja informada, que seja tratada respeitosamente na sua tomada de decisão, e que possa expressar as suas opiniões livremente. No entanto, a representante do equipamento referiu que a não representatividade legal da criança através do TALE seria mais um motivo para não deferir a realização do projeto naquela entidade pública.

Ressalta-se que a FUMAS e as Secretarias de Saúde dos dois municípios possuem departamentos específicos para a análise e deferimento de pesquisas acadêmicas, com caminhos mais estabelecidos para o acesso aos equipamentos do município e facilitando as tratativas, o que não existe nos outros serviços públicos procurados pela pesquisadora.

São Caetano do Sul/SP conta com uma rede de 10 UBSs (Portal PMSCS, c2023) para atender 15 bairros (Fundação Pró-Memória, c2017). Uma das unidades de saúde escolhida (UBS 1) faz a cobertura de um bairro considerado de mais alta renda, e a outra unidade (UBS 2) cobre uma região de maior vulnerabilidade quanto ao fato de uma parcela da população ser usuária de substâncias psicoativas, quanto aos problemas habitacionais relacionados a graves enchentes em períodos de chuva intensa, e pela maior quantidade de casas com estrutura precarizada (consideradas como “quintais coletivos”, ou seja, terrenos que dividem várias casas com dois ou três cômodos, com pouco espaço, pouca ventilação, e com infiltração e mofo).

No entanto, não foi encontrada uma discrepância muito alta entre as famílias dos dois bairros no que diz respeito ao acesso das crianças às políticas públicas do município, tais como escolas públicas, transporte público, cesta básica da prefeitura e atividades extraescolares da prefeitura (futebol, inglês, natação e outras atividades). Desta forma, buscou-se famílias em regiões de maior vulnerabilidade no município de Santo André, especificamente em territórios constituídos por residências em áreas de ocupação urbana.

Santo André conta com 34 USFs (Prefeitura de Santo André, 2023) para atender 112 bairros (Santo André, 2018), e as três unidades de saúde (UBS 3, UBS 4 e UBS 5) foram escolhidas por fazerem a cobertura de famílias em áreas de maior vulnerabilidade social.

A pesquisadora apresentou o projeto para os gestores de cada UBS e posteriormente para a equipe de Agentes Comunitários de Saúde (ACSs), os quais escolheram famílias dentro das características solicitadas.

Inicialmente o corte para a separação dos dois grupos da pesquisa seria somente a condição socioeconômica (sendo um grupo recebendo até um salário mínimo, e o outro grupo de mais alta renda), seguindo o Critério Brasil de Classificação Econômica ABEP (2021) na tabela 01, sendo famílias de classe social alta aquelas com renda média de aproximadamente R\$ 22.000, e famílias de classe social baixa com renda de aproximadamente R\$ 1.800,00 ou menos:

Tabela 01: Critério de Renda Familiar

Estrato Socioeconômico	Renda Média
A (Classe Alta)	R\$ 22.749,24
B1 (Classe Média)	R\$ 10.788,56
B2 (Classe Média)	R\$ 5.721,72
C1 (Classe Média)	R\$ 3.194,33
C2 (Classe Baixa)	R\$ 1.894,95
D/E (Classe Baixa)	R\$ 862,41

Fonte: Adaptado de ABEP (2021) e Instituto Locomotiva (2021)

Porém, observando-se o fato de que mesmo as famílias de baixa renda de São Caetano do Sul ainda acessavam políticas públicas que permitiam maior qualidade de vida e acesso a direitos, o corte baseou-se então nos municípios e não na renda, sendo o Grupo 01 composto por 19 famílias de São Caetano e o Grupo 02 composto por 16 famílias de Santo André. Além disso, não foi possível acessar famílias de mais alta renda através das escolas particulares dos municípios, e sim famílias de classe média e baixa através dos serviços de saúde e educacional.

Ressalta-se que as determinações econômicas são apenas uma das diversas variáveis importantes para se falar de classes sociais (Souza, J., 2013). Para esta pesquisa, os grupos foram divididos em especial pelas condições do território (mais urbanizado ou resultante de áreas de ocupação coletiva), possibilitando a análise dos impactos da desigualdade social sobre a constituição do repertório ocupacional dos participantes.

6.3 Critérios de Inclusão

Os critérios de inclusão que orientaram a seleção dos participantes foram:

- Cuidadores e crianças entre 5 e 14 anos de idade (de acordo com a faixa etária do instrumento PACS), ambos com ou sem deficiências, com condições de compreender e responder as perguntas. Caso houvesse dificuldades específicas, poderiam ser utilizadas estratégias de adaptação para aplicação do instrumento, como por exemplo, descrição oral das fotos para pessoas com baixa visão.

- Em famílias com mais de uma criança que quisesse participar, somente a resposta de uma delas seria considerada devido ao tempo de aplicação dos instrumentos.

6.4 Critérios de Exclusão

- Famílias que não apresentassem possibilidades de responder aos instrumentos devido a condições diagnósticas específicas;
- Famílias em que somente o cuidador ou somente a criança quisesse participar da pesquisa, pois seria necessária a participação de ambos.

6.5 Procedimento de coleta de dados e instrumentos

Foram aplicados durante a entrevista:

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com cuidadores (TCLE), e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido com a criança (TALE) (Apêndices A e B);
- *Perfil Sociodemográfico e Entrevista Semiestruturada* sobre as ocupações infantis com o cuidador (Apêndice C);
- Instrumento *Checklist Intersetorial de Detecção de Risco ao Desenvolvimento Infantil – CIDRDI* (Franco, 2024) com o cuidador (Anexo A);
- Instrumento *Paediatric Activity Card Sort – PACS* com as crianças (Mandich, Polatajko; Miller; Baum, 2004) (Anexo B).

A entrevista semiestruturada foi avaliada por três avaliadoras externas, sendo terapeutas ocupacionais com experiência na temática envolvendo as ocupações, e tendo desenvolvido projetos de mestrado e doutorado no PPGTO/ UFSCar nesta área. Minayo (2014) refere que quando um pesquisador constrói um instrumento, ele pode ser analisado por especialistas como uma estratégia de revisá-lo até que se alcance um consenso sobre o conteúdo. Os devidos ajustes foram realizados a fim de aprimorar o instrumento considerando aquilo que se propôs a avaliar, além da clareza de linguagem e vocabulário, seguimento lógico das perguntas, e reflexões sobre os itens perguntados. Embora a entrevista tenha se proposto a investigar as oportunidades ocupacionais das crianças de acordo com as condições socioeconômicas da família, optou-se por utilizar o termo “atividades” visando manter a clareza das perguntas para os entrevistados, sem jargões específicos da TO.

Antes de entrevistar os participantes de pesquisa, inicialmente realizou-se um estudo piloto com uma família da Fundação Municipal Anne Sullivan, para possíveis ajustes nos dados desejados para a coleta, refinando a proposta de uso da análise temática.

O estudo piloto visa predizer os resultados de um questionário que foi elaborado pelo autor, mas ainda não utilizado, bem como analisar a consistência do mesmo de acordo com os objetivos que se quer alcançar. Desta forma, este tipo de estudo possibilita que se caminhe para a construção final do questionário (Canhota, 2008). Pretendeu-se, assim, verificar se as perguntas eram compreensíveis, se mediam de fato as variáveis em estudo, qual o tempo médio de duração de toda a entrevista, e a ordem de aplicação dos instrumentos. Foi feita a opção de aplicar primeiro a entrevista com um dos cuidadores, e posteriormente o PACS para que a criança pudesse falar das suas ocupações após já ter conhecido um pouco da pesquisadora.

Para a análise das condições socioeconômicas da família, foi aplicado perfil sociodemográfico contendo questões relacionadas à idade, raça, identidade de gênero, renda mensal, tipo de moradia, trabalho, escolaridade, estado civil, quantidade de moradores na casa, e aspectos da criança (identidade de gênero, idade, escola pública ou particular, e desenvolvimento típico ou atípico). O valor do salário mínimo foi baseado nas informações do Governo Federal de 2023 (Governo Federal, 2023).

O instrumento de avaliação *Checklist Intersectorial de Detecção de Risco ao Desenvolvimento Infantil* (CIDRDI – Versão 1) contém 28 perguntas relacionadas a questões de saúde da criança, fatores ambientais (renda familiar, conflitos domésticos, condições de higiene e de alimentação, violência ou negligência), fatores familiares e sociais (questões de aprendizagem, participação da família na escola, alterações comportamentais), dentre outras questões, e tem por objetivo evidenciar se há riscos ao desenvolvimento infantil. As respostas podem ser “sim” ou “não”, e a pontuação 0 ou 1 para cada pergunta, além de uma questão aberta sobre a possibilidade de ação interdisciplinar a ser tomada se houver riscos ao desenvolvimento da criança. O resultado varia de 0 a 28 pontos, gerando a classificação de “baixo risco”, “risco intermediário” ou “alto risco” ao desenvolvimento infantil. Pode ser aplicado por profissionais das áreas da assistência social, saúde e educação, com crianças de idades variadas.

A entrevista semiestruturada de elaboração própria teve como objetivo avaliar o desenvolvimento das crianças a partir das ocupações infantis, contendo perguntas sobre como se caracterizam as ocupações da criança, as interações sociais, as possíveis influências da renda sobre as oportunidades ocupacionais, sobre o processo de construção da subjetividade através do repertório ocupacional, e quais as expectativas quanto ao futuro.

Em um processo de entrevista, cada uma se constitui como uma experiência singular, não havendo uniformização. Inicia-se pelas perguntas mais gerais e abertas, e depois as mais delicadas

que estejam cada vez mais relacionadas à compreensão em profundidade do fenômeno em questão (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

Uma entrevista mais aberta proporciona espaço para que o participante possa construir uma resposta mais reflexiva, abrangente ou mesmo imprevisível, de acordo com as suas próprias referências. As perguntas podem ser uniformizadas em uma ordem prevista, mas as opções de respostas são maiores, partindo de experiências evocadas. Já as relações entre os indivíduos precisam ser feitas de forma mais cuidadosa (Laville; Dionne, 1999).

O envolvimento de crianças em pesquisas tem por objetivo buscar a autenticidade em relação ao olhar dos participantes quanto ao fenômeno estudado, através do oferecimento da oportunidade de participação para a escuta de suas vozes. Isto reposiciona a criança de um lugar de vulnerabilidade e necessidade, para um lugar de capacidade e competência, provocando impacto sobre o ambiente, com um esforço metodológico do pesquisador para conseguir captar a experiência vivida pelas crianças (Dalli; Stephenson, 2010).

Foi realizada a transcrição dos materiais gravados com o devido sigilo de cada participante, e as informações mais relevantes foram separadas em categorias analíticas de acordo com as variáveis pesquisadas.

As crianças participaram de momentos de interação com a pesquisadora através da aplicação do PACS (*Paediatric Activity Card Sort*) (Mandich; Polatajko; Miller; Baum, 2004), um instrumento destinado a terapeutas ocupacionais voltado para a faixa etária entre 5 e 14 anos de idade, que visa estabelecer um perfil do repertório ocupacional de forma interativa, criado em 2004. O PACS é uma adaptação do Activity Card Sort (ACS) criado pelas terapeutas ocupacionais norte-americanas Carolyn Baum e Dorothy Edwards em 2001, e surgiu a partir da necessidade de avaliação do perfil ocupacional na área da infância. Esta classificação das ocupações constitui-se em uma ferramenta de avaliação através do autorrelato, baseada na ocupação e centrada no cliente, possibilitando a identificação das atividades atuais e daquelas que a criança gostaria ou precisa fazer.

Este instrumento possui 75 cartões com fotos de crianças engajadas em ocupações típicas da infância divididas em quatro categorias: (1) *Cuidados Pessoais*; (2) *Escola e Produtividade*; (3) *Hobbies e Atividades Sociais*; e (4) *Esportes*. Há também cartões em branco para outras ocupações que a criança possa identificar de forma livre, caso façam parte de seu contexto e não esteja representada nos cartões do instrumento (Mandich *et al.*, 2004).

Pode ser utilizado para identificar padrões ocupacionais em pessoas com ou sem deficiência, desde que apresentem desenvolvimento próximo da faixa etária do instrumento, e que tenham condições de responder as figuras e perguntas. Ocasionalmente pode ser administrado com os pais para se obter aproximações dos desejos ou necessidades ocupacionais da criança. O tempo

aproximado de administração é de 20 a 25 minutos, podendo ser reduzido quando o profissional está familiarizado com as atividades descritas nos cartões e com o preenchimento da folha de pontuação (Mandich *et al.*, 2004).

Para a aplicação, deve-se organizar os cartões “sim” e “não” em uma mesa, explicar ao participante que serão mostradas várias fotos de crianças fazendo atividades e que deverão ser colocadas sobre o “sim” ou “não”. Quando a resposta for afirmativa, pergunta-se sobre a frequência com que o participante realiza a atividade mostrada (diariamente, semanalmente, mensalmente ou anualmente), sendo que estes quatro cartões de frequência também estarão sobre a mesa. Se a resposta for negativa, o pesquisador pergunta se a criança gostaria de realizar a atividade; em caso afirmativo, registra-se na folha de pontuação. Em cada uma das quatro categorias há cartões em branco para a criança preencher com algo não retratado nas imagens, caso ela queira, o que também será registrado na folha de pontuação (Mandich *et al.*, 2004).

Após responder os 75 cartões de atividades, é solicitado que a criança selecione as cinco atividades mais importantes que ela faz, e as cinco atividades que ela gostaria de fazer, elencadas em uma coluna separada na folha de pontuação. Esta planilha do PACS visa calcular a participação total em cada uma das quatro categorias e criar um perfil ocupacional a partir das atividades mais importantes. As respostas “sim” são somadas e registradas no item de atividades atuais, e as respostas para quantas atividades a criança gostaria de fazer são somadas e registradas no item “quero” (Mandich *et al.*, 2004).

Quanto à interpretação dos escores, as pontuações totais de cada categoria (em porcentagem) refletem o nível ocupacional atual da criança. Em um contexto terapêutico, elas podem servir para o terapeuta e a criança identificarem suas metas ocupacionais a serem alcançadas, como um novo repertório ocupacional que poderá surgir após a intervenção, e também avaliar o padrão de engajamento da criança ao longo do tempo comparando as pontuações de antes e depois. Além disso, identificar as cinco atividades preferidas da criança, e aquelas de que ela gostaria de fazer permite definir um repertório ocupacional significativo e centrado no cliente (Mandich *et al.*, 2004).

Quanto à construção deste instrumento, as atividades dos cartões foram identificadas através de experiências e observações com crianças para gerar um conjunto preliminar de itens, e posteriormente foram analisados artigos, livros e outros instrumentos da TO, montando imagens de fácil compreensão para crianças e que fosse menos formal do que uma entrevista, considerando também a preferência das crianças por fotos ao invés de desenhos com bonecos. A validação foi feita a partir de quatro estudos, com resultados que mostraram que as crianças participantes foram capazes de relatar suas ocupações com clareza, e que o PACS foi sensível para identificar as diferenças ocupacionais de crianças mais novas e mais velhas (Mandich *et al.*, 2004).

Foi necessário adaptar os cartões que indicavam a frequência das ocupações do instrumento original em inglês (“Yes”, “No”, “Daily”, “Weekly”, “Monthly” e “Yearly”) para o português (“Sim”, “Não”, “Todos os dias”, “Toda semana”, “Todo mês”, “Todo ano”), a fim de possibilitar a compreensão dos participantes. Já as imagens originais das ocupações foram mantidas na íntegra, e plastificadas para evitar danificações ao papel durante o manuseio. Foi observado no estudo piloto que identificar a frequência de cada uma das atividades mostradas aumentaria muito o tempo de aplicação, e como a frequência não interfere na pontuação, este não foi o foco durante a aplicação do instrumento. Assim, as crianças puderam falar livremente da frequência de determinadas atividades, se achassem necessário.

A folha de registro utilizada foi traduzida para o português brasileiro em 2016, com todas as perguntas e pontuações mantidas na íntegra (Mesquita Silva, 2016).

Dentre os participantes da pesquisa, pretendeu-se buscar uma equivalência de pessoas do mesmo município, formando-se dois grupos a fim de se comparar e observar aspectos relacionados à desigualdade social e sua possível influência no repertório ocupacional. Não foi estabelecida equivalência de faixas etárias entre as crianças.

6.6 *Análise de Dados*

O material coletado foi organizado em etapas de preparação, tais como transcrição de gravações; registro da pergunta ou da variável observada e da resposta ou informação coletada; registro de comentários anotados pela pesquisadora no Diário de Campo; e separação do material mais relevante por tópicos ou categorias de análise em função da pergunta de pesquisa e dos objetivos (Guerra, 2014).

Posteriormente, foi utilizada a técnica de Análise do Conteúdo, a qual se propõe a interpretar os dados de maneira qualitativa, através de uma descrição sistematizada dos conteúdos das mensagens (Bardin, 2016).

Há várias modalidades de Análise do Conteúdo, tais como lexical, de expressão, de relações, de enunciados e temática (Guerra, 2014). Na Análise Temática os dados são segmentados, categorizados, resumidos e reconstruídos de forma a capturar conceitos importantes no conjunto de dados. Quando os dados são coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, o analista pode começar com uma lista de temas conhecidos para serem encontrados no conjunto de dados, já que os conceitos foram incluídos explicitamente na coleta de dados. Assim, os dados são recontextualizados dentro de um ou mais temas relevantes. Identifica-se padrões semelhantes da experiência de todos os participantes, e as diferenças são explicadas pelos aspectos contextuais de

cada um (Ayres, 2008).

Criam-se então categorias, as quais devem ser homogêneas (sem misturá-las), exaustivas (exploração total do texto), exclusivas (um elemento da análise se encaixa somente em uma das categorias), objetivas (codificadores diferentes devem chegar aos mesmos resultados), e adequadas (de acordo com o objetivo). Estas fragmentações em unidades de codificação ou de registro, podem se dar a partir de palavras, frases ou temas, unidades estas que serão contabilizadas de acordo com a frequência em que aparecem. Isto organiza as informações onde aparentemente não há uma ordem ou regularidade. Os critérios de classificação dependerão daquilo que se espera encontrar (Bardin, 1977).

Em geral os comentários do entrevistador não são codificados, pois seus enunciados são mais funcionais, além do fato da prioridade ser a análise das percepções do entrevistado e não do pesquisador. Neste caso, o papel do pesquisador é criar significados durante a interpretação das narrativas codificadas. No entanto, se as trocas durante a entrevista forem amplas, com reflexões construídas em conjunto, então as contribuições do pesquisador podem ser codificadas junto com as do participante, bem como as notas de campo da observação participante feitas pelo pesquisador, pois incluem registros ricos e importantes da vida social do ambiente em questão (Saldaña, 2013).

Não há um consenso na literatura sobre a quantidade de dados a serem codificados, considerando todos os detalhes, pois cada particularidade da vida diária pode ter conteúdos significativos, ou se a análise intensiva ficaria reservada a uma quantidade menor e mais relevante dos dados. O importante é certificar-se de haver dados de qualidade para trabalhar; saber o que contará mais ou o que contará menos no corpo de dados é uma descoberta. Não há um número final definido a se alcançar para grandes temas, mas deve-se manter um mínimo para uma análise coerente (Saldaña, 2013).

As autoras Braun e Clarke (2006, p. 87) destacam seis fases da Análise Temática, as quais foram utilizadas para este estudo:

- ✚ *Fase I: Familiarizando-se com seus dados:* transcrição dos dados, leitura e releitura dos dados, apontamento de ideias iniciais;
- ✚ *Fase II: Gerando códigos iniciais:* codificação das características interessantes dos dados de forma sistemática em todo o conjunto de dados, e coleta de dados relevantes para cada código;
- ✚ *Fase III: Buscando por temas:* agrupamento de códigos em temas potenciais, reunindo todos os dados relevantes para cada tema potencial;
- ✚ *Fase IV: Revisando temas:* verificação se os temas funcionam em relação aos extratos codificados (nível 1) e ao conjunto de dados inteiros (nível 2), gerando um mapa “temático”

da análise;

- 🌈 *Fase V: Definindo e nomeando temas:* nova análise para refinar as especificidades de cada tema, e a história geral contada pela análise; geração de definições e nomes claros para cada tema;
- 🌈 *Fase VI: Produzindo o relatório:* a última oportunidade para a análise. Seleção de exemplos vívidos e convincentes do extrato, análise final dos extratos selecionados, relação entre análise, questão da pesquisa e literatura, produzindo um relatório acadêmico da análise.

Os dados desta pesquisa também foram analisados por estatística descritiva e inferencial, a partir das informações dos instrumentos CIDRDI e PACS. Este tipo de análise de dados utiliza-se de métodos estatísticos para organizar e descrever um conjunto de características, ou para comparar dois ou mais conjuntos, através de gráficos, tabelas, e medidas de síntese (porcentagens, índices e médias) (Reis; Reis, 2002).

A variável refere-se à característica de interesse que será medida em cada indivíduo da amostra, podendo ter valores numéricos ou não numéricos. As variáveis quantitativas possuem valores em uma escala contínua, como peso, altura, tempo, idade, número de filhos, etc. As variáveis qualitativas não possuem valores, sendo definidas por categorias, como gênero, fumante e não fumante, doente e saudável, escolaridade, ou estágio de uma patologia (inicial ou intermediário). No caso do PACS, o objetivo foi mensurar a variável “perfil ocupacional infantil” nos dois grupos.

Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra e sem correções gramaticais ou de concordância (à exceção da Família 9, pois o áudio foi danificado e sem possibilidade de recuperação), sendo que as primeiras 12 entrevistas foram transcritas manualmente pela pesquisadora e com auxílio eventual do site Web Captioner que ainda estava em funcionamento (<https://webcaptioner.com/captioner>), e as outras 23 entrevistas foram transcritas por outra profissional. Foi gerado um arquivo com 1.054 páginas contendo a transcrição de todas as entrevistas (totalizando 28h 30min 47seg) e os resultados do PACS e do instrumento CIDRDI, e também um arquivo com 43 páginas referente ao Diário de Campo, com anotações sobre acontecimentos e observações feitas em campo pela pesquisadora. As percepções registradas no Diário de Campo também se tornaram pontos de discussão, devido ao fato de que se observou aspectos importantes que permeiam as infâncias de cada território analisado.

Para a descrição dos dados desta pesquisa foi utilizado o COREQ (Critérios Consolidados para Relatar Pesquisas Qualitativas), um checklist composto por 32 itens (Equator Network, c2023) visando gerar relatórios com maior qualidade e transparência para pesquisas qualitativas baseadas em entrevistas, incluindo detalhes do desenho do estudo, especificação do método de amostragem e da realização da coleta de dados, duração das entrevistas, saturação dos dados, o método de

registro de dados, a derivação dos temas e a inclusão de citações de apoio, dentre outros tópicos (Tong; Sainsbury; Craig, 2007).

Ao invés de se testar hipóteses específicas como nas pesquisas quantitativas, as pesquisas qualitativas têm como ênfase explorar fenômenos sociais e seus significados, a partir de uma pergunta exploratória inicial, e os dados coletados permitem a observação dos comportamentos a serem descritos. Portanto, a delimitação do tamanho da amostra do estudo permite que o leitor tenha dimensão da pluralidade de perspectivas incluídas na análise, e os locais das entrevistas precisam ser descritos porque podem afetar as opiniões expressas pelos participantes (Giacomini; Cook, 2000). Estas e outras questões compõem o COREQ (Tong; Sainsbury; Craig, 2007).

6.7 Aspectos Éticos

Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP – UFSCar) sob o CAAE n. 62003722.9.0000.5504 (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética), fundamentando-se nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, e aprovado sob o parecer nº 5.654.581 (ANEXO E).

As famílias participaram voluntariamente mediante o TCLE e TALE apropriado para a idade, e tiveram resguardados os seus direitos em relação aos esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, à preservação da identidade e à desistência em participar a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Todos os adultos e crianças deram a sua permissão para que as entrevistas fossem gravadas, analisadas e incluídas no estudo. Durante a realização das entrevistas foram feitos relatórios de encaminhamento para atendimento terapêutico para duas crianças, ao serem observadas demandas de saúde mental.

Minayo (2021) refere que a ética em pesquisa qualitativa empírica vai além da escolha de um instrumento de entrevista adequado, referindo-se ao caminho que o pesquisador deve fazer quanto à compreensão da singularidade de cada participante, e que cada um traz a sua verdade, imprimindo-a na relação entre as subjetividades do pesquisador e do entrevistado. O pesquisador busca conhecer os fenômenos sociais, colocando-se em um lugar de igualdade para entender as experiências humanas apresentadas pelo outro. Assim, a ética não está apenas nos procedimentos a serem implementados pelo pesquisador, mas no sentido social do estudo, em contraposição ao suposto objetivismo da ciência positivista.

Além disso, a neutralidade é uma impossibilidade prática em pesquisas com crianças. O pesquisador que se depara com o trabalho infantil, com a expropriação de bens materiais e culturais de grupos populacionais, ou com a exclusão de serviços básicos, produz ciência de forma crítica ao

se ver em situações em que se exige uma tomada de posição (Kramer, 2002).

As histórias de vida são produzidas nas relações sociais e podem ser contadas de forma mais aprofundada através de perguntas feitas pelo pesquisador, de modo que ele assuma um papel de narrador ao entrar em um contexto não vivido por ele (Etherington, 2007). As crianças passaram a ter um espaço de reconhecimento dentro do discurso sociológico, sendo participantes ativas nas pesquisas (Fernandes, 2016), criadoras de representações sociais e se posicionando sobre suas condições de vida (Carvalho; Müller, 2010).

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1 O encontro com as famílias

Este estudo envolveu entrevistas com 35 famílias, sendo 35 cuidadores respondentes e 35 crianças respondentes. A coleta de dados ocorreu durante 5 meses, de 01/06/2023 (1ª entrevista – estudo piloto) até 26/10/2023 em dois municípios paulistas, sendo 05 UBSs e uma instituição educacional pública.

Embora não tenha sido observada a completa saturação dos dados quanto aos aspectos elencados para a discussão, a coleta de dados foi encerrada na 35ª família compreendendo-se que foram acumuladas informações suficientes para o desenvolvimento dos temas apresentados na discussão.

As famílias que estavam cadastradas nos serviços de saúde (UBSs) de São Caetano do Sul/SP e Santo André/SP fizeram parte desta amostra a partir da indicação dos Agentes Comunitários de Saúde, que acompanharam a pesquisadora até as suas residências e permaneceram até o final das entrevistas.

Quanto ao local, 31 entrevistas ocorreram na residência dos participantes, e 04 dentro da UBS 3 providenciadas pela equipe de ACSs, com o tempo de aplicação de todos os instrumentos com as famílias variando de 24 minutos a 01h 38min.

Quanto ao recrutamento de participantes, uma família da UBS 1, uma da UBS 3, uma da UBS 4 e uma da UBS 5 referiram não querer participar da pesquisa quando foram abordadas na comunidade, então a pesquisadora foi conduzida pelos ACSs para outras famílias do território. Isto é, das 39 famílias, 35 aceitaram participar (89% de adesão). Cerca de outras 20 famílias visitadas não participaram pelo fato de as crianças não estarem em casa no momento.

As famílias cujas crianças estavam cadastrados na Fundação Municipal Anne Sullivan (FUMAS) foram entrevistadas em suas residências com agendamento prévio de acordo com a

disponibilidade dos participantes. Inicialmente seria feito um convite geral pela coordenadora do serviço no grupo do WhatsApp com as 237 famílias cadastradas. Entretanto, a fim de organizar melhor os agendamentos das entrevistas, optou-se por enviar o convite individualmente para as famílias indicadas pela equipe terapêutica, incluindo os pacientes com diagnóstico de TEA que apresentassem condições de responder à entrevista, isto é, sem comprometimentos da linguagem, da compreensão e do comportamento que provocasse limitações na habilidade de responder as perguntas do PACS de forma consistente, ou incluindo famílias em que os atendidos com condição mais grave tivessem irmãos com desenvolvimento típico como respondentes.

A primeira família da FUMAS fez parte do estudo-piloto, tendo sido escolhida por ser fonte de motivação para a escolha do tema da pesquisa. Devido ao aspecto associado à afetividade pré-existente pelo fato de a família ter sido atendida em Terapia Ocupacional pela pesquisadora em anos anteriores, incorreu-se no risco de viés durante a entrevista. No entanto, observou-se que os integrantes responderam às perguntas de acordo com as suas crenças pessoais, assim como as famílias posteriores. Uma das queixas recorrentes da mãe sempre esteve relacionada ao grande desejo de proporcionar maior quantidade e qualidade de ocupações infantis para os filhos, porém a falta de recursos financeiros era o maior empecilho. Ela tinha o desejo de que eles viajassem e conhecessem novas culturas, de ter um carro para levá-los na escola e nas terapias sem ter que ir andando longas distâncias, de ter uma casa maior e com melhor infraestrutura, de levá-los ao shopping e ao cinema com frequência, de poder pedir pizza aos finais de semana, e de comprar os brinquedos desejados por eles. Por conta de restrições na renda familiar, eles acabavam passando quase todos os finais de semana em casa, assistindo televisão ou utilizando excessivamente o celular para ver vídeos e jogos, uma vez que não podiam frequentar lugares que queriam pelo custo do transporte público, dos alimentos do local e pela taxa de entrada em locais pagos. A mãe considerava que este estilo de vida determinado pela condição financeira, gerava um desperdício do tempo de infância, que poderia ser melhor aproveitado com ocupações construtivas e diversificadas.

Foram entrevistadas mais duas famílias da FUMAS, e devido ao fato da equipe da UBS 1 ter sido extremamente disponível e colaborativa para que a pesquisadora conseguisse acessar as famílias, foram feitas 15 entrevistas pela unidade de saúde, portanto não foi necessário retornar para a busca de mais famílias na FUMAS. Cada ACS escolheu famílias específicas e montou uma escala para que em cada dia, um profissional saísse no território com a pesquisadora.

Ressalta-se que o fato de os ACSs de todas as equipes apresentarem a pesquisadora para cada família e permanecerem na residência até o final das entrevistas, aumentou muito a disponibilidade e a confiança das famílias em participar, pois a maioria recebia estes profissionais com afetividade dentro de suas casas. Quase todas as ACSs da UBS 1 participaram das entrevistas fazendo colocações junto aos adultos e às crianças diante dos temas discutidos.

O trabalho dos ACSs surgiu historicamente como Agentes de Combate às Endemias (ACEs) em 1903, e com o surgimento do PSF (Programa de Saúde da Família) em 1994, os ACSs passaram a fazer parte das equipes de saúde compostas por médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, aumentando o vínculo entre a comunidade e os serviços de saúde em áreas geograficamente determinadas. Atualmente as ações de promoção da saúde e de prevenção de agravos se dão através de ações domiciliares ou comunitárias, com exercício das atividades definidas em legislações específicas no âmbito do

SUS, acompanhando o cenário epidemiológico do país (Brasil, 2022a).

Após, a princípio, encerrar o Grupo 01 com 17 famílias, optou-se pela UBS 2 em São Caetano do Sul, sendo realizado o reconhecimento do território com auxílio de um ACS e duas entrevistas, as quais também ficaram no Grupo 01 após observar-se que poderiam ser encontradas famílias em situação de maior vulnerabilidade em outro território.

Posteriormente, a coleta de dados foi realizada então na UBS 3, UBS 4 e UBS 5 de Santo André, por cobrirem extensas áreas de bolsões de pobreza onde estavam localizadas famílias em situação de vulnerabilidade social, definindo-se os dois grupos conforme tabela 02 abaixo. Bolsões de pobreza correspondem a agrupamentos domiciliares geograficamente concentrados, com domicílios prioritariamente de baixa renda familiar, e com falhas no acesso a serviços públicos, infraestrutura e alimentos (Johnston, 1979, apud Domene, *et al.*, 1999). A insuficiência de equipamentos de saúde e de educação e sua articulação com outros equipamentos sociais, somados aos contrastes urbanos e à fome, são o reflexo da degradação dos direitos sociais (Ferreira, 1999). Já em São Caetano do Sul não há regiões de bolsões de pobreza e comunidades em situação de miséria e fome crônica, e o déficit habitacional é menor e fica encoberto por uma gestão pública que tem interesses políticos em divulgar o ótimo IDH do município.

Tabela 02 - Participantes de Pesquisa

GRUPOS	LOCALIDADE	FAMÍLIAS
Grupo 01	FUMAS - São Caetano	02 famílias
	UBS 1 - São Caetano	15 famílias
	UBS 2 - São Caetano	02 famílias
		Total: 19
Grupo 02	UBS 3 - Santo André	12 famílias
	UBS 4 - Santo André	0

	UBS 5 – Santo André	04 famílias
		Total: 16
	TOTAL	35 famílias

Fonte: Elaboração própria

Quanto à forma de aplicação dos instrumentos, somente três entrevistas foram iniciadas com a criança e depois com a cuidadora, por sugestão dos ACSs da UBS 1 e UBS 3 até que as mães pudessem vir falar com a pesquisadora.

A maioria das crianças mostrou-se interessada em participar da entrevista e disposta a compartilhar suas experiências com a pesquisadora. A interação positiva a partir do espaço proporcionado para que as crianças se colocassem, foi uma estratégia favorável para diminuir ou eliminar a relação assimétrica entre a criança e a pesquisadora. Ao final, todas as crianças participantes e os irmãos que estavam juntos no ambiente ganharam um presente com brinquedos, demonstrando alegria em receber.

A seguir serão apresentados os dados estatísticos analisados por profissional da área, e discussão dos resultados.

7.2 Perfil Sociodemográfico e Análise Estatística do CIDRDI e PACS

A amostra do estudo foi caracterizada de acordo com as informações sociodemográficas dos adultos e das crianças, e por comparação dos Grupos 1 e 2 quanto às pontuações na escala PACS.

Para caracterizar as variáveis quantitativas do PACS, isto é, numéricas, foram calculadas medidas de tendência e variabilidade tais como média e desvio padrão, enquanto que para as variáveis qualitativas foram avaliadas as distribuições de frequência absoluta (n) e relativa (%).

Na comparação de grupos, primeiramente foram estudadas as médias e desvio padrão de cada um deles e verificou-se se existem diferenças significativas a partir do teste t de Student (Bussab; Morettin, 2017). Além disso, investigou-se uma possível diferença na distribuição dos grupos a partir do teste Mann-Whitney (Conover, 1980), que é considerada uma alternativa não paramétrica ao teste t. Nesse caso, primeiramente realizou-se um estudo da mediana dos grupos (em conjunto com intervalo interquartil – IIQ) e depois foi feito o teste de diferença entre as distribuições.

Vale ressaltar que a mediana é o valor que divide o grupo ao meio e pode ser utilizada como

uma medida de posição da distribuição dos dados, além de ser útil quando os dados são assimétricos. Por fim, é apresentado o gráfico de boxplot dos grupos nas quatro medidas da escala PACS.

A Tabela 03 abaixo apresenta as informações relacionadas aos dados sociodemográficos dos adultos. Observa-se que a maioria dos entrevistados é do Grupo 01 (São Caetano do Sul) (54,3%), com idade média de aproximadamente 40 anos, do gênero feminino (88,6%), com a maior parte sendo de raça branca (40%), seguido de pardos (31,4%) e negros (25,7%). Embora o IBGE estabeleça que a raça negra seja dividida em pretos e pardos, e que o termo amarelo se refira a pessoas com origens em países do extremo oriente (Japão, China, Coreia do Sul e do Norte) (IBGE, 2003; Senado Federal, 2023), a raça foi autorreferida nesta pesquisa e por isto está sendo representada neste formato de negros e pardos.

Também, grande parte dos entrevistados é casada (42,9%) ou solteira (31,4%), com nível médio de escolaridade (45,7%), seguido de fundamental (31,4%). Apenas dois entrevistados estão desempregados, um está afastado por doença, um aposentado, enquanto 88,6% são do lar, 28,6% são trabalhadores autônomos, e 14,3% funcionários de empresa privada. A maior parte recebe até um salário-mínimo (31,4%), ou entre 1 e 3 salários (31,4%), 48,6% recebem Bolsa Família e apenas dois respondentes recebem cesta básica da prefeitura de São Caetano do Sul. Quanto ao tipo de moradia, a maioria mora em casa própria (74,3%), de alvenaria (71,4%), e 37,1% (13 famílias) moram em áreas de ocupação. Em geral, moram na casa quatro pessoas (40%), ou em família com cinco ou mais moradores (37,1%), com predominância de dois filhos (42,9%).

Tabela 03 – Estatística descritiva dos dados sociodemográficos dos adultos

Variável	Categoria	Geral (n = 35)
Grupos 1 e 2	1 - São Caetano do Sul	19 (54,3%)
	2 - Santo André	16 (45,7%)
Idade Adulto [média (d.p.)]		40,31 (10,24)
Gênero	Feminino	31 (88,6%)
	Masculino	4 (11,4%)
Raça	Amarelo	1 (2,9%)
	Branco	14 (40%)

	Negro	9 (25,7%)
	Pardo	11 (31,4%)
Estado Civil	Casado	15 (42,9%)
	Divorciado	2 (5,7%)
	Solteiro	11 (31,4%)
	União estável	6 (17,1%)
	Viúva	1 (2,9%)
Nível de Escolaridade	Curso técnico	2 (5,7%)
	Ensino Fundamental	11 (31,4%)
	Ensino Médio	16 (45,7%)
	Graduação	5 (14,3%)
	Pós-Graduação	1 (2,9%)
Desempregado	Não	33 (94,3%)
	Sim	2 (5,7%)
Afastado por doença	Não	34 (97,1%)
	Sim	1 (2,9%)
Aposentado	Não	34 (97,1%)
	Sim	1 (2,9%)
Do lar	Não	4 (11,4%)
	Sim	31 (88,6%)
Trabalhador Autônomo	Não	25 (71,4%)
	Sim	10 (28,6%)
Funcionário de Empresa Privada	Não	30 (85,7%)
	Sim	5 (14,3%)
Condição Socioeconômica	Nenhuma renda	1 (2,9%)
	Até ½ salário	5 (14,3%)
	Até 1 salário	11 (31,4%)
	Entre 1 e 3 salários	11 (31,4%)
	Entre 3 e 5 salários	3 (8,6%)
	Entre 5 e 7 salários	4 (11,4%)

Programa de Transferência de Renda	Nenhum	16 (45,7%)
	BPC-Loas	2 (5,7%)
	Bolsa-Família	17 (48,6%)
Cesta Básica da Prefeitura São Caetano	Não	33 (94,3%)
	Sim	2 (5,7%)
Tipo de Moradia	Alugada	8 (22,9%)
	Cedida	1 (2,9%)
	Própria	26 (74,3%)
Moradia de Alvenaria ou Madeira	Alvenaria	25 (71,4%)
	Madeira	10 (28,6%)
Moradia em Área de Ocupação	Não	22 (62,9%)
	Sim	13 (37,1%)
Residentes da Moradia	Até 3	8 (22,9%)
	4	14 (40%)
	5 ou mais	13 (37,1%)
Quantidade de Filhos	1	9 (25,7%)
	2	15 (42,9%)
	3 ou mais	11 (31,4%)

Fonte: Elaboração por especialista

Com relação às informações das crianças, observamos na Tabela 04 que a idade média é aproximadamente igual a 9 anos, 57,1% delas são meninos, 30 crianças com condição de desenvolvimento típico (DT – 85,7%) (as outras 4 com alguma condição ainda não diagnosticada e 1 com TDAH), todas estudantes de escola pública (100%), e uma criança (DT) sofreu violência sexual.

Em relação ao instrumento PACS, as pontuações médias para as categorias de Cuidado Pessoal foram iguais a 91,46%, em Escola/Produtividade igual a 64,17%, em Hobbies/Atividade Social igual a 64,80%, e Participação em Esportes igual a 30,66%.

Tabela 04 – Estatística descritiva dos dados sociodemográficos das crianças

Variável	Categoria	Geral (n = 35)
Idade da Criança [média (d.p.)]		9,11 (2,81)
Gênero	Menina	15 (42,9%)
	Menino	20 (57,1%)
Condição do Desenvolvimento	Com alguma condição diagnóstica	4 (11,4%)
	DT	30 (85,7%)
	TDAH	1 (2,9%)
Tipo de Escola	Pública	35 (100%)
Vítima de Violência Sexual	Não	34 (97,1%)
	Sim	1 (2,9%)
Pontuação Instrumento Fatores de Risco ao Desenvolvimento – CIDRDI	Baixo risco	33 (94%)
	Alto risco	2 (6%)
Pontuação PACS		
Participação em Cuidado Pessoal [média (d.p.)]		91,46% (9,08)
Participação em Escola/Produtividade [média (d.p.)]		64,17% (16,15)
Participação em Hobbies/Atividade Social [média (d.p.)]		64,80% (12,40)
Participação em Esportes [média (d.p.)]		30,66% (15,67)

Fonte: Elaboração por especialista

Quanto ao instrumento CIDRDI (Franco, 2024), 94% dos protocolos tiveram como classificação “baixo risco”, variando de 20 a 28 pontos. O “alto risco” foi identificado para uma das crianças que foi vítima de abuso sexual, e para outra em que a mãe era usuária de substâncias psicoativas e apresentava dificuldade em cuidar dos filhos, indicando riscos ao desenvolvimento, embora o instrumento não pontue separadamente estes itens para gerar a classificação de “alto risco”, cabendo ao profissional fazer estas observações no final do instrumento.

O CIDRDI contribuiu para a identificação de que a atenção primária à saúde nas UBSs proporcionou o acompanhamento pré-natal das mulheres em período gestacional, e a vacinação das

crianças, porém os participantes tiveram grande dificuldade em acessar serviços públicos de reabilitação física, saúde mental e psicossocial, e especialidades médicas, especialmente o Grupo 02. E apesar de haver questões relacionadas ao déficit habitacional e à renda insuficiente para a alimentação, a maioria das famílias (34) considerou as condições de moradia e de alimentação adequadas, e não houve casos de trabalho infantil relatados pelas famílias ou pelos profissionais.

Por meio das informações apresentadas na Tabela 05, foram comparados os Grupos 1 e 2 nas pontuações médias da escala PACS. Em geral, pode-se notar que os dois grupos apresentam médias próximas na escala de *Cuidado Pessoal* e que o Grupo 02 apresenta média ligeiramente inferior nas outras três medidas (cerca de 3 pontos de diferença para *Participação em Escola/Produtividade* e em *Hobbies/Atividade Social*, e 6 pontos em *Participação em Esportes*). Apesar da pequena diferença nessas últimas três escalas, por meio do p-valor do teste t de Student de comparação de médias entre grupos, não foi rejeitada a hipótese de igualdade entre eles, indicando que não se diferenciam para essa escala.

Tabela 05 - Comparação PACS das crianças dos Grupos 01 e 02

	Geral	Grupo		p-valor
		1	2	
	35	19	16	
Participação em Cuidado Pessoal [média (d.p.)]	91,46% (9,08)	91,42% (9,87)	91,50% (8,37)	0,98
Participação em Escola/Produtividade [média (d.p.)]	64,17% (16,15)	65,79% (16,40)	62,25% (16,18)	0,527
Participação em Hobbies/Atividade Social [média (d.p.)]	64,80% (12,40)	66,32% (11,97)	63,00% (13,04)	0,439
Participação em Esportes [média (d.p.)]	30,66% (15,67)	33,00% (18,48)	27,88% (11,46)	0,343

Fonte: Elaboração por especialista

Alternativamente, buscou-se estudar se há diferença na mediana dos grupos (informações apresentadas na Tabela 06). Nesse caso, há novamente semelhança entre os grupos para *Cuidado Pessoal* e para *Participação em Hobbies/Atividade Social*. Quanto à participação em *Escola/Produtividade*, o Grupo 02 apresentou mediana menor (70 pontos na mediana do Grupo 01

e 55 do Grupo 02), e para *Participação em Esportes* tem-se que o Grupo 01 tem mediana igual a 33, e o Grupo 02 igual a 25. Vale destacar que a mediana é o valor que divide a amostra ao meio, ou seja, 50% dos respondentes estão abaixo desse valor e 50% acima. Apesar dessa pequena diferença observada, por meio dos testes não paramétricos de Mann-Whitney, novamente não foi rejeitada a hipótese de igualdade entre os grupos.

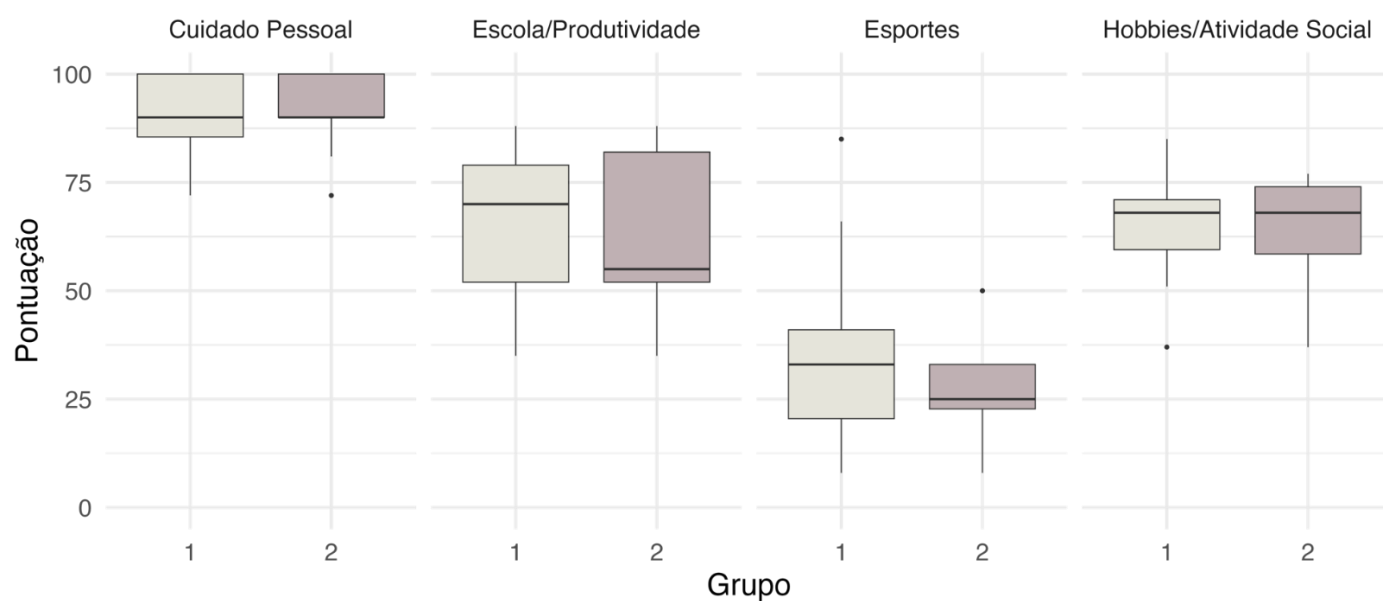
Tabela 06 - Comparação das categorias do PACS nos Grupos 01 e 02

	Total	Grupo		p-valor
		1	2	
	35	19	16	
Participação em Cuidado Pessoal [mediana (IIQ)]	90 [90, 100]	90 [85,50, 100]	90 [90, 100]	0,874
Participação em Escola/Produtividade [mediana (IIQ)]	64 [52, 82]	70 [52, 79]	55 [52, 82]	0,604
Participação em Hobbies/Atividade Social [mediana (IIQ)]	68 [57, 71]	68 [59,50, 71]	68 [58,50, 74]	0,677
Participação em Esportes [mediana (IIQ)]	25 [20,50, 37]	33 [20,50, 41]	25 [22,75, 33]	0,478

Fonte: Elaboração por especialista

Para explorar a pontuação dos grupos visualmente, a Fig. 01 apresenta o Boxplot (ou Diagrama de Caixas) dos mesmos. Se houvesse uma diferença entre os grupos, seria esperado Boxplots separados (isto é, as caixas dos Grupos 01 e 02 estariam distantes uma da outra no sentido vertical em cada categoria, e não lado a lado), o que não ocorreu neste estudo. Dessa forma, pode-se considerar que eles não se diferenciam nessa escala.

Figura 01 – Gráfico de Boxplot para Pontuação PACS nos Grupos 01 e 02



Fonte: Elaboração por especialista

Quanto ao item final do PACS respondido pelas crianças (“Quais são as cinco atividades mais importantes para você”), as atividades mais importantes para elas se referiram aos itens da Tabela 07, em ordem crescente de idade indicada pelos números de (5) a (14) anos:

Tabela 07 – Atividades mais importantes para as crianças

(5) Brincar com os gatos	(5) Mexer no celular	(5) Jogar videogame
(5) Brincar de slime	(5) Ficar com meu pai	(5) Ir no parque
(5) Cantar na igreja	(5) Brincar de boneca	(5) Ver desenho
(5) Fazer bagunça	(5) Andar de bicicleta	(5) Brincar de casinha
(5) Ficar com o guarda-chuva quando chove	(5) Ver vídeos com o irmão	(5) Andar no mini skate
(5) Ler	(6) Usar o notebook	(6) Brincar de panelinhas
(6) Jogar bola	(6) Soltar pipa	(6) Desenhar
(7) Jogar no celular	(7) Fazer natação	(7) Fazer aniversário

(7) Dançar	(7) Brincar de boneca	(7) Estudar
(7) Brincar com os primos de cobra cega ou futebol	(7) Brincar	(7) Assistir televisão
(7) Ficar com a irmã bebê	(7) Ajudar a mãe	(8) Andar de patins
(8) Jogar vôlei	(8) Pentear o cabelo	(8) Arrumar-se sozinha
(8) Fazer as atividades do livro da escola	(8) Fazer contas de multiplicação	(8) Fazer cabeçalho no caderno
(8) Fazer continhas	(8) Fazer provas na escola	(8) Cantar
(8) Andar de motoca	(8) Brincar de escolinha com a sua boneca	(9) Jogar futebol
(9) Jogar basquete	(9) Jogar baseball	(9) Ficar com a família
(9) Brincar com o cachorro	(9) Manter a saúde	(9) Ter uma casa para morar
(9) Ter roupas para vestir	(9) Pintar	(9) Colecionar cards
(10) Ficar com os amigos	(10) Comer comida japonesa	(10) Ir para a escola
(10) Visitar outros lugares	(10) Piscina	(10) Viajar
(10) Artes marciais	(10) Jogar handball	(10) Jogar futsal
(10) Culinária	(11) Visitar as primas	(12) Jogar jogos de tabuleiro
(13) Dormir	(13) Comer	(13) Beber água
(13) Jogar bola no quintal	(13) Dançar ballet	(13) Ter luz de led colorida no quarto
(13) Escutar música	(13) Ver o namorado	(14) Jogar no computador
(14) Sair (não gosta de ficar em casa)	(14) Aula de Informática	(14) Ficar em casa
(14) Jogar bola na rua com as amigas	(14) Ficar no celular	

Fonte: Entrevista com o instrumento PACS

As atividades que as crianças não realizam e gostariam de fazer foram as seguintes (Tabela 08) (“Quais são as cinco atividades que você mais gostaria de fazer”), em ordem crescente de idade indicada pelos números de (5) a (14) anos:

Tabela 08 – Atividades que as crianças gostariam de fazer

(5) Dormir sozinha (em cama própria)	(5) Ficar com o trovão lá fora	(5) Ter a casa da Barbie
(5) Ter o bebê reborn	(5) Fazer Ballet	(5) Lutar Karatê
(5) Ser médica	(5) Queria que a cachorra gostasse de jogar bolinha	(6) Ir na neve
(6) Jogar xadrez	(6) Fazer luta de travesseiros	(6) Jogar golfe
(6) Jogar badminton	(6) Jogar peteca	(6) Brincar de esconde-esconde
(6) Ir no pula-pula	(7) Ser um artista	(7) Brincar na neve
(7) Nadar	(7) Dançar	(7) Fazer curso de policial
(7) Andar de bicicleta	(8) Fazer ginástica	(8) Jogar basquete
(8) Gostaria de correr muito (tem sopro cardíaco)	(8) Tocar bateria	(8) Tocar piano
(8) Tocar guitarra	(8) Tocar violão	(8) Tocar flauta
(8) Tocar tambor	(8) Ficar na rua com as amigas	(8) Não ter que cuidar dos irmãos menores
(9) Ir ao cinema	(9) Pular de paraquedas	(9) Viajar para Paris
(9) Fazer Curso de Artes	(9) Fazer escola de futebol	(10) Fazer natação
(10) Viajar para o exterior	(10) Fazer Muay Thai	(10) Escola de violão
(10) Morar em Brasília perto dos familiares	(10) Fazer aula de Inglês	(10) Fazer Artes Marciais
(11) Jogar futsal	(12) Andar de bicicleta	(13) Fazer aula de Teatro
(13) Aula de futebol	(13) Trabalhar no futuro	(14) Fazer boxe
(14) Trabalhar para ajudar a mãe	(14) Fazer academia	

Fonte: Entrevista com o instrumento PACS

Ao analisar as ocupações por faixa etária, a pesquisa revelou um perfil diverso de ocupações entre as crianças, independentemente de seu grupo socioeconômico. Observou-se que, apesar da imersão nas tecnologias digitais, as crianças ainda valorizam e praticam brincadeiras tradicionais com brinquedos, exploram a corporeidade em atividades que envolvem movimento e criam cenários imaginativos ricos, tanto individual quanto coletivamente com seus pares. À medida que crescem,

percebe-se uma transição ocupacional marcante, indicando o início da adolescência, com uma aparente redução do campo imaginativo e simbólico nas ocupações infanto-juvenis citadas como importantes. Além disso, a análise das ocupações que as crianças gostariam de realizar reforça tanto a presença do brincar tradicional e da exploração corporal, quanto a emergência de desejos relacionados a habilidades específicas (como esportes e artes) e a aspirações futuras (como profissões), sinalizando as transições de interesses e o impacto das condições de vida nas possibilidades sonhadas.

Essa transição para a adolescência levanta um questionamento sobre em que medida esses participantes poderão de fato concretizar seus desejos e aspirações ocupacionais? Percebe-se que para os adolescentes do Grupo 01 tais aspirações podem ser vistas como horizontes mais alcançáveis, pela possibilidade futura de cursar uma graduação em consonância com as suas aptidões e desejos profissionais, por exemplo, e com maior acesso a recursos e oportunidades de desenvolvimento de habilidades. Já para o Grupo 02, esses mesmos anseios frequentemente colidem com uma realidade de acesso restrito a atividades estruturadas e com a urgência de inserção precoce no mercado de trabalho informal. Considerando que a escola, muitas vezes, é percebida como a principal ocupação formal em suas rotinas, reitera-se a questão da discrepância entre as aspirações subjetivas e a realidade dos subempregos, caracterizados por jornadas exaustivas e salários de subsistência, evidenciando a restrição do direito à escolha de ocupações.

Quanto às questões culturais do instrumento, observou-se que a pontuação nos esportes foi mais baixa para quase todas as crianças devido ao fato de que 7 dos 12 esportes são mais típicos do Canadá (baseball, badminton, futebol americano, golfe, hockey, esqui ou snowboarding, e frisbee). Faltou um cartão representando “empinar pipa”, uma brincadeira muito presente para as crianças do Grupo 02, e “ir ao cinema” foi uma ocupação mais acessível ao Grupo 01. Os cartões de “Escrita Criativa” e de “Participar de Conselho Estudantil” necessitaram de explicações e exemplos para todos os participantes.

Apesar do PACS ter cartões sobre tarefas domésticas, como limpar o quarto, lavar louça, lavar roupa, tirar o pó dos móveis, cuidar do jardim, arrumar a cama, arrumar a mochila e a mesa de estudos, arrumar a mesa de refeições, varrer o chão, cuidar dos animais domésticos, levar o lixo lá fora e usar aspirador de pó, a maioria das crianças referiu não auxiliar nos cuidados domésticos ou com os seus próprios materiais escolares, sendo quase sempre uma tarefa das mães. Eventualmente algumas crianças faziam uma destas tarefas quando solicitado.

Por um lado, o machismo ainda recai de forma contundente sobre as meninas e mulheres quando se fala em tarefas domésticas, onde aparecem as normas de gênero na divisão nas atividades de cuidado, especialmente em famílias em situação de vulnerabilidade (Rachter, 2024). Além disso, o peso destas tarefas também são o principal impedimento para que meninas e mulheres entre 15 e

19 anos de idade possam manter os estudos ou procurar um emprego (Assis, 2018). Por outro lado, nesse estudo observou-se que apesar das mães assumirem praticamente toda a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com as crianças, pouca responsabilidade era atribuída às crianças, o que pode comprometer a sua autonomia, o senso de autoeficácia e autoestima, e a capacidade de resolução de problemas.

João Miguel¹ de 10 anos (Família 05, Grupo 01) disse que gosta muito de ajudar sua mãe nestas tarefas, mas ela quase não o deixa participar por ele não fazer a limpeza e a organização como ela faz. Yasmin de 05 anos (Família 32, Grupo 02) referiu gostar muito de arrumar a mesa para que a família faça as refeições. Somente os pais da Família 10 (Grupo 01) faziam uma divisão das responsabilidades domésticas, divididas entre as três irmãs a cada mês. Gabriela de 08 anos (Família 01, Grupo 01) tem dificuldades alimentares e não consegue comer toda a comida colocada no prato pelas merendeiras que servem os estudantes, e ela sente muito medo quando acaba as suas refeições na escola e precisa ir até o lixo, *“porque tem uma tia que ela fica perto do lixo e ela fala que tem que comer a comida toda”*.

Diogo de 09 anos (Família 09, Grupo 01) referiu que não coloca o lixo lá fora por ter medo de sofrer violência: *“eu não tenho medo de homem do saco, eu tenho medo de bandido”*. Samuel de 08 anos (Família 23, Grupo 02) gosta muito de levar o lixo lá fora, aparentemente para poder sair de casa rapidamente na comunidade. Nesta família, a mãe colocou tapumes de madeira na porta da casa para evitar que os filhos vejam o movimento dos traficantes vendendo drogas, e sente-se muito intimidada por eles, não deixando que os filhos brinquem nas vielas como eles gostariam. Isso reflete as implicações para o desenvolvimento ocupacional quando o contexto do território oferece riscos.

Algumas crianças tiveram a experiência de nadar no mar ou na piscina, pular corda, andar de patins e usar o computador na escola, em algum momento. Quase todas assistem televisão cotidianamente. Aurora de 05 anos (Família 03, Grupo 01) comentou sobre andar de patins:

“Meu pai vai me ensinar. Meu pai vai segurar a minha mão para não cair”.

No excerto acima, Aurora demonstra que essa atividade ocorre como uma co-ocupação, sendo realizada em conjunto com um familiar até que ela adquira autonomia, e ilustra a importância do suporte dos cuidadores na construção do repertório ocupacional infantil, onde o envolvimento

¹ A fim de manter o anonimato, mas preservar a subjetividade das crianças através de um nome, foram colocados nomes fictícios. Kramer (2002) discute a autoria da criança em pesquisas, e refere que o uso de letras iniciais ou números são estratégias que negam a “sua condição de sujeitos” (p. 46), gerando um apagamento de suas identidades e um anonimato incoerente com os referenciais teóricos sobre as crianças como atores sociais e produtoras de suas histórias.

do pai não apenas proporciona segurança física, mas também encoraja a filha a explorar novas habilidades e superar desafios. Em contextos desiguais, onde outras dificuldades prevalecem no âmbito familiar, como a fome ou a falta de infraestrutura habitacional, as oportunidades para esse tipo de interação podem estar diminuídas, influenciando as possibilidades da criança de experimentar, aprender e expandir seu repertório ocupacional. Dessa forma, o estímulo e o apoio familiar são fatores fundamentais para que a criança consiga alcançar o que deseja, desde que haja também um equilíbrio entre os fatores ambientais que impactam nas ocupações infantis.

Quanto às atividades de autocuidado, como tomar banho, pentear o cabelo, escovar os dentes, trocar de roupa, comer e beber, ir ao banheiro, fazer um sanduíche, dormir, amarrar os cadarços, lavar o rosto e lavar as mãos, as crianças menores faziam com auxílio, e as maiores já tinham adquirido independência para realizá-las por si mesmas.

Sobre escrever em letra cursiva, algumas crianças estavam aprendendo a letra bastão ou em transição para a letra cursiva, demonstrando ser um processo difícil para elas, e algumas recebiam o apoio das mães que participavam de suas vidas escolares.

Quanto aos esportes, a maioria das crianças tinha bicicleta. Na Família 29 (Grupo 02) a mãe tinha 9 filhos, não sendo possível que eles tivessem bicicletas, e uma das irmãs ensinou para a irmã Sophia que era importante emprestar para outra criança, pois ela poderia ficar doente de vontade de dar uma volta:

[irmã] *“Por que e se a pessoa ficar doente e quiser andar de bicicleta e não tem? (...) Nossa, se ela me deixar andar, então eu vou andar porque a pessoa vai ser bem carinhosa e deixar o próximo andar. Você tem que pensar na outra pessoa, Sophia. Você tem que fazer a sua e pensar no Marcos, “aí, o Marcos até um dia pensou em mim”. Entendeu?”*

Esse excerto revela a importância das relações sociais e da empatia no contexto da construção do repertório ocupacional infantil, onde a irmã de Sophia e Marco está transmitindo um aprendizado sobre como a generosidade e o cuidado com o outro podem ser formas de compartilhar e promover o bem-estar coletivo, em especial em uma situação de recursos limitados. Assim, ao aprender a importância de ceder, Sophia não apenas pode adquirir uma habilidade social valiosa, mas também internalizar conceitos de solidariedade e preocupação com o outro, que são essenciais para um repertório ocupacional que considera tanto as necessidades individuais quanto coletivas. A troca simbólica de gestos e atitudes colaborativas formam a base das interações sociais e das ocupações na realidade deste grupo de crianças.

Em relação a subir em árvores, a maioria das crianças já teve essa vivência em algum momento da vida. Quanto ao brincar, todas referiram brincar de alguma forma. Não há um cartão

específico no PACS chamado “brincar”, e sim vários cartões que podem ou não expressar ludicidade ou atividades de lazer, de acordo com o significado dado por quem realiza a ocupação em questão, tais como (Categoria Escola/ Produtividade) cuidar dos animais de estimação; (Categoria Hobbies e Atividades Sociais) andar de bicicleta, construir com Lego, subir em árvores, colecionar coisas, escrita criativa, recortar, fazer artes (por exemplo, com argila), desenhar/ colorir, fazer um piquenique, sair para caminhar, ouvir música, jogar jogos de tabuleiro, brincar de lançar e pegar a bola, jogar frisbee, jogar com amigos, pular amarelinha, tocar um instrumento musical, jogar hockey na rua, brincar no recreio/intervalo, brincar na neve, brincar no pula-pula, jogar videogame, leitura, andar de patins, pular corda, brincar no balanço, nadar/ mergulhar, conversar no telefone, usar o computador, visitar os amigos, ver televisão; e (Categoria Esportes) jogar badminton, baseball, basquete, futebol americano, golf, hockey, futebol, tênis, vôlei, artes marciais, corrida, e esqui ou snowboarding.

7.3 Discussão do PACS e CIDRDI

As ocupações realizadas ao longo da vida da criança com os seus familiares, com amigos e com as pessoas da escola constroem o seu repertório ocupacional e os vários papéis ocupacionais relacionados ao indivíduo que brinca, que interage com o meio e aprende a ter mais autonomia (Mandich; Rodger, 2006).

O PACS é uma ferramenta que pode ser utilizada em pesquisas centradas na ocupação, de forma a registrar os repertórios ocupacionais das crianças, identificar tendências, e comparar repertórios entre culturas, gerações ou localizações geográficas. É também um instrumento congruente com as co-ocupações familiares, uma vez que inclui ocupações mais gerais relacionadas ao autocuidado e educação, e ocupações mais específicas como a prática de uma religião, e outras que a própria criança pode escolher livremente.

Apesar dos instrumentos de avaliação do desenvolvimento infantil poderem incorrer em um modelo biomédico enquanto dispositivo da colonialidade, como uma forma de normatizar corpos e infâncias e configurar modelos sobre como uma criança deve se desenvolver, observa-se que o PACS não tem como intuito a delimitação do que seria um perfil ocupacional “padrão”, ou prescrever ocupações infantis no sentido de uniformizar as infâncias dentro dos cartões apresentados. A ideia é compreender o universo de ocupações de crianças em diferentes contextos de vida, com desenvolvimento típico ou atípico, lançando luz ao repertório ocupacional das crianças e dando liberdade para que elas acrescentem cartões inexistentes no instrumento para que possam falar de si. Nesse sentido, o uso de figuras foi muito útil para auxiliar as crianças a falarem sobre os

seus fazeres cotidianos, em especial para as crianças menores, para quem a complexidade da expressão verbal sem apoio visual pode ser um desafio para compartilhar tudo o que fazem ou o que gostariam de fazer.

Além disso, é um instrumento já validado, isto é, o protocolo é realmente capaz de medir o que se propõe a medir (AERA-APA-NCM, 1999).

Embora não seja possível que um instrumento tenha toda a gama de ocupações infantis representadas em imagens suficientes, dado que cada indivíduo é único e pode ter ocupações específicas das suas vivências, da sua cultura ou da sua criatividade pessoal, o PACS apresenta de forma geral ocupações que podem fazer parte de infâncias plurais, em especial as relacionadas ao autocuidado, ao brincar e à escola.

Desta forma, é importante refletir sobre o uso de instrumentos de avaliação quantitativos dentro de pesquisas que pretendem estudar um fenômeno social, avaliando os benefícios e elaborando críticas quanto à sua aplicação. Por ser um questionário baseado no repertório ocupacional de crianças canadenses, o seu uso no Brasil pode ser questionável (Pontes; Silva; Sousa *et al.*, 2016). E apesar de ser um instrumento de avaliação com pontuação, a preocupação não é em aferir dimensões fragmentadas do desenvolvimento infantil, como os pré-requisitos motores e cognitivos para a execução das atividades nos cartões, e sim a composição do mundo ocupacional da criança, tendo sido um instrumento proveitoso para a pesquisa neste sentido, ao se pensar a infância atrelada ao seu desenvolvimento ocupacional.

Observou-se que independente do contexto de privação ou não, todas as crianças tiveram condições dentro de suas residências para realizar as atividades básicas de autocuidado, como escovar os dentes, ir ao banheiro, tomar banho, pentear o cabelo, trocar de roupa, alimentar-se, lavar as mãos e dormir. Os resultados mostraram também que as crianças conheciam ocupações típicas de outras culturas que não fazem parte do contexto brasileiro de forma substancial, como esquiar na neve, snowboarding e baseball.

Dentre a diversidade de ocupações humanas, as Atividades de Vida Diária (AVDs) estão relacionadas à sobrevivência e cuidados consigo mesmo (AOTA, 2020), sendo comuns a épocas e culturas diferentes (Vasconcelos; Cavalcante, 2013). As AVDs são importantes para a participação das pessoas em ocupações significativas, sendo pré-requisitos para o engajamento em ocupações relacionadas à educação, trabalho, brincar, lazer e interações sociais (James, 2011).

Para Christiansen e Matuska (2004):

“(...) a participação em atividades diárias permite e reflete o estado de bem-estar de uma pessoa. Em outras palavras, o que uma pessoa está fazendo pode frequentemente fornecer muitas pistas sobre quem essa pessoa é e como ela está

se sentindo, tanto emocional quanto fisicamente. O que as pessoas fazem durante um dia típico frequentemente serve como uma janela para o seu bem-estar” (p. 2, tradução nossa).

No âmbito educacional, a Fundação Arcelor Mittal (c2024) cita as várias dimensões do autocuidado que fazem parte das competências gerais da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), considerando que essas habilidades devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica, tais como: ter uma alimentação saudável, beber água, fazer exercícios físicos, dormir bem, ter hábitos de higiene (tomar banho, escovar os dentes), tomar sol e ar fresco, ir ao médico e ao dentista, descansar quando estiver doente, não se colocar em risco, cuidar da aparência (manter os cabelos limpos e penteados, cuidar da pele), fazer pausas durante o dia e respirar profundamente, ter momentos de lazer e descanso, conectar-se com a natureza (fazer trilhas, nadar, plantar), ter consciência dos sentimentos e emoções e refletir sobre eles, alimentar a autoestima, praticar atividades para aliviar o estresse, saber lidar com a raiva e o medo, chorar se for preciso, sorrir, brincar, ser positivo e otimista, praticar gratidão, perceber quando cometeu erros e desculpar-se, não exagerar no uso de TV e internet, nutrir sonhos estabelecendo planos e metas, ouvir música ou aprender a tocar um instrumento, exercitar criatividade com atividades artísticas, desenvolver o hábito de leitura, passar tempo com a família, frequentar a casa dos amigos, pedir ajuda se precisar, socializar com vizinhos, participar das tarefas de casa, cuidar de suas coisas, arrumar o quarto e guardar brinquedos, etc.

Essas dimensões que fazem parte do “autocuidado físico”, “autocuidado mental (emocional e intelectual)” e “autocuidado social” (Fundação Arcelor Mittal, c2024), são uma outra forma de compreender o autocuidado em relação às AVDs descritas pela AOTA, que englobam tomar banho, uso do banheiro, vestuário, comer e engolir, alimentação, mobilidade funcional, higiene pessoal e cuidados pessoais, e atividade sexual (Gomes; Teixeira; Ribeiro, 2021).

É esperado que a maioria das crianças com desenvolvimento típico, por volta dos 5 ou 6 anos, consiga administrar as suas rotinas de autocuidado com mais independência quanto ao uso do banheiro, almoçar sozinhas, e se trocar para as aulas de natação. Mais tarde passam a decidir o que vestir e o que comer, reivindicam mais privacidade no autocuidado, e podem assumir maiores responsabilidades, como tirar o lixo, fazer compras, arrumar suas camas, cuidar dos animais de estimação ou colocar as roupas sujas no cesto, desenvolvendo um senso de autonomia e autoeficácia (Rodger; Brown, 2006).

Sobre subir em árvores, a maioria das crianças referiu que já teve essa experiência em algum momento. No entanto, com a tendência contemporânea de uma imersão cada vez maior nas tecnologias, é de se esperar que as próximas gerações de crianças vivam cada vez menos ou não

vivam essa experiência. Manoel de Barros interpreta um pouco da vivência da infância com a natureza no texto “Achadouros”:

“as pedrinhas do nosso quintal são sempre maiores do que as outras pedras do mundo. Justo pelo motivo da intimidade” (Barros, 2003).

Richard Louv cunhou o termo Transtorno do Déficit de Natureza para definir os impactos físicos e mentais quando o indivíduo tem uma vida desconectada da natureza, tais como a diminuição do uso dos sentidos, dificuldade de atenção, miopia, obesidade e deficiência de vitamina D. A permanência excessiva no ambiente digital torna a pessoa menos viva, na medida em que ela precisa mudar o fluxo das sensações para se concentrar nas informações que estão nas telas. Crianças de cidades grandes estudam sobre o esgotamento dos recursos naturais e sobre as florestas, no entanto, as suas próprias experiências na natureza são parcas ou ausentes (Instituto Alana, 2022).

Os processos de urbanização e de institucionalização também definem o cotidiano das pessoas. As crianças urbanas perdem a oportunidade de crescer e aprender em locais cercados pela natureza. O ambiente natural tem o potencial de reduzir doenças respiratórias, o sedentarismo e problemas de saúde mental, e os serviços de saúde poderiam incorporar a conexão com a natureza. A vida urbana também poderia ser modificada se houvesse mais parques, bairros verdes, hortas comunitárias e agricultura urbana, conciliando o desenvolvimento econômico com menos devastação ambiental (Instituto Alana, 2022).

A natureza nutre o ser humano e cria memórias significativas, como brincar em um quintal, cheirar as flores, comer uma fruta direto da árvore, ouvir os pássaros, caminhar em silêncio ou brincar na chuva, aproximando o indivíduo de sua própria humanidade, em unidade com a natureza e desenvolvendo empatia com todas as formas de vida. É importante que a criança possa internalizar os ciclos entre a água e a vida, onde a chuva molha a terra para frutificar, a floresta devolve a água para a atmosfera, e a chuva aumenta os rios e as plantações. É a compreensão de que tudo é natureza e está conectado quando há harmonia ambiental (Zanon, 2018).

Pastore (2020) aborda “as diversas formas de ser e fazer-se humano numa integração criança – brincar – natureza” (p. 193). Em seu envolvimento no campo de pesquisa com crianças moçambicanas, a autora relata sobre a criação de brinquedos não somente com materiais descartados, mas também nas vivências a partir do que a própria natureza oferta, como árvores, sombras, galhos, folhas e frutos. Mais profundo do que a habilidade em utilizar elementos naturais para criar algo, em meio a essa expressividade da construção dos brinquedos na natureza as crianças constroem-se a si mesmas. Em uma forma visceral de brincar enquanto produção de cultura, e de interconexões e harmonia com os animais e as plantas, o brincar é, então, a constituição constante

de si e a consciência do próprio senso de humanidade.

O brincar na natureza é algo para ser vivido, está no campo do sensível e não da racionalidade. É a construção da própria subjetividade, enquanto os elementos da natureza são transformados e subjetivados. Os espaços naturais, as paisagens, tornam-se então partes do corpo das crianças que os habitam e criam pertencimentos, liberdades de ser, e um rico repertório de imaginação, ultrapassando a concepção de que o brincar acontece somente quando há acesso a brinquedos industrializados. O brincar traz também as representações do que a criança compreende do seu entorno. Além de haver maior senso de solidariedade e convívio harmônico com os outros seres entre as crianças que brincam cotidianamente na natureza, do que a competitividade e o individualismo dos ambientes altamente urbanizados (Pastore, 2020).

“Se a criança é constituída pelo que vive, a infância é a categoria que as cabe, então é possível dizer que a infância nos espaços percorridos também é feita também de memórias, que potencializam sua existência, ancoradas aos meios que habitam e as histórias que as constituem, passadas e presente, a partir de experiências singulares e coletivas” (Pastore, 2020, p. 223).

A autora faz também um importante questionamento quanto ao formato adulto de oferecer espaços para a infância restritos à escola e às salas de terapia, com atividades cada vez mais dirigidas, promovendo sanções simbólicas à criatividade e à construção do ser, ao invés de espaços livres, abertos e repletos de natureza (Pastore, 2020).

Além disso, as tecnologias modernas vêm criando inclusive ambientes naturais simulados, em substituição às experiências reais na natureza. Concomitantemente, estudos demonstram que pessoas doentes podem melhorar o seu quadro e o bem-estar quando são proporcionadas interações com animais de estimação, e o comportamento humano de enviar flores para as pessoas mostra uma propensão a se conectar com a natureza. Cada geração convive com níveis sempre maiores de degradação ambiental, e tende a considerar a condição degradada como não degradada, isto é, como se a natureza estivesse em seu estado normal, gerando um processo de ‘amnésia ambiental geracional’, o que pode ser tornar um dos problemas psicológicos centrais da vida das pessoas (Kahn *et al.*, 2009).

Taylor e Kuo (2009) tiveram como resultado em seu estudo com crianças com TDAH, que caminhadas feitas em parques verdes melhoraram a atenção mais do que caminhadas em configurações urbanas, trazendo uma melhora do desempenho próxima aos efeitos da Ritalina. Ademais, exercícios físicos promovem melhoras na qualidade de vida, no equilíbrio, na força muscular e no nível de neurotransmissores (Deslandes *et al.*, 2009), e as habilidades sensório-motoras são a base para a aprendizagem e o comportamento (Grey, 2016).

Sobre o brincar neste estudo, poderia ser interessante ter cartões com brinquedos típicos da cultura brasileira, como bonecas, carrinhos, pipas, objetos reciclados como garrafas e tampinhas, e elementos da natureza como pedrinhas, gravetos e folhas, o que talvez trouxesse mudanças na pontuação também.

Durante a infância a criança passa por muitas transições lúdicas, desde as brincadeiras exploratórias e sensório-motoras focadas em si mesma para brincadeiras mais complexas e cooperativas, sendo uma grande oportunidade para o desenvolvimento social e para o ganho de habilidades cognitivas, motoras e de linguagem. O brincar é a ocupação preferida de crianças pequenas, e proporciona a aprendizagem sobre papéis ocupacionais e sobre como interagir em seu ambiente (Rigby; Rodger, 2006).

Este é um fenômeno complexo, universal, difícil de conceituar e tem a ver com a permanência da espécie humana. É capaz de despertar o prazer, a novidade, o desafio, o domínio da realidade, a descoberta, a criatividade e a expressão de si mesmo. A atividade de brincar apresenta componentes sensoriais, motores, cognitivos, afetivos e sociais, e pode ser definida como: “uma atitude subjetiva em que o prazer, a curiosidade, o senso de humor e a espontaneidade se tocam; tal atitude se traduz por uma conduta escolhida livremente, da qual não se espera nenhum rendimento específico” (Ferland, 2006, p. 18).

Algumas situações de vida podem se tornar barreiras à participação em brincadeiras, como crianças em instituição de longa permanência, com deficiências ou dificuldades no desenvolvimento, em condições de pobreza extrema, guerras e desastres naturais, e urbanização excessiva; isto é, os fatores pessoais, ambientais e da ocupação influenciam diretamente no desempenho ocupacional do brincar (Rigby; Rodger, 2006).

Para Winnicott o brincar está relacionado não apenas ao prazer da brincadeira, mas à elaboração de angústias e conflitos, e ao domínio de impulsos que poderiam conduzir a mais angústias. Assim como os adultos desenvolvem sua personalidade através das experiências de vida, as crianças se desenvolvem por intermédio de suas próprias brincadeiras, e pela criação de brincadeiras por outras crianças e adultos. O brincar também organiza as formas de socialização do indivíduo, sustenta a criatividade, faz uma conexão entre a realidade interior da criança e a realidade exterior, tem como função o aprofundamento no lado mais oculto do inconsciente, comunica os desejos mais ocultos da criança, e mantém a integridade emocional. Crianças que apresentam rupturas no desenvolvimento emocional podem não ter a capacidade de brincar, pelo menos de formas reconhecíveis pelo outro (Winnicott, 1982).

Além disso, observou-se que as crianças do Grupo 02 tinham mais acesso às brincadeiras de rua (apesar da falta de equipamentos como parques, quadras e praças), do que as do Grupo 01 que estavam em espaços muito urbanizados. Luz e Kuhnen (2013) referem que as mudanças sociais

e econômicas ao longo dos séculos foram provocando cada vez mais restrições ao uso dos espaços públicos, e mesmo quando apresentam condições vulneráveis, como praças com falta de infraestrutura, os espaços são utilizados pelas crianças. Espaços com maior qualidade e com áreas de vegetação interferem no brincar infantil, na socialização e no modo como as crianças ocupam os espaços, sendo importante que o poder público repense o potencial dos espaços públicos para o desenvolvimento infantil (Luz; Kuhnen, 2013) e para a ampliação do repertório ocupacional.

Os sinais de desejo em participar ou de sair da entrevista foram acompanhados, e as crianças foram incentivadas a responder até o final pela pesquisadora ou pelos seus cuidadores. Duas crianças, de 5 e 6 anos, demonstraram certa aflição em responder tudo porque queriam continuar assistindo vídeos no celular, sendo encorajadas pelas mães a participarem mais. Nenhuma criança apresentou dificuldade em compreender como responder o instrumento, e explicações adicionais foram feitas quando necessário.

A aplicação mostrou que o instrumento foi compreensível e aceitável para este recorte de crianças brasileiras, e que cartões de esportes canadenses poderiam ser substituídos por capoeira, peteca, futsal e andar de skate. De maneira geral, o PACS pode ser uma ferramenta útil para o contexto brasileiro, com a devida adaptação transcultural do idioma e das ocupações consideradas nos cartões (Pontes; Silva; Sousa *et al.*, 2016).

Tima (2020) refere que fatores culturais e socioeconômicos das famílias interferem de forma significativa no repertório ocupacional das crianças, e que uma versão do PACS adaptado à cultura brasileira pode permitir uma melhor identificação das ocupações infantis. É possível que a pontuação tivesse sido maior para os participantes se houvesse mais brincadeiras da cultura brasileira, como queimada, pique-esconde, bolinha-de-gude, estilingue, jogo da velha, elástico, cobra-cega e taco/bets. A generalização ficou limitada pelo tamanho da amostra e pelo perfil populacional dos participantes dos dois municípios específicos.

Estudos futuros poderiam investigar o gênero como uma variável determinante no repertório ocupacional de meninos e meninas, uma vez que as normas sociais impõem expectativas distintas para cada gênero, influenciando as escolhas ocupacionais desde a infância. Certas atividades são socialmente categorizadas como femininas ou masculinas, o que pode restringir as possibilidades de desenvolvimento de cada criança, ao colocar limites sobre o que é considerado apropriado para ela, conforme seu gênero. Essas normas podem ter um impacto profundo nas preferências e desejos das crianças, levando-as a internalizar expectativas sociais que muitas vezes limitam suas expressões e escolhas. Por exemplo, meninos que manifestem interesse por brincadeiras com bonecas ou queiram praticar balé podem enfrentar sanções sociais e preconceito, sendo direcionados para atividades tidas como mais 'masculinas', o que pode restringir sua autonomia na construção de seu repertório ocupacional.

Em vista das limitações do PACS, também seria interessante que a Terapia Ocupacional busque criar mais instrumentos novos, a partir das epistemologias que estão sendo propostas a se fazer, para o estudo de fenômenos sociais.

Diante da disparidade nas condições de vida dos participantes dos Grupos 01 e 02, seria esperado que o PACS gerasse diferenças significativas no repertório ocupacional das crianças dos dois grupos, o que não aconteceu. No entanto, as entrevistas com as famílias mostraram que pode haver assimetrias na construção do repertório de crianças em situações desfavoráveis, com fatores que atravessam as oportunidades ocupacionais que serão discutidos na Análise Temática no próximo tópico deste estudo.

A desvantagem do instrumento está relacionada ao fato de que o PACS não é sensível o suficiente para revelar iniquidades nas oportunidades ocupacionais em um contexto de desigualdade social. Ele trouxe um levantamento das ocupações, mas isso não é o suficiente para fazer análises sobre as influências sociais no repertório ocupacional infantil, confrontando-se com os relatos das famílias. Portanto, ele pode não ser o melhor instrumento a ser utilizado em pesquisas futuras que abordem questões sociais.

Considerando também que este instrumento se baseia em questões do tipo “sim” ou “não” (faz ou não faz as atividades que aparecem nos cartões), o discurso das crianças com narrativas sobre suas próprias vidas apareceu em menor intensidade. Para identificar essas sutilezas pode ser melhor utilizar uma entrevista semiestruturada, onde a criança possa relatar através de perguntas específicas e de figuras, como ela sente que pode ou não acessar ocupações de seu interesse. Fernandes (2016) refere que há uma heterogeneidade de possibilidades metodológicas na investigação com crianças, mantendo a alteridade que faz parte das infâncias, e Hartmann (2021) ressalta que pesquisas que se dedicam à escuta e à análise de narrativas orais e escritas produzidas por crianças é um importante caminho metodológico.

Já o CIDRDI forneceu elementos para identificar se fatores importantes do contexto poderiam ter gerado comprometimento no desenvolvimento das crianças, como condições diagnósticas, a presença de violência no lar, a renda familiar insuficiente para as necessidades básicas, problemas com os cuidadores principais (como o uso de álcool e drogas), a relação da criança com a escola, dificuldades de aprendizagem, e a qualidade dos vínculos familiares. Assim, enquanto o PACS avaliou o perfil ocupacional das crianças, o CIDRDI avaliou questões ambientais que poderiam impactar na vida da criança, tendo sido dois instrumentos complementares para analisar os repertórios ocupacionais infantis dentro de um contexto situado.

Além de ser inviável analisar as diversas variáveis que produzem vulnerabilidade social, tais como raça, gênero, lugar geográfico, etc., a categoria classe social é central quando se pensa na produção das desigualdades sociais, fazendo com que uma grande parcela das crianças brasileiras

tenha uma infância marcada por processos de vulnerabilidade social (Arenhart, 2015), e o CIDRDI foi um instrumento que auxiliou a identificar alguns fatores relacionados à desvantagem social.

Ressalta-se que apesar de a maioria das crianças ter pontuado “baixo risco” ao desenvolvimento no CIDRDI, isso, por si só, não garante que elas tenham um repertório ocupacional enriquecido, com experiências ocupacionais repletas de significados e afetos. Isso reforça o fato de que a especificidade da Terapia Ocupacional na infância vai além da perspectiva desenvolvimentista, alcançando a perspectiva ocupacional (Folha; Della Barba, 2022; Humphry, 2002).

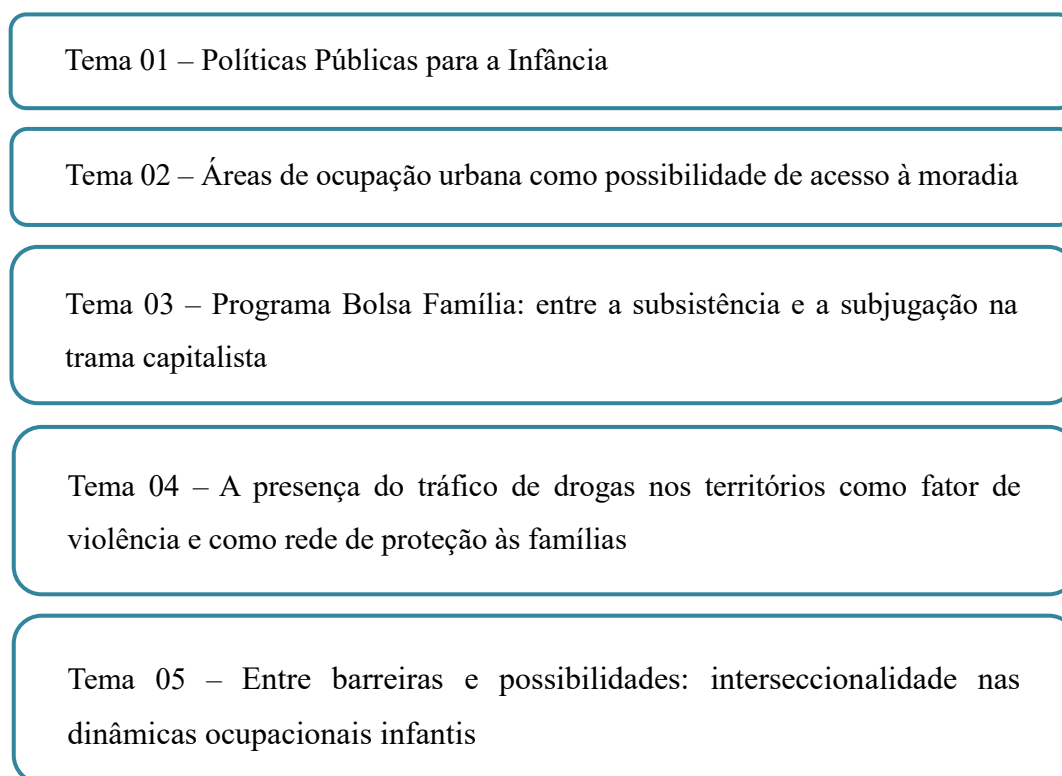
Hammell (2004) explora o fato de que as ocupações estão intrinsecamente ligadas à experiência e à expressão do significado na vida das pessoas. Nesse sentido, até seria possível encaixar cada atividade das tabelas 07 e 08 (“o que as crianças mais gostam de fazer”, e “o que gostariam de fazer se fosse possível”) nas categorias de autocuidado, lazer e produtividade (em especial no lazer). No entanto, ocupações citadas pelas crianças como “ficar com o pai”, “com o irmão”, “com a família”, “com o cachorro”, “fazer bagunça com alguém”, “fazer comida”, “fazer aniversário”, “ter uma casa para morar”, “fazer cabeçalho no caderno”, “ficar com o trovão lá fora”, “correr mais rápido”, “ser um artista”, dentre outras, são experiências que podem transcender cada uma dessas três divisões, relacionando-se muito mais a uma necessidade de conexão consigo mesmo e com o outro, a uma premência de compartilhar afetos. Trata-se de não considerar as ocupações como divisíveis em três categorias pela Terapia Ocupacional, mas sim considerá-las como “dimensões de significado” (Hammell, 2004, p. 297). Significa pensar como as ocupações podem atender necessidades da essência do ser humano, de realização pessoal, de expressão de si mesmo (Hammell, 2004). Isso também tira um pouco as ocupações de dentro das classificações da AOTA (American Occupational Therapy Association), as quais são interessantes, mas é possível pensar os interesses infantis de outras formas. Ao sair de contornos pré-estabelecidos, observa-se que “as ocupações não são pré-fixadas no nosso cotidiano. É nesse movimento das formas de viver o cotidiano que as ocupações assumem diferentes sentidos para as pessoas” (Drummond; Ferreira; Costa, 2021, p. 35).

7.4 Temas derivados da Análise Temática

Através do processo de Análise Temática foram gerados 306 códigos iniciais, baseados nos conteúdos presentes no discurso dos cuidadores das crianças, além dos temas designados como os mais relevantes no Diário de Campo, contendo as percepções da pesquisadora e os relatos das equipes das UBSs. Vale destacar que os repertórios que as crianças produzem, quando contados por

elas mesmas, diferem significativamente da percepção dos adultos, especialmente em contextos adversos. Mas diante das limitações discutidas sobre o PACS, as análises seguintes são fundamentadas nas narrativas dos adultos. Tais códigos foram conduzidos para a geração dos 05 eixos temáticos abaixo (Quadro 01), buscando revelar informações significativas sobre o fenômeno em estudo:

Quadro 01 –Temas da pesquisa

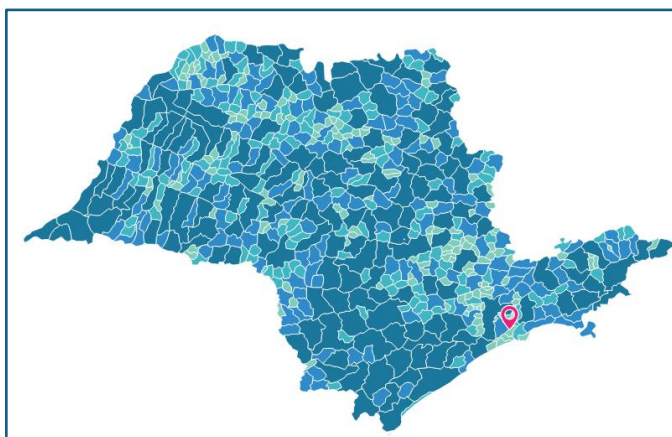


Fonte: Elaboração própria

7.5 Caracterização dos municípios de São Caetano do Sul/SP e Santo André/SP

O estado de São Paulo possui extensão territorial de 248.219 km², uma população de 44.411.238 pessoas, e 645 municípios (IBGE, 2022b), estando São Caetano do Sul e Santo André localizados no sudeste do estado (Fig. 02):

Figura 02 – Estado de SP



Fonte: IBGE, 2022b

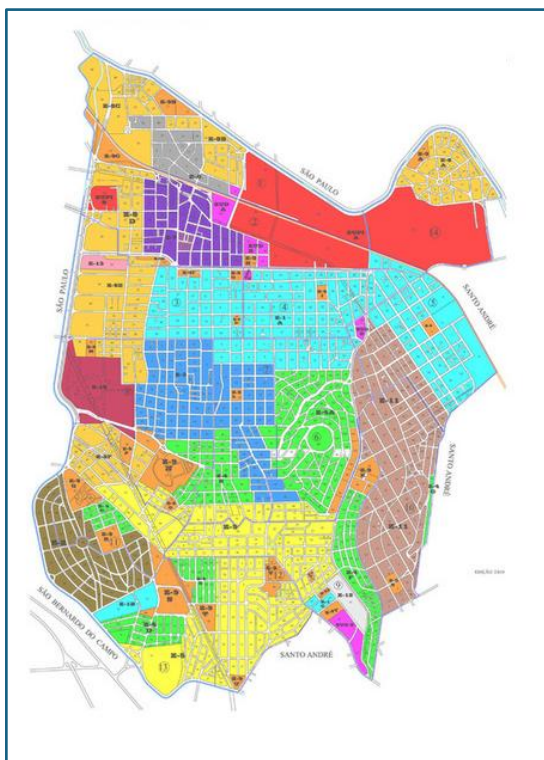
A Região Metropolitana de São Paulo foi criada pela Lei complementar n. 14 de 1973 e é formada pela cidade de São Paulo e mais 38 municípios que se agrupam em torno da capital e são polarizados diretamente por ela. Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santana do Parnaíba foram quatro municípios que fizeram parte da elite industrial, sendo que as três primeiras tiveram a maior incidência da indústria metalúrgica, automobilística e metal-mecânica do Estado de SP, e Santana do Parnaíba teve grande expansão industrial e de condomínios de alta renda para a elite de empresários (Bógus; Pasternak, 2009).

São Caetano do Sul é um município paulista com área territorial de 15 km², com uma população de 165.655 pessoas, e densidade demográfica de 10.805 hab/ km² (IBGE, 2022b).

O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 3,2 salários mínimos. A maior parte da população está na faixa de 25 a 49 anos de idade, com 74,7% da população ocupada, e 26,6% da população com rendimento mensal per capita de até ½ salário mínimo, o que coloca o município na posição 586 de 645 dentre as cidades do estado de SP, e na posição 5.188 de 5.570 cidades do Brasil. A taxa de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos de idade é de 97,4%, o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,862 em 2010 (na escala de 0 a 1), e a taxa de mortalidade infantil média de 7,21 para cada 1000 nascidos vivos. Quanto ao meio ambiente, 100% dos domicílios apresentam esgotamento sanitário adequado, ficando na posição 1 de 645 municípios do Estado e na posição 1 de 5.570 municípios do Brasil (IBGE, 2022c).

O município está representado na Fig. 03 abaixo:

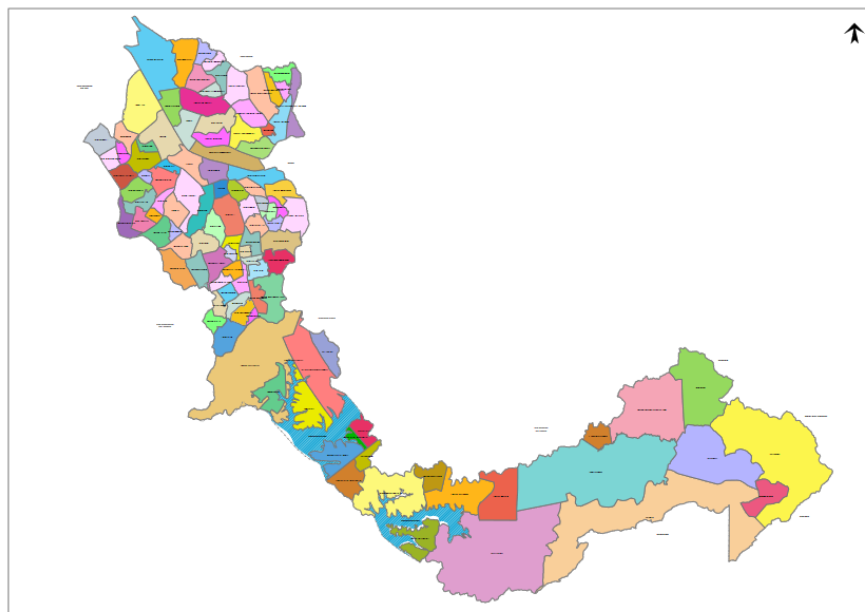
Figura 03 – Município de São Caetano do Sul



Fonte: Bisterzo, 2016, p. 62

Santo André/SP (Fig. 04) tem uma área territorial de 175 km², com uma população de 748.919 pessoas de acordo com o último Censo de 2022, e densidade demográfica de 4.260,50 hab/km², com a maior parte da população na faixa etária de 20 a 34 anos, salário médio mensal de 2,8 salários mínimos, e 33,1% da população ocupada. Considerando que 30,5% dos domicílios encontram-se com rendimentos mensais de até ½ salário mínimo per capita, isso coloca o município na posição 371 de 645 entre as cidades do Estado de SP, e na posição 4.579 de 5.570 dentre as cidades do país. A taxa de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos de idade é de 97,4%, o IDHM de 0,815 em 2010, e taxa de mortalidade infantil de 8,61 para cada 1000 nascidos vivos. Em relação ao meio ambiente, apresenta 95,9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, ficando na posição 121 de 645 municípios do Estado, e na posição 156 de 5.570 municípios do Brasil (IBGE, 2022c).

Figura 04 – Município de Santo André



Fonte: Baena, 2020 (Divisão de 112 bairros pela Prefeitura de Santo André)

Quanto à incidência de pobreza, São Caetano do Sul (SCS) ocupa a 626ª posição de 645 municípios do Estado de SP e a posição 5.438ª no país, e Santo André a 331ª posição de 645 do Estado de SP e 4.271ª do país (IBGE, 2022c) (sendo a 1ª posição a pior e a última posição a melhor no ranking).

Já o estado de SP ocupa a 1ª colocação no ranking de competitividade entre os estados, seguido por Santa Catarina (2ª), Paraná (3ª) e Distrito Federal (4ª), e os estados do Acre, Amapá e Roraima estão nas últimas colocações. Este ranking contém indicadores divididos em 10 pilares temáticos: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado, e Inovação. Embora a competitividade seja uma característica inerente ao setor privado, entende-se que seja desejável também no setor público para que os Estados e Municípios busquem melhorar a qualidade de seus serviços públicos (CLP, 2023).

Apesar destes dados, não é possível analisar o desenvolvimento regional a partir de um único ponto de vista, dado que o país é extremamente heterogêneo e desigual quanto ao desenvolvimento humano, tornando as agendas políticas governamentais como uma questão de alta complexidade. Tais como a busca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ligados à Saúde (ODS 3), Educação (ODS 4), igualdade de gênero (ODS 5) e redução das desigualdades (ODS 10), por exemplo, diante das distintas realidades brasileiras nas 27 unidades da federação

(Grin *et al.*, 2021). A dimensão econômica é apenas um dos aspectos atrelados ao desenvolvimento das regiões, havendo outras questões qualitativas do desenvolvimento humano e social (Oliveira, 2020).

Uma região passa a existir e adquire significado não só a partir de fatores geográficos, mas também pelos fenômenos sociais que acontecem quando um grupo de pessoas ali se instala. A coletividade determina as formas de apropriação de um espaço e a maneira de se organizar dentro dele, bem como os processos políticos e ideológicos de dominação. Portanto, nenhum local é neutro, cada região terá características próprias, com uma identidade impressa pelas pessoas que fazem parte dela (Palacios, 1983).

Milton Santos conceitua o território como:

“O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda” (Santos, 2001, p. 96-97).

Desta forma, os eixos temáticos abaixo apresentam questões relacionadas a como se dão as relações humanas nos territórios, onde a condição socioeconômica é somente um dos fatores que permeia a construção da vida cotidiana das crianças e de suas famílias nas localidades investigadas.

Embora a faixa de renda das famílias sejam próximas entre os grupos, é possível verificar que houve comparação entre grupos, uma vez que o contexto socioespacial e as condições de vida de cada um são elementos que configuram diferenças estruturais significativas. As circunstâncias de moradia e a configuração territorial são dois elementos que influenciaram profundamente a qualidade de vida, as oportunidades ocupacionais e os desafios enfrentados pelas famílias. Essas discrepâncias demonstram que os grupos possuem realidades bastante distintas, o que justifica a comparação entre eles. As famílias do Grupo 01 residem em áreas altamente urbanizadas, com acesso facilitado a serviços básicos como transporte público, farmácias, mercados, bancos, padarias, papelarias e escolas públicas e particulares. Essa infraestrutura promove maior mobilidade, qualidade de vida e oportunidades educacionais, culturais e econômicas. As regiões urbanizadas tendem a ser estáveis, com menos riscos ambientais. Ademais, as famílias deste grupo vivem em áreas mais seguras em termos de segurança pública, onde a presença de instituições como a polícia são mais efetivos. E a urbanização consolidada com a presença de serviços pode impactar

diretamente a trajetória de vida das famílias.

O Grupo 02 vive em regiões menos urbanizadas, em favelas e comunidades urbanas onde o acesso a serviços é escasso ou inexistente, e essas limitações restringem oportunidades e aumentam a vulnerabilidade. As famílias enfrentam condições habitacionais instáveis, com casas em áreas de risco de desabamento e alagamentos. Durante as chuvas, essas localidades frequentemente sofrem com inundações, expondo as famílias a riscos de saúde, perdas materiais e insegurança constante. As famílias enfrentam situações de grande vulnerabilidade social, com o domínio de grupos de traficantes nas localidades, com ausência de policiamento efetivo, corrupção policial pela parceria com os grupos criminosos, e pouca iluminação pública, agravando o sentimento de insegurança e violência estrutural. A precariedade nas condições de vida e a ausência de serviços de saúde mental e de reabilitação, como CAPS e instituições terapêuticas multidisciplinares para crianças, adultos e idosos, gera desvantagens cumulativas, como menores chances de mobilidade social, maior exposição a riscos ambientais e sociais, e uma qualidade de vida reduzida.

Portanto, a comparação entre os dois grupos é justificável, pois suas condições de vida transcendem a semelhança de renda. A infraestrutura urbana, as condições habitacionais, a segurança pública e o acesso a serviços configuram contextos de vida profundamente distintos, que impactam as dinâmicas sociais, as relações familiares e as possibilidades de futuro de cada grupo. Esses fatores tornam os grupos suficientemente heterogêneos para uma análise comparativa que enriquece os achados da pesquisa e demonstra as desigualdades socioespaciais no mesmo estrato econômico.

Seguem-se agora os resultados das entrevistas semiestruturadas com os cuidadores integrados junto à discussão, considerando-se que a Análise Temática requer a interpretação e o aprofundamento dos dados por meio da contextualização e da reflexão crítica, a fim de explorar as complexidades e os significados atribuídos pelos participantes às suas experiências. Diferentemente da análise quantitativa, na qual a separação entre resultados e discussão é usual, a análise qualitativa envolve um processo interativo e de conexão imediata entre os excertos das falas dos participantes e a articulação com o referencial teórico que sustenta o estudo. Esta escolha foi feita a fim de evitar fragmentações na apresentação dos achados, como uma estratégia para preservar a coerência das narrativas dos participantes dentro dos eixos temáticos que emergiram.

7.6 Tema 01 - Políticas públicas para a infância

Este eixo temático tem como objetivo discutir os resultados da pesquisa relacionados à insuficiência na execução de políticas públicas voltadas para a infância e os impactos dessa lacuna

nas oportunidades ocupacionais para crianças em situação de vulnerabilidade social. Buscou-se analisar como a ausência de uma abordagem integrada e eficaz nas políticas públicas pode agravar desigualdades, limitando o desenvolvimento do repertório ocupacional e perpetuando ciclos de pobreza e de exclusão social, reforçando a necessidade de intervenções estruturadas para promover um futuro mais equitativo.

A consolidação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 conferiu uma transformação decisiva e primordial na relação do Estado e da sociedade brasileira com as crianças e adolescentes, incluindo as ações dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, e da Vara da Infância e Juventude como instâncias de proteção. No entanto, os mecanismos institucionais para que elas entrem em vigor na prática são insuficientes (González, 2015).

É necessário que haja condições sociais e culturais para que a coletividade se mobilize para a execução da legislação, condições políticas em que os órgãos estatais demonstrem compromisso no cumprimento, e condições institucionais com espaços adequados e profissionais capacitados (González, 2015).

Dye (2017) define política pública como “tudo aquilo que os governos escolhem ou não fazer” (p. 1), e tais escolhas trazem um impacto profundo na sociedade. A política pública funciona de acordo com as prioridades do governo, operando o comportamento das pessoas, distribuindo benefícios e retirando impostos. A compreensão acerca do que o governo faz, porque faz e quais são as consequências, gera questionamentos sobre o está sendo feito e o que não está sendo realizado nas diversas áreas, como bem-estar, defesa, educação, direitos civis, saúde e meio ambiente, quais são os acordos armamentistas com outros países, o quanto a sociedade paga de impostos, quais são as ações relacionadas à raça e direitos civis, ou quais são os custos anuais do governo.

As políticas sociais são uma das formas da política pública, voltadas para o atendimento da classe trabalhadora e das demandas sociais (Gasparotto; Grossi; Vieira, 2014), e funciona de forma contraditória, protegendo o trabalhador em seus direitos ao mesmo tempo em que faz a manutenção da exploração dos trabalhadores, atendendo aos interesses neoliberais e apresentando as políticas sociais como uma concessão (Couto, 2015).

O reconhecimento da criança e do adolescente como pessoas com direitos, em fase específica de desenvolvimento físico e psíquico, é uma realidade recente na história do país; nunca houve tanto suporte legal quanto na atualidade (Watarai; Jardim, 2023). O Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016) (Brasil, 2016) e a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a crianças de 0 a 3 anos (Atenção Precoce) (Lei 14.880/2024) (Brasil, 2022b) constituem-se como um avanço muito importante para a proteção dos direitos das crianças e para potencializar o desenvolvimento e a aprendizagem infantil.

Por outro lado, a vitimização ainda persiste (Watarai; Jardim, 2023). De acordo com registros do Disque 100 (Disque Direitos Humanos) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, de janeiro a abril de 2023 foram registradas mais de 17.500 violações sexuais contra crianças e adolescentes, o que representa um aumento de 68% em relação aos quatro primeiros meses do ano anterior. A casa da vítima, do agressor ou de familiares é o cenário onde mais ocorrem estas situações, com quase 14.000 violações, mas também ocorrem em berçários e creches; instituições de ensino; estabelecimentos comerciais e de saúde; órgãos públicos; transportes públicos; vias públicas; instituições financeiras; eventos e ambientes de lazer, esporte e entretenimento; local de trabalho; táxi e transporte por aplicativo (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023).

Estes dados alarmantes indicam a necessidade de consolidação de estratégias de vários setores e órgãos públicos, além de uma sociedade civil organizada para possibilitar o enfrentamento das diversas violências (Watarai; Jardim, 2023). Gilbert *et al.* (2015) ressaltaram em seu estudo o aumento da morbidade e mortalidade associadas a adultos que sofreram violência repetidas vezes na infância, ficando vulneráveis ao estresse crônico e intenso.

A Família 20 (Grupo 02) relatou uma situação de violência sexual recorrente sofrida por seu filho de 10 anos, e a falta de providências jurídicas efetivas para o enfrentamento do caso e para que eles pudessem se sentir seguros em continuar morando na comunidade com sua família:

“(...) esse aqui estava batendo nas crianças. Isso foi um processo de três anos, estava batendo nas crianças, do nada ele metia a mão nas crianças e as crianças revidavam. Eu falei: “deve ser da idade”. Passou, depois de um ano ele estava empurrando as crianças, fazendo mais pesado e depois de um tempo ele já estava passando a mão nas crianças, na bunda das crianças, aquela imoralidade, e eu falei, “é coisa de criança”. Mas o tempo passou e a gente descobriu que ele era aliciado pelo pedófilo. Ai, ‘meu’, quando eu soube, a gente foi até a casa do violentador, aí “ele pulou”, porque o cara tinha não sei quantos anos de preso. A gente já perdeu para ele nisso. A população, “ah, não, é meu vizinho, trabalhador”, e eu denunciei sem medo de nada, eu fui de loução, entendeu? Eu falei, “meu, se eu te entrego na mão dos homens [dos traficantes], eles vão te esquartejar, mano, mandar você cavar a tua vala e ia acontecer o pior, eu estou te entregando na mão da lei, entendeu?”. E eu fui para a lei dos homens, e a lei dos homens é qual? É a polícia. Mas eu cheguei lá e o policial, “ah, a gente não pode fazer muita coisa, porque não flagrou e tal”, então aí é que tá, é doído, porque a gente se sentiu ameaçado depois, a polícia não guardou nós, entendeu? A comunidade lá onde a gente morava, eu entro e saio lá a qualquer hora, a gente não ficou lá porque a gente corria risco. Já estavam falando que a gente tinha denunciado alguém errado, entendeu? Ficaram do lado de quem estava errado, contra quem estava certo. E o Conselho

Tutelar soube, a escola soube, eu falei para a escola, “meu filho está com essa agressividade aí”. Mandaram eu procurar um psicólogo para ele. Ele ficou meio agressivo, não podia tocar nele, ele ficou loucão mesmo. E a gente acabou vindo pra cá e a gente está esperando bater trinta dias para ver o que deu. Fez perícia, fez todo o acompanhamento ali, do corpo de delito, e a gente está aguardando. Só que a gente não ficou lá esperando, vai que o cara arma alguma coisa, tem dinheiro, né?”.

Ao ser feito relatório pela pesquisadora solicitando encaminhamento para serviço terapêutico de Psicologia, a equipe da UBS referiu não haver serviços terapêuticos para crianças neste território e que o relatório seria apenas anexado ao prontuário. Esta mesma criança também não estava alfabetizada aos 10 anos, conseguindo escrever somente o seu nome em letra bastão. Ainda que o sistema público deixe os profissionais em um lugar de impotência para lidar com casos tão graves pela ausência de equipamentos de assistência, também não houve nenhum movimento expresso de algum membro da equipe para proporcionar algum tipo de apoio a essa criança (Diário de Campo).

Em qualquer tipo de violência perpetrada contra crianças, o que predomina como fator traumático é a dor psíquica, desestruturante da personalidade. O ato violento representa o desejo intencional de destruir o outro, o qual é o seu objeto de satisfação de um desejo de morte, isto é, o agressor deseja destruir o violentado, seja na dimensão física ou psíquica. O que vigora é a objetificação e a sujeição da criança violentada, causando uma ruptura psíquica no seu ser, na sua vida (Nascimento, 2002).

A violência, com sua natureza desumanizadora, é um fator que altera as ocupações do indivíduo, já que compromete a busca por significado e a exploração de si mesmo e do outro, que acontece através da sua atuação sobre o mundo. O processo de melhora, de tornar-se humano novamente, pode acontecer dentro de um contexto de conexões e relacionamentos com os outros, isto é, nas ocupações coletivas (Motimele; Ramugondo; 2014).

Cock (2020) relata em seus achados na pesquisa com mulheres vítimas de violência por parceiro íntimo, os efeitos degradantes da violência, onde os abusadores usam o acesso às ocupações como uma maneira de oprimir e violentar as mulheres, resultando em participação ocupacional diminuída, atividades sem significado/alienação ocupacional, desmotivação nas atividades diárias, desidentificação e sentimento de desumanização. Neste estudo, os agressores removeram qualquer escolha das vítimas em poder trabalhar ou se socializar, gerando adoecimento e punição através da privação ocupacional.

A Família 20 relatou também outra situação de abuso com uma aluna da escola do seu filho, e a falta de providências de proteção imediatas para estes casos:

“O cara zoou a garotinha (...), só que a mãe não entregava o cara, doeu, a mãe não entregava, o cara estava abusando da garotinha de sete, dez anos. (...) E aí, o cara separou e depois voltou de novo. A mãe separou para ver se ele acalmava, mas ele voltou e fez de novo. O meu filho falou, “pai, essa garotinha aí, lá no colégio, ela fica gritando de dor, se mijá toda”, e eu nem me toquei. Depois que a gente foi se tocar, né? Ele já estava esculhambando a menina”.

O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde da OMS (Krug *et al.*, 2002) define violência como o “uso intencional de força física ou poder, real ou em ameaça, contra si mesmo, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha alta probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação” (tradução nossa, p. 5). Mais de um milhão de pessoas perdem a vida todos os anos e muito mais sofrem lesões não fatais por violência auto infligida, interpessoal ou coletiva. O custo humano da tristeza e da dor não pode ser calculado e quase todo ele torna-se invisível.

A violência é uma das piores experiências adversas na infância, fazendo com que a criança se torne física, psíquica e socialmente vulnerável (Watarai; Jardim, 2023). Evidências da neurobiologia e da epidemiologia demonstram que o estresse no início da vida provenientes de situações de abuso e de outras violências, provoca disfunção cerebral duradoura e prejuízos na qualidade de vida (Anda *et al.*, 2006).

Experiências ameaçadoras podem diminuir a neurogênese no adulto, com formação de uma memória significativa sobre o evento, além de reações de medo condicionado (Gould *et al.*, 1997). Os problemas de saúde mental estão relacionados a transtornos de ansiedade, depressão, alucinações, baixo desempenho escolar, alterações de memória, comportamento agressivo e tentativas de suicídio (Brasil, 2010).

As violências cometidas contra crianças e adolescentes se constituem como grave problema de saúde pública e podem ficar encobertas, seja pelo medo de denunciar das pessoas que deviam protegê-las, como familiares, cuidadores, conhecidos, a polícia e outras pessoas com algum poder na comunidade, seja pela aceitação social da violência com a justificativa de “educar”, em especial quando não produzem danos físicos visíveis. Os serviços de escuta com profissionais não preparados para o atendimento dos casos também invisibilizam as violências, como Conselhos Tutelares, Disque-Denúncia, serviços de saúde e de assistência social, escolas e a comunidade (Brasil, 2010).

A saúde pública não pode ser considerada como um aspecto isolado da política para resolver questões puramente “médicas”, mas sim uma abordagem interdisciplinar incluindo conhecimentos da medicina, epidemiologia, sociologia, psicologia, criminologia, educação, economia, e ações cooperativas dos setores da saúde, educação, justiça e política, para combater a violência (Krug *et*

al., 2002).

Os excertos acima revelam uma realidade brutal em que a violência sexual, a impunidade e a falta de suporte institucional impactam diretamente na subjetividade e no desenvolvimento ocupacional dessas crianças. A desigualdade social se evidencia na ausência de redes de proteção eficazes, resultando em traumas profundos, na medida em que as infâncias são atravessadas pelo medo, pela desconfiança e pelas agressões contínuas. O brincar, a escola e as interações sociais são agora marcados pela violência e pela insegurança, sugerindo uma ruptura severa com as experiências infantis saudáveis. Defende-se aqui que neste contexto, as possibilidades de desenvolvimento de um repertório ocupacional positivo passam a ficar limitadas.

Ervin Staub (2003) questiona por que crianças, adultos e grupos de pessoas ajudam e prejudicam os outros. Quase todos os indivíduos experimentam atos dolorosos de violência, quando colegas na escola batem, chamam de nomes, intimidam, assediam, excluem ou ignoram outra criança, e a passividade das outras crianças e educadores incentivam os perpetradores a continuarem. Além disso, somos rodeados por notícias televisivas violentas, como abusos, assassinatos, tiroteios, guerras, tortura, perseguição política e genocídios. Os danos persistentes provocam efeitos cumulativos em crianças que sofrem alguma forma de violência de forma repetitiva, podendo destruir a sua dignidade e autoestima (Staub, 2003). Esta teoria gera uma reflexão sobre quais repertórios ocupacionais essa menina abusada poderá construir, após toda a violência do agressor, somada aos possíveis comportamentos de zombaria das outras crianças ao verem-na entrar em pânico e fazer xixi na roupa. Que identidade ocupacional será possível formar ao longo da vida, a partir destas vivências? Qual será o senso de pertencimento social dessa criança? Que repertórios ocupacionais o desamparo, a dor e o vazio produzem?

Outra questão observada nos dados da pesquisa são as oportunidades de atividades para crianças oferecidas pela Prefeitura de São Caetano, considerando também o fato de que o município é pequeno, sendo mais fácil acessá-las. Já a UBS 5 de Santo André cobre sozinha cerca de 26.000 pessoas, a maioria domiciliadas em áreas de ocupação urbana, não havendo atividades oferecidas pela prefeitura nem centros terapêuticos de reabilitação para a população nas áreas que fizeram parte do estudo.

A Família 14 (Grupo 01) referiu sobre as atividades realizadas pelo filho de 14 anos, mesmo sendo de baixa renda, oferecidas pela prefeitura de SCS:

“Olha, de segunda e quarta ele faz o inglês, de terça e quinta ele faz a natação e de sexta-feira agora ele faz o RPG na escola”.

A Família 08 (Grupo 01) relatou sobre a participação dos irmãos gêmeos de 9 anos no curso

de bombeiro mirim pela prefeitura de SCS:

“Aí a gente treina, faz exercício... primeiros socorros. Aí um dia a gente aprendeu como apagar um fogo numa panela. (...) Mas primeiro, antes deles falarem do curso de bombeiros, foi um bombeiro lá na nossa escola, e todos os dias, eu acho, ele dava aula pra gente. Depois que acabou essas aulas, ele falou como, se tinha uma casa pegando fogo, como desengasgar um bebê...”
[Diogo, 09 anos].

A Família 10 (Grupo 01) relatou sobre a possibilidade de as filhas fazerem curso de inglês através do CELEF – Centro de Estudos de Línguas do Ensino Fundamental Luiz Milani, pela prefeitura de SCS:

“Acorda, (...) vai para a escola, volta, tem dias que tem inglês (...), é o CELEF, pela prefeitura, né”.

A Família 13 (Grupo 01) referiu sobre as oportunidades de atividades para a filha de 7 anos em SCS:

“Mas tem essas escolas gratuitas que eu pesquiso, tem bastante parquinho, a única coisa é que o parque é lá embaixo, né? Eu queria que tivesse um mais perto para levar ela, mas aí eu levo ela no parque e tudo, então a educação por enquanto e as atividades que o prefeito proporciona está atendendo as necessidades dela, então, eu não tenho o que reclamar”.

Na região na UBS 3, a Família 27 (Grupo 02) referiu sobre o próprio equipamento de educação ser uma possibilidade de lazer mais segura para as crianças do bairro:

[Mãe] *“Sai para jogar bola na rua de trás. (...) Lá tem uma creche. Essa creche, as professoras deixam as crianças brincarem na quadra.*

[Avó] *“Uma coisa boa sem ser esse celular, é por causa da creche. Ele chega lá e joga bola com os meninos”.*

A Família 01 (Grupo 01) referiu que poderá levar o filho de 6 anos para a atividade de natação oferecida pelo município de São Caetano:

“Ali no estádio. (...) Aí ele completou [6 anos] no domingo agora”.

Assim, em regiões onde são executados programas relacionados a esportes, cultura, lazer e outras atividades, as crianças possuem maiores oportunidades de ampliarem seu repertório ocupacional.

Em contrapartida na Família 34 (Grupo 02), ao ser perguntado se a mãe achava que a filha tinha oportunidades suficientes para fazer as coisas que fazem parte desta faixa etária (13 anos), a mesma respondeu que:

“Aqui falta tudo, moça! Assim, a gente veio de um bairro que tinha biblioteca perto, tinha centro esportivo perto. Agora aqui, meu Deus, tudo fora de mão. O ensino é fraco aqui da escola, eu não sei. Eu não gosto de morar aqui! É muito fora de mão, não tem nada acessível, tudo que a gente for fazer é longe de ir, tem que pegar ônibus, então, tem que ter um custo, sabe? Aqui não tem oportunidades para os adolescentes assim. (...). Aqui está esquecido pela prefeitura. É só a escola e o parque”.

A Família 05 (Grupo 01) referiu sobre a influência da questão da renda para levar o filho na atividade de Jiu-Jitsu, mesmo sendo oferecida pela prefeitura de SCS:

“Só que a gente colocou no público mesmo, só que é muito longe, estava difícil para poder... o gasto estava muito para poder levar e buscar, né?”.

Observou-se que as crianças do Grupo 02 não realizavam outras atividades além da escola, por não serem oferecidos projetos pela prefeitura nas regiões analisadas na pesquisa. As práticas corporais e esportivas, e a dança, por exemplo, tem a capacidade de englobar a diversidade cultural, mobilizar sentimentos e a expressão corporal, e construir identidades culturais (Goellner *et al.*, 2007). A participação de crianças em atividades propostas por projetos sociais pode ter repercussões simbólicas no cotidiano, com produção individual e coletiva de experiências (Thomassim, 2013). Isto é, em um ambiente rico em ocupações e onde as crianças possam ter autonomia para fazer suas escolhas, explorar seus interesses naturais e descobrir novas áreas de interesse, há uma influência significativa nas descobertas sobre os fazeres e na ampliação dos papéis ocupacionais. Além do desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e sociais, a variedade de ocupações pode contribuir para o sucesso e a autoestima em atividades escolhidas, e para a compreensão sobre quem são e do que gostam de fazer (Mandich; Rodger, 2006).

Nota-se aqui como as políticas públicas de incentivo à arte, ao teatro, música, dança, literatura, artesanato, escultura, pintura, cinema, esportes, lazer, etc., podem favorecer o desenvolvimento ocupacional infantil, sendo essenciais para a construção de um repertório

ocupacional diversificado e favorecendo a formação da criança.

Ocupações que sejam relevantes para a criança enriquecem a sua vida diária, sendo um lugar de direito das crianças na sociedade em ter as suas necessidades ocupacionais atendidas, em ambientes seguros e favoráveis para otimizar a sua participação (Rodger, 2017).

Estes dados mostram que os cuidados para a população brasileira são oferecidos desigualmente, deixando alguns grupos mais vulneráveis do que outros. Mas, apesar de todas as dificuldades quanto à renda, todas as famílias declararam que suas crianças não foram inseridas em nenhuma forma de trabalho para gerar renda, e a maioria tinha acesso à internet no celular para que as crianças pudessem jogar e ver vídeos no YouTube. Algumas tinham TV Smart para proporcionar desenhos da internet na TV para os filhos.

Na UBS 5, dois irmãos apresentaram condições do desenvolvimento que necessitariam de avaliação multidisciplinar para fechamento dos diagnósticos (hipótese de Paralisia Cerebral, de TEA e de Sífilis Congênita?) e terapias contínuas. No entanto, o território não conta com nenhum serviço de atendimento terapêutico infantil, ou serviços com equipes com abordagem nas Práticas Centradas na Família (Carvalho *et al*, 2016). A mãe relatou dificuldades no manejo dos comportamentos disruptivos de um dos filhos, e o outro filho com condições motoras passa a maior parte do tempo deitado em sua cama e acredita que não pode participar de brincadeiras psicomotoras por ser cadeirante, embora tenha condições.

Diferencia-se aqui a equidade nas condições de saúde, que está relacionada ao fato de que grupos socialmente menos privilegiados apresentam maior risco de adoecimento e morte, e a equidade no acesso aos serviços de saúde, que está associada às características do sistema de saúde (distribuição geográfica dos serviços, de equipamentos diagnósticos e terapêuticos, e financiamento dos serviços). A maior oferta de serviços modifica diretamente as desigualdades sociais no acesso, mas isoladamente não mudam as condições de saúde dos grupos sociais, pois outros determinantes de saúde estão presentes, como a exclusão social, estresse, desemprego, condições de moradia e de trabalho, e falta de redes de suporte social (Travassos; Castro, 2012).

Intervir sobre os fatores relacionados à estratificação social é uma das maneiras de se combater as iniquidades em saúde, com políticas que fomentem a participação dos indivíduos no mercado de trabalho, na educação e na seguridade social, ações para diminuir as deficiências nutricionais, políticas habitacionais que diminuam a situação de habitações insalubres, a educação das mulheres para diminuir a sua própria vulnerabilidade e a de seus filhos, a melhoria da qualidade dos serviços de saúde, e o maior acesso a cuidados de reabilitação (CNDSS, 2008).

A Família 29 (Grupo 02) relatou sobre a sua percepção da escola como lugar de proteção à criança na questão nutricional, e sobre a possibilidade de organização das pautas e demandas das famílias quanto às condições da escola dos filhos:

“Só que depende de mães. Mães de alunos, a gente tem que se ajuntar todo mundo e falar. Porque realmente está uma porquice mesmo lá. Esses dias, eu fui buscar ela lá, fui beber água lá no refeitório e tinha... tudo sujo. Igual, eu peguei e falei: “se vocês quiserem eu venho fazer uma faxina aqui”, porque querendo ou não são crianças, não é verdade? Tem que estar em um ambiente limpo. Cheio de marcas, assim, fazendo já lodo, assim, nos cantos. E tem, sei lá, umas três funcionárias lá, não custa elas pegarem um dia e limpar a parte do meio dos bebedouros, não é verdade? Está uma porquice! Lá no Cora, onde eu vou buscar a [outra filha], não. Lá dá até gosto de tão limpinho que é lá. Dá até gosto! Só que lá onde ela estuda, não dá gosto não. Só que aí foi, igual eu falei aí pras moças, estava falando, como eu estava conversando com um a moça na parte da tarde que nós estava em reunião: “vamos ver se a gente se ajunta e pede um lugar mais limpo pros nossos filhos”, entendeu? Igual a refeição, tem criança que elas deixam repetir uma vez, repetir duas vezes e têm outras que elas não deixam, então já que não é pra repetir duas vezes, então, não deixa nenhuma. E a criança acaba ficando com raiva, “ai, não quero ir mais pra escola por causa do lanche”, não é verdade? Não é as minhas crianças que faz, porque eu dou almoço aqui pra eles ir. Aí, três horas eles vão para o recreio. Só que tem criança que passa mais necessidade em casa, eles não vê a hora de chegar pra comer, que é a hora do intervalo. Aí o bichinho vai lá, come só um pouquinho, não dá nem pra matar a fome dele, a outra criança que não passa tanta necessidade em casa pode repetir duas vezes? Isso aí eu acho errado, entendeu? Igual eu falei pra minha amiga, no dia da reunião, nós vai se ajuntar e nós vai falar. Porque querendo ou não, igual eles, se eu tenho um dinheiro, eu passo no mercadinho, o pai deles leva lá, eles compram sempre pão de queijo, leva pra escola, fora que eles almoça aqui em casa. Só que tem que pensar que tem criança que tá numa situação mais pior”.

“(...) Às vezes tá com dor de barriga, a escola não tem papel higiênico pra uma criança? Tem que estar levando de casa! Se na casa da criança também não tem condições... Aqui não, porque todo mês eu compro um pacote de 24 ou de 30. Só que assim, eles têm que pensar que tem gente que não tem condições de levar. Se é uma emergência... “Tá as crianças têm que levar papel higiênico, tá bom!”, põe uma pessoa na porta do banheiro, tira um tanto que a criança pode usar e dá na mão. Porque tudo pra eles é que as crianças estragam o papel higiênico. Então, se está estragando, vai deixar uma pessoa na porta...”.

As escolas públicas brasileiras têm um importante papel na garantia de alimentação de crianças em situação de vulnerabilidade social, e o período de férias torna-se um fator que aumenta a insegurança alimentar de algumas famílias (Garcia, 2019; Muniz, 2022). Os programas de

alimentação escolar melhoram a saúde e a educação das crianças, sendo considerados a maior rede de segurança social do mundo, além de gerar quatro milhões de empregos diretos em 85 países. De acordo com o relatório do World Food Program, 418 milhões de crianças são beneficiadas com refeições no mundo (WFP, 2022).

A Família 04 (Grupo 01) relatou sobre a quantidade alarmante de pessoas em situação de insegurança alimentar no mundo apresentada no jornal:

“Eu falo, então tem coisa que não dá. Gente, está tudo muito caro. O custo de vida, né? E eu falo assim, e quanta gente passando fome, nossa, ontem estava mostrando 900 milhões de pessoas passando fome no mundo, que não tem nada, nada, mostrou assim, uma geladeira da mulher e não tinha nada, panela de pressão ali dentro, com duas cenouras, uma batata na geladeira, sem nada para comer... A mulher falou assim, “eu estou desde ontem 5 horas da tarde, sem comer nada”, ela foi naqueles ‘Bom Prato’, né, e tinha umas, aquelas pessoas entregando, tinha um fazendo lanche, pessoas mesmo assim, de comunidade, fazendo pão com mortadela, aí ela falou “graças a Deus que tem isso aí”, aí deram um copo de leite, um copo para ela, “que eu estou desde ontem 5 horas da tarde”. Ela falou “eu perdi minha casa, fui despejada, perdi o emprego, eu não tenho nada para comer”. Ela falou “graças a Deus que eu tenho essas pessoas, olha, agora que eu vim tomar café e comer pão”. Aí o moço do carrinho, ele falou, “quando a gente tem aqui esses anjos que Deus põe na vida, consegui tomar um banho”, porque tinha aqueles banheiros químicos, né, que fala, aqueles containers, “consegui tomar um banho, com esse frio, e agora consegui comer um pão com mortadela, mas tem dia que a gente não passa nem com isso, nem água você tem”. É muito triste, o Brasil, uma nação como a nossa, e o lixo, e o lixo, e as pessoas comendo aquele resto, né...”

A ONU estimou que em 2022 cerca de 691 a 783 milhões de pessoas estariam em situação de privação alimentar no mundo, com um aumento de 122 milhões a mais do que antes da pandemia de Covid-19, e com um pequeno declínio após a recuperação econômica. Porém a guerra da Rússia contra a Ucrânia também gerou alta nos preços dos alimentos e da energia, prejudicando a população mais vulnerável. A projeção é de que quase 600 milhões de pessoas continuem passando fome em 2030 (FAO *et al.*, 2023).

Uma das estratégias do Governo de SP para oferecer refeições saudáveis a um custo acessível para a população em situação de vulnerabilidade social foi a criação do Programa Bom Prato no ano 2000, com o valor das refeições permanecendo inalterado há 22 anos (almoço e jantar a R\$ 1,00, e café da manhã a R\$ 0,50). Atualmente são 107 unidades no Estado servindo cerca de 93 mil refeições diariamente (Portal Governo de SP, 2023).

Um dos ACSs da UBS 5 comentou sobre a Instituição Beneficente Irmã Marli, fundada em 2007 no morro da Kibom em Santo André, com o intuito de suprir algumas carências de serviços de proteção a crianças e adolescentes em uma região de grande vulnerabilidade social, oferecendo uma variedade de atividades de lazer, esportivas e artísticas. A área de ocupação visitada pela pesquisadora não conta com nenhum projeto, mas as crianças desta área (UBS 5) podem fazer parte dessa instituição que está em uma área adjacente. A Família 34 (Grupo 02) comentou sobre a sua percepção do objetivo da Instituição Irmã Marli, ressaltando que a falta de oportunidades faz com que as crianças fiquem mais expostas na rua e às violências do bairro, além das carências alimentares:

“Eu acho que eles fizeram isso mais para as crianças não ficar na rua, sabe? Têm mães que vai trabalhar e deixa as crianças lá. É até bom que não paga para ninguém, não tem escola integral e lá as crianças vai pra lá, e brinca e come. Tem criança que não tem comida em casa e acaba indo comer lá”.

Segundo Cukier (1996), as Organizações sem Fins Lucrativos (ONGs):

“existem para dar suporte aos indivíduos em necessidades básicas como saúde, educação, lazer, qualidade de vida, etc., as quais não são completamente fornecidas pelo Estado, dada a imensa gama de necessidades e o número elevado de indivíduos a serem atendidos. É, portanto, clara a incapacidade do Estado moderno em atender aos seus cidadãos como um todo” (Cukier, 1996, p. 3).

Enquanto o Primeiro Setor refere-se ao poder público (governo), o Segundo Setor corresponde à iniciativa privada com fins lucrativos, e o Terceiro Setor atua com práticas sociais gerando serviços de caráter público para a população menos favorecida, a qual não consegue receber os serviços do poder público e nem contratar os serviços do setor privado (Santos, 2012).

O IBGE identificou 236.950 fundações privadas e associações sem fins lucrativos, envolvendo as áreas de habitação, saúde, cultura e recreação, educação e pesquisa, assistência social, religião, associações de produtores rurais, meio ambiente e proteção animal, desenvolvimento e defesa dos direitos, sendo as religiosas as de maior quantidade (IBGE, 2016). Com a crise econômica do país, houve o fechamento de mais de 38 mil unidades entre 2013 e 2016, atingindo principalmente as regiões Nordeste e Sudeste (Agência IBGE Notícias, 2019).

A instauração do regime democrático em 1964 após o período da ditadura militar no Brasil teve um papel preponderante de estabelecer o modo de produção capitalista, isto é, a meta não era atingir a democracia em si. Na década de 1990, com todo o domínio da política neoliberal, houve

uma desresponsabilização do Estado pela área social, sendo delegada à sociedade civil a execução das políticas sociais, e a esfera privada aparece como sinônimo de eficiência e probidade. Assim, os direitos sociais ficaram à mercê da lógica do mercado e da solidariedade entre classes, com precarização das políticas sociais estatais e com o aumento da filantropia para atender as necessidades sociais (Borón, 1995).

Neste cenário onde o mercado ocupa um lugar central, há um afastamento do atendimento das necessidades sociais e materiais da população brasileira como direito, aproximando-se mais da ideia de serviços públicos como mercadorias lucrativas, além da complacência do Estado aos interesses do capital ao mesmo tempo em que invalida as conquistas das classes trabalhadoras obtidas desde a década de 1980 (Mota, 2019).

O mecanismo de funcionamento do neoliberalismo é o de sustentar a precarização das políticas sociais oferecidas pelo Estado, direcionando-as para a privatização via mercado ou para o terceiro setor via sociedade, e voltando-as para situações cada vez mais específicas e delimitadas (para os mais pobres entre os mais pobres). Esta é uma estratégia que visa desconstruir a característica de universalidade e igualdade de acesso, fragilizando o enfrentamento das questões sociais (Duarte, 2008).

A concentração da riqueza e da propriedade privada tem como consequências a ampliação da desigualdade entre classes, e o aumento da pobreza e do desemprego, entrelaçadas às desigualdades de gênero, raça, orientação sexual e territorial, além de limitar a capacidade de consumo das mercadorias produzidas, fomentando as crises no país (Iamamoto, 2019). Isto é, o aparelho estatal é um grande propulsor das disparidades sociais, econômicas, democráticas e políticas na sociedade, mantendo uma importante parcela da população apartada da cidadania e da participação social (Brito, 2021).

Assim, como as relações sociopolíticas caminham na contramão da resolução das disparidades sociais, as intervenções estatais voltadas para os problemas sociais são ínfimas diante do intenso apartheid social, com tendência a manter a condição de dominação da burguesia e as oportunidades para poucos privilegiados pelo sistema. As políticas sociais são esvaziadas do ideal de proteção social e passam a fazer parte de processos de troca de favores (Brito, 2021).

Em uma estimativa conservadora de Grantham-McGregor *et al.* (2007), mais de 200 milhões de crianças com menos de 5 anos não conseguem atingir todo o seu potencial de desenvolvimento cognitivo devido à situação de pobreza, má nutrição, saúde e cuidados precários. Como os domínios sensório-motor e socioemocional são interdependentes, é provável que todos os aspectos do desenvolvimento fiquem comprometidos. O grau de perda potencial é indicado pela discrepância existente entre os atuais níveis de desenvolvimento e o que elas teriam alcançado em um ambiente mais acolhedor e estimulante, e com nutrição adequada. Como consequência, o nível

educacional torna-se insatisfatório, o qual é um importante fator na transmissão intergeracional da pobreza, além de afetar o desenvolvimento dos países com grande número de crianças nestas condições. Estima-se que esta perda de potencial humano esteja relacionada a um déficit de mais de 20% na população adulta mundial.

Considerando que alguns dos Objetivos do Milênio da ONU mais importantes se referem a combater a pobreza extrema e a fome, e garantir que as crianças concluam o Ensino Fundamental (ONU, 2001), melhorar o desenvolvimento da primeira infância é fundamental para buscar estes objetivos. Uma vez que o desenvolvimento infantil deficitário tem um custo elevado tanto do ponto de vista econômico, quanto em termos de equidade e bem-estar individual, e tendo em conta a existência de intervenções eficazes, a falta de ações voltadas para a infância não é justificável (Grantham-McGregor *et al.*, 2007).

A redução das desigualdades regionais no acesso a serviços básicos de saúde, educação, cultura e saneamento voltados para a primeira infância é uma das premissas para a busca de equidade social no Brasil, através de políticas públicas eficazes e baseadas em evidências (Rede Nacional Primeira Infância, 2020). Uma infância com mais oportunidades pode mudar os indicadores sociais, diminuindo as fragilidades e os ciclos intergeracionais de baixa escolaridade e de pobreza, e melhorando o futuro destas crianças e da sociedade como um todo (FMCSV, 2023).

Assim, a relação entre políticas públicas para a infância e a construção do repertório ocupacional infantil, especialmente em contextos de desigualdade social, é crucial para compreender como intervenções estruturais e sistêmicas podem influenciar no desenvolvimento das crianças e na sua capacidade de explorar e expandir as suas ocupações. As políticas públicas podem funcionar como um suporte ao repertório ocupacional na medida em que promove oportunidades diversificadas, com programas relacionados a esportes, cultura, lazer e educação; e quando estão voltadas para a proteção contra experiências adversas, como violência e negligência, as quais podem limitar as oportunidades de desenvolvimento.

Ambientes mais ricos e com suporte para a exploração de interesses pessoais tendem a desenvolver habilidades variadas e a construir identidades ocupacionais mais fortes. E como foi observado nas falas dos participantes, territórios com menos infraestrutura e investimento público podem limitar as possibilidades de exploração de ocupações, perpetuando ciclos de vulnerabilidade e pobreza. A legislação recente do Marco Legal da Primeira Infância também destaca a relevância de intervenções precoces para o desenvolvimento infantil, com o potencial de redução de desigualdades sociais e busca de um futuro com mais oportunidades para as crianças.

Portanto, as políticas públicas voltadas para a infância seriam não apenas um instrumento de proteção, mas também um catalisador para a ampliação das ocupações infantis, para a formação de identidades ocupacionais e para a construção de um futuro mais igualitário. Como garantidoras

de oportunidades, não basta que elas sejam criadas, mas que existam nos territórios, nas redondezas, na vizinhança, descentralizando as oportunidades ocupacionais na cidade, ocupando as periferias, para que haja reverberação social na realidade das pessoas.

Conforme destacado por Questa (2023), o conhecimento situado ou local é crucial para a elaboração e a análise de políticas públicas. Quando as políticas são criadas sob uma perspectiva puramente neutra (em relação a valores sociais e culturais), e universal (com a pretensão de ser aplicável a qualquer contexto), elas falham em refletir a realidade de como as pessoas vivem e se envolvem com as políticas na prática. Em contraste, políticas que ganham significado nas relações, dentro de um contexto geográfico e social, reconhecem que a sua formulação é um processo inerentemente situado, atendendo melhor à realidade dos indivíduos.

No entanto, é necessário considerar também que o Estado moderno ocidental é baseado na ideia de controle e de exclusão, dividindo as pessoas entre quem pode viver e quem deve morrer. A política tem uma função de dominar e desumanizar povos, destruindo a ideia de alteridade e estabelecendo uma necropolítica pelo racismo de classe, visando a regulação da distribuição da morte pelo Estado. A dissolução da condição de humanidade gera alienação e morte social, justificando-se o exercício do poder estatal sobre corpos sem direitos. O Estado define quem importa e quem não importa, como uma forma contemporânea de subjugação do outro. E faz isso também com a implantação de armas de fogo para as guerras, como uma forma de máxima destruição das pessoas (Mbembe, 2016).

O desenvolvimento econômico brasileiro baseia-se em um modelo excludente, onde a concentração de renda determina que os pobres fiquem cada vez mais pobres, e os ricos concentrem cada vez mais renda (na década de 1980, um terço da população economicamente ativa recebia até um salário mínimo, e os 10% mais ricos aumentaram a sua renda), com uma crescente deterioração das condições de vida dos estratos de baixa renda. O funcionamento neocolonial perpetua um sistema em que a superpopulação de força de trabalho marginal torna-se descartável diante da acumulação hegemônica das grandes empresas. O desemprego e subemprego recai exatamente nessa superpopulação, articulando a ideologia e as práticas de divisão racial do trabalho, sustentando a estratificação social, em especial para a massa marginal negra (Gonzalez, 2020).

Isto é, não há políticas públicas que busquem uma igualdade real entre as pessoas, é apenas um mecanismo discursivo que mascara a sua ineficácia e a exclusão sistemática das crianças em situação de vulnerabilidade social.

Assim, é preciso refletir sobre a existência das políticas públicas, uma vez que a falta delas é também um mecanismo para retirar a possibilidade de sobrevivência da população que é deliberadamente oprimida (Camacho, 2021).

7.7 Tema 02 - Áreas de ocupação urbana como possibilidade de acesso à moradia

Este eixo temático tem por objetivo discutir os resultados relacionados às condições habitacionais das famílias, destacando como este fator pode influenciar e moldar o repertório ocupacional infantil. A análise se debruça sobre a relação entre o ambiente físico e as oportunidades disponíveis para as crianças, onde ambientes mais estruturados e seguros tendem a ampliar as possibilidades ocupacionais, oferecendo às crianças maiores chances de vivências cotidianas. Assim, as políticas públicas e ações que promovam a inclusão e a equidade habitacional é uma das formas de garantir o direito das crianças de viver em condições que favoreçam o seu bem-estar e o desenvolvimento ocupacional.

Embora a Constituição de 1988 estabeleça em seu artigo 6º como direitos sociais “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 1988) (Emenda Constitucional nº 90 de 2015), o crescimento demográfico e a situação de vulnerabilidade dos habitantes fazem com que surja cada vez mais o estabelecimento de residências em locais não regulares (Antonello, 2012; Freitas, 2020).

A Lei 10.257 de 2001, denominada como Estatuto da Cidade, estabelece as diretrizes da política urbana para o uso da propriedade urbana, em conjunto com o equilíbrio ambiental, além da obrigatoriedade de discussão do Plano Diretor em audiências públicas com participação popular. Isto é, uma política que olha para o espaço urbano de forma democrática, sustentável e buscando habitações adequadas para a população (Brasil, 2001).

Moraes e Dayrell (2008) ressaltam que a história do país foi marcada pela colonização e exploração das terras, com poder desproporcional dos grandes donos de terras pelos mais de 300 anos de escravidão, o que impossibilitava completamente a participação social nas decisões políticas. Apesar dos espaços democráticos constituídos na atualidade, o poder econômico e político ainda é privilégio de poucos grupos, e o desinteresse e falta de informação da sociedade para participar das tomadas de decisões é um registro marcante de períodos anteriores de intenso autoritarismo.

O direito à moradia digna para todos está assegurado nas legislações internacionais de proteção aos direitos humanos, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, na Declaração de Viena de 1993, e na Agenda Habitat da Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Moraes; Dayrell, 2008).

São componentes do conceito de moradia adequada a segurança jurídica de posse, garantindo legalmente contra despejos e deslocamentos forçados; proteção contra variações

ambientais; localização com acesso a emprego, transporte público, serviços de saúde, escola, lazer e facilidades sociais; acessibilidade para pessoas com deficiência; infraestrutura (água, energia elétrica, saneamento e iluminação); possibilidade de custear a moradia; e adequação à identidade cultural da comunidade. As questões habitacionais do país demonstram que as políticas urbanas devem ter como foco a inclusão social e territorial da população, e a urbanização dos assentamentos de baixa renda (Moraes; Dayrell, 2008).

Na medida em que a crise de acessibilidade à habitação aumenta, maior é a população vivendo em favelas e assentamentos informais, havendo mais de 1 bilhão de pessoas nestas condições, ficando sujeitas à privação e à marginalização. Os principais fatores ligados ao crescimento das favelas no Sul Global são a rápida urbanização, o planejamento ineficaz, a falta de opções de habitação a preços acessíveis para famílias de baixa renda, e a pobreza (ONU-HABITAT, 2022).

O IBGE (2020) definia como Aglomerados Subnormais as “formas de ocupação irregular dos terrenos de propriedade alheia (públicos ou privados) para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação” (p. 3). A população residente destes locais apresenta, em geral, condições socioeconômicas, de saneamento e de moradia precárias, e com densidade de edificações muito elevada. As terminologias e características do território são variáveis em cada região, podendo ser conhecidos por favelas, invasão, baixada, comunidade, palafita, vila, etc. Entre o Censo de 2010 e 2020, houve um aumento de 323 para 734 municípios brasileiros (13,2% dos municípios em todos os estados) com aglomerados subnormais, aumentando de 3.224.529 milhões para 5.127.747 de domicílios ocupados nestes locais (7,8% do total nacional de domicílios).

Desde o Censo Demográfico de 1950, o IBGE vem adotando conceitos ao longo do tempo para mapear a infraestrutura urbanística, tendo utilizado termos como “irregular” ou “ilegal” para se referir a áreas fundiárias cujos grupos ficam à mercê de aparatos normativos inalcançáveis. Porém, o direito à cidade e à moradia como preceitos universais estabelecidos pela Constituição de 1988 incentiva a revisão conceitual frequente. Em 2024, embora não tenha ocorrido alterações nos critérios classificatórios, o IBGE modificou a nomenclatura para “Favelas e Comunidades Urbanas”. Isso demarca uma mudança de posicionamento dado às populações de favelas como espaços “informais” pelo Estado, para passar a retratar a diversidade de formas de produção da cidade (IBGE, 2024).

As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro apresentam os maiores números absolutos de domicílios em favelas; o município de Vitória do Jari (Amapá) apresenta a maior proporção de domicílios em favelas (74% em relação ao total de domicílios ocupados); o estado do Amazonas é o que possui a maior proporção (34,6%); e os estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina apresentam as menores proporções de domicílios em favelas (IBGE, 2020).

De acordo com a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional é calculado considerando-se qualquer domicílio que esteja em uma destas situações: (a) habitação precária (domicílios improvisados ou rústicos); (b) coabitação familiar (quando há famílias residentes em cômodos da mesma habitação); (c) ônus excessivo com aluguel (famílias com até 3 salários mínimos que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel). Este cálculo é realizado desde 1995 no país com o intuito de estimar a falta de habitações e a existência de habitações em condições inadequadas, sendo incapazes de oferecer serviços habitacionais básicos. O ônus excessivo com o aluguel urbano foi o principal déficit habitacional no Brasil entre 2016 e 2019, sendo o Sudeste a região com maior aumento deste componente, e sendo as mulheres as principais responsáveis pela habitação (Fundação João Pinheiro, 2020).

Domicílios particulares improvisados referem-se a locais construídos que servem como moradia, como prédios em construção, viadutos, vagões de trem, carroças, tendas, barracas ou grutas. Domicílios rústicos são formados sem paredes de alvenaria ou com madeiras aproveitadas, sendo considerados com condições de insalubridade. A coabitação pode ser do tipo unidade doméstica convivente, em que no mínimo quatro pessoas residem conjuntamente sendo de mais de um núcleo doméstico quanto à relação de parentesco (exemplo, filhos e genros, filhos e netos, etc.), e com densidade de mais de duas pessoas por cômodo considerado como dormitório; e coabitação do tipo cômodos, em que famílias residem em cômodos da mesma habitação, como cortiços e cabeças de porco (moradias coletivas) (Fundação João Pinheiro, 2020).

Já os domicílios particulares permanentes duráveis precisam apresentar ao menos um destes componentes para se classificar como inadequação domiciliar: (a) falta de infraestrutura urbana (abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e coleta de lixo); (b) carências edilícias (inexistência de unidade sanitária exclusiva, número total de cômodos do domicílio igual ao número de cômodos servindo como dormitório, armazenamento de água inadequado, piso inadequado, cobertura inadequada); ou (c) inadequação fundiária urbana (Fundação João Pinheiro, 2020).

Diante da cidade neoliberal, onde as relações humanas e o direito à moradia são reduzidos a um processo de mercantilização, e o direito à cidade é um grande dissenso, já que serve para poucos, as ocupações urbanas são uma forma de resistência à crise urbana. A cidade justa vai além de permitir o acesso aos bens e serviços de forma democrática, ela se refere à efetivação da redistribuição dos processos de tomada de decisão em torno da cidade que precisa ser de todos. Os moradores das ocupações urbanas consideram a cidade como uma composição política coletiva, onde as possibilidades de apropriação do espaço e da vida urbana estejam acima do sistema imposto pela associação entre Estado e capital, a qual transforma a moradia em um ativo financeiro (Nascimento, 2016).

Durante a entrevista com a Família 20 (Grupo 02), ao ser mostrado o cartão do PACS indicando “arrumar o seu quarto”, José de 10 anos referiu:

“Eu não tenho quarto. (...) tem um quarto vazio só com um guarda-roupas, e eu, a minha mãe e o meu pai, a minha irmã, o meu irmão, tudo dorme junto. Tem três camas e uma caminha”.

O pai é técnico em edificações e construiu sua casa em uma base de concreto, com paredes de madeiras irregulares, telhado de fibrocimento (como a maioria das casas de madeira deste território), e após análise do solo constatou que naquele local não havia alto risco de desabamento para a sua casa:

“E a gente está nessa casa aqui, eu acredito que eu vou derrubar ela e fazer uma alvenaria mais tarde. Ver o que dá pra fazer num solo desse, testar o solo para ver. O teste, eu não preciso de um laboratório, porque eu tenho uma técnica diferente para ver o solo, o que pede”.

Observa-se que os riscos estruturais comprometem a segurança física da família e podem criar um ambiente de instabilidade emocional nos períodos de chuva.

Luís Miguel de 07 anos da Família 23 (Grupo 02) respondeu sobre a sua percepção do local de dormir, ao ser mostrado o cartão do PACS indicando “arrumar a sua cama”: *“Não, eu não tenho cama”*, uma vez que as camas das crianças são coletivas. Na casa do pai ele prefere dormir no sofá porque o espaço fica só para ele.

A Família 23 relatou sobre as inundações dentro de sua casa nos períodos de chuva. Como não há piso, o chão de terra torna-se barro, sendo colocado um cobertor no chão da sala, e o móvel utilizado para a televisão fica elevado com madeiras. Quando perguntado o quanto ele gostava de morar nesta residência, o pai respondeu que:

“É. Tirando os percalços, sim. Os percalços é quando chove, que entra aqui em casa, por isso, está molhado, entra muita água da rua, né? A última chuva que deu, veio mais de 20 cm de água. É muita coisa. Enquanto a prefeitura não vê o que vai fazer, eu não tenho para onde ir, eu não posso... o negócio aqui está duro mesmo...”.

Por outro lado, quando perguntado se ele considerava que as suas condições de habitação, moradia e alimentação eram adequadas, o pai respondeu que sim, denotando o seu componente subjetivo de reconhecimento de uma boa qualidade de vida, apesar da situação de privação alimentar devido à condição de renda. A ACS ressaltou para a pesquisadora que algumas famílias

apresentam dificuldade em identificar as próprias necessidades de apoio, e por isso podem hesitar em buscar seus direitos. É possível que haja também um senso de gratidão por ter conseguido construir esta moradia. E baseando-se em um entorno social de tanta vulnerabilidade, o julgamento sobre o que significa ter uma boa vida pode se fundamentar no que poderia ser pior.

Este contexto de privação do direito a uma moradia adequada não é uma questão somente de infraestrutura, mas denota uma forma de segregação ocupacional, na medida em que a casa onde se vive também dá um contorno para as ocupações do dia a dia de uma pessoa, e esta pode não oferecer um ambiente propício para que o indivíduo realize aquilo que gosta ou que precisa fazer, pois a vida diária pode ser consumida por ocupações desfavoráveis, como a exaustiva tarefa de remover a água da casa durante períodos de chuva.

Nota-se aqui que a perspectiva ocupacional sobre o cotidiano de indivíduos e grupos está para muito além de listas de ocupações desempenhadas ou não, ao considerarmos que o contexto da vida real das populações anuncia de forma imperativa as peculiaridades que estão muito antes do realizar ou não alguma coisa.

A Família 26 (Grupo 02) referiu que gostaria de construir as paredes da casa de alvenaria, pois as paredes de madeira vão molhando e estragando, mas ainda não conseguiu comprar os materiais devido à renda. O Programa Bolsa-Família auxilia na compra de alimentos, mas como o marido é pedreiro, sua renda é muito instável, recebendo valores variáveis só quando é chamado para alguma construção. Quando arrumaram um gato, a quantidade de ratos na residência diminuiu consideravelmente. No momento em que foi perguntado se a avó considerava que as condições de moradia eram adequadas para a sua família, a mesma respondeu sobre os riscos de desabamento da casa na encosta, porque o piso de cimento vai rachando com o tempo:

“A gente tenta, né? Agora ficar limpa as coisas, é que é difícil. É muito barro. Por mais que você tente, se você tentar lavar [o piso de cimento], ela começa a rachar, aí quebra, se você for lavar ela cai [a casa]. Aí, tem que de vez em quando passar um pano. Não tem como, eu tento, né? Não tem como ficar limpinho, limpinho, por isso”.

Nota-se que a instabilidade financeira e a renda variável limitam a capacidade de melhorar as condições de moradia, mesmo quando há desejo e planejamento para tal.

A Família 19 (Grupo 01) ressaltou sobre questões marcantes de sua infância, que foram determinantes para querer oferecer uma casa adequada para os dois filhos morarem:

“(...) e também, gostaria de, deixa eu ver, ter... como eu posso falar...? A nossa casa própria. A nossa estabilidade de casa própria, entendeu? É uma coisa que eu almejo muito para eu poder dar uma base que eu não tive. A minha infância foi muito difícil. A minha infância foi basicamente

morando numa casa de três cômodos com mais ou menos 18 adultos. Porque a família da minha mãe é muito grande. A família dela foi muito negligenciada pelo pai, porque a minha avó morreu quando ela tinha, tipo, uns 6, 7 anos e meu avô teve 12 filhos com a minha avó. Então, nesse quesito aí, meu avô quando a minha avó morreu, ele sumiu no mundo, ele ficou louco e sumiu. Deixou 9 crianças, porque dos 12, ficou só 9, que morreu tudo desnutrido de fome lá em Pernambuco. E aí, o meu tio mais velho foi vindo para São Paulo e trazendo um por um. E aí, no total ficou vindo meu primo, “ah, traz fulano de tal”, e começou a vir um monte de gente. No total ficaram 18 pessoas. (...) Lá ficou algumas irmãs do meu avô, aqui era tipo assim, eles foram crescendo e o mais velho ia cuidando do mais novo. Então tipo assim, um tinha 15, o mais velho 17, 15, 11 anos, então na época o meu tio (...), ele deveria ter uma faixa assim, de uns 16 anos, cuidando de 8 crianças, entendeu? (...). Então, tipo assim, quando eu vim pra cá, a gente não tinha muita comida, então assim, a gente ia no Extra e aproveitava todas as promoção. Eu comia nuggets por 6, 7 meses, eu comia hamburguer por 6, 7 meses, a galinha era tipo, num domingo esporádico que a gente tinha. Então assim, não tinha muita roupa, e detalhe, a gente enfrentava enchente de 6 em 6 meses, às vezes de 2 em 2 meses (...), atravessando a ponte, eu morava na Ponte Preta, ali naquela região e ali inundava sempre. Às vezes, eu estava deitada num domingo assistindo TV Cultura, às vezes, eu ouvia aquele baque na porta, era a água entrando, então não tinha como salvar, então às vezes eu tinha roupa, ou não tinha roupa. [Perdia] literalmente tudo. Só ficava a minha cama porque era uma treliche e tinha umas quatro ou cinco treliche, e daí, eu ficava ali em cima e eles me deixavam ali e ficavam transitando na água, para levar água para mim ou me levar no banheiro. Porque tinha que esperar a água abaixar, então assim, foi uma fase muito difícil. Saí daquela casa com um monte de gente com 11 anos, quando eu fui morar com o meu padrasto, aí com todo esse contexto de enchente, eu também fui negligenciada com o pai, eu não tive meu pai presente, então, tipo assim, hoje eu converso muito com o meu marido porque ele também não teve pai e também não teve uma mãe muito presente porque ela tinha que trabalhar, foi mãe solteira. Então assim, eu falei para ele..., e o pai dele morreu também quando ele tinha 4 anos. E o meu pai morreu em 2016. Então assim, foi uma coisa assim que a gente percebe que a gente precisava desse vínculo de ter uma família, e ele gosta de ter uma família. E ele é muito família também, entende? Então, eu mostro isso para eles, por exemplo no Natal, no Natal todo mundo fala: “Ah, porque você cozinha demais!”. Só que assim, eu quero que os meus filhos tenham uma memória de Natal boa, com muita fartura, muita comida, porque quando a gente tinha o Natal, eu lembro dessa memória que a gente fazia o maior esforço possível de ter comida. Eu lembro das minhas tias cozinhando, então me remete muita memória positiva no Natal com comida, essa coisa da falta que eu tive na infância, entendeu? Então, eu hoje passo para eles essa coisa da união, de estar junto, fazer questão de estar com a família, essa coisa de o elo de sempre estar ali. É lógico que se um dia ele precisar de uma

liberdade, ele vai ter essa liberdade, dele poder fazer a vida dele, só que, tipo, na infância, eu quero que ele tenha uma estrutura que eu não tive. Por isso que eu falo para você, em questão da casa. A casa é como se fosse o meu ninho, eu quero deixar esse ninho para ele, eu não tive esse ninho. Eu tive que sair da casa da minha mãe que era aluguel, para ir para uma casa que era de aluguel. Então, tipo assim, se eu um dia eu puder proporcionar uma estrutura para o meu filho e falar, “Óh, vai, segue a sua vida porque aqui tem uma base”, entendeu? Ele vai crescer mais rápido. Então as próximas gerações vão sofrer menos. É lógico que isso é meritocracia, você pode ver que se meu pai fosse rico e minha mãe fosse rica, automaticamente hoje eu também teria o meu dinheiro, porque as oportunidades eram outras, entende? Então, na minha cabeça pelo que eu vejo, pelo que eu estudo, pelo que eu assisto, essa coisa de você ter uma base para os seus filhos, provavelmente com bastante instrução, eles conseguem chegar onde eles querem chegar. E ele é extremamente determinado, quando ele bota na cabeça dele que ele quer uma coisa, que ele vai atrás, ele só não consegue se realmente alguma coisa acontecer, porque ele não desiste”.

A declaração da entrevistada acima oferece uma visão profunda sobre como a condição socioeconômica pode moldar os caminhos de vida na infância e a maneira com isso influencia os valores e desejos dos pais em relação aos seus filhos. As condições adversas relacionadas a uma casa com superlotação de pessoas, a instabilidade, a falta de recursos básicos como comida e roupas, as enchentes frequentes, e a ausência de uma estrutura familiar sólida intensificaram o seu sofrimento, levando-a a valorizar profundamente a estabilidade e a segurança através do que uma casa própria representa, quebrando um ciclo de privações, e ampliando o compromisso de oferecer uma infância rica em memórias positivas para os seus filhos. A importância das tradições, como as celebrações de Natal, é um ponto central na visão desta mãe, que busca criar uma atmosfera de abundância e união familiar repleta de comida e alegria, apesar das limitações financeiras, que contrastam com a escassez e a dificuldade vivida em sua infância, refletindo sua tentativa de compensar a falta que experimentou. Ela também reconhece que as oportunidades são influenciadas pelas condições socioeconômicas, compreendendo que se tivesse tido melhores condições, suas oportunidades de vida poderiam ter sido diferentes. E apesar das adversidades que seus filhos possam enfrentar, ela acredita fortemente que uma base familiar sólida e a boa educação podem ajudá-los a alcançar os seus objetivos. Em suma, esta entrevista ilustra como experiências adversas na infância podem moldar profundamente as aspirações dos pais em relação ao futuro de seus filhos, proporcionando um futuro mais promissor para a próxima geração.

A Família 07 (Grupo 01) pretende se mudar, porque a casa alugada apresenta muito mofo interno, fazendo com que a bebê tenha problemas respiratórios persistentes. É comum no município de SCS que sejam oferecidas casas em mau estado e insalubres, por valores elevados de aluguel. A

Família 18 (Grupo 01) relatou pagar valores de IPTU que considera abusivos diante do grave problema das enchentes em um dos bairros de SCS. Os domicílios desta região possuem comportas nas entradas, e pavimentos mais altos para colocar eletrodomésticos como máquina de lavar roupa. Algumas famílias residem somente no segundo andar das residências, uma vez que o primeiro andar fica sempre prejudicado com a entrada de água nas casas.

As imagens 01, 02 e 03 abaixo ilustram uma situação de déficit habitacional, com habitações improvisadas dentro das condições das famílias de construírem na área de ocupação:

Imagem 01: Domicílio de uma família participante, com 10 moradores em um pequeno cômodo na comunidade coberta pela UBS 3 - Santo André



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023

Imagem 02: Foto do território – parte da ocupação urbana coberta pela UBS 3 (Santo André/SP).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023

Imagem 03: Casas de madeira nas encostas, contrastando com melhores condições habitacionais do prédio CDHU de muro amarelo



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023

A Família 23 (Grupo 02) instalou piso na casa, e construiu um fogão à lenha devido ao alto valor do botijão de gás, e a mãe recebe lenha de uma madeireira a cada quinze dias. O entregador deixa a lenha na rua, e a mãe desce o morro para buscar de pouco em pouco.

A Família 33 (Grupo 02) relatou sobre o medo de não poder ficar em sua residência na ocupação, devido ao pedido de reintegração de posse feito judicialmente pela prefeitura:

“Tenho [medo de não poder ficar aqui], porque agora voltou o processo, estava parado o processo. Processo da prefeitura, porque aqui tem dono, mas o dono perdeu para a prefeitura porque ele tinha muita dívida, e agora está na mão da prefeitura. Já pediu reintegração de posse lá do outro lado, só falta aqui. Se pedir aqui, eu vou ter que ir para o aluguel. É reintegração de posse, sai com uma mão na frente e outra atrás (...). O pessoal da associação ali embaixo, eles estão correndo para ver se consegue o REURB [Regularização Fundiária Urbana], que é para legalizar o terreno para a gente conseguir ficar, mas se não conseguir, eles já falaram que é uma mão na frente e outra atrás. Não tem projeto para esse terreno. Aqui era área de construção. Então como invadiram, tiraram muita árvore aqui. Cada árvore que tirou aqui era tudo multa para o dono. Tanto que eu tenho a minha ainda. A minha está aí até hoje, me prejudicando, mas está aí. Porque caí muito galho, a gente tem que estar trocando toda hora [o telhado] porque quebra”.

Uma forma de tentar contestar a ordem de despejo de uma prefeitura é solicitar usucapião como causa de interesse social, que se refere ao “modo de aquisição de propriedade de bens móveis ou imóveis pelo exercício da posse, nos prazos previamente estabelecidos em lei” (Barbosa Sarmiento, 2013, p. 51). O objetivo não é atacar o direito de propriedade, e sim conferir função social e econômica mais relevante por aquele que ocupou o imóvel ou localidade, quando não há transmissão da propriedade de um anterior para um novo proprietário. No entanto, há várias modalidades de usucapião e requisitos rígidos para este tipo de contestação (Barbosa Sarmiento, 2013).

A Família 31 (Grupo 02) relatou que precisou reconstruir a casa em um local mais alto no morro, devido aos desabamentos das casas de baixo e alagamentos com as chuvas, além do fato de que instalar piso de cerâmica fez toda a diferença na qualidade de vida:

“Aqui não é um ambiente bom pra crianças. Eu morava ali embaixo, eu tive que subir pra cá porque lá embaixo desabou tudo com as chuvas. Aí as crianças, começava chover... [a casa] desabou. O chão todo desceu e toda a chuva, entrava água de tapar o pé. As crianças viviam com tosse, viviam doentes porque era água com rato, não tem como porque entra rato, né. Aí, nós subimos pra cá e aqui graças a Deus já não entra, a gente deu uma mexida lá atrás, a gente colocou o piso, então hoje já dá para poder limpar, então isso já faz a diferença, porque só de pôr o piso já faz

diferença porque não pisa mais no barro, entendeu? Nossa, eu estou fazendo uma melhoria aqui”.

As casas correspondem ao tipo de moradia mais popular no país, apesar do projeto de verticalização das cidades, sendo que dos 71 milhões de lares brasileiros em 2019, 86% eram casas e 13,8% eram apartamentos, além de 0,2% de casas de cômodos ou cortiços. Em 2018 cerca de 14,7% das casas apresentavam telhado com laje de concreto sem telhas, 77,6% das casas com piso cerâmico, e 96,7% com televisão. O adensamento domiciliar excessivo (mais de três pessoas dividindo o mesmo dormitório) afetava 12,1% das crianças de 0 a 14 anos de idade em 2017, principalmente na região Norte (Peret, 2019).

Houve um grande crescimento de domicílios inadequados entre 2018 e 2019, sendo que a região Nordeste apresenta a maior inadequação de infraestrutura, Norte e Sul a maior inadequação edilícia (imóveis precários e com superlotação), e Sudeste com a maior inadequação fundiária (imóveis em terrenos não próprios). Mais de 23 milhões de domicílios apresentaram pelo menos um tipo de inadequação de infraestrutura e/ou edilícia no país entre 2016 e 2019, sendo as regiões Nordeste e Norte com um percentual de 50% do total de domicílios urbanos inadequados (Fundação João Pinheiro, 2020).

O Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009, foi uma das ações governamentais para reduzir o déficit habitacional, favorecendo o acesso à moradia através de estratégias para aquisição de novas unidades habitacionais pela população de baixa renda, de responsabilidade do Ministério das Cidades do Governo Federal. Também teve como objetivo proporcionar mais empregos e oportunidades de negócios através da ampliação dos financiamentos (TCU, 2014).

Em 2008 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) estimou um déficit habitacional brasileiro de 5,5 milhões de domicílios, sendo de 83% nas áreas urbanas, afetando com maior intensidade as famílias com renda de até 3 salários mínimos (89%) em todas as regiões do país, em especial no Nordeste (TCU, 2014).

Anteriormente, com o Golpe de 64 que implantou a Ditadura Militar, o governo militar criou o Banco Nacional de Habitação (BNH), buscando o apoio das massas populares urbanas e o estabelecimento de uma política permanente de financiamento para estruturar o capitalismo no setor da construção civil habitacional. O período de 1964 a 1986 foi o único em que o Brasil teve de fato uma política nacional de habitação e nestes 22 anos, foram financiadas mais de 4 milhões de novas unidades habitacionais para o setor popular e para a classe média. O Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) teve grande importância na expansão das redes de água e de esgoto, sendo que no ano 2000, mais de 90% da população urbana usufruía de rede de água (Bonduki, 2008).

Considerando que de 1950 a 2000 a população brasileira apresentou um crescimento de 11 milhões para 125 milhões, e o BNH financiou cerca de 25% de novas moradias construídas durante

o seu tempo de funcionamento, nota-se que foi um quantitativo relevante, mas muito insuficiente diante dos problemas de urbanização do país. Como não houve outras estratégias alternativas para apoiar a capacidade organizativa das comunidades, somente pelo sistema formal da construção civil, houve um intenso processo de urbanização informal, com grande parte da população auto empreendendo sem apoio governamental em assentamentos urbanos precários, com loteamentos clandestinos e irregulares, em vilas, favelas, alagados, etc., geralmente longe das áreas urbanizadas e com escassez de equipamentos sociais e de infraestrutura. Entre o encerramento do BNH em 1986 e a criação do Ministério das Cidades em 2003 houve um esvaziamento da política nacional de habitação no país, somado ao empobrecimento da população entre as décadas de 80 e 90 (Bonduki, 2008).

Com o agravamento dos problemas habitacionais, houve uma descentralização das ações para os estados e municípios, além da Constituição de 1988 atribuir a habitação para os três níveis de governo. A aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 (Lei 10.257), após 13 anos de tramitação, também foi um marco importante para a regularização fundiária. Apesar das intervenções do poder público, as maiores metrópoles passaram a abrigar de 20% a 50% da população em favelas, o que mostra pouco impacto das ações governamentais para atender as grandes necessidades habitacionais (Bonduki, 2008). Desta forma, a criação do Programa Minha Casa Minha Vida permitiu que fosse institucionalizada uma nova política habitacional após o BNH (Cardoso; Aragão, 2013).

A atual companhia habitacional do Estado de SP, a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), fundada em 1949 com outras denominações, está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e tem como objetivo executar programas habitacionais para famílias de baixa renda no Estado de SP. É uma das maiores companhias habitacionais do mundo e movimenta aproximadamente R\$ 1,5 bilhão por ano, tendo construído mais de 500 mil unidades habitacionais em 639 municípios de SP até 2021 (Portal CDHU, c2023).

Durante as idas ao território nas áreas de ocupação da UBS 3, foi possível observar as discrepâncias de condições de moradia entre as casas de madeira, com pouca infraestrutura e sujeitas à inundação interna e desmoronamento, e os prédios da CDHU (Imagem 04). No entanto, os profissionais da equipe relataram que embora alguns prédios estejam preservados por fora, existe uma série de problemas estruturais internos, como infiltração e mofo, devido a questões da má qualidade da construção das edificações. A imagem 05 representa um dos bairros que fazem parte da UBS 1 de São Caetano, com planejamento urbano de forma a diminuir os riscos ambientais.

Imagem 04 - Prédios amarelos da CDHU à direita



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023

Imagem 05 - Região da UBS1 de São Caetano do Sul



Fonte: Foto de Romero (2024)

Não se trata aqui de dizer que a superurbanização de São Caetano seja a solução ideal. Pelo contrário, o excesso de urbanização resulta em degradação ambiental, na perda de áreas verdes e na desconexão com modos de vida mais sustentáveis e saudáveis. E isso se distancia profundamente do conceito de Bem Viver, discutido posteriormente neste estudo, o qual enfatiza a harmonia entre o ser humano e a natureza, promovendo um desenvolvimento que respeita os ecossistemas e

valoriza a qualidade de vida (Acosta, 2016a). O objetivo não é defender um modelo urbano altamente denso e artificializado, mas sim demonstrar que a urbanização planejada pode prevenir a ocupação de áreas de risco e minimizar os impactos da desigualdade social sobre a moradia, para que as pessoas tenham acesso a um ambiente mais seguro e estruturado.

Muitos fatores que compõem as carências do déficit habitacional fazem parte do déficit qualitativo, em que não seria necessário construir novos domicílios, mas sim promover melhorias no parque domiciliar já existente e ampliar a rede de infraestrutura (Pessoa *et al.*, 2009).

Por outro lado, nos últimos 20 anos os condomínios horizontais fechados são um fenômeno em crescimento em SP e em outras metrópoles brasileiras e latino-americanas. A partir dos anos 1970, municípios como Barueri, Santana do Parnaíba e Cotia tiveram novas áreas de expansão da cidade a partir de loteamentos fechados. Já na década de 1990 aparecem de fato os condomínios fechados na Região Metropolitana de São Paulo (Pessoa *et al.*, 2009).

Apesar da grande presença de imigrantes italianos, japoneses, judeus e alemães nas décadas do século XX, a segregação urbana mais importante em SP é a segregação por classe social, caracterizada por grandes grupos de baixa renda fixados na periferia da cidade, enquanto a atividade econômica avança nos bairros de classe alta. O controle do desenvolvimento econômico pelas classes dominantes também exige que a segregação espacial seja moldada (Schiffer, 2002).

A vida condominializada projetada pela engenharia urbanística de alto padrão, gera a ilusão de consumo de um local onde espera-se a ausência de precariedade, e a resolução de dois problemas da classe média, a segurança e o acesso a serviços. A separação entre classes e raças fica resolvida através de códigos implícitos entre serviçais na entrada de serviço, e moradores em outra entrada. E a mídia constrói o ideário de felicidade nestes locais onde a maioria não poderá habitar (Dunker, 2015).

Estas mudanças sociais são o reflexo do crescimento urbano industrial brasileiro, associadas também à questão dos edifícios e terrenos ociosos, que são propriedade privada sem função social e impedindo o direito à habitação, com preponderância da especulação imobiliária para gerar lucros. Essa marca da desigualdade urbana tem o seu registro na vida das crianças desde pequenas, as quais vivenciam e percebem a seu modo a vida nas áreas de ocupação, e as brincadeiras se constituem como forma de imprimir as suas condições de existência neste espaço e modificá-lo. As ocupações urbanas são formas de resistência e a infância faz parte dessas relações de disputa pelo direito à cidade, elaborando a sua cultura, trazendo as suas necessidades e imprimindo-as neste movimento social (Gobbi, 2016).

Teorias da Psicologia da década de 70 traziam concepções de que crianças de classes populares carregavam consigo a defasagem, seja na área nutricional, cognitiva, cultural ou afetiva, desqualificando as suas experiências de vida, e fundamentando o desenvolvimento infantil

adequado de acordo com padrões, valores e crenças das classes dominantes. Assim, seriam crianças desprovidas de padrões culturais necessários para um bom desempenho escolar e social, ignorando suas capacidades e vivências (Patto, 1981).

As crianças produzem e reproduzem cultura através das suas ações, da simbolização crítica a respeito da humanidade, agindo individualmente e coletivamente no ambiente, e se tornam sujeitos a partir da sua participação na vida social (Castro, 2001). O cotidiano das crianças na favela é formado pelas relações entre vizinhos, escola e familiares, com vielas que proporcionam o convívio com os pares e as brincadeiras (Pérez; Jardim, 2015).

Existe uma contraposição entre uma parte da infância que vive o isolamento, institucionalizada e experimentando relações restritas com seus próprios pares, protegidas da rua (onde a rua, a cidade, os condomínios, os bairros, as escolas, vão perdendo um sentido de expressão de partilha das relações sociais), e consumindo tecnologias, produtos e desejos individuais que a maioria não tem condições de acessar (Martins *et al.*, 2009); e uma infância de crianças da favela que, ainda que vivam em espaços institucionalizados como a escola, passam o tempo livre fora de suas casas, explorando as vielas por meio das brincadeiras e das relações (Pérez; Jardim, 2015).

Apesar da visibilidade que as favelas ganham em torno da cooptação de crianças e adolescentes pelo crime organizado, grande parte deles convivem visualmente com essa realidade, mas vivem seus cotidianos ao redor da ludicidade que faz parte desta faixa etária, construindo as suas identidades a partir das interações nestes espaços experimentados de afetividade (Coelho, 2007):

“A constituição do real no mundo da infância, que é percebida nas interações cotidianas com o seu meio, não toma somente a cultura como agente construtor, mas destaca também as partes físicas, ou seja, o suporte espacial de um lugar, seja a casa ou a rua. As interações da infância nesses ambientes co-constroem com a cultura o espaço vivido por ela, onde, à medida que avança com suas experiências afetivas sobre o espaço, agrupa valores que reorganizam o seu estar no mundo. (...) Nessas interações da infância, as partes físicas do espaço se combinam com as simbólicas contribuindo para a construção da identidade do indivíduo” (Coelho, 2007, p. 177-178).

A criança se afirma historicamente na paisagem urbana por meio da brincadeira, das interações e da exploração do território (Lansky; Gouvea, 2022).

No estudo de Carvalho (2006), as crianças atribuíram vários significados ao espaço urbano em que constituíam as suas vidas, tais como espaço de pertencimento devido às relações com os vizinhos, e suas faces paradoxais, sendo um lugar onde se vive a tranquilidade e o medo da

violência, e um lugar bonito mas também com problemas de infraestrutura. Algumas crianças gostavam da vila especialmente pelas relações de afeto construídas e pelas brincadeiras, e outras não gostavam e se pudessem se mudariam da área de ocupação. Outras careciam de um significado para as dimensões relevantes da localidade, expressando certa apatia e esvaziamento de afetos em relação ao que sentiam em morar na vila. Esses afetos apresentam maior ou menor potencial para agir e afirmar a emancipação.

Em um acampamento do MST de MG, as crianças analisaram as suas condições de moradia dando destaque para todo o espaço lúdico do território, livre do trânsito das ruas, e não para a precariedade do espaço doméstico, com barracas feitas de lona de plástico. Isto é, o foco não estava na precariedade habitacional, mas na liberdade, a qual é restrita nos espaços urbanos, e isto informa sobre a construção de diferentes infâncias. O trabalho com a terra para o plantio também trouxe transformações ao cotidiano das crianças, as quais referiram adquirir novas aprendizagens (Correia; Giovanetti; Gouvêa, 2007).

A presença das crianças nas lutas por direitos nos movimentos sociais pode promover momentos de reflexão sobre as opressões vividas e sobre as hierarquias intergeracionais, ainda que nem sempre haja espaços para que elas também tomem decisões sobre suas vidas dentro dos processos vividos (Correia; Giovanetti; Gouvêa, 2007).

Permitir a participação das crianças na comunidade é uma forma de apoiar a saúde, e além dos fatores intrínsecos da própria criança, os ambientes físicos e sociais podem ser tanto facilitadores quanto restritivos à participação infantil (Law; Petrenchik; Ziviani *et al.*, 2006).

Os ambientes físico e social onde as crianças vivem são moldados por ações humanas, provocando efeitos positivos ou negativos na infância e na vida adulta na medida em que as condições dos lugares onde as crianças vivem, brincam e se desenvolvem são mais ou menos favoráveis. O *ambiente natural* refere-se à qualidade e temperatura do ar, ao abastecimento e qualidade da água, e à propensão a desastres naturais pelas mudanças climáticas. O *ambiente construído* compreende as residências das famílias, a densidade habitacional local, o comércio (incluindo oportunidade de empregos e alimentos nutritivos), áreas verdes, ruas e calçadas, e o transporte. A qualidade dessas condições não é ocasional, mas sim um reflexo das políticas públicas e da história social, incluindo a discriminação histórica de grupos sociais (NSCDC, 2023).

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (Pará) foi um exemplo de destruição dos modos de vida das comunidades tradicionais, como os povos indígenas, ribeirinhos e comunidades de pescadores. A remoção compulsória de mais de 8.000 famílias foi um processo traumático e voraz para as famílias ribeirinhas que moravam nas ilhas do Xingu, as quais pescavam e plantavam nessas regiões, e vendiam peixes na cidade. O Dossiê de Belo Monte do ISA (Instituto Socioambiental) mostra que o programa de realocação urbana ocorreu de forma pouco transparente,

com famílias reassentadas em territórios urbanos e sem serviços públicos adequados como transporte, saúde e educação. Os agricultores e beiradeiros das ilhas do Xingu que viviam majoritariamente da pesca não tiveram respeitados os seus direitos de reassentamento em condições similares às que moravam antes, não permanecendo em áreas rurais, com conversão forçada para áreas exclusivamente urbanas e sem acesso ao rio. As medidas de compensação para os povos indígenas não foram atendidas, com ações que provocaram o enfraquecimento da resistência indígena, a desestruturação social e dos sistemas de produção de alimentos nas aldeias, solapando a autonomia desses povos (ISA, 2015).

Nos ambientes urbanos, as regras imobiliárias atuais que impõem tamanhos mínimos de lote e incentivam a construção de condomínios fazem perdurar a desigualdade de moradias entre os bairros, com práticas de segregação que favorecem as disparidades entre as populações (NSCDC, 2023). O Índice de Oportunidades para a Infância, utilizado nos EUA, demonstra que as condições e recursos dos bairros onde as crianças vivem são fatores que podem gerar oportunidades para apoiar o desenvolvimento infantil. Idealmente, todas as crianças deveriam viver em bairros com acesso a escolas de qualidade, alimentos saudáveis, parques, ar puro, moradias seguras e empregos com salários dignos para as suas famílias. Crianças em situação de pobreza que moram em bairros com mais oportunidades têm níveis mais baixos de estresse do que as que moram em bairros de baixas oportunidades. Crianças em bairros com taxas de pobreza mais elevada tendem a ter pior desempenho educacional, afetando as oportunidades de uma vida saudável. Bairros que têm escolas com taxas educacionais mais altas ou com grande proporção de adultos com diploma universitário comunicam para a população que a educação é valorizada e alcançável. Os bairros moldam as crianças durante os anos críticos do seu desenvolvimento e influenciam os rendimentos futuros dos adultos (Acevedo-Garcia *et al.*, 2020).

Ressalta-se que a Terapia Ocupacional considera que a participação das crianças nas atividades infantis está ligada à interação com o ambiente físico, social, cultural e econômico, sendo o ambiente um facilitador do desempenho ocupacional (Ziviani; Rodger, 2006). Importa saber o quanto as crianças participam de atividades de que precisam ou gostariam de estar envolvidas (Law; Petrenchik; Ziviani *et al.*, 2006).

Adotando o pressuposto de França (2022) de que a estrutura social brasileira é dividida entre classes média e alta brancas, e classes baixas multirraciais, observa-se que a segregação não seria apenas por classe social ou apenas por raça, mas sim uma segregação residencial por raça e classe. Se a segregação fosse apenas por classe, não haveria separações raciais dentro das classes como ocorre. Brancos de classe alta estão mais isolados de todos os outros grupos, mesmo dos negros de classe alta. Brancos de classe média estão residencialmente mais próximos dos brancos de classe superior, enquanto que negros dos estratos médios estão mais próximos da condição de pobreza,

havendo uma importante clivagem de raça e classe social. Portanto, a desigualdade vai além de grupos de classes (ricos versus pobres), mas a partir de grupos raça-classe.

Para Bourdieu (2008), o espaço social se reflete no espaço físico, com uma distribuição de bens e de serviços de forma mais ou menos privilegiada, em um espaço para aqueles quase sem existência social por não ter residência, e aqueles que ocupam um lugar de poder em espaços privados regulados pelo consumo ostentatório. As demarcadas oposições sociais se dão em função do capital, com disputas pela apropriação do espaço:

“A capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos, depende do capital que se possui. O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis (por causa, entre outras coisas, de sua riqueza capital) (...): a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente encontros ao mesmo tempo casuais e previsíveis que garante a frequência a lugares bem frequentados” (Bourdieu, 2008, p. 163-164).

Pensando em como se dá a composição dos diversos territórios e suas variáveis, observa-se que ações governamentais mais inclusivas e duradouras trazem impactos profundos na vida das populações mais vulneráveis e são determinantes para as consequências de vida ou morte, tais como a prevenção de conflitos e o fornecimento de segurança, justiça, apoio à subsistência e serviços básicos de saúde e educação. A falta de oportunidades pode impedir que gerações de famílias pobres saiam da condição de pobreza, assim como o pouco crescimento econômico perpetua o ciclo de dependência de ajuda de alguns países (DFID, 2010).

As políticas públicas devem estar voltadas para a promoção de oportunidades para que as crianças atinjam todo o seu potencial, combatendo as desigualdades estruturais como o racismo e a pobreza intergeracional, que levam a disparidades evitáveis no desenvolvimento infantil no percurso de vida. A diminuição de influências ambientais adversas nos grupos socialmente desfavorecidos afeta positivamente as famílias e suas crianças e apoia o desenvolvimento saudável (NSCDC, 2023).

Desta forma, observa-se que as transformações sociais, políticas e econômicas da modernidade trazem diferentes reflexos nas camadas sociais, gerando formas variadas de se viver as infâncias, que sofrem os atravessamentos da desigualdade social e se constroem em contextos diversos (Rua, 2007). A vida das crianças representa a complexidade das realidades sociais da

contemporaneidade, misturando-se fatores de restrição da cidadania com possibilidades de bem-estar infantil (Sarmiento, 2018).

Os resultados deste estudo apontam que o contexto e o ambiente físico onde as crianças vivem tem implicações para o seu desenvolvimento, podendo haver um impacto do déficit habitacional na construção do repertório ocupacional infantil. Embora o PACS não tenha gerado diferenças significativas no perfil ocupacional das crianças dos dois grupos, os relatos narrados pelos cuidadores demonstraram que as condições socioeconômicas e habitacionais distintas entre os grupos influenciaram nas oportunidades disponíveis, evidenciando que apesar de haver resiliência frente às adversidades, há uma profunda desigualdade no acesso a condições básicas de moradia, e diferenças nas possibilidades de ocupações infantis.

Os aspectos ligados à precariedade habitacional, como estruturas instáveis, alagamentos internos e risco de queda, registra na subjetividade das crianças momentos de grandes prejuízos em suas residências, com a perda de um local adequado para morar, descansar, se alimentar, estudar, interagir com os familiares e brincar, trazendo implicações no modo como as ocupações infantis se dão neste contexto. A casa que habitamos, o lugar, a forma como habitamos, diz muito dos nossos modos de vida. E quando são feitas políticas públicas relacionadas à construção de casas populares, não se discute com a população que tipo de espaço as pessoas podem querer. Isso levanta uma questão fundamental: como construir uma política pública de moradia onde as infâncias possam ser incluídas de fato, e a relação com a natureza possa ser mantida?

As ocupações humanas que acontecem no universo público oferecem oportunidades para além das que existem no trabalho ou em casa, produzindo novas competências, o reconhecimento pelos outros, as realidades compartilhadas, sentir-se pertencente a um grupo, a ampliação do senso de identidade, e maior diversidade nos fazeres. No entanto, em um mundo cada vez mais urbanizado, privatizado e neoliberal, os processos de exclusão podem diminuir as oportunidades ocupacionais (Kantartzis; Molineaux, 2017).

O direito à cidade para as crianças é a sua própria condição de cidadania, que acontece frente a políticas públicas que ampliem a participação de crianças e adultos na edificação do território urbano, fundamentando-se na inclusão e na sustentabilidade (Sarmiento, 2018).

7.8 Tema 03 - Programa Bolsa Família: entre a subsistência e a subjugação na trama capitalista

Este capítulo explora como o Programa Bolsa Família (PBF), enquanto política pública de transferência de renda, atravessa a infância, podendo impactar na construção do repertório

ocupacional infantil. O eixo temático busca discutir os resultados da pesquisa analisando as influências do PBF na vida das famílias beneficiárias, particularmente no que tange à redução da insegurança alimentar e à promoção de condições que, até certo ponto, podem favorecer a participação das crianças em atividades educativas, recreativas e culturais. Por outro lado, também são abordadas as limitações estruturais do Programa, destacando a sua inserção em um sistema capitalista que sustenta as desigualdades sociais e impede mudanças profundas e sustentáveis. Esta análise crítica considera tanto os potenciais avanços proporcionados pelo PBF, quanto as contradições inerentes às políticas sociais na sociedade capitalista.

A exclusão social é um processo complexo e multicausal, e não se constitui como uma falha do sistema, mas sim como o resultado do funcionamento do mesmo, e possui dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. Para Sawaia (2001):

“A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico” (Sawaia, 2001, p. 8).

A questão social, expressão utilizada a partir do século XIX (Netto, 2001), “pode ser caracterizada por uma preocupação com a capacidade de manter a coesão de uma sociedade. Esta ameaça de ruptura é transportada por grupos cuja existência mina a coesão do todo” (Castel, 1995, p. 20, tradução nossa). As populações sujeitas a intervenções sociais são aquelas cuja capacidade para trabalhar esteja comprometida, não podendo satisfazer suas próprias necessidades, como idosos, crianças sem pais, pessoas doentes, pessoas com deficiências, em situações adversas de vida como viúvas com vários filhos, estrangeiros sem vínculos, desempregados de longo prazo, e para os rotulados como ‘vagabundos’ por não haver espaço para mobilidade na organização social (Castel, 1995). Para estes, a precariedade econômica torna-se privação, e a fragilidade das relações sociais transforma-se em isolamento, caminhando para um processo de desfiliação (Castel, 1994).

Para Castel (1995), a consolidação do Estado Social se dá como forma de negociação para o conflito de interesse, entre a impossibilidade de o povo resolver a questão social por si mesmo, ou pela violência revolucionária dos explorados contra os exploradores, ou pelo moralismo filantropo.

A intervenção estatal na área social diferenciou-se das esferas econômica e política, legitimando a participação do indivíduo pobre no espaço político, considerando a desigualdade

como uma questão central e os direitos sociais como um paradigma da proteção social (Cardoso Jr.; Jaccoud, 2005).

O Sistema de Proteção Social Brasileiro tem início na década de 1930 com os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), e com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943 (Cardoso Jr.; Jaccoud, 2005). Os IAPs, criado no governo de Getúlio Vargas, se constituíram como uma resposta do Estado para as reivindicações dos trabalhadores em meio à industrialização brasileira (Reis; Araújo; Cecílio, 2019), conferindo benefícios para aqueles que contribuíam com a previdência (Paulus Júnior; Cordoni Júnior, 2006).

Embora a CLT tenha sido um grande avanço para a garantia de direitos do trabalhador (Westin, 2023), de acordo com o Índice Global de Direitos da Confederação Sindical Internacional, que analisa o respeito aos direitos trabalhistas em 148 países, o Brasil ficou entre os dez piores países para se trabalhar em 2022 (nesta ordem: Bangladesh, Bielorrússia, Brasil, Colômbia, Egito, Essuatíni, Filipinas, Guatemala, Mianmar e Turquia). O relatório apontou como problema a Reforma Trabalhista de 2017 (Lei 13.467) que diminuiu os acordos coletivos, além de questões ligadas à ilegalidade de greve, e cortes salariais e de postos de trabalhos em algumas empresas (CSI, 2022).

No que diz respeito às políticas de bem-estar social, houve uma melhora no Brasil nos anos 2000 com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e a partir dele o Programa Bolsa Família (PBF) em outubro de 2003 no Governo Lula, visando a redução da pobreza e extrema pobreza. O país apresentou melhora nos índices, porém os estados das regiões Norte e Nordeste ainda mostram níveis de bem-estar muito inferiores aos das regiões Sul e Sudeste (Grin *et al.*, 2021).

O PBF foi lançado inicialmente em Guaribas (Piauí), por ser uma das cidades mais pobres do país na época, com um dos menores IDHs e sendo conhecida como “a cidade da fome” (Brasil, 2023, p. 10). A sua criação se deu através da Medida Provisória n. 132 de 2003, sendo posteriormente convertida na Lei 10.836 de 2004 (Brasil, 2023a).

Em 2011 o mesmo Ministério lançou o “Plano Brasil sem Miséria” no Governo Dilma Rousseff, com foco no aumento da renda per capita das famílias, com o eixo de “Garantia de Renda” (Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada – BPC); o eixo de “Inclusão Produtiva” (inserção produtiva dos adultos de famílias extremamente pobres, em ações urbanas e rurais); e o eixo de “Acesso aos Serviços de Saúde, Educação e Assistência Social”, com políticas públicas que priorizassem as famílias incluídas no Cadastro Único (banco de dados das famílias mais vulneráveis). Em 2012, 26,5% dos brasileiros viviam em condição de pobreza, e em 2018, 25,3%, com maior gravidade no Maranhão, que entre 2012 e 2018 teve mais de 40% da população nesta situação (Grin *et al.*, 2021; Paiva *et al.*, 2014).

A renda proveniente do PBF tem como estratégia possibilitar recursos mínimos de subsistência, em especial para a segurança alimentar. Desta forma, a família poderá lidar com outras questões, tais como a frequência das crianças e jovens à escola, e cursos de qualificação. O Programa passou a olhar para a população pobre em idade ativa e, consequentemente, para as suas crianças (Costa; Falcão, 2014). As condicionalidades estão relacionadas ao calendário vacinal completo das crianças, acompanhamento nutricional até 7 anos de idade, frequência na escola, e as gestantes devem fazer o pré-natal, com o intuito de romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações (Brasil, 2023b; Costa; Falcão, 2014).

O benefício é destinado prioritariamente às mulheres, visando reduzir a desigualdade de gênero, e considerando que elas são as principais responsáveis pelos cuidados e sustento das famílias (MDS, 2006). A renda de elegibilidade é de até R\$ 218,00 per capita, mesmo se a pessoa tiver registro em carteira de trabalho, e o Programa é composto pelos seguintes benefícios: Benefício Renda de Cidadania (R\$ 142,00 por pessoa) + Benefício complementar para atingir o piso mínimo de R\$ 600,00, podendo ser acrescentado o Benefício de Primeira Infância para cada criança de até 6 anos no valor de R\$ 150,00, e Benefício Variável familiar para gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes com idade entre 7 e 17 anos de R\$ 50,00 (Governo do Estado de SP, 2023).

Em agosto de 2023 este benefício alcançou 21,14 milhões de famílias de todos os 5.570 municípios do Brasil, sendo transferidos R\$ 14,25 bilhões às famílias pelo Governo Federal. O Auxílio-Gás no valor de R\$ 108,00, para famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, foi distribuído para 5,63 milhões de famílias, sendo SP o estado com o maior número de beneficiários no mês de agosto, com 736.683 pessoas. O valor médio do PBF é de R\$ 686,06. Enquanto a região Sudeste tem cerca de 6,30 milhões de famílias cadastradas no Programa, a região Nordeste tem 9,68 milhões, e a região Centro-Oeste tem o menor índice (1,13 milhão de famílias). Os estados de SP, BA e RJ tem a maior quantidade de famílias cadastradas, e Roraima, Rondônia e Acre a menor quantidade (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, 2023).

De 2003 a 2013 houve uma queda do quantitativo da população em situação de subalimentação, e então o Brasil saiu no mapa da fome em 2014. Porém o ciclo de superação da fome e da pobreza foi interrompido a partir de 2016, com o descuido para com as políticas públicas, e em 2022 o país voltou a fazer parte do mapa da fome, em especial com o contexto da pandemia de Covid-19 (Brasil, 2023a).

Em dezembro de 2021 foi decretada a Lei 14.284 instituindo o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil pelo Ministério da Cidadania no Governo Bolsonaro, revogando a lei de criação do PBF e substituindo-a (Brasil, 2021). O Programa Alimenta Brasil tinha como finalidade promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, através da compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar com dispensa de licitação, e destinando-os para pessoas em

situação de insegurança alimentar. Esta foi uma ação do governo federal voltada para a inclusão produtiva rural das famílias mais pobres (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2022).

Em julho de 2023, com o retorno do Governo Lula, o Programa Alimenta Brasil foi revogado pela Lei 14.628, instituindo-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com incentivo à agricultura familiar, e o Programa Cozinha Solidária com o objetivo de fornecer alimentação gratuita e de qualidade à população em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2023c). O Programa Auxílio Brasil volta a ser Programa Bolsa Família pela Lei 14.601 (Brasil, 2023d).

A Família 12 (Grupo 01) da pesquisa relatou sobre a importância do recebimento da cesta básica e do uniforme escolar pela prefeitura de SCS, e sobre o PBF:

“E hoje na hora do almoço, a gente conversando sobre isso, até falei para ela [a filha de 09 anos], estava conversando com ela sobre oportunidades que ela tem na vida dela, em coisas que eu não tive, nem o meu marido, a gente não tinha isso, né? De mãe ficar em casa, para cuidar só da gente, ou então a minha mãe pensar em alguma coisa nas férias. Minha mãe tinha que pensar em trabalhar para colocar comida dentro de casa. Aqui em São Caetano a gente ainda tem a cesta, a gente tem o uniforme, na minha época não tinha nada disso”.

“A gente passa um perrengue aqui, um ali... Mas a gente sempre tem comida, eu recebo a cesta básica de São Caetano”.

“A gente é do Bolsa Família, porque a gente, eu estou desempregada, meu marido também”.

A Família 15 (Grupo 01) relatou sobre considerar os critérios injustos para a aquisição da cesta básica e do PBF, os quais ela perdeu quando começou a trabalhar:

“(...) tem hora que eu fico aqui pensando que tem gente que eu vejo que tem duas pessoas trabalhando, tem casa própria, sabe? Tem dinheiro e pega tudo, e a gente só com o salário para o aluguel, para tudo, para remédio, e não pega nada. É isso que eu fico olhando”.

A Família 23 (Grupo 02) relatou o quanto a sua vida seria modificada para melhor se conseguisse fazer parte do PBF:

[Pesquisadora] *“E a renda familiar é suficiente para as necessidades básicas de vocês,*

alimentação, moradia, necessidades educacionais e transporte?”

[Mãe]: *“Eu gostaria que fosse, mas não é. Mais da metade [da renda do BPC], gasta com remédio. Inclusive até essa enfermeira [da UBS 3] ajudava, né? Ela tirava do bolso dela e ajudava”.*

A Família 27 (Grupo 02) relatou o quanto o PBF faz diferença na questão nutricional e para outras necessidades da família:

[Pesquisadora] *“E a renda familiar é suficiente para as necessidades básicas de vocês, alimentação, moradia, necessidades educacionais e transporte?”*

[Mãe]: *Sim, sim. Alimentação é naquelas, quando tem, tem. Quando não tem... espera o próximo mês ou um socorre o outro.*

[Pesquisadora]: *E como vocês tem feito para pagar as contas, porque só o valor do Bolsa Família não dá, né?*

[Mãe]: *“Eu espero o Bolsa e pago a água que é R\$ 200,00 e pouco. Ai, eu pago a água, a luz, e o que fica é para alimento. Ai, quando a [filha] sempre vem, ela vem na alimentação ou ela paga uma conta ou outra... é que nem agora, eu que vou tentar arrumar o vidro que está quebrado, porque o certo era ele colocar, né? [o ex-marido agressor]. Mas eu, para não ter contato nem nada [com ele], porque a gente cozinha, faz as coisas e eu tenho medo de entrar bicho, né? Então tem que arrumar.*

Ahlert (2013), ao analisar o impacto do PBF na vida de mulheres trabalhadoras com filhos, ressaltou o quanto o Programa fez parte de suas trajetórias de vida, no sentido de não deixar que a geração delas passasse fome como foi com a geração anterior (quando essas mulheres eram crianças), além destas mulheres se sentirem empoderadas no seu papel de promover bem-estar para a família através do uso responsável da renda recebida.

No entanto, a discussão sobre o PBF também ocorre de forma polarizada, com a dicotomia entre ser um direito social, ou colocando o comportamento dos indivíduos no polo do assistencialismo, estigmatizando pessoas de baixa renda (Ahlert, 2013). O repasse de benefícios monetários gerou polêmicas para aqueles com visões tuteladoras, que afirmavam que a população de menor renda não saberia fazer uso adequado dos recursos transferidos, mas a experiência mostrou que as famílias podem fazer um planejamento financeiro no sentido de ampliar suas

oportunidades, de acordo com suas necessidades individuais (Campello, 2013).

No estudo de Pires (2016), as crianças percebiam o recebimento do PBF vinculado às suas frequências escolares, e não à renda da família, não se sentindo estigmatizadas por receberem o benefício devido à condição de vulnerabilidade. Por outro lado, o não atendimento da condicionalidade de frequentar a escola gera como prerrogativa a punição de perder o PBF, o que é uma questão controversa, já que muitas vezes a criança não vai à escola por falta de uniforme, calçados, materiais ou transporte escolar. Discute-se também a responsabilização da criança por manter o sustento da casa com o benefício, uma vez que ela precisará frequentar a escola sob quaisquer circunstâncias para que a família não seja retirada do Programa.

Há também o peso da opinião pública que segue por um viés de que as famílias beneficiárias teriam a característica de serem oportunistas, tendo mais filhos para ter acesso a um maior volume de recursos. No entanto, na revisão de Alves e Cavenaghi (2023) com o objetivo de qualificar a discussão sobre o PBF e as taxas de fecundidade, não foi encontrado um efeito pró-natalista do Programa.

Outra ideia propagada é de que o PBF geraria nas famílias um comportamento de ficarem acomodadas, com dependência ao Programa e desincentivo ao trabalho. Mas no estudo de Barbosa e Corseuil (2013) sobre o efeito do PBF na escolha ocupacional, não foram encontradas evidências de desincentivo ao trabalho nem de incentivo à informalidade. Januzzi e Pinto (2013) referem que considerando determinados aspectos que influenciam na inserção no mercado de trabalho, na procura de emprego ou na jornada de trabalho, tais como idade, condição de chefia familiar, gênero e maternidade, não foram encontradas diferenças entre beneficiários e pessoas não beneficiárias com renda equivalente.

Marques e Mendes (2007) ressaltam que na medida em que o governo não coloca o PBF como direito, para a sociedade trata-se então de uma política assistencialista, concedida pelo governo e podendo ser retirada a qualquer momento. Além disso, há uma tensão entre políticas focalizadas como o PBF, e políticas universais como saúde, educação e geração de emprego, que são mais abrangentes para a diminuição da condição de pobreza, indo para além da insuficiência de renda (Bichir, 2010).

Siqueira (2013) refere sobre este tipo de política social ser focalizada e precária, considerada um “benefício” e não um direito, e sem ser acompanhada da implementação efetiva de políticas estruturais (tais como políticas de emprego e de distribuição de riqueza). Isto faz com que o Programa caminhe como uma ação social dentro de uma política econômica neoliberal, onde busca-se a diminuição da desigualdade social de forma simultânea à manutenção da excessiva concentração de renda. As estratégias imediatas para o combate à fome, como por exemplo a distribuição de cestas básicas e a criação de restaurantes populares, necessitam de mudanças no

plano estrutural, como geração de emprego e renda. Por outro lado, faz parte da proposta original a reafirmação da necessidade de intervenção estatal para a resolução da fome e da miséria.

Assim, o PBF é visto com algumas contradições, tais como focalização ou universalização? Clientelismo ou direitos conquistados? Política conservadora ou garantia de direitos? Condicionalidades como obrigações ou como possibilidades? Municipalização ou desobrigação do governo federal? Direito de cidadania ou apoio da solidariedade/voluntariado? Não havendo alternativas para a melhoria das condições de vida, por ser uma política isolada de ações estruturais, Siqueira (2013) refere que o usuário tende a ser sempre dependente do Programa.

Além disso, a focalização nos mais pobres retira da política de assistência social o caráter universal e a qualidade, prejudicando a garantia de que é um direito conquistado. Por se tratar de uma política social com relação direta com os interesses econômicos, parte-se de um ideário de filantropia, de solidariedade e com atuação mínima do Estado. E embora a frequência escolar seja uma exigência, a qualidade do ensino não é problematizada e também não são discutidas as condições de ingresso no mercado de trabalho. Desta forma, a maneira de execução das políticas é modificada, mas a dinâmica das relações econômicas de acumulação crescente do capital e de empobrecimento considerável da classe trabalhadora é mantida, atendendo a uma agenda neoliberal (Siqueira, 2013).

Neste contexto de contradições, cita-se como exemplo que em 2022 os cinco maiores bancos do país, Bradesco, Banco do Brasil, Itaú, Caixa Econômica e Santander, lucraram o montante de R\$ 106,7 bilhões. O total de ativos (tudo o que pode ser convertido em dinheiro, como o dinheiro em banco, estoque da empresa, etc.) atingiu R\$ 8,9 trilhões, e o patrimônio líquido (capital próprio dos cinco bancos) atingiu R\$ 694,3 bilhões (DIEESE, 2023).

Já Campello (2013) refere que o Programa não é de natureza populista, tendo se estabelecido como política de Estado e tendo alcançado um patamar de proteção social de natureza irreversível. E estando articulado com outros direitos, é capaz de aumentar a inclusão social e a cidadania.

O Banco Mundial (World Bank, 2011) avaliou o impacto de 56 programas de proteção social de vários países, havendo resultados positivos quanto à redução da pobreza, e direcionamento dos gastos com alimentos, materiais escolares e cuidados em saúde. Foi identificado o aumento de matrículas e da frequência escolar, mas sem garantias de que isso signifique melhor desempenho acadêmico. Além de redução do trabalho infantil devido ao aumento da escolaridade, e diminuição da jornada de trabalho de crianças que continuam trabalhando.

No estudo sobre a avaliação do estado nutricional de crianças de 0 a 5 anos beneficiárias do PBF, observou-se que além dos impactos mais diretos da transferência de renda sobre o consumo das famílias, o acompanhamento sistemático nas condicionalidades da saúde refletiu em melhores cuidados na alimentação das crianças, do que crianças com acompanhamento menos frequente ou

fragilizado (Brasil, 2014).

Por outro lado, a Família 21 (Grupo 02) sofre com a grave omissão do Estado quanto ao fato do pai ter um diagnóstico de Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), uma condição degenerativa que está levando-o a uma importante perda de mobilidade e necessidade de uso de cadeira de rodas, e a perícia médica do INSS negou o seu pedido de auxílio-doença, considerando-o apto a trabalhar. O pai sobrevive através do auxílio da ex-esposa, com o PBF que ela recebe para que ele compre alimentos para ele e para os filhos, e seus filhos assumiram o papel ocupacional de cuidadores do pai:

“Eu por enquanto estou... desde que eu fui afastado [do trabalho], eu estou sem renda nenhuma desde novembro, desde outubro do ano passado. Então, eu não tenho renda nenhuma. Porque eles na verdade, mora com a mãe deles [os filhos]. (...) eu estou afastado e nem estou recebendo auxílio-doença, nem aposentadoria, nem recebo pela empresa. O INSS deu como indeferido”.

“Ele é o meu ajudante, né? [o Luiz Miguel de 07 anos]. Quando os meninos maiores não estão aqui é ele que me dá banho, ele que me troca, então, eu acho que isso está definindo e está trazendo a ele para ele ter empatia, né? De cuidado, de atenção... Ele é o que tem mais cuidado, “olha, cuidado!” [o filho diz para o pai]. Ontem mesmo, eu estava com muita dor na minha coluna e ele pegou um doutorzinho e fez massagem nas minhas costas. Ele é muito solidário, né? Então, ele sempre foi desse jeito. Fez massagem na mãe que estava com dor no pé. Então, ele é muito prestativo”.

O relato deste pai revela a precariedade das políticas de proteção social e suas implicações para a vida das crianças. A ausência de uma renda estável devido à negativa do Auxílio-Doença, exemplifica uma omissão estatal que agrava a vulnerabilidade da família e, neste contexto, o PBF desempenha um papel crucial ao fornecer recursos mínimos para a subsistência, ainda que de forma insuficiente para atender plenamente às necessidades básicas. A renda da mãe tornou-se um fator determinante para alterar, mesmo que limitadamente, as possibilidades ocupacionais das crianças. Essa renda pode auxiliar, em certa medida, no acesso à alimentação, ao transporte e à educação, que são essenciais para o desenvolvimento das crianças e sua participação em atividades escolares e recreativas. Sem o benefício, é provável que a família enfrentasse níveis ainda mais graves de insegurança alimentar e exclusão social, impactando negativamente no desenvolvimento físico, cognitivo e social dos filhos. No entanto, as limitações financeiras impostas por um contexto de pobreza estrutural restringem as escolhas e oportunidades das crianças, que passam a ter o seu repertório ocupacional moldado por carências materiais e emocionais. A ausência de suporte

adequado do Estado não apenas mantém as condições de vulnerabilidade, mas também limita o horizonte de possibilidades futuras, reproduzindo o ciclo de desigualdade social.

Também faz parte do programa de transferência de renda do Brasil o BPC/LOAS (Benefício de Prestação Continuada previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social), com o subsídio de um salário mínimo para pessoas de baixa renda a partir de 65 anos ou pessoas com deficiência, que tenham renda familiar de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo ou R\$ 330,00 per capita, e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida pela sua família (Portal Gov., c2023).

A Constituição de 1988 demarcou o reconhecimento histórico da Assistência Social como direito, buscando um sistema de proteção social mais justo e se constituindo como um “novo pacto civilizatório” (Freitas; Souza; Martins, 2013, p. 136) para o bem-estar dos cidadãos. Dentre as Emendas Populares apresentadas, somente esta do BPC foi incluída no texto final da Constituição (Art. 203, inciso V), tendo sido proposta pela Associação Canoense de Deficientes Físicos da Escola Especial de Canoas e pela Liga Feminina de Combate ao Câncer (RS), como um benefício desvinculado de contribuições prévias e com enfoque nas pessoas com deficiência e pessoas idosas (Freitas; Souza; Martins, 2013).

Diante da discordância de setores do governo em manter uma renda continuada, o projeto de lei da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) foi vetado em 1990 pelo Governo Collor, sendo aprovada em dezembro de 1993 no Governo Itamar Franco, regulamentando a Seguridade Social no que diz respeito à Saúde, Previdência e Assistência Social. Porém, somente após pressão social das pessoas com deficiência, entidades e familiares é que o BPC passou a ser concedido, em janeiro de 1996. Foi extinta então a Renda Mensal Vitalícia (RMV) de 1974, que concedia um salário mínimo mensal a idosos maiores de 70 anos, para pessoas incapacitadas para o trabalho que tivessem contribuído para a Previdência Social, dentre outros critérios (Freitas; Souza; Martins, 2013).

Destaca-se como uma das conquistas da LOAS a instauração dos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social) em todo o território nacional, atingindo 7.725 centros de 2003 a 2012, em 95% dos municípios (Sposati, 2013).

Em 2023 foram cerca de 5 milhões de beneficiários do BPC (2% da população), disponibilizando-se R\$ 70 bilhões aos cidadãos, sendo que as regiões Sudeste, Nordeste e Sul tiveram a maior quantidade, e o estado de SP a maior concentração de beneficiários (960 mil pessoas) (Controladoria Geral da União, 2023).

Os órgãos gestores da assistência social são permeados pelo confronto ideológico de classe e pelo não reconhecimento da cidadania igualitária para todos, dificultando a legitimidade do campo da assistência social. No entanto, este formato de proteção social baseada em fornecimento de

auxílio de renda gera como resultado a ampliação da capacidade de consumo de bens, complementando outras políticas sociais como a saúde para a obtenção de medicamentos, ou a segurança alimentar para a aquisição de alimentos. Parte-se do princípio da assistência social como política pública, portanto visando a igualdade de direito, contrariamente à concepção do ‘assistencialismo para os pobres’ (Sposati, 2013).

Assim, observa-se que o PBF pode ter um impacto na construção do repertório ocupacional infantil, na medida em que promove mudanças nas condições de vida das famílias, no sentido de redução da insegurança alimentar e nutricional, uma vez que a melhoria na nutrição infantil impacta diretamente nas capacidades físicas e cognitivas, criando condições para que as crianças participem de atividades escolares e recreativas de forma mais eficaz. As condicionalidades que incentivam a saúde e a educação também ajudam a integrar as crianças nos espaços que promovem aprendizagem e socialização, e a escola pode ser um ambiente para explorar interesses e ampliar o repertório ocupacional em atividades culturais, esportivas e pedagógicas estruturadas. O fato de ser possível comprar materiais escolares com o benefício, por exemplo, pode favorecer que a criança exerça o seu papel de estudante durante todo o ano escolar. E a questão de o benefício ser priorizado para as mulheres pode fortalecer a figura materna na gestão dos recursos familiares e no investimento para o bem-estar das crianças.

Sendo uma estratégia para diminuir o ciclo de pobreza intergeracional, o PBF pode oferecer uma perspectiva de futuro diferente para algumas crianças, a partir do acesso a recursos básicos e à maior permanência na escola. Ao aliviar os efeitos mais severos da pobreza, o Programa pode contribuir para a formação de indivíduos mais incluídos socialmente.

Pires, Falcão e Silva (2014), em um estudo sobre o PBF no município de Catingueira (Paraíba), ressaltam que embora o PBF não seja uma política específica para a infância, suas vidas são diretamente afetadas, promovendo a constituição de suas identidades. Na medida em que compreendem como a transferência de renda pode auxiliar a estruturar sua vida escolar, familiar e comunitária, em alguma medida as crianças tornam-se sujeitos políticos, membros de famílias beneficiárias. E também há o fato de poderem escolher o que consumir, dentro das famílias que dividem uma quantia com as crianças. A partir disso, pode-se pensar em quais seriam as repercussões ocupacionais, na medida em que uma criança pode desenvolver uma habilidade de jogar futebol ou desenhar, por exemplo, ao poder comprar uma bola ou um caderno que tanto desejou.

Ressalta-se que o estudo acima aborda uma realidade do sertão paraibano, contudo, as dinâmicas do PBF podem manifestar-se distintamente na diversidade regional do país, como em São Caetano do Sul e Santo André. Isso aponta para a necessidade de futuras pesquisas que aprofundem a compreensão dos impactos do PBF nos diversos grupos populacionais brasileiros.

Quando se pensa em um retrato regionalizado do PBF, há que se pensar nas categorias de origem étnica (famílias quilombolas, famílias indígenas, famílias ciganas e famílias pertencentes a comunidades de terreiros), de meio ambiente (famílias extrativistas, famílias de pescadores artesanais e famílias ribeirinhas), de meio rural (agricultores familiares, assentados da reforma agrária, famílias acampadas), e de situações conjunturais (famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura, famílias com pessoas no sistema carcerário, famílias em situação de rua, e famílias com catadores de material reciclável). Uma vez que há uma heterogeneidade dos grupos sociais beneficiados, mas também a abrangência de um programa que perpassa por todas as regiões, já que a situação de pobreza e de desigualdade social é uma característica fundante do Brasil (Arrais, 2016).

Por outro lado, o Governo Lula retirou 2,9 milhões de pessoas do PBF em 2023 (Curvello, 2023), se caracterizando como corte de gastos com os que mais precisam. Independente de qual seja a gestão governamental, embora o PBF seja uma política social importante, observa-se que esta é uma consequência da subalternização e da pobreza provocada pelo capitalismo, em um ciclo infundável e contraditório de acumulação de riquezas e de produção de pobreza e, consequentemente, de apartheid ocupacional.

Esse ciclo é inerente ao capitalismo, pois ele depende da desigualdade para prosperar. A pobreza não é uma falha do sistema, mas uma condição necessária para a sua perpetuação. As políticas sociais, enquanto importantes para aliviar as condições mais extremas de vulnerabilidade, muitas vezes acabam reforçando a lógica capitalista ao não desafiar as bases que sustentam a produção de riqueza e desigualdade. Isso cria uma dinâmica onde o sistema se mantém, mas com crescentes tensões sociais e a perpetuação da exclusão econômica (Figueiredo, 2013).

Nêgo Bispo (2023) faz uma crítica sobre o quanto as políticas não rompem com a lógica colonialista de acumulação, reforçando que os indivíduos permaneçam dependentes da economia de mercado, do compartilhamento de capital/renda, a invés da lógica do compartilhamento ancestral, onde as pessoas produzem seus próprios meios de subsistência e modos de vida. O Estado capitalista opera de forma a realizar a “gestão da vida alheia” (Nêgo Bispo, 2023, p. 47), portanto a política em si é totalmente contrária aos modos de vida de autogestão. A espécie humana é a única do reino animal que quer governar populações; todos os outros animais vivem em rebanhos da mesma espécie autogeridos.

O filósofo italiano Franco Berardi discorre sobre o abismo da crise social provocada pelo capitalismo. Desde a década de 1980, a elite que vem governando o mundo baseou-se na cultura do lucro, da dominação e da submissão, destruindo, para isso, as defesas sociais, os direitos e as formas de vida e de cultura. Instituições como o FMI (Fundo Monetário Internacional), a OMC (Organização Mundial do Comércio) e o Banco Mundial mantêm os interesses das grandes

empresas em detrimento dos serviços essenciais de saúde e educação. Em meio ao colapso do capitalismo, nota-se o aumento do desemprego, o roubo de fundos públicos, o consumismo acirrado, a competitividade agressiva, e a diminuição da crença de que há uma continuidade eterna do crescimento econômico (Berardi, 2019).

A fase neoliberal do capitalismo é marcada pela desregulamentação da civilização social e dos direitos humanos, tornando-se um sistema criminoso para se expandir sem obstáculos. O homicídio, a exploração infantil e a produção de instrumentos de destruição em massa são técnicas de competição econômica, não existindo mais vida econômica que não viole os direitos fundamentais. O poder econômico não vence através da competição, por meio da melhor gestão dos recursos disponíveis, e sim pela violência desmedida, pela mentira e pela guerra. É possível que não haja um retorno à solidariedade social, e sim que a ideologia neoliberal gere mais guerras étnicas, provocando um genocídio planetário para a posse dos recursos que sobraram. Portanto, o futuro é bastante precário (Berardi, 2019).

O capitalismo dissolveu as condições de recomposição da sociedade, não havendo mais subjetivação social suficiente para um espaço comum de consciência e de luta. Por isso não há confiança no futuro, ele é apenas uma catástrofe inevitável onde não há mais forças para se opor ao que virá. A precarização do trabalho fragiliza as relações e o senso de comunidade. Não há mais sujeitos, e sim o tempo deles, disponível para produzir incessantemente em troca de um salário temporário. Os sujeitos se tornaram átomos de tempo, despersonalizados, esvaziados, dessingularizados e sozinhos, portanto, não se reconhecem mais como seres sensíveis e com os mesmos interesses sociais. O colapso da realidade se dá em meio à energia humana esgotada pela exaustão da modernidade, e com o desejo absorvido pela virtualização e pelos mecanismos financeiros (Berardi, 2019).

A saída seria que a exaustão do trabalho pela necessidade da troca econômica desse lugar a uma inteligência coletiva visando o bem comum, abandonando a lei da acumulação e do crescimento. O capitalismo pode continuar prosperando sem que haja recuperação social, uma vez que a vida social se tornou irrelevante. O ciclo financeiro está desintegrando as energias, os recursos e o futuro, sem nenhuma contrapartida. Ele se tornou autônomo o suficiente para se desvincular das demandas sociais, e as pessoas perderam a força para reações organizadas, e agora padecem sozinhas em meio ao sofrimento e à miséria. Os seres humanos estão sendo substituídos por máquinas e a produtividade irá aumentar, com a continuidade do desemprego em alta e os salários em queda. Os seres humanos não precisam de mais bens materiais, e sim de redistribuir o que já existe, além de diminuir o tempo de vida dedicado ao trabalho. O mito do crescimento precisa ser substituído por uma nova narrativa. A alucinação financeira provoca o efeito da desvitalização do campo social, dos afetos, das relações vivas, da empatia social. É a escassez produzida pelo processo

econômico (Berardi, 2019).

O capitalismo cria a ilusão de necessidades, consumindo o tempo, a vida e os alimentos para que os seres humanos possam ser submetidos à exploração e à dominação de atividades voltadas para a obtenção de lucro. Após subordinar os corpos, o capitalismo passa a privar as pessoas de água e ar, enquanto os corpos emprestam seu tempo de vida ao capital. O neoliberalismo vende a ideia de que as pessoas são livres para competir no mercado, para negociar a compra e venda. A obsessão da especulação financeira vai continuar atuando vigorosamente, as empresas continuarão explorando, e a classe política não quer e não é capaz de proteger a sociedade, a qual está sucumbindo ao poder devastador da acumulação financeira (Berardi, 2019).

Portanto, políticas sociais como o PBF são soluções ilusórias, meramente paliativas e compensatórias, que criam a impressão de progresso social em meio a um contexto de empobrecimento global, já que não alteram os mecanismos fundamentais do sistema econômico e da injustiça ocupacional. Para superar essa dinâmica, seria necessário um modelo econômico que priorizasse a coletividade acima da acumulação do capital, o que, por definição, o capitalismo não pode oferecer.

7.9 Tema 04 - A presença do tráfico de drogas nos territórios como fator de violência e como rede de proteção às famílias

Este capítulo examina como o tráfico de drogas, presente em alguns territórios dominados por facções criminosas, impacta direta ou indiretamente as infâncias, influenciando na construção do repertório ocupacional de crianças que crescem em contextos de violência e vulnerabilidade. O eixo temático busca analisar como a presença de organizações criminosas nas comunidades, ao mesmo tempo que em que exerce controle social e oferece uma rede de proteção para alguns moradores, também impõe barreiras à vivência de ocupações significativas ao desenvolvimento pleno das crianças. Por meio das narrativas e vivências relatadas pelas famílias participantes, exploram-se as dinâmicas de opressão e medo, mas também os mecanismos de resistência e estratégias de proteção adotados pelas famílias em meio a esse contexto desafiador.

Destaca-se a grande relevância dos profissionais ACSs no papel de possibilitarem a inserção da pesquisadora nesse campo, criando aproximações em áreas que aos poucos foram sendo permitidas, revelando as histórias de vida e as realidades dos moradores.

Observou-se durante as entrevistas no território da UBS 3 (Grupo 02) que embora não houvesse uma interferência direta no sentido de aliciar crianças para o tráfico, as mães tentavam proteger os filhos da influência do crime organizado, mantendo-os dentro de casa quando não

estavam na escola. Ao mesmo tempo, este assunto configurou-se como *aquilo que não pode ser dito*, sendo mostrado para a pesquisadora somente com gestos e acenos de cabeça sobre os traficantes que moravam ao lado. Existe simbolicamente uma lei do silêncio, onde os traficantes “não dão esculacho em moradores do morro” (sic ACS), mas também não podem ser denunciados pelo que fazem.

A mãe da Família 23 (Grupo 02) foi bastante receptiva e mostrou para a pesquisadora que construiu sua própria casa com madeiras mais resistentes, e instalou piso de cerâmica trazendo mais qualidade de vida para a família. Ela ressaltou o quanto foi importante colocar tapumes de madeira na varanda em frente à sua casa, para que os filhos pudessem brincar naquele espaço e não ficassem vendo toda a movimentação de compra de drogas nos pontos de venda.

Na Família 29 (Grupo 02), a mãe tem 9 filhos e fica bastante preocupada com o filho que foi entrevistado, pois a principal ocupação lúdica de Marco, de 09 anos, é soltar pipa e ela não gosta que ele fique fora do ambiente da casa, pois a residência se localiza no alto do morro, a poucos metros dos locais em que os traficantes fazem a vigilância daquela área e vendem drogas. Ela gostaria de se mudar desta localidade. Ambas as mães citaram estes assuntos com linguagem implícita, visto que não podiam falar declaradamente sobre as ações dos traficantes:

“Ah, sair daqui, desse lugar. (...) Ah, por causa da casa, do que acontece aí em cima que eu não posso dizer, você mesma está vendo [apontando para as casas de cima]. É esses dois motivos. Eles [os filhos] sabem que é errado. Quando a gente sai lá fora, que ele vê um papelzinho, ele já fica nervoso. Eu falo que é errado, que aquilo ali que eles estão vendo não pode”.

Este relato destaca como o ambiente de violência e controle territorial exercido pelo tráfico de drogas pode impactar na construção do repertório ocupacional das crianças. A mãe, preocupada com a segurança dos filhos, busca limitar sua circulação fora de casa, reduzindo as oportunidades de participação em atividades significativas, como brincar ao ar livre, interagir com outras crianças ou explorar o território de forma criativa e autônoma. A ocupação predominante do filho, soltar pipa, é uma atividade lúdica tradicional e culturalmente valorizada no país, mas o seu contexto está marcado pela vigilância e pela proximidade do tráfico, tornando-se uma ocupação repleta de diversão, mas podendo estar fragilizada pelo medo e a insegurança. A linguagem implícita usada pela mãe revela o controle simbólico e subjetivo que o tráfico exerce sobre os moradores, alimentado pela ausência de políticas públicas de segurança, impondo um silêncio obrigatório sobre as dinâmicas de violência e ilegalidade no local. Esta imposição afeta não apenas a liberdade de expressão, mas também o senso de pertencimento dos indivíduos, criando uma atmosfera de medo que molda as decisões familiares, incluindo aquelas relacionadas à criação dos filhos. Por fim, o

desejo explícito da mãe de mudar-se da localidade aponta para uma tentativa de romper com as limitações impostas pelo ambiente. Contudo, a mobilidade geográfica nem sempre é viável para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, perpetuando o ciclo de restrição ocupacional e de desigualdade intergeracional.

Durante o período de reconhecimento do território de Santo André junto à equipe de ACSs, não foi possível identificar claramente as facções criminosas que dominam as regiões das áreas de ocupação, nem confirmar a eventual presença de milícias. Diante dessa incerteza, e considerando a influência nacional do PCC (Primeiro Comando da Capital) e do CV (Comando Vermelho), a literatura sobre essas duas facções será apresentada neste tópico. Serão discutidas suas dinâmicas e como a presença do tráfico (e, por extensão, de outros grupos criminosos) nos territórios perpassa e impacta as infâncias no estudo.

De acordo com a Lei 12.850 (Brasil, 2013), define-se organização criminosa como:

“a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional” (art. 1º).

O crime organizado tem como características o esforço, a ambição persistente, e a habilidade para operar em uma organização com crimes bem planejados, visando a obtenção de altas taxas de retorno. Há também a incerteza devido ao alto risco na execução de atividades ilícitas, e a propensão à ilusão de que o sucesso pode ser duradouro. As condutas podem ser violentas, com assassinatos, sequestros e agressões, ou crimes não violentos como fraudes, desfalques, desmanches clandestinos, arrombamentos, organizações de fachada, apropriação indevida, falsificação, estelionato, peculato e desvio de bens (Melo, 2015).

Seu funcionamento assemelha-se a uma estrutura empresarial, visando o lucro fácil e com liderança relacionada à cúpula com os membros de maior poder, com uma divisão baseada na máfia italiana e norte-americana. As intimidações entre os membros e entre grupos rivais mantém a união e evita que integrantes deixem o grupo (Resende; Aquotti, 2006).

Destaca-se também que enquanto o narcotráfico opera em uma lógica de poder paralelo, confrontando com o Estado e buscando relativa autonomia deste, não dependendo do Estado para existir, a milícia se origina e se fortalece na própria estrutura estatal, utilizando-se da autoridade e dos recursos do Estado para seus fins criminosos, de coerção social e de lucro, sendo ainda mais corrosivo para a população e com um grau de impunidade muito maior (Cano; Iooty, 2008).

O crime organizado promove a livre circulação de substâncias ilícitas como maconha,

cocaína e outras drogas através das fronteiras brasileiras, com exportação da droga preferencialmente por via marítima, em especial entre Bolívia e Paraguai, denotando a fragilidade da política externa do país em relação a todo o controle e velocidade do PCC para escoar drogas pelos portos de Santos/SP e de Paranaguá/PR para centros consumidores na Europa e Ásia, com alto volume econômico. Ao mesmo tempo em que o país tem a terceira população carcerária do mundo, com mais de 700.000 presidiários, a estrutura do crime organizado se amplia cada vez mais (Gonçalves, 2020).

O PCC trouxe grande impacto para a população quando fomentou uma imensa rebelião em 29 penitenciárias do estado de SP em 18 de fevereiro de 2001, tomando como reféns cerca de 10 mil familiares, e o toque de recolher em 12 de maio de 2006 dado pela facção, com ataques contra policiais, causando a morte de agentes de segurança, civis e criminosos. Até 2018 havia mais de 29 mil filiados no Brasil, com maior concentração em SP, Mato Grosso do Sul e Paraná, por serem locais estratégicos entre fronteiras (Gonçalves, 2020).

O seu surgimento se deu na Cadeia de Custódia de Taubaté (conhecida como “Piranhão”, “Casa de Monstros” ou “Campo de Concentração”) em 1993, que recebia os bandidos mais perigosos de SP, no intuito de reivindicar melhorias nas condições de vida dos presidiários. Estes relatavam uma rotina de tortura, com espancamentos diários por policiais e comida estragada com insetos (Henrique; Resk, 2023). Destaca-se também a ocorrência da maior chacina policial da história da cidade de São Paulo na penitenciária do Carandiru em 1992, onde policiais munidos de escopetas, metralhadoras, revólveres e facas executaram 111 presos em 30 minutos, como uma resposta truculenta a uma rebelião iniciada no Pavilhão 9 (Gonçalves, 2020).

Desta forma, através da opressão, da violência e da supressão de direitos dos presidiários, e pelo fato do Estado ter optado por juntar os presos mais perigosos em um único presídio no intuito de manter maior controle sobre eles, esta combinação de fatores fez com que o Estado tenha sido um responsável direto pelo desenvolvimento das facções criminosas, em especial o PCC, fundado por 8 integrantes (Gonçalves, 2020).

Muitas deficiências prisionais estavam relacionadas a maus-tratos verbais, castigos físicos, superpopulação carcerária, abusos sexuais, grave falta de higiene nas celas e nas cozinhas, condições precárias de trabalho e de atendimentos médicos e psiquiátricos, consumo de drogas e tráfico promovido pelos próprios funcionários, doenças típicas de pessoas reclusas como diarreia e escorbuto, visitas exageradamente restritas, atmosfera de violência, e propensão ao suicídio (Drapkin, 1977). A negação dos direitos dos presos ao trabalho, à profissionalização, à escolarização, ao tratamento humano digno, e à assistência jurídica e social, representava a falência das prisões (Adorno; Salla, 2007).

Pressionados pelas denúncias de maus-tratos, a diretoria da Cadeia de Custódia de Taubaté

autorizou um jogo de futebol entre o “Comando Caipira” com presos do interior, versus o “PCC – Partido do Crime da Capital” com presos nascidos em SP, e ao invés da partida houve um massacre promovido pelo PCC, o qual declarou o nascimento da sua facção com o lema “Paz, Justiça e Liberdade”. Isto é, o grupo teve sua origem com um caráter de sindicato e, posteriormente, tornou-se uma multinacional do crime, sustentada por bilhões de reais do tráfico de drogas (Henrique; Resk, 2023).

Diante de situações de conflito e de opressões de preso contra preso, os “irmãos” batizados no Comando seriam mediadores de debates para fazer prevalecer o correto, o justo. Quem deve precisa pagar; se não pode pagar, um familiar deverá fazê-lo; atitudes erradas podem culminar na expulsão do convívio com os membros. Através destas formas de proceder no cotidiano é que surgiram as primeiras políticas do PCC, resultando em seu Estatuto que ainda foi revisado no decorrer do tempo, e interessava aos presos por interditar o estupro, o homicídio injusto e o uso de crack nas cadeias do estado de SP. Pretendia-se também viabilizar a visita de parentes e advogados, a aquisição de sabonetes e pasta de dentes, TV para ver a Copa do Mundo, bem como organizar as negociações lícitas e ilícitas entre presidiários e os funcionários e diretores dos presídios (Feltran, 2018).

O Estatuto do PCC, que teve sua primeira versão em 1997, apresenta 18 itens que reiteram a importância da lealdade e do respeito ao Comando e à ética do crime; o respeito à hierarquia; a luta contra opressões e injustiças; a manutenção da ideologia de que o crime fortalece o crime; a punição com morte contra aqueles que decidirem sair do Comando (por serem considerados oportunistas, covardes e traidores); missões destinadas devem ser concluídas (como ações de resgate, e o resgatado tem por obrigação resgatar outro irmão); a manutenção da harmonia entre facções atuantes nas penitenciárias; o mérito e o esforço para com o Comando serão analisados; integrantes que passarem a fazer parte de outra facção e delatarem assuntos do PCC sofrerão as consequências; e covardias realizadas por policiais serão pagas com a vida (Rizzi, 2017).

A facção conta também com um Regime Disciplinar (Dicionário do PCC) semelhante a um Código Penal, contendo a definição de 45 condutas inadequadas e as penas impostas para cada uma delas, e a Cartilha de Conscientização, esclarecendo como deve ser o comportamento da Família PCC diante da sociedade e defendendo o lema “Paz, Justiça, Liberdade, Igualdade e União” (Rizzi, 2017).

Sobre esta forma bastante organizada de funcionamento do PCC, Dias (2011) esclarece que as normas disciplinares vão muito além de coibir o comportamento das pessoas, tendo uma função maior de conformação de uma identidade para este grupo, estabelecendo códigos de condutas definidas como “o lado certo da vida errada” (p. 296)

A expansão e hegemonia do PCC (ou “Comando”, “Quinze.três.três” ou “Família”) trouxe

uma nova configuração social, por meio de uma rede de interdependência complexa entre a população carcerária, os familiares de presos, os indivíduos que fazem parte do universo do crime que estão fora da prisão, os bairros com forte presença do Comando, e os setores do poder público como a administração prisional, com grande disputa de poder dentro da prisão e estabelecimento de práticas disciplinares no comportamento dos presos (Dias, 2015).

As pressões existentes no universo carcerário paulista criaram uma ruptura, dando espaço para um novo equilíbrio de forças que foi ocupado pelo PCC, com uma divisão funcional muito maior a partir de uma instância centralizadora de poder, maior integração entre os presos, diminuição da violência física, observância do cumprimento de normas e punição de transgressores, além de mudanças na economia do crime (Dias, 2013).

Um dos fatores que propiciou a grande expansão do PCC foi a difusão de celulares e posteriormente, dos chips, permitindo a articulação e o planejamento de ações coletivas, apesar das barreiras impostas pelos muros dos presídios (Adorno; Salla, 2007; Dias, 2013). Destaca-se a megarrebelião iniciada em maio de 2006 em SP e em outros estados que se estendeu até agosto, com uma extensa onda de ataques a policiais, guardas municipais, agentes penitenciários, supermercados, agências bancárias, concessionárias de automóveis, sindicatos, shoppings, e ônibus incendiados. Em 2007 houve a apreensão de um número expressivo de chips nas cadeias (Dias, 2013).

Além disso, outra estratégia é a de não se focar na dominação territorial, mas sim conviver e fazer parcerias com as lideranças comunitárias locais, igrejas, comerciantes, vizinhança, familiares e outros grupos de controle informal, na luta pela sobrevivência diante de policiais violentos, grupos de extermínio e vizinhos rivais (Manso; Dias, 2017).

Em um contexto de violência crescente em SP ao longo de 40 anos até 1999, onde um homicídio poderia ser o suficiente para multiplicar a vingança entre os colegas do morto, com o extermínio de jovens de bairros pobres, e acelerado pela violência da polícia, as ideias de paz e união entre os bandidos, e de morte aos policiais, passaram a fazer sentido e deram significado ao discurso do PCC. A facção se construiu em um papel de sindicato do crime, como uma forma de defesa da violência presente na ordem social vigente (Manso; Dias, 2017).

As autoridades atribuem a liderança atual do PCC a Marcos Willians Herbas Camacho (Marcola), o qual está preso desde 2006 e já foi transferido de penitenciária inúmeras vezes, a Júlio César Guedes de Moraes (Julinho Carambola), e a outros comandantes das ações da facção. Diante da conscientização dos “soldados” sobre a importância de se reduzir os conflitos entre si, apesar dos roubos continuarem, os homicídios diminuíram muito entre 2007 e 2013 (Bigoli; Bezzerro, 2014).

Por um lado, Adorno e Salla (2007) referem que:

“Não se espere, contudo, que o PCC e suas demandas por justiça constituam o embrião da revolução social e da construção de uma nova sociedade baseada na justiça, na igualdade e na democracia (...). Suas lideranças não têm pudor punitivo; não hesitam em matar e aplicar justiça sem direito à defesa. Esperam vencer seus inimigos; porém, não esperam conquistar a simpatia, a solidariedade e o apoio daqueles que vivem atormentados por suas ações criminosas. Não têm projeto político para a construção de uma sociedade democrática; sua concepção de sociedade é tosca, fundada na lealdade entre “irmãos” e na concepção do social como família extensa, constelação de interesses materiais e morais” (Adorno; Salla, 2007, p. 24).

Mas, apesar da sua atuação atual, o PCC nasceu a partir de todo o desamparo do Estado, que permitia que presos nos anos 90 fossem violentados e submetidos a condições extremamente degradantes e a castigos cruéis, em celas com mais do que o dobro da capacidade. A organização estava determinada a estabelecer a paz e os direitos humanos nos presídios, e a lutar contra a injustiça e a truculência contra as classes pobres do país (Bigoli; Bezerra, 2014). Para aqueles que estavam isolados e esquecidos nas penitenciárias, a presença do PCC significou uma saída para as violências diárias (Feltran, 2018), e uma alteração profunda na dinâmica cotidiana nunca antes alcançada pelo Estado (Varejão, 2020). Contudo, a sociedade recebeu esta resposta também por meio de violência, rebeliões e perda de vidas (Bigoli; Bezerra, 2014).

O surgimento do PCC não foi um fenômeno isolado. O Brasil vivia uma crise da segurança pública nos últimos 30 anos, com um modelo incapaz de acompanhar a qualidade das mudanças sociais e institucionais. O crime se modernizou, com ações mais violentas, atividades econômicas indo além de crimes contra o patrimônio, com aumento de homicídios de adolescentes e jovens adultos, e com desorganização da sociabilidade entre classes sociais. Além disso, o tráfico de drogas precisa de um mercado consumidor em emergência, e de cidadãos empobrecidos que o faça funcionar através do controle da distribuição de drogas, do ponto de venda, da circulação do dinheiro, matando devedores e promovendo a desordem urbana (Adorno; Salla, 2007).

A partir do momento em que o grupo se estabeleceu dentro dos presídios paulistas, quando as lideranças passaram a dividir celas com presos de outros estados, passou-se a vislumbrar a possibilidade de montar uma organização nacional do crime. Nesta época a estrutura organizacional ainda era do tipo pirâmide, comandado por Geleirão (José Márcio Felício), Cesinha (César Roriz), Mizael da Silva e outros, e a necessidade de ampliação nacional era de cunho político, e não econômico. As transferências das lideranças entre presídios e as rebeliões ajudaram a propagar a ideologia do PCC pelo Brasil. E também a presença mais forte nas fronteiras do Paraná e do Mato

Grosso do Sul colocou o grupo em uma posição privilegiada para ser o principal distribuidor de cocaína e maconha no território nacional, intensificando a sua nacionalização (Manso; Dias, 2018).

A entrada do PCC no tráfico internacional se deu em 2016, quando o narcotraficante “Rei da Fronteira” no Paraguai, Jorge Rafaat Toumani, foi morto pela facção, por ter se negado a dividir a operação da cocaína com o PCC. A rota completa desta droga, desde as plantações principalmente na Bolívia, até a exportação pelos portos brasileiros, foi dominada pelo grupo, além do acesso à maconha produzida no Paraguai. Atualmente o PCC opera em 24 países e fatura cerca de R\$ 5 bilhões por ano (Henrique; Resk, 2023).

A facção está dividida em vários departamentos chamados de Sintonias, criadas dentro da Penitenciária Presidente Venceslau II/SP e caracterizados por serem células dentro das prisões e nas ruas, descentralizando as tarefas e dificultando a investigação sobre os envolvidos. A célula mais importante é a ‘Final Geral’, presidida por Marcola no conselho deliberativo. Outros exemplos são a ‘Sintonia Geral dos Outros Estados’, responsável pela organização e difusão do grupo em outros estados brasileiros, a ‘Sintonia dos Outros Países’ que tem por função expandir os negócios no Paraguai, Bolívia, Colômbia e Peru, e a ‘Sintonia dos Gravatas’ que reúne advogados que defendem os integrantes da facção (Marinho *et al.*, 2019).

De acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas 2021, cerca de 296 milhões de pessoas fazem uso de substâncias psicoativas, o que representa um aumento de 23% nos últimos 10 anos, sendo a maconha a mais utilizada, seguida por opióides, anfetaminas, cocaína e ecstasy. Os jovens continuam sendo o grupo mais vulnerável, e cerca de 13 milhões de pessoas fazem uso de drogas injetáveis. Na zona rural as populações ficam mais vulneráveis, como por exemplo na área da tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru na Bacia Amazônica, pois as organizações de tráfico de drogas violam cada vez mais os direitos humanos e a segurança das populações rurais (UNODC, 2023).

Em 2018 o ministro da Segurança Pública afirmou que o Brasil tinha cerca de 70 facções criminosas ativas, sendo que cerca de 50% dos presos em penitenciárias federais fazem parte do PCC e do CV. A Família do Norte (FDN) e a Al Qaeda (de Alagoas) são a terceira e quarta mais presentes nos presídios (Gomes, 2018). O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022) identificou 53 facções em todo o território nacional, com maior quantidade de grupos no Rio Grande do Sul (13 grupos) e na Bahia (08 grupos). O PCC mostrou-se presente em quase todos os estados, exceto no Mato Grosso (dominado pelo CV) e no Rio de Janeiro (dominado pelo CV, Amigos dos Amigos, Terceiro Comando Puro, e Milícias) (FBSP, 2022).

O Comando Vermelho teve sua origem no Instituto Penal Cândido Mendes (“Caldeirão do Diabo”) na Ilha Grande/RJ em 1979, com o intuito de estabelecer normas de convivência dentro da penitenciária, e foi formada por assaltantes de banco nomeada inicialmente como “Falange da LSN

– Lei de Segurança Nacional”, depois “Falange Vermelha” e, por fim, “Comando Vermelho” (Marinho, *et al.*, 2019). A precariedade estrutural era vista pelas paredes úmidas e infiltradas, falta de telhas, grades enferrujadas, falta de comida, de colchões, de cobertores e de papel higiênico, além de violências entre presos, de policiais contra presos, rebeliões e incêndios. A cadeia construída para abrigar 540 presos tinha 1.284 homens em 1979, além de sérios problemas sanitários (Amorim, 1994).

O mecanismo do Estado é o de despersonalizar o preso (Santos *et al.*, 2018): “Desarticular a personalidade do preso é o primeiro – e, talvez, o mais importante – papel do sistema. Espancados, compulsoriamente banhados, assustados e numerados, estávamos prontos” (Lima, 2001, p. 44). Este é um relato de William da Silva Lima (o “professor”), um dos fundadores do CV que ficou preso por mais de 30 anos (Heringer, 2019) e morreu em 2019.

Quanto à violência perpetrada entre presos, os homens mais perigosos mantinham entre si a solidariedade para a autodefesa, cobravam pedágio de presos que queriam se deslocar pela cadeia, roubavam, violentavam outros presos, controlavam a distribuição de comida e negociavam com a administração para funcionarem como “polícia” dentro das celas. É contra esta gangue, a Falange Jacaré, que aconteceu um dos episódios mais sangrentos da história do sistema penal brasileiro (Amorim, 1994), para que o CV conseguisse obter o domínio da cadeia.

No contexto histórico deste momento, as guerrilhas urbanas lutavam contra o governo ditador, o qual passou a reprimir os manifestantes de forma violenta, mantendo-os em prisões com condições subumanas junto aos outros criminosos (Santos *et al.*, 2018). Com o governo militar tratando bandidos e militantes políticos como iguais em uma tentativa do governo de lidar com as pressões internacionais em prol de anistia, e contra as denúncias de tortura minimizando os militantes a “simples banditismo comum”, este fato resultou no encontro de integrantes das organizações revolucionárias com o criminoso comum, nascendo o Comando Vermelho (Amorim, 1994).

O preso ideológico influenciava os criminosos comuns, e o CV teve como objetivo lutar pelo fim dos maus tratos e da tortura contra os presos e entre presos, e organizar e verticalizar o poder dentro do grupo, carregando o lema “Paz, Justiça e Liberdade” (Amorim, 1994). Livros com temas relacionados a guerrilhas e questões sociais eram passados de preso para preso, formando valores nos presos comuns e que se tornaria um dos grandes pilares do CV (Santos *et al.*, 2018).

Para Santos *et al.* (2018):

“Certamente, para se ter poder é necessário deter o controle. Tanto é assim que a ordem vigente é regulamentada por regras jurídicas, morais ou convencionais que organizam a sociedade humana de modo a controlar as relações entre indivíduos,

entre Estados. Aliás, o próprio Estado é uma criação fictícia a fim de regular e manter as relações humanas” (p. 9-10).

Desta forma, observa-se que o crime organizado não estava buscando somente a hegemonia de poder, mas foi também o resultado direto das ações e omissões estatais, ao não garantir o “Estado Democrático de Direito” para todos, negando direitos básicos para uma parte da população. A consequência de um Estado de antidireito é o surgimento de instituições paralelas, que reagem contra a truculência e a degradação humana imposta pelo Estado, instaurando mais violência e insegurança (Santos *et al.*, 2018).

Além disso, a análise documental dos relatórios de vistorias das unidades prisionais do Rio de Janeiro, produzidas a partir de 2015 pela Defensoria Estadual, demonstraram que o encarceramento exacerbado e as consequentes violações aos presos, recai predominantemente sobre os corpos negros. A necropolítica relacionada aos centros de detenção representa as inovações nas tecnologias de produção da morte, normalizando a violência pelo apagamento das existências e pelo extermínio dos corpos não brancos, indesejáveis, como um efeito do racismo estrutural instituído nos processos de colonização (Stanchi; Dias, 2018).

As facções paulista e carioca, nascidas nos fluxos entre prisão e comunidade, expandiram-se por todas as regiões brasileiras, deixando de carregar consigo as singularidades de São Paulo e do Rio de Janeiro para estabelecer conexões sólidas com os mercados legais e ilegais, replicando o desenvolvimento criminal de forma técnica e política. Traficantes de drogas, de armas de fogo, contrabandistas e estelionatários fazem parte de diversos mercados, como da extração ilegal de minérios e madeira, distribuição de bebidas, transportadoras, eventos e hotelaria, mercado imobiliário, esportes de alto rendimento e fluxos financeiros de ativos globais (Rodrigues; Feltran; Zambon, 2023).

Após se expandir para além dos presídios, o CV tornou-se a maior facção do RJ e do Brasil (até a consolidação do PCC), e na década de 1980 dominava os pontos de venda de drogas nas favelas cariocas. Um dos crimes de maior repercussão foi a tortura e assassinato do jornalista Tim Lopes em 2002, por ordem do líder do morro Elias Pereira da Silva (Elias Maluco), o qual foi condenado a 28 anos de prisão (Marinho *et al.*, 2019).

O CV não se colocou com tanta força no estado de SP quanto o PCC devido a conflitos internos com outros grupos rivais, como o Terceiro Comando Puro (TCP) e o Amigos dos Amigos (ADA). Também houve grande influência da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) pelo governo do estado do RJ, embora seja um modelo pouco efetivo de repressão ao crime organizado. Alguns líderes, como Luiz Fernando da Costa (Fernandinho Beira-Mar) e Márcio dos Santos Nepomuceno (Marcinho VP), encontram-se presos (Marinho *et al.*, 2019).

Em um mercado de exportações brasileiras que movimenta mais de 350 milhões de toneladas de mercadorias por ano, o PCC e o CV possuem quadrilhas com operações logísticas milionárias para garantir que a cocaína produzida na Bolívia e no Peru cruze o oceano Atlântico. Já a Colômbia tem como principal mercado os Estados Unidos. Os caminhões carregados com drogas disfarçadas entre os outros produtos, atravessam a fronteira e chegam na região litorânea brasileira, e a droga é escondida na mata. Uma das formas extremamente habilidosas das facções é de contratar mergulhadores que queiram se arriscar, mergulhando por baixo dos navios cargueiros para colocar grandes quantidades de drogas na ‘caixa de mar’ destas embarcações (compartimento utilizado para resfriar o motor). Eles podem receber até R\$ 500.000,00 por um mergulho de 2h (Carone; Pinheiro, 2023).

Estima-se que as transações mundiais do narcotráfico envolvam aproximadamente 900 bilhões de dólares por ano, o que corresponde a 35% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, ou a 1,5% do PIB mundial. O Brasil está entre os 25 maiores exportadores mundiais de mercadorias diversas por rota marítima, movimentando 200 bilhões de dólares. Para o CV e o PCC, é muito rentável participar do narcotráfico internacional, já que as toneladas de cocaína têm o seu valor multiplicado quando chegam nos países de destino. Apesar da Europa receber a maior parte das drogas (principalmente Espanha e Portugal), a África também se tornou uma zona comum de distribuição, através da Nigéria e de Moçambique (Carone; Pinheiro, 2023).

As políticas de combate ao tráfico de drogas visam não somente lidar com toda a extensão do narcotráfico, mas também concretiza a criminalização de adolescentes pobres por tráfico, colocando-os em um lugar de adversários da sociedade, desconsiderando o contexto que os envolve no sentido de também serem usuários, estarem em risco e passarem por situação de exploração trabalhando para as facções. A maior penalização está voltada para os moradores de morros e bairros periféricos, e a menor penalização para os grupos que estão na ponta das operações ilegais. As crianças vitimadas pela falha nos direitos, tornam-se estes jovens que permanecem em situação de vulnerabilidade e que ganham visibilidade por serem considerados mais algozes do que vítimas. Portanto, a discussão sobre o tráfico não pode ficar somente no âmbito da Segurança Pública (Rocha, 2013).

A Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (art. 3º) estabelece que o recrutamento de crianças para o tráfico de drogas é uma das piores formas de trabalho infantil, além da escravidão, servidão por dívidas, exploração sexual, e uso de crianças em conflitos armados (OIT, 2000). As principais características das crianças envolvidas com o tráfico estão relacionadas ao fato da maioria serem de famílias de baixa renda, moradoras de comunidades, negras, com pouca escolaridade e que se casam mais cedo. Ganhar prestígio e poder, e usar o dinheiro recebido para consumir bens que não poderiam comprar de outra forma, são um dos principais motivos para se

manterem vinculados aos grupos. Há também o desejo de juntar dinheiro para comprar uma casa fora da comunidade, porém as extorsões policiais se configuram como um dos empecilhos para a economia financeira (OIT, 2002).

Há uma dura relação entre o funcionamento da justiça, o crime-negócio (ou economia subterrânea), a vulnerabilidade dos jovens pobres (para quem as oportunidades educacionais e econômicas são inadequadas ou inexistentes), e a subjetividade inflada relacionada ao poder de destruir fisicamente o inimigo mediado pela arma de fogo (Zaluar, 2004).

A Família 34 (Grupo 02) relatou sobre o porquê mantém os filhos em casa na maior parte do tempo, referindo-se à insegurança no bairro:

“Porque eu não gosto [que eles saiam], eu criei os meus filhos assim, em casa. E eles sabem. Porque assim, eu não sei, eu tenho medo, assim. Eu não deixo. [Medo de violência] também, más amizades, é um lugar que tem muita droga, bebida, eu não deixo eles se misturarem, não! Não por nada, mas preservar é melhor!”

Este contexto pode refletir uma situação de injustiça ocupacional, na qual as crianças são privadas de engajamento em ocupações que poderiam contribuir para o seu desenvolvimento e para a construção de si, e da descoberta de brincadeiras e do convívio com os amigos na comunidade.

O senso de identidade dos indivíduos e a sua relação com o mundo são influenciados pela participação em ocupações escolhidas em cada fase da vida, e os espaços físicos determinam quem pode participar (Whiteford, 2000).

A profissional da equipe também relatou sentir-se muito intimidada por ter que passar pelos grupos de traficantes para chegar nas casas de baixo (não há outra via de acesso) e, portanto, a população acaba ficando mais desassistida dos ACSs para as suas necessidades, pois a equipe desce na região o mínimo possível. A vigilância sobre quem entra e sai desta localidade, e por quais motivos (aonde vão, com quem vão falar, que horas vão sair) é bastante acentuada e visível.

Existem regras de conduta a serem cumpridas nas comunidades dominadas por organizações criminosas, tais como não circular abertamente com carro roubado, não praticar assaltos na região, aqueles que desobedecerem as leis precisam passar pelo “tribunal” onde será decidida a devida punição, quem entrega traficante é duramente punido com a vida, e homens que se envolverem com a namorada do traficante serão mortos (Batista, 2016).

Uma das profissionais da UBS 3 relatou que caso a namorada de um traficante se envolva com outro homem, ela é levada para um cativado onde passará pela pena desumana de espancamento por outros homens (ou mulheres que fizerem parte do grupo, se assim for decidido), e terá o seu cabelo raspado, para que o ‘recado’ seja dado para toda a comunidade sobre as regras.

E embora a violência contra a mulher deva ser reprimida, quando o agressor faz parte do grupo de traficantes, não há punição para ele. Fica claro o quanto o machismo e a misoginia vigora com força nas facções, onde as mulheres são consideradas propriedade dos homens (Diário de Campo).

Além disso, foi relatado que nem todos os casos de violência recebem a devida punição quando há solicitação por parte da vítima, pois algumas mulheres acabam voltando a se relacionar com o agressor, fazendo com que o “mediador” do conflito sinta-se “feito de trouxa” (sic ACS). Quando um traficante está preso e a companheira se relaciona com outro homem sem que ele saiba inicialmente que ela estava em outro relacionamento, os dois homens podem se reunir para decidirem o que será feito com a mulher, em uma conduta misógina de controle sobre as mulheres (Diário de Campo).

Assim, os chefes principais atuam não como substitutos do Estado tentando instaurar uma outra democracia, mas agem no “velho estilo da patronagem brasileira” (Zaluar, 2004, p. 400), tornando seus empregados e vizinhos dependentes da sua concessão de benefícios, e instaurando a lei do silêncio sobre as atividades ilícitas e regras rigorosas de lealdade (Zaluar, 2004).

Durante a ida ao território coberto pela UBS 5 (Grupo 02), a pesquisadora e a ACS passaram pela viela que dá acesso às casas que descem o morro, com uma acentuada sensação de vigilância constante pelo grupo de homens que se encontravam nos pontos de venda e que queriam saber onde estavam indo. A ACS relatou que vai muito pouco na casa das famílias da sua microárea devido a esta questão do controle subjetivo muito presente. Na UBS 3, a pesquisadora e o ACS foram abordados por um homem, deixando explícita sua autoridade sobre a região, ainda que todos os profissionais andem somente uniformizados pela comunidade. O profissional recomendou que as respostas às perguntas fossem curtas, verdadeiras e sem provocar discordâncias (Diário de Campo).

Sawaya, Albuquerque e Domene, 2018 relatam que:

“É comum entre os operadores de saúde que atuam no território o relato que o comportamento ameaçador dos traficantes impediu as equipes de saúde de conduzirem seus trabalhos. Alguns profissionais, por exemplo, relatam que deixaram de notificar a suspeita de casos de abuso ou negligência infantil por receio de retaliação por parte de membros da família que estavam envolvidos com as organizações criminosas ou porque os dirigentes do tráfico deixaram claro não querer a intromissão de estranhos envolvidos em assuntos da comunidade” (p. 244).

Na UBS 3 (Grupo 02), profissionais da equipe relataram que toda segunda-feira em horário específico é “dia de contagem” (de dinheiro) e também o dia em que os policiais vão para receber a parte deles em forma de propina, para que os grupos de traficantes possam exercer suas ações sem

interferências. Este é um dia em que os profissionais sentem receio de ir ao território, e evitam que sejam vistos como pessoas que estão atrapalhando a contagem. Além disso, a pesquisadora poderia andar na comunidade somente na presença dos ACSs, e determinados locais não eram de livre acesso aos profissionais e moradores, como a região chamada de “a corda” (somente pessoas autorizadas – “apresentadas” – poderiam ultrapassar a corda amarrada que delimitava a entrada, e adentrar a região) (Diário de Campo).

Ainda que a violência não seja explícita o tempo todo, a sensação de opressão foi marcante nos espaços do território, misturadas ao senso de solidariedade, reciprocidade, companheirismo e afetividade entre as pessoas. Além disso, alguns traficantes deixaram de aceitar alimentos em troca de drogas, devido ao fato de que em poucos dias uma família inteira começava a passar fome (Diário de Campo).

Em uma localidade onde a segurança pública pouco atua, o controle criminoso interno sobre a população se dá pela ação dos traficantes. E isso não ocorre por uma suposta relação entre baixa renda e criminalidade, mas sim pela corrupção e pelo enfraquecimento dos órgãos estatais, onde o direito constitucional à liberdade não é garantido pelo Estado (Leal, 2016).

Por outro lado, as facções também conferem uma rede de proteção e de segurança para alguns moradores, como o que foi relatado pela mãe da Família 34 (Grupo 02) sobre o que aconteceria caso um agressor entrasse na comunidade para continuar seguindo e agredir sua filha adolescente:

“Ela já foi seguida, já! Da creche da minha outra filha, até aqui perto de casa. O homem seguiu ela. (...). Se entrarem aqui os caras mata, né? Ele ficou lá na esquina numa rotatória que tem, (...) e foi numa hora que estava movimentado, eu fico imaginando que se não tivesse ninguém na rua, tinha pegado ela. Ela veio correndo e o cara atrás dela até aqui na porta da rua”.

O pai da Família 20 (Grupo 02) referiu que caso tivesse solicitado apoio do “Comando” (sic) para resolver a questão da violência sexual sofrida pelo seu filho de 10 anos, a justiça teria sido feita no “tribunal” com a punição de morte, ao contrário da leniência da polícia que não tomou medidas judiciais por não haver flagrante:

[Pai]: *“A gente tem Deus? Tem. A gente tem medo? Medo eu não tenho, eu evitei. Porque se o cara vem ‘pra me fazer’, eu vou ‘fazer ele’, eu não vou esperar. Não tem essa! Eu não vou querer saber das consequências, mas vim pra cima do meu filho ou da minha filha, vai dar merda! Se ele tocar nele, eu vou atrás dele! Porque quem estava focando na maldade na nossa família era ele. (...) Eu já tentei fazer uma coisa para ajudar e o policial olhou pra mim e falou: “É porque você denunciou,*

é uma coisa muito grave e páh!”, eu falei: *“Meu, eu não ia perder o meu tempo aqui com você, não! Eu ia entregar na mão do Comando!”*, desculpa o palavrão, mas eu fiquei com raiva dele porque ele já estava a favor do cara também [a favor do estuprador]”.

[Pesquisadora] *E o que te fez não entregar na mão do “Comando”?*

[Pai]: *“Foi Deus, né, eu sou pastor, eu não podia fazer isso. Deus não assina assim! Deus dá perdão até para o maníaco. Deus perdoa todos, ama todos de um jeito sobrenatural! Ele acredita na mudança do ser humano, diferente do homem. (...) As favelas que eu passei, eu convivi muito evangelizando, as favelas, o que a gente aprende? A gente abraçou traficante, evangelizando homossexual, cada um com a sua opinião, a gente ama de verdade mesmo (...). A gente sempre respeitou, mesmo assaltantes, traficantes... Eu vi traficantes contar dinheiro, “olha, a gente recebeu aquele político lá e tal” [propina], eu vi coisa louca! Eu vi uma mãe de um traficante, um garotinho de 10 anos, ela deu uma arma e mandou ele pipocar o cara que estava devendo a biqueira “vai, costuma aí, já aprende!”. Então, se o cara ruim tem o poder de educar o filho dele na ruindade, eu vou educar o meu no bem, mano! E não só ele, mas outros também. Só tem que saber pra quem ajudar, porque se você fala uma coisa dessas para alguém dentro de uma igreja, “Ah, vá falar pros homis lá em cima!”... “O pastor lá falou que vocês ensinam os filhos ser mau!”... Aí, complicou! Então é um detalhezinho que a gente tem que ficar muito esperto, entendeu? Então o que aconteceu foi isso e a gente está esperando a resposta do que vai dar, né? E eu falei lá o quê? A gente tem que entender o seguinte, cara, eu falei para o policial, “vocês, a lei de vocês é uma bosta, nem ajuda vocês, nem vocês mesmos se defendem, então, eu já vejo vocês como menor do que o cu humano!”. Então eu não vou mentir não. Não adianta um médico se meter com o Comando, vai perder, um juiz vai perder. O negócio é jogar o jogo, respeitar mesmo, fazer o que pode, faz as leis aí, e se a lei é essa... A própria lei já é mansa para não confrontar os dois. Ninguém entende a lei. Diz que a lei é fraca, não é, mano! As pessoa faz uma lei assim para não ficar o confronto. Se o médico ter um poder de um cara desse, vai ficar o confronto, vai querer matar. Quem que vai matar? Quem que vai morrer? O mais fraco!”*

Para o outro caso de abuso relatado pelo pai da Família 20 (Grupo 02), medidas de punição foram tomadas pela facção, impedindo que a criança continuasse a sofrer violência:

“Então quando caiu na mão do Comando, que a avó entregou (...), o Comando pegou ele, teve um dia lá, quem chega é gente que não é da área, é gente que faz mesmo e está em todo canto. Chegou lá com umas bichona pesada assim, “E aí, cara, é tua vez, chegou!”, “Oh, deixa eu me despedir

dos meus passarinhos?”, o cara já estava sabendo. Então o ser humano está fazendo sabendo já. Isso que é triste, o cara nem se bate, não! Pra ele, quer ir embora mesmo. Então levaram ele. E a mãe parece que é da Bahia, nordestino ele, e a mãe divulgando, “Meu filho sumiu, desapareceu”. Então, eu não achei correto, mas aquilo deixou exemplo para muitos lá, não fizeram mais. Não pode ser uma gente ruim, você entendeu? Se fosse entregar na mão da polícia, depois ele ia sair, amanhã ele ia encontrar outra criança e continuar. E hoje ela está uma moça linda, eu ainda vejo esse pessoal porque são de Santo André e eles sempre circula, eu ainda vejo ela. Então, eu fico muito feliz em saber que ela está viva. Porque é uma tortura”.

Tanto a polícia quanto as facções conferem uma rede de segurança e proteção social coletiva para os moradores e seus pares, e de violência e controle das relações, às vezes aplicadas a situações legítimas e em outras não. Ambas buscam a legitimação das práticas de poder dentro das comunidades, havendo uma linha muito tênue entre as suas atuações, onde os grupos de traficantes acumulam dinheiro a partir da venda de substâncias ilícitas e tentam proteger os seus negócios da ação da polícia, mas também atuam em aliança através do recebimento de arrego pelos policiais. Os moradores ficam entremeados nestes tensionamentos de poder, com a expectativa de não se tornarem vítimas nas cenas cotidianas (Fernandes, 2019).

Apesar de existir proteção à comunidade, a ACS da UBS 3 relatou que os casos de violência contra mulheres e crianças são recorrentes, mas os profissionais não notificam o Conselho Tutelar por medo de represália da facção, a qual pode passar a impedir o trabalho dos ACSs na comunidade. Por exemplo, uma avó ateou fogo na neta adolescente, porém a equipe de enfermagem da UBS cuidou somente dos ferimentos, e não da preservação dos seus direitos. A ACS, ao encontrar a adolescente no território junto com a pesquisadora, lembrou-a de refazer o curativo. Uma adolescente de 14 anos estava grávida de um homem de 30 anos, mas a ACS optou por não denunciar ao Conselho Tutelar porque senão seria proibida de trabalhar naquela área. Além disso, se um abusador for um dos líderes das facções, ele não sofre sanções por violentar mulheres e crianças. Desta forma, diversas situações desumanas vão ficando no campo do *não dito*, silenciadas pela vigilância do poder paralelo, e pela omissão de figuras da lei que também se beneficiam financeiramente da parceria com o tráfico (Diário de Campo).

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), 30% das mulheres brasileiras sofreram algum tipo de agressão em 2022, e entre 2011 e 2021, mais de 49 mil mulheres foram assassinadas no país (IPEA, 2023). Entre jovens de 15 a 29 anos, a violência é a principal causa de morte:

“(…) indivíduos que não tiveram a chance de concluir sua vida escolar, de

construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem” (IPEA, 2023, p. 22).

Ressalta-se aqui o quanto a falta de oportunidades ocupacionais torna-se um fator decisivo para as condições de vida de crianças e jovens, os quais podem não ter a escola como espaço de construção de cidadania, e podem encontrar no tráfico uma das poucas possibilidades de sobrevivência e de existência.

A estrutura social é um dos determinantes da ocupação, e as pessoas usam a ocupação como mecanismo de sobrevivência e para produzir saúde e bem-estar. A falta de acesso a ocupações significativas ou para participar de atividades culturalmente definidas caracteriza-se como injustiça ocupacional, podendo desencadear efeitos negativos individualmente e do ponto de vista social, fazendo perdurar a situação de populações ocupacionalmente subdesenvolvidas (Townsend; Wilcock, 2004).

Experiências de injustiça ocupacional estão relacionadas a limitações nas oportunidades de viver ocupações enriquecedoras, e geram sensação de desconexão, de vazio e de falta de senso de identidade e de pertencimento. Isto pode se dar em casos de confinamento de refugiados deslocados de suas casas e culturas; empregos com condições degradantes, com baixos salários e em locais distantes dos familiares; pessoas institucionalizadas a longo prazo que são obrigadas a participar de ocupações que não fazem sentido para elas; isolamento geográfico de populações; situações de encarceramento (onde a punição acontece pela privação de algo para fazer); subempregos que não promovem inclusão social e significado; pessoas com deficiências ou doenças crônicas que são excluídas do mercado de trabalho; dentre outros exemplos (Townsend; Wilcock, 2004).

Desta forma, nota-se que há vários fatores que levam à processos de ruptura social, tais como a extrema desigualdade, a precariedade habitacional e a fragilização do trabalho (Lopes *et al.*, 2008), colocando as famílias e suas crianças e adolescentes em um lugar de distanciamento da cidadania, e impondo limitações quanto às oportunidades de construção de novas possibilidades de vida (Silva; Freitas, 2003).

Hammell (2020) destaca que:

“As questões de direitos ocupacionais, de negação dos direitos ocupacionais (ou seja, injustiças ocupacionais), e de iniquidades/equidades de oportunidades ocupacionais podem ser questões fundamentais para a terapia ocupacional internacional, cuja maior preocupação deve ser: como terapeutas ocupacionais efetivamente abordam os determinantes sociais da ocupação de tal maneira que todas as pessoas tenham as capacidades de se envolverem em ocupações que

contribuem positivamente para o próprio bem-estar e o bem-estar da sua comunidade, uma vez que são seus direitos” (p. 392).

Ressalta-se, contudo, que não há nenhuma linha causal entre juventude pobre e atos infracionais, sendo esta carregada de conotação estereotipada e ingênua, considerando-se ainda que estas práticas ocorrem em todas as classes sociais. O que existe é uma complexidade de contextos, relações e determinações políticas onde são encontradas violações de direitos da infância e juventude, o que pode favorecer para que haja envolvimento dos adolescentes com os grupos descritos (Borba, 2012).

Para Correia e Gonçalves (2021), “as assimetrias do poder e as desigualdades socioterritoriais, frutos da mercantilização da propriedade urbana, implicam injustiças e privações no envolvimento ocupacional cotidiano dos sujeitos sociais” (p. 2). A urbanização é um processo de classe, e apenas aqueles que têm dinheiro podem usufruir da cidade de forma privilegiada, uma vez que a qualidade de vida urbana está associada ao consumismo, ao turismo e à indústria da cultura (Harvey, 2012), além do sistema de proteção social através de políticas públicas que não alcançam a todos (Correia; Gonçalves, 2021).

As disparidades territoriais entre as crianças dos Grupos 01 e 02 foram visíveis, com barreiras estruturais que dificultam a mobilidade social para regiões com menores taxas de violência. O Grupo 02 convive cotidianamente com desafios relacionados à sua segurança, bem-estar, desenvolvimento social e infraestrutura, em uma condição de segregação espacial sem possibilidade de outras escolhas habitacionais. Já as crianças do Grupo 01 vivem menos intensamente o medo de violência, com um pouco mais de rede de proteção social do que nas comunidades, e onde o dispositivo de controle, opressão e invisibilidade não é tão manifesto.

Assim, a cidade possui uma dimensão ocupacional, com um espaço físico composto por diversos equipamentos (vias urbanas, meios de transporte, iluminação, parques, praças, edifícios, etc.) que possibilitam que as pessoas participem de atividades e da construção de redes de sociabilidade (Correia; Gonçalves, 2021).

É fundamental que as ações sejam feitas buscando-se a equidade ocupacional, com oportunidades ocupacionais disponíveis para todos, considerando-se os determinantes sociais da saúde e os fatores ligados ao bem-estar das populações (Hammell, 2020).

7.10 Tema 05 - Entre barreiras e possibilidades: interseccionalidade nas dinâmicas ocupacionais infantis

Após os subcapítulos anteriores discorrendo sobre fatores específicos que podem repercutir no repertório ocupacional infantil, este subcapítulo tem como intuito analisar outros possíveis impactos da desigualdade social na construção do repertório ocupacional infantil e, posteriormente, relacionar o conceito de interseccionalidade da socióloga Patricia Hill Collins com as experiências infantis relatadas pelos cuidadores, evidenciando como as múltiplas formas de opressão interagem e impactam a vida das crianças nos contextos sociais estudados nesta pesquisa.

Quando perguntado na entrevista se os cuidadores achavam que a criança tinha oportunidades suficientes para fazer coisas que fazem parte desta etapa da vida, as percepções foram as seguintes:

“(...) eu acho que ela está se desenvolvendo bem, no tempo dela, tem feito tudo dentro do programado tanto na escola quanto em casa, até porque ela fica muito tempo na escola, né, então eu acho que em casa seria bom aproveitar para descansar, porque a gente está numa fase, numa geração onde os pais querem entulhar as crianças de coisas, vai no ballet, vai para o inglês... e quando chega no final do dia, criança está cansada, e só encheu ela né... A criança passa o dia inteiro dela fazendo escolinha, e lá eles fazem dança, música, pintura, então não tem necessidade de eu tirar ela da escola, para levar para um ballet, para o inglês, agora. Futuramente a gente trabalha essa área, que é o que eu faço com o meu guri agora, de 13-14 anos. (...) Poderia ser melhor, mas acho que por enquanto eu consigo proporcionar para ela uma vida muito boa”.

Neste excerto, a Família 03 (Grupo 01) critica a tendência contemporânea de sobrecarregar as nossas crianças com um excesso de ocupações formais, diminuindo o tempo livre para brincar. A aprendizagem está acontecendo no tempo dela, respeitando o ritmo de aprendizado e crescimento da filha, valorizando o seu progresso natural de forma mais livre e equilibrada. O seu bem-estar físico e emocional está sendo priorizado, permitindo que ela tenha espaço para descansar e desfrutar de sua infância, mas deixando a possibilidade para explorar outras ocupações de interesse no futuro.

Esta fala gera uma problematização sobre as transformações atuais da infância. A partir da década de 1990 muitas mudanças vêm acontecendo. Enquanto as crianças das décadas de 60, 70 e 80 podiam brincar livremente na rua em jogos de grupo, brincadeiras de faz de conta, interações com a areia e com as árvores, amarelinhas e bets ensinadas na rua sem a intermediação dos adultos, a infância contemporânea está marcada pelo acesso irrestrito à mídia e aos eletrônicos, pelo

consumismo exacerbado, estresse, obesidade e transtornos psiquiátricos tratados de forma medicamentosa (Viana, 2018).

Por um lado, as crianças nunca foram tão valorizadas pelos adultos, com expectativas e planejamento para o seu desenvolvimento, e com diminuição dos castigos físicos das épocas anteriores, mas trata-se também de adultos que estão terceirizando a educação, superestimando a escola e o ensino formal em detrimento da construção de valores relacionados à cidadania (Viana, 2018). Viana (2018) caracteriza este processo como um quadro de institucionalização e cerceamento.

Além do aumento das mídias visuais nos séculos XX e XXI, outras mudanças sociais influenciaram a infância positiva e negativamente, tais como a presença das mulheres no mercado de trabalho, a diminuição da idade de entrada na escola, o aumento do calendário escolar e do ensino integral, a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares, o crescimento da publicidade infantil e dos produtos para crianças, o aumento do trânsito e da violência nas ruas, o acesso das crianças ao celular e à internet com conteúdos adequados e inadequados, e agendas extensas de horários em outras atividades, com menor interação com a comunidade. Assim, ocorre um cerceamento de tempo e espaço, com restrição da liberdade de expressão, da criatividade e do tempo de descanso, estimula-se a cultura da agenda, a vida torna-se coletiva e institucionalizada na maior parte do tempo, com pouca atenção individualizada para as necessidades das crianças, e com excesso de vigilância dentro das escolas em uma rotina direcionada (Viana, 2018).

Observa-se que tais transformações geram grandes implicações nas ocupações infantis, alterando os espaços e os tempos das crianças para o desenvolvimento de suas habilidades e exploração do mundo, revelando uma infância marcada pela tensão entre avanços e retrocessos. Embora a estrutura educacional atual ofereça oportunidades de aprendizagem e proteção em contextos marcados pela desigualdade social, ela também reduz a autonomia das crianças para explorar suas ocupações de maneira menos mediada.

O excesso de atividades extracurriculares reflete uma preocupação contemporânea em maximizar o potencial das crianças desde cedo, o que pode prejudicar seu bem-estar físico e emocional com cargas horárias extensas. A priorização de atividades estruturadas em detrimento do tempo livre reduz as possibilidades do brincar livre, do descanso e do desenvolvimento de habilidades de forma natural e exploratória, tornando-se um empecilho para o desenvolvimento de repertórios ocupacionais equilibrados.

A proliferação de dispositivos eletrônicos transformou as ocupações infantis, inserindo novas formas de lazer, mas também fomentando o sedentarismo, o estresse e a dependência tecnológica, e substituindo as atividades lúdicas, comunitárias e na natureza que são importantes

para a formação de valores sociais. A entrada das mulheres no mercado de trabalho foi um enorme avanço no sentido da igualdade de gênero e no acesso a direitos, mas pode gerar uma lacuna na atenção individualizada para os filhos. Ao mesmo tempo, a maior proteção aos direitos da criança tem o potencial de ampliar as oportunidades ocupacionais para crianças em contextos de vulnerabilidade.

O foco excessivo no desempenho e na produtividade pode criar ambientes competitivos e estressantes, desconsiderando a importância do descanso e do lazer no desenvolvimento infantil. Desta forma, cria-se uma restrição na diversidade de ocupações que as crianças podem ter acesso, limitando a construção de identidades ocupacionais ricas e flexíveis. Assegurar um repertório ocupacional diversificado, significativo e equilibrado tem a ver com a valorização do tempo livre e do brincar, com o reequilíbrio entre a vida escolar e familiar, com o envolvimento da criança nas decisões sobre suas atividades e preferências, e com a garantia de espaços comunitários acessíveis e seguros.

“Tem [oportunidades], mas ele não quer saber, né? Fazia (...) Robótica. Não quis. Ele falava assim, “Quem quer é meu pai, meu pai que quer”. Então ele não faz, não é porque, tipo assim, não temos condições, é porque ele não quer, Carina, sabe (...). Porque o pai falou, “filho, eu não tive essas oportunidades, de poder fazer natação, fazer futebol, fazer um curso”, né, porque a situação mesmo, nós mesmos, eu também não tive, (...) a gente não tinha condições, né, ‘malemá’ conseguia estudar. Era luxo, imagina. Imagina que ia de transporte para a escola. ‘Malemá’ tinha a conguinha lá, o tenizinho para ir para a escola, filha. “Então, filho, você tem tudo”, e não dão valor, né, mas é assim, né, não tem jeito, e a gente acaba estragando porque a gente acaba fazendo o que eles querem, né, mas fazer o quê... Fazia natação, e era um bem para ele mesmo, que tinha problema de rinite, sinusite, ele respirava pela boca, começou a fazer natação, começou até melhorar a respiração. Mas aí passou de um nível que ia ter que dar braçadas maior, em vez de ficar contente, né, não. Eu não vou ficar pagando uma coisa que não é barato, você põe R\$ 200,00 de natação, R\$ 230,00 de transporte, lá no outro era R\$ 220,00 de curso de inglês, quando vê você dava quase R\$ 1000,00 e ele nada queria. (...) “Puxa, seu pai trabalha o dia todo, sabe, chegar aqui e você não mostrar interesse”, né, então é melhor sair. Porque pagar e você não estar, não estar contente, então vamos sair, né. E aí as coisas foi apertando mais, que quando tinha a [minha] mãe, a mãe ajudava, né [financeiramente], e agora sem ela, tudo, e as coisas está difícil, né, filha, gente do céu, cada vez ficando pior [o custo de vida]. “Filho, você tem a chance de poder querer ser alguém”, o pai falou, “Você precisa estudar para você poder ser alguém na vida”, não assim, menosprezando que nem no caso, “Ah, eu vou ser atendente do McDonalds”, menosprezando quem

trabalha sendo atendente (...), mas você tem a oportunidade de poder estudar, de ser alguém, né, na vida, assim, de ter um estudo, porque muitos, nós, eu mesma não tive essa oportunidade, né, tipo, de fazer faculdade (...), então desde cedo já fui trabalhar, eu já trabalhava para colocar dinheiro dentro de casa para ajudar, né, e o meu filho não, ele tem essas oportunidades, mas ele não aproveita, né...”.

Neste trecho, a Família 04 (Grupo 01) revela uma mistura de sentimentos de frustração, preocupação e lamentação em relação ao filho de 12 anos e às oportunidades que ele tem, mas não aproveita. Ele tem acesso a diversas oportunidades educacionais e extracurriculares, mas não demonstra interesse ou motivação para fazer outras coisas a não ser em estar no celular para ver vídeos e jogos. A mãe contrasta a situação atual com a dela própria na infância, onde ela não teve acesso a tantas oportunidades devido às limitações financeiras da família, enquanto o Gabriel parece não valorizar o que lhe é oferecido. Há uma clara preocupação com o futuro e o desenvolvimento educacional e profissional do filho, misturada à sensação de impotência diante da falta de motivação dele.

Para Davis e Polatajko (2006), quanto maior a motivação para participar, maior será a competência ocupacional para a ampliação do repertório ocupacional. Há então dois fatores que interferem diretamente nesta questão: a exposição ocupacional e as expectativas ocupacionais, havendo um senso de motivação quando há um equilíbrio entre as habilidades da criança, o ambiente e a ocupação. As expectativas ocupacionais estão ligadas a fatores culturais que estabelecem que indivíduos devem exercer certos tipos de ocupação, de acordo com faixas etárias específicas, e quais ocupações são validadas pela cultura.

Tanto as capacidades cognitivas e físicas inatas, como os fatores ligados ao temperamento e à personalidade, como a paixão e o compromisso, influenciam no desenvolvimento ocupacional do indivíduo. A ocupação está intrincada ao fazer, portanto exige a participação ativa do indivíduo, e quando essa participação está diminuída, o desenvolvimento ocupacional pode ficar afetado (Davis; Polatajko, 2006).

“É, eu acho assim que às vezes até falta sim alguma coisa, porque a gente não tem nem muita condição pra tá podendo arrumar ele pra tá fazendo essas coisas, né? Então, mas têm coisas que eu queria dar pra ele fazer, né? Às vezes um esporte mesmo, como eu te falei, né? Mas, é isso! Porque as condições da gente não dá para muita coisa. A gente depende de dinheiro e às vezes se eu for fazer uma coisa pra ele, eu fico devendo o aluguel, a água e luz, então não dá, né? Então, a gente tem que ver primeiro o necessário.

Família 15 (Grupo 01), relatando que as condições financeiras limitam suas opções de proporcionar um repertório ocupacional mais amplo para o neto, impossibilitando o investimento em interesses específicos dele.

Embora a família exerça uma centralidade na vida da criança e seja destaque no Estatuto da Criança e do Adolescente (Silva; Costa; Nascimento, 2019), a desigualdade de renda entre as famílias e a omissão do Estado provocam situações de vulnerabilidade social macro sistêmicas que se refletem em uma violência estrutural (Stacciarini, 2013).

Com a transição democrática do país após o fim da ditadura militar em 1985, nenhum governo assumiu a questão social e suas consequências como o princípio básico da estruturação dos planos administrativos do país. Os movimentos sociais conquistaram mudanças constitucionais significativas com a prerrogativa de defesa dos direitos sociais, porém uma parte desses ganhos foram subtraídos pela agenda neoliberal, a qual impede a manutenção da proteção social (Yamamoto; Oliveira, 2010).

Embora as políticas sociais tenham modificado a conjuntura de pobreza e de destituição da população, as medidas políticas aprofundaram a lacuna entre os mais ricos e os mais pobres, e a lógica da solidariedade social foi instaurada como uma forma de desresponsabilização do Estado. Os investimentos são insuficientes e mal aplicados, as políticas são fragmentadas e desarticuladas de forma a não retirar efetivamente as pessoas da situação de pobreza, e focalizadas naqueles com maior precariedade nas condições de vida e excluindo um grande contingente de pessoas que precisam do PBF, por exemplo. A saúde e a educação são de baixa qualidade e não potencializam as condições de vida dos beneficiários. Portanto, as políticas sociais funcionam de forma compensatória, com ações descontinuadas, e insuficientes para transformar o quadro social de pobreza que circunscreve a sociedade brasileira (Yamamoto; Oliveira, 2010).

Além disso, este excerto traz uma reflexão sobre a mobilidade intergeracional, a qual se refere ao fato de o sucesso socioeconômico de um indivíduo ser menos dependente do sucesso socioeconômico de seus pais. A baixa mobilidade pode levar a um potencial humano não realizado e à má alocação de recursos, pois pessoas com ótimas habilidades provenientes de famílias desfavorecidas são excluídas das oportunidades. Políticas que geram maior mobilidade intergeracional são mais voltadas para um crescimento inclusivo. Países com características relacionadas a altos indicadores de saúde, com maior número de professores por aluno e menores taxas de evasão escolar, mais urbanizados, com menor extensão territorial, e com menores taxas de segregação residencial, apresentam maior mobilidade intergeracional (van der Weide *et al.*, 2021).

A mobilidade intergeracional de renda vem se mantendo estável quanto aos indicadores na maioria dos países, isto é, sem mudanças significativas na posição socioeconômica entre pais e filhos, e a ampliação do acesso à educação nas últimas décadas não foi um fator suficiente para

gerar maior movimento e fluidez na distribuição de renda. É importante que haja não apenas reformas educacionais com o oferecimento de ensino público gratuito, mas também alterações na estrutura econômica, na distribuição de poder entre os grupos, melhoras salariais, e mudanças nos impostos e na redistribuição de recursos pelo governo (Cruz, 2024).

“Acho que ela tem todas as oportunidades, né? Tem mãe, que leva, tem carro... A gente, talvez encaixar uma outra coisa na agenda que ela queira, mas não falta oportunidade para a idade dela, para onde ela está”.

O relato da Família 10 (Grupo 01) expressa uma perspectiva otimista e engajada em relação à criação de um repertório ocupacional significativo para a filha de 11 anos. A fala destaca o esforço ativo dos responsáveis em utilizar os recursos disponíveis, como acesso a transporte, suporte materno e flexibilidade na organização das atividades, para garantir que ela tenha oportunidades variadas e alinhadas aos seus interesses e necessidades.

Nota-se aqui o impacto positivo da disponibilidade de recursos materiais, sociais e emocionais na ampliação do repertório ocupacional. O acesso a um ambiente que oferece suporte consistente permite que a criança explore diferentes experiências em atividades recreativas, culturais ou educacionais, o que contribui para o seu desenvolvimento ocupacional. Além disso, o compromisso de inserir outras atividades que ela deseja reflete uma postura atenta e aberta às demandas e interesses da criança, promovendo autonomia e participação ativa em suas escolhas.

Este contraste ilustra como a desigualdade social influencia diretamente o alcance de oportunidades ocupacionais das crianças, reforçando a importância de políticas públicas e intervenções que garantam condições mais equitativas para o desenvolvimento pleno e enriquecedor, diante do seu contexto socioeconômico.

“Eu, eu acho assim... é que nem eu falo. Desde muito pequena eu sempre corri atrás de, de tudo, assim, que fosse... que estivesse no nosso alcance. Então eu sempre... lá na onde a gente morava ela fazia vôlei e tal... só que financeiramente falando, se a gente fosse, fosse pagar todas essas atividades, não tem como, né... Mas, mas porque a gente fez uma escolha também, né? De comprar a casa e tal... Mas assim, porque eu falo, eu sempre toco nesse ponto com ela, “Você quer fazer? A gente vai atrás, a gente corre atrás”, a gente procura uma forma de fazer, né? Então, mas eu acho que ela tem... tem sim. Eu acho que se tivesse um dinheirinho a mais, a gente teria mais coisas

(risos). Mas só uma pessoa trabalhando também [o pai], é muito complicado, nesse período aqui de, né, financiamento, essas coisas, não é fácil, né? Mas está certo... ”.

Família 06 (Grupo 01), reconhecendo a situação financeira atual e com disposição para procurar alternativas para *o fazer* dentro das possibilidades da família, mostrando um compromisso em oferecer o melhor ambiente possível para o desenvolvimento da filha de 13 anos.

A construção do repertório ocupacional é um processo “dinâmico e situado” (Parnell; Whiteford; Wilding, 2019, p. 443). Estes autores discutem o fato de que o conceito de tomada de decisão ocupacional, em vez do conceito de escolha ocupacional, pode representar melhor como as pessoas criam o seu repertório ocupacional ao longo da vida. Fazer uma escolha requer que a pessoa tenha pelo menos duas alternativas preexistentes, e que não é preciso criar novas possibilidades necessariamente. Já a tomada de decisão abrange melhor a complexidade da natureza ocupacional do ser humano, uma vez que envolve o investimento emocional do indivíduo, responsabilidade e comprometimento, em meio às várias influências do ambiente cultural, político e socioeconômico na medida em que o indivíduo assume novos papéis ocupacionais.

Pereira (2019) também considera que os indivíduos podem florescer em suas ocupações, em uma vida com significado e propósito, a depender dos recursos pessoais, sociais, culturais e materiais existentes.

Portanto, compor um repertório ocupacional é um processo “desafiador, criativo e complexo” (Parnell; Whiteford; Wilding, 2019, p. 446), sendo moldado pelas decisões ocupacionais, as quais apresentam uma natureza contextual. Além disso, a tomada de decisão se relaciona com a questão de capacitar as pessoas a serem agentes ativos no engajamento ocupacional durante a vida.

Neste âmbito das ocupações humanas, há também o constructo do potencial ocupacional, que se trata de um fenômeno humano dinâmico e multidimensional relacionado às necessidades e capacidades de uma pessoa, e que é influenciado pelas características pessoais do indivíduo e pelo ambiente. Ele pode ser descrito como: “a capacidade das pessoas de fazer o que é necessário e o que elas têm a oportunidade de fazer, para se tornarem quem elas têm o potencial de ser” (Wicks, 2005, p. 137), reconhecendo as capacidades pessoais e também as restrições nas opções ocupacionais advindas do meio.

Na medida em que as capacidades são desempenhadas durante os estágios da vida, o potencial ocupacional se desenvolve, de forma fluida e bastante imprevisível, já que depende de inúmeros fatores. Alison Wick (2005) sugere que quando as crianças recebem apoio, oportunidades de se desenvolver e acesso à educação, isso facilita o desenvolvimento do potencial ocupacional na adolescência e na vida adulta. E como na fase adulta as pessoas têm mais recursos, habilidades e

experiência, podem buscar um equilíbrio entre aquilo que querem fazer e que precisam fazer, maximizando o potencial ocupacional. Por outro lado, se os indivíduos passarem por processos de privação de participação ocupacional significativa, o potencial ocupacional também fica limitado (Wicks, 2005).

O significado da vida é construído em torno das ocupações, das experiências da vida cotidiana (Hasselkus, 2018). Townsend (1997) refere que nas culturas ocidentais, as ocupações dos adultos têm por função gerar renda, cuidar da casa e dos filhos, e fornecer uma identidade através de habilidades para o trabalho. A ocupação “é um processo ativo de viver: do início ao fim da vida, nossas ocupações são todos os processos ativos de cuidar de nós mesmos e dos outros, aproveitar a vida, e ser social e economicamente produtivo ao longo da vida e em vários contextos” (Townsend, 1997, p. 19, tradução nossa).

Ademais, a ocupação tem um potencial de transformação pessoal e social, na medida em que se faz um uso consciente da ocupação para os processos de crescimento pessoal e para a interação interpessoal, e para os processos emancipatórios de equidade e justiça. A ocupação com fins econômicos tem sido preponderante na sociedade, porém ela pode ser transformadora quando há propósitos criativos (como a arte e o teatro), contemplativos (leitura, meditação), ou de ampliação do senso de comunidade (limpar espaços públicos, defesas políticas, etc.) (Townsend, 1997).

“Eu acho que falta, falta sim. Na escola, ele um dia chegou e falou, ‘Vó, eu acho que eu não tenho muito amigo porque eu não consigo correr igual a eles, brincar igual a eles, então eles não quer brincar comigo’. Ai é pesado, né...”. – [Família 11, Grupo 01].

Aqui a avó ressalta que a exclusão percebida cria um senso de não pertencimento no espaço escolar e um sentimento de falta de capacidade, pelas condições psicomotoras e respiratórias do neto de 07 anos.

Um ambiente social afirmativo, de apoio e aceitação, onde as pessoas se sintam aceitas por serem quem são independentemente de suas capacidades, é fundamental para criar um senso de pertencimento e incentivar a confiança para o indivíduo se engajar em novas ocupações. Quando as necessidades de ser e de pertencer são atendidas, há um impacto direto no desempenho ocupacional. Isto é, o ambiente exerce alta influência para o significado e a experiência da ocupação na vida das pessoas (Rebeiro, 2001).

Haim-Litevsky, Komemi e Lipskaya-Velikovsky (2023) encontraram em seu estudo que há uma inter-relação entre a participação em ocupações com o senso de pertencimento e de conexão,

demonstrando que o fenômeno de pertencimento e conexão é universal e aparentemente uma necessidade humana básica no contexto de bem-estar e participação na vida diária.

“Eu morava lá na Major Carlos del Prete, aonde enchia de água, e a gente perdia tudo, tudo, tudo o que você imaginar. A gente perdia roupa, assim, ó, adoidado. Eu era pequena, mas eu ainda lembro das coisas. Ainda falei assim para ela, então você está bem na frente de mim e do seu pai, você tem a oportunidade de ter algumas coisas, né, é um sapato, uma roupa, um passeio... Na minha época não, eu entrava de férias, eu tinha que cuidar do meu irmão, porque minha mãe tinha que trabalhar. As férias era em casa, brincava ali com o que tinha, e estava tudo bem, né? E hoje, que nem, eu falo, eles pedem, pedem, pedem, mas é que nem eu falei para ela, nem tudo o que o vizinho tem, ou nem tudo o que você vê, você vai ter, né? A gente não é rico para dar tudo para você. (...) Que nem eu falo para ela, tem que estudar, (...) a gente não tem como ficar sem estudar. Se não estudar, não tem emprego, né? E eu falei para ela, o objetivo que a gente precisa que ela tenha é um bom estudo e lá na frente uma boa faculdade. Para que ela tenha um caminho diferente do meu. Eu não tive oportunidade de fazer faculdade, porque eu tive que começar a trabalhar para ajudar minha mãe, então eu já não tive isso. Eu não tive assim, “Olha, você vai escolher, você vai trabalhar ou você vai fazer faculdade”. Não, eu não tive essa escolha, eu tive que ir trabalhar. Para a gente sobreviver, né? E já ela, se Deus quiser, a gente está correndo atrás para isso, para que ela tenha um bom caminho de tudo e seja uma boa menina, né?”. – [Família 12, Grupo 01].

Neste excerto a mãe ressalta as limitações nas escolhas ocupacionais que ocorreram na sua infância impostas pelo contexto socioeconômico. A narrativa evidencia como os fatores estruturais, como a necessidade de trabalho precoce e a precariedade de recursos financeiros influenciaram as suas possibilidades e restringiram as suas opções de estudo e lazer. A mãe refletiu sobre as suas vivências e utilizou-as para transmitir valores e prioridades para a sua filha de 09 anos, buscando proporcionar à próxima geração as oportunidades que lhe foram negadas, como o acesso à educação contínua e a chance de fazer escolhas mais amplas em relação ao futuro.

A fala também ilustra aspectos que se relacionam com o Paradigma Social da Ocupação Humana (Morrison Jara, 2018), ao conectar as escolhas ocupacionais individuais com as condições contextuais e às estruturas sociais.

Destacam-se os esforços intergeracionais para romper ciclos de desigualdade e promover mobilidade social, ainda que os desafios permaneçam. Este relato é um exemplo de como a ocupação é moldada não apenas por fatores individuais, mas por dinâmicas sociais, econômicas e culturais que atravessam as gerações.

“É o que eu falo, ela tem tudo, o pai dela dá tudo para ela. Na minha época, não. O meu pai não tinha condições de dar nada, era tudo aquilo contadinho. Não faltou nada. Mas era contado. Então, por isso que eu saí para trabalhar cedo, porque para eu ter as minhas coisas”. [Família 17, Grupo 01].

O excerto desta mãe destaca uma mudança significativa na mobilidade social entre as duas gerações. Enquanto as suas condições na infância foram marcadas pela necessidade de começar a trabalhar cedo para suprir suas necessidades pessoais, a filha de 13 anos agora vive uma realidade diferente, com acesso a recursos e bens que antes não eram possíveis. Essa narrativa sugere que houve um rompimento com o ciclo intergeracional da pobreza, em que a melhoria nas condições materiais e financeiras da família refletem uma infância menos marcada por restrições econômicas, em um esforço conjunto da família para criar um ambiente mais estável e seguro para o desenvolvimento da filha.

Contudo, o relato também revela que mesmo em contextos de pobreza, as estratégias familiares buscavam assegurar o essencial, ainda que com limitações. Esse contraste reforça a relevância da superação de barreiras econômicas para ampliar as possibilidades ocupacionais e educativas na infância. Do ponto de vista da análise do impacto da desigualdade social no repertório ocupacional infantil, o relato evidencia como a melhoria das condições socioeconômicas pode expandir as oportunidades ocupacionais das crianças, permitindo-lhes uma infância mais orientada ao lazer, à educação e ao desenvolvimento pessoal, ao invés de serem inseridas precocemente em contextos de trabalho para contribuir com a renda familiar. Essa transformação reflete o potencial de ações familiares e sociais para alterar trajetórias de vida em um contexto de desigualdade estrutural.

“Sim. É um dos motivos de eu buscar a [graduação em] Terapia Ocupacional, para eu poder proporcionar situações melhores para eles, porque querendo ou não, a gente vive numa cidade que tem muita desigualdade social. Querendo ou não, hoje o capitalismo predomina muito. “Ah, o meu filho tem um tênis melhor!”, então fica essa competição, os amigos deles são maravilhosos, só que se eles mudam de escola e não tem o mesmo convívio, pode ser que eles não entendam a situação financeira que a gente tem hoje. Eu queria levar eles todo final de semana para algum lugar diferente, proporcionar comidas diferente, experiências diferentes, poder viajar mais, então assim, dentro do limite que eu posso hoje, eles têm bastante oportunidade, ele consegue fazer um esporte, ele consegue estudar numa boa escola, ele consegue ter uma boa comida, uma caminha legal, dentro do limite que eu posso hoje. Só que eu queria proporcionar mais, entende?” – [Família 19, Grupo 01].

O discurso da mãe revela uma reflexão interessante sobre o impacto da desigualdade social nas oportunidades que ela pode proporcionar aos dois filhos e como isso molda a sua perspectiva ocupacional e educativa. A participante destaca que a desigualdade na cidade de São Caetano influencia diretamente nas relações interpessoais e nas percepções dos filhos sobre consumo e status. Essa conscientização sobre a predominância do capitalismo e as pressões sociais ligadas ao consumo reflete a sua preocupação em equilibrar as aspirações materiais e os valores que deseja transmitir aos filhos.

A escolha de cursar Terapia Ocupacional não é apenas um objetivo individual, mas também uma estratégia para criar um ambiente mais favorável para os filhos. Isso demonstra uma visão intergeracional, onde a mãe busca romper barreiras econômicas para oferecer melhores condições de vida às próximas gerações. Embora ela já proporcione a eles o acesso a uma boa escola, alimentação e atividades recreativas, ela expressa o desejo de expandir essas experiências. Esse anseio reflete as dificuldades enfrentadas por famílias que, embora não vivam em uma condição de extrema pobreza, ainda enfrentam desafios significativos para atingir um padrão de vida mais elevado em um contexto de desigualdade estrutural.

A participante também menciona a influência que as mudanças nas condições financeiras ou nos círculos sociais podem ter sobre a compreensão das crianças, revelando uma preocupação com o impacto emocional da desigualdade social e o desejo de preparar os filhos para enfrentar essas diferenças sem se sentirem marginalizados. O relato enfatiza que a desigualdade não afeta apenas as oportunidades ocupacionais, mas também as interações sociais, as aspirações e o bem-estar emocional.

A mãe procura ativamente proporcionar aos filhos um ambiente enriquecedor dentro das suas limitações financeiras, garantindo o acesso a experiências que podem contribuir para o desenvolvimento integral das crianças. Esse esforço evidencia como as escolhas ocupacionais dos pais, motivadas por uma busca por ascensão social e melhores condições de vida, podem diminuir os efeitos da desigualdade e ampliar o leque de ocupações disponíveis para as gerações futuras.

“Oportunidade tem, mas ele que tem que ter força de vontade para fazer as coisas, mas ele só pensa em rua. É só nisso que ele pensa”. – [Família 30, Grupo 02].

O excerto da mãe reflete uma preocupação com as escolhas ocupacionais futuras de seu filho de 12 anos, vinculando-as ao aproveitamento das oportunidades educacionais disponíveis. A mãe reconhece que existem recursos e oportunidades disponíveis para o desenvolvimento educacional e pessoal do filho, mas percebe que o engajamento é um fator essencial para aproveitá-

los. Isso aponta uma distinção entre ter acesso a oportunidades e ser capaz de utilizá-las de maneira produtiva.

A preferência do filho por passar tempo nas ruas ou vielas da comunidade, em vez de se engajar em atividades educativas, sugere o impacto das influências sociais e do ambiente imediato, comportamento este que pode ser resultado da convivência em um contexto em que as oportunidades educacionais são menos valorizadas em comparação com as interações sociais ou o cotidiano da comunidade.

A mãe demonstra inquietação quanto às escolhas ocupacionais futuras do filho, considerando que um foco excessivo em atividades não produtivas pode restringir suas opções e levá-lo a caminhos menos construtivos. Essa preocupação reflete a percepção de que o direcionamento para atividades mais educativas é essencial para romper barreiras socioeconômicas, e destaca a importância da autonomia e da responsabilidade individual no desenvolvimento de um repertório ocupacional mais diversificado, revelando uma visão em que, embora o contexto social seja determinante, a ação individual também é crucial para aproveitar as oportunidades disponíveis.

O contexto de desigualdade pode dificultar a motivação do filho para se engajar em novas ocupações, devido à falta de estímulos, expectativas baixas em relação ao futuro ou a pressão dos pares. Esses fatores podem criar um ciclo em que as escolhas imediatas, como passar o tempo na rua, parecem ser mais acessíveis ou satisfatórias do que o investimento na aprendizagem escolar.

Por outro lado, a mãe reconhece o potencial do filho, desde que ele se dedique a aproveitar as oportunidades. Essa percepção enfatiza a necessidade de intervenções que promovam o valor da Educação e de atividades construtivas, fortalecendo tanto o apoio familiar quanto a estrutura social para ajudar as crianças a expandirem seus horizontes ocupacionais.

Eu acredito que tudo é só organização de tempo dos pais, entendeu? Focar nessa organização do tempo. Tipo, no horário de trabalhar certinho, ali, domingo eu tô de bobeira, então, vamos embora brincar, preencher o lado, pegar o sol e descascar a pele um pouquinho [risos]. Cortar um pipa ali, a gente sente uma emoção qualquer brincadeira ali.... [Família 20, Grupo 02].

Este excerto sobre a ludicidade implicada no soltar pipa nos remete à origem dos brinquedos. Ao se pensar sobre como as crianças brincam, com que tipo de objetos, Pereira (2009) afirma que de um lado, a própria criança promove ludicidade para os objetos em suas construções imaginárias, como pedrinhas, pedaços de madeira ou tampas de panela se tornando tesouros, aviões ou arcos giratórios. De outro lado, brinquedo seriam os objetos produzidos por adultos e oferecidos para as crianças para estimular suas brincadeiras.

Nas sociedades pré-capitalistas alemãs do século XVIII, marceneiros faziam pequenos animais de madeira, caldeireiros faziam soldadinhos de chumbo, confeitheiros faziam figuras de doces, e fabricantes de vela faziam bonecas de cera. Já os brinquedos com materiais heterogêneos provenientes de manufaturas eram caros e faziam parte somente das classes sociais mais altas. Com a era da industrialização, o brinquedo passou a ser produzido de forma massificada, e com o distanciamento entre o produtor e o seu consumidor, a criança (Benjamin, 2002).

Os brinquedos de produção artesanal e os de produção industrial propõem então outra visão da infância, a partir de várias reflexões: o quanto o material utilizado na produção contribui para a durabilidade ou para a descartabilidade dos brinquedos, o quanto isso influencia na produção e no consumo, o quanto a produção se diferencia regionalmente, quais são as técnicas mais utilizadas para a produção dos brinquedos contemporâneos, quais são as relações de poder impostas pelas técnicas hegemônicas para as grandes e pequenas empresas, quais são as relações entre o consumo de brinquedos e a sustentabilidade ambiental, e porque este setor industrial se expande de forma contínua. Estes objetos estão em constante relação e tensionamento com a pluralidade da cultura brasileira (Pereira, 2009).

Pode-se pensar em processos ideológicos quando se observa brinquedos como os blocos “Pequeno Construtor”, a “Casa da Barbie”, móveis em miniatura para as casas das bonecas, ou do que brincavam as crianças imigrantes. A partir da década de 50 os postos de gasolina se expandiram durante um período desenvolvimentista, e quase todo o consumo brasileiro de petróleo era importado dos EUA, assim como os postos de gasolina em miniaturas de brinquedos vinham com marcas como Esso, Shell e Texaco. Isto é, há uma intrínseca relação entre a cultura brasileira e as culturas estrangeiras na comercialização de brinquedos, em meio a relações de poder. Questiona-se qual o lugar da cultura indígena e o quanto os brinquedos representam ou não a identidade brasileira. Assim como a cultura capitalista instaurou os brinquedos eletrônicos, e com personagens específicos de determinados países, como os animes japoneses. Se por um lado a globalização faz com que brinquedos variados estejam em qualquer parte do mundo, por outro sabe-se cada vez menos sobre a origem de cada brinquedo, em uma relação com a criança que é mediada pelo mercado para definir sobre a produção dos brinquedos. E se antes a relação era intermediada pelos pais, agora as crianças são consumidoras diretas (Pereira, 2009).

A pipa, em específico, corresponde a um fenômeno da vida cotidiana ligado a como se ocupam os espaços, como se relacionar com a natureza, e como protagonista de interações entre os indivíduos. Vem de culturas ancestrais, tendo sido uma forma religiosa de se aproximar dos céus, ligando o ser humano aos poderes divinos (Melo, 2016).

Os brinquedos feitos de forma artesanal é uma forma de afastar o brincar relacionado ao consumo, e aproximar a criança dos elementos da natureza, como pano, madeira, ferro, porcelana,

fibra natural, palha, bambu ou folhagens. Autores do livro “Brinquedos do Brasil: invenções de muitas mãos” descrevem sobre todo o universo simbólico, criativo e de faz de conta existente em bonecos de caixa de fósforos, cavalo de balanço, cavalinho de caule de pé de milho, cavalo de miriti, peteca, estilingue, carrinho de rolimã, móbile de pássaros, cobra e tatu articulados, barquinho de miriti, catavento, pião à manivela, jacarés e borboletas de empurrar, carro de lata de óleo com roda de chinelo havaiana, bonecos de sabugo de milho, carrinhos de sucata e outras engenhocas criativas (SESC, 2018).

Quando se pensa em culturas infantis, observa-se que durante muito tempo a “cultura dos adultos” ocupou o lugar de cultura universal, e a educação escolar tinha como papel transmitir a alta cultura burguesa e ocidental, sendo necessário praticar exclusões e silenciamentos, negar costumes locais e modos de vida, e delimitar as posições na hierarquia social. Porém, ao longo do século XX passou-se a se questionar essa concepção de “alta cultura”, que escolhia arbitrariamente determinados valores, práticas e hábitos como se estivessem dissociados das relações sociais, de classe, de gênero, raciais, políticas e religiosas, vislumbrando-se culturas plurais. Assim, surgiram novas concepções para grupos diversos que se contrapunham à concepção de uma cultura única e dominante, como subculturas, cultura popular, cultura de massas, cultura jovem, cultura negra, cultura feminina e culturas infantis (Barbosa; Richter, 2022).

Na medida em que todas essas culturas estão relacionadas entre si e com a cultura dominante, e carregam a característica de resistência e de serem construídas neste espaço contraditório, as questões hierárquicas passam a perder o sentido. No caso das culturas infantis, a nova concepção de criança como sujeito produtor de cultura, criadora de significados para o mundo em que vive, abriu espaço para novas compreensões, em substituição à ideia da criança como aquela que apenas absorve o mundo e é determinada pelas culturas. Considerando-se que a brincadeira potencializa a cultura infantil, a cultura lúdica é viva e se reconstitui constantemente, de acordo com os hábitos lúdicos e com a individualidade de cada um dos participantes, fazendo movimentos no mundo a partir do brincar (Barbosa; Richter, 2022).

A experiência lúdica não é algo simplesmente adquirido, mas sim vivida, interpretada, construída e significada por cada grupo de crianças e por cada criança, em um contexto cultural situado. Assim, contextos que proporcionam oportunidades de exploração de brinquedos e materiais a serem transformados, incentivam o desenvolvimento das culturas infantis (Barbosa; Richter, 2022).

Neste sentido, para Batista e Lima (2023) é importante que a Terapia Ocupacional explore com as crianças o seu relacionamento com o mundo em que vivem, estabelecendo reflexões sobre os processos hegemônicos de consumo, de homogeneização dos sujeitos e de subalternização, construindo práticas emancipatórias e decolonizantes com crianças, intrincadas na relação entre o

brincar e a cultura popular.

“Quero que ela seja uma pessoa justa. Quero que ela seja uma pessoa boa, que seja justa, o justo anda sempre pelo certo e o correto não importa, entendeu? É isso que eu quero. E que ela seja independente, goste da escola e conclua. Porque o meu sonho era ser advogada, a minha mãe me tirou da escola e eu nunca repeti de ano, eu nunca tive uma nota abaixo de 9, era de 9 pra 10 (...). A minha mãe me tirou da escola para eu cuidar dos meus irmãos, para ela trabalhar, entendeu? E é isso que eu não quero para ela. Eu não quero ter filho para eu ter que estar pondo na rua para vender comida, para vender uma bala. Nem para estar faltando de escola (...). Já pensou se eu vou trabalhar, deixo os moleques dentro de casa preso o dia todo? E a escola? E a ‘responça’, entendeu?”. – [Família 31, Grupo 02].

A mãe revela uma visão sobre o impacto da desigualdade social na construção do repertório ocupacional infantil, articulando experiências pessoais passadas e aspirações para o futuro dos filhos, e demonstrando a relevância da Educação como meio de romper ciclos de pobreza e ampliar as possibilidades ocupacionais das crianças. A sua trajetória foi marcada pela interrupção dos estudos para assumir responsabilidades familiares, o que evidencia como a desigualdade pode limitar o acesso à Educação, uma das principais ferramentas para a construção de um repertório ocupacional diversificado.

Há uma tentativa consciente de romper com o ciclo de privação vivenciado na geração anterior, visando garantir que a filha de 08 anos conclua a escola e desenvolva independência, qualificações e valores éticos que possibilitem oportunidades ocupacionais mais amplas no futuro. Ao rejeitar a ideia de expor os filhos ao trabalho precoce, a participante demonstra uma crítica às condições sociais que perpetuam o trabalho infantil. A preocupação em assegurar que os quatro filhos tenham um ambiente seguro e estruturado, evitando a negligência ou o isolamento dentro de casa, ressalta a importância de uma rede de suporte adequada para o cuidado infantil, que muitas vezes é escassa em contextos de desigualdade.

Ao desejar que a filha desenvolva valores morais, a mãe articula não apenas uma preocupação com a ocupação futura, mas também com os princípios que orientam essa trajetória, sugerindo que a construção do repertório ocupacional está intrinsecamente ligada à formação de uma identidade ética e responsável. A fala destaca como a desigualdade social afeta não só as possibilidades práticas de ocupação, mas também os valores e expectativas transmitidos às crianças. A valorização da Educação e o esforço em oferecer melhores condições revelam que, embora as limitações do contexto socioeconômico sejam reais, o desejo de transformação e a priorização de

oportunidades para os filhos podem contribuir para a ampliação das ocupações, rompendo barreiras estruturais ao longo do tempo.

“Eu acho que ela tem tudo na vida. Ela não é filha do meu marido, mas quando a gente foi morar junto ela tinha seis meses, então, é como se fosse pai. E ela não tem o que falar. Eu acho que tem tudo em casa. Às vezes tem coisa de adolescente, ‘tem tudo, mas não dá valor’, que tem criança que não tem nada na vida e você tem tudo e não dá valor. Mas, eu acho que ela tem tudo, viu?! Ela tem tudo que eu não tive quando eu estava na idade dela. Eu vejo que ela está bem”. – [Família 35, Grupo 02].

A mãe destaca uma mobilidade social relativa, em que sua filha de 14 anos tem acesso a bens e condições que ela mesma não teve na infância, vivendo uma realidade significativamente mais favorecida. Esse contraste evidencia a mobilidade social dentro de um contexto limitado, onde melhorias nas condições de vida são perceptíveis, mesmo que a família continue inserida em um ambiente de desigualdade estrutural na comunidade.

Há diferenças nas percepções de valor, em que a mãe reconhece que a filha, como adolescente, pode não valorizar adequadamente o que possui, algo comum em contextos em que há um “choque de gerações”. Essa observação aponta para a forma como as experiências vividas moldam as percepções sobre oportunidades e bens. Para a mãe, que enfrentou privações, as condições atuais representam um avanço significativo, enquanto a filha, tendo crescido com esses recursos, pode não ter a mesma perspectiva.

A mãe demonstra um forte comprometimento com o bem-estar da filha, enfatizando o papel do padrasto como uma figura paterna desde cedo. Essa estabilidade familiar pode contribuir para a construção de um repertório ocupacional mais amplo, ao oferecer apoio emocional e material que a própria mãe não teve em sua infância.

Apesar de viver na comunidade, sua filha tem acesso a recursos que outras crianças na mesma situação não têm. Essa percepção de privilégio relativo sugere que, dentro de um mesmo contexto desigual, há graus de acesso a oportunidades que influenciam as perspectivas ocupacionais. A mãe também declara uma avaliação positiva do progresso alcançado pela Beatriz em relação às gerações anteriores, e essa satisfação pode ser interpretada como um reconhecimento de que, embora as barreiras da desigualdade social ainda existam, houve avanços significativos na qualidade de vida da filha.

A Família 33 (Grupo 02) abaixo colocou a questão da hipótese diagnóstica de Transtorno

do Espectro Autista e de sequela motora dos filhos como um fator, de certa forma, determinante para a incapacidade, embora ainda em contradição com a possibilidade de vislumbrar um futuro mais positivo:

[Mãe]: *“Eu acho que a questão dele de aprender, ele aprende muito fácil. É uma coisa que ele vai levar para a vida as coisas que ele aprende. Mas eu acho assim, eu não tenho assim esperança deles ter independência. Porque eu sei que eles vai depender de mim para o resto da vida, todos os dois. Tanto é que eu conto ele, se ele tiver realmente uma deficiência intelectual, eu não vou soltar ele no mundo para ele sofrer. Eu vou privar eles disso. Só”.*

[Pesquisadora]: *“É que talvez, assim, um diagnóstico em si não defina que ele vai ser incapaz, né? O que você sonha para ele no futuro? O que você gostaria que ele se tornasse?”.*

[Mãe]: *“Ah, eu não sei ainda, quem tem que saber é ele. Eu espero que ele cresça um pouquinho para ver o que ele vai querer, mas ele fala de ser médico. Ele enche o saco, fala que quer ser médico”.*

[Pesquisadora]: *“E tem alguma coisa que você gostaria pra ele?”.*

[Mãe]: *“Ah, o que ele quiser ser eu vou apoiar. Eu não vou interferir nessa questão dele querer uma coisa e eu outra”.*

A mãe demonstra preocupações profundas e expectativas misturadas em relação aos filhos, com uma crença firme nas habilidades de aprendizagem de seus filhos destacando o quanto eles absorvem conhecimento facilmente, ao mesmo tempo em que reconhece as limitações trazidas pelos diagnósticos e preferiria protegê-los de sofrimentos desnecessários. Apesar das preocupações com a independência, a mãe mostra uma abertura para apoiar os sonhos e aspirações das crianças, dando suporte para qualquer caminho que eles decidam seguir, navegando pelo conflito entre o cuidado protetor e a promoção do desenvolvimento pessoal de cada um, em um panorama de esperanças, medos e compromisso como mãe cautelosa e amorosa diante dos desafios apresentados.

Observa-se que o apoio familiar é um fator crucial na construção do repertório ocupacional, especialmente em crianças com deficiências, além da necessidade de práticas inclusivas, acesso a recursos educacionais e oportunidades adaptadas às suas necessidades.

O diálogo abaixo com a Família 31 (Grupo 02) ilustra como a violência e a privação

impactam profundamente o desenvolvimento do repertório de ocupações de uma pessoa, especialmente na infância, criando um ciclo de limitações e desafios intergeracionais:

[Pesquisadora]: *“Por exemplo, se a gente pensar assim, todas as oportunidades que você teve na sua infância, as brincadeiras, as pessoas com que você conviveu, as coisas que você aprendeu definiram a [mulher] que você é hoje, que é mãe, que é trabalhadora, que é esforçada...”*

[Mãe]: *“A verdade que define quem eu sou hoje é por tudo que eu sofri, não foi pela oportunidade não, foi pela falta dela. A falta dela, porque eu saí da casa da minha mãe muito cedo, já tive que trabalhar, você entendeu, com 14 eu já casei, com 16 eu já fui mãe, então, foi com base no meu sofrimento, são pessoas injustas que acusam você sem você ter feito, que fazem você pagar o preço que você não deve, então, hoje eu sou o que não foram para mim, foi diferente”.*

[Pesquisadora]: *“E o que foi tão difícil estar na sua casa, que você teve que sair tão cedo?”.*

[Mãe]: *“Por causa do meu padrasto. Ele me batia por nada, desde pequena era chicote, ele me batia com fio, bebia e me batia. E eu não podia comer, às vezes eu saía para pedir comida nas casas pra levar para dentro de casa, para ver se ele deixava eu comer, para ele ver que eu estava ajudando na renda e eu tinha de 9 pra 10 anos já. E mesmo assim, eu não podia comer, entendeu? Minha mãe trabalhava fora direto. Então, ele me batia mais quando ela não estava. Só que aí, teve uma vez que eu acordei e ele estava me alisando, (...) então eu avisei para a minha mãe. E minha mãe, eu falei para ela fingir que estava dormindo naquele dia pra ela ver. Eu gosto de falar, eu gosto de provar. Ela viu, simplesmente se pegaram ali no tapa, “Ah, eu não gosto disso!”, eu falei para ela: “Mãe, quer saber, é o seu marido, eu vou sair, fica com ele porque você depende dele pra ajudar com seus filho, né?”. Ela não queria que eu saísse, “mas eu vou sair, eu não vou falar pra você largar o seu marido”. Até porque se fosse eu, eu não esperava ninguém me falar, eu já colocava pra fora. “Então, eu não vou mandar você largar do seu marido, então fica com ele que eu vou sair”. Aí dali saí, à tarde toda eu ficava na rua, na época eu comecei a usar droga”.*

[Pesquisadora]: *“Como que você conseguia dinheiro para comprar a droga?”*

[Mãe]: *“Para porcaria não falta. Se você precisar de uma comida ninguém te ajuda, mas a droga, ainda mais na rua, é o que o morador de rua mais faz. Só que teve uma época que eu trabalhava, trabalhava, chegava e já usava”.*

[Pesquisadora]: “*E como você conseguiu parar de usar?*”

[Mãe]: “*Para parar de usar eu já me internei duas vezes. (...) Vai pra cinco anos já e não faz nem falta. Faz nem falta. Só que o meu maior vício é o cigarro. O cigarro é demais, demais, demais. É meu calmante, o cigarro. Estou igual a minha mãe, minha mãe teve uma época que não precisava nem almoçar, era só café e cigarro*”.

Este recorte do diálogo entre a pesquisadora e a entrevistada revela uma história de vida marcada por traumas, violências e luta por superação, onde a violência intrafamiliar e os castigos físicos cruéis moldaram a sua infância e adolescência de maneira extremamente prejudicial, levando-a a assumir responsabilidades precocemente, como buscar comida fora de casa para se alimentar, em meio a uma realidade de abusos e negligência por parte de seus cuidadores. Sua identidade foi forjada pela falta de oportunidades, sendo um retrato vívido das profundas cicatrizes deixadas pela violência e como essas experiências moldaram a sua vida e as suas possibilidades, desafios estes enfrentados por tantos indivíduos que sobrevivem à violência.

A violência doméstica é apresentada como um elemento central na trajetória dela, o que a obrigou a buscar meios de sobrevivência desde muito cedo, privando-a de experiências ocupacionais mais amplas e saudáveis, como brincadeiras, educação formal e interações sociais construtivas. Essa ausência de um ambiente seguro e de apoio impossibilitou-a de construir um repertório positivo dentro do que ela desejava para si. As condições de vida precárias na infância resultaram em decisões e caminhos ocupacionais limitados, como casamento precoce, maternidade na adolescência e o envolvimento com drogas. A continuidade desse ciclo evidencia como a desigualdade social e a violência estrutural dificultam a mobilidade social e o acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Apesar das dificuldades, a mãe conseguiu interromper alguns padrões negativos, como o uso de drogas por meio de internações e por determinação pessoal, demonstrando uma capacidade de resiliência e adaptação às circunstâncias adversas, mesmo que o impacto dessas experiências permaneça evidente em sua relação com o cigarro como “calmante”.

O repertório ocupacional da participante foi construído com base em sobrevivência e resistência, em vez de ser expandido por experiências enriquecedoras e educativas, onde as escolhas eram baseadas mais na necessidade imediata de sobrevivência do que em um planejamento para o futuro. A mãe expressa uma compreensão clara de como as suas experiências moldaram sua vida e demonstra um desejo de que seus filhos vivam uma realidade diferente, o que sugere um esforço em interromper o ciclo intergeracional de privação, buscando oferecer um ambiente mais seguro e oportunidades ocupacionais mais amplas para os filhos.

A falta de um ambiente seguro, de acesso a recursos e de apoio emocional cria barreiras que são difíceis de superar sem intervenções externas, como políticas públicas de proteção à infância, suporte psicológico e oportunidades educativas.

O Relatório de Desenvolvimento Humano Regional de 2021 ressalta que a violência afeta desproporcionalmente as populações que já enfrentam adversidades socioeconômicas, perpetuando a desigualdade em aspectos multidimensionais do desenvolvimento humano, como direitos, renda, saúde, educação e representação política, e ampliando o estado de privação. A América Latina e Caribe são as regiões mais violentas do mundo, com altas taxas de violência social, feminicídio e violência contra crianças (PNUD, 2021).

Na revisão narrativa de Poblete Almendras *et al.* (2024), embora não tenha sido encontrada uma relação direta entre o estresse tóxico devido a vários tipos de violências contra crianças, e o desempenho ocupacional (DO) na literatura analisada, observou-se que o DO é indiretamente afetado por conta da sua ligação com a saúde mental e o desenvolvimento infantil, os quais são fatores essenciais para a participação nas atividades diárias.

Javaherian-Dyding, Underwood e Kannenberg (2017) referem que indivíduos que sofrem violência doméstica frequentemente sofrem injustiça ocupacional, na medida em que são privados de se engajar em ocupações que desejam. O agressor estabelece uma relação de poder em que determina quais serão as rotinas do sobrevivente, além de impedir que as vítimas adultas e crianças interajam com amigos, brinquem, façam exercícios ou frequentem locais que tenham significado para os sobreviventes.

Nos resultados apresentados neste subcapítulo, observa-se que o ambiente social foi um aspecto integral à experiência de engajamento ocupacional. A provisão ou não de oportunidades dentro do contexto social foi um fator que encorajou ou limitou os participantes a vivenciarem uma variedade de ocupações. As condições internas das residências também foram um fator muito importante relacionado ao repertório ocupacional, na medida em que a falta de recursos como camas e locais para brincar e para estudar, modificam as ocupações infantis. O ambiente comunitário, com falhas nas políticas públicas para promover projetos enriquecedores, e a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência, também interferiram nas possibilidades de ocupações.

Arelado a isso, os marcadores sociais da diferença, como a localidade da moradia dentro da cidade, a condição habitacional, e a condição socioeconômica, se constituíram como fatores da interseccionalidade que contribuíram para a identificação da pluralidade de infâncias e das possibilidades para cada criança, dentro dos seus contextos sociais e familiares.

De acordo com Alvarez, Aquino e Caputo (2023), a infância se dá em condições estruturais formadas por intensas desigualdades, sendo necessária uma abordagem a partir do olhar da

interseccionalidade. Nos relatos das famílias foi possível observar interseccionalidades implicadas entre o ser criança, as infâncias, a condição de pobreza, os repertórios e as oportunidades ocupacionais. Questiona-se o quanto as crianças podem de fato fazer escolhas ocupacionais nesta conjuntura, uma vez que as situações de exclusão e do não direito à participação são fatores que se localizam fora do indivíduo, de modo que as pessoas são conduzidas para lugares possíveis, com opções limitadas pelas barreiras do apartheid ocupacional.

A interseccionalidade dialoga com tópicos diversos, como direitos humanos, neoliberalismo, identidade política, violência, sendo um ponto importante para compreender as camadas complexas da desigualdade, para a discussão sobre a equidade de direitos, e para a mudança social na perspectiva de uma justiça plural (Oliveira; Souza, 2016).

A interseccionalidade como ferramenta analítica serve como abordagem para a compreensão da vida e do comportamento humano enraizados nas experiências e lutas de pessoas em situação de privação de direitos básicos, e para estabelecer uma conexão entre a teoria e a prática para auxiliar no empoderamento de comunidades e indivíduos. Uma abordagem crítica significa criticar, rejeitar ou tentar a reparação de problemas sociais decorrentes de situações de injustiça social, buscando a autorreflexividade do pensamento, sentimento e ação sobre a própria prática, e se tornando aberto a iniciativas semelhantes. Mais do que descrever os problemas sociais, trata-se de se posicionar e propor alternativas para a mudança (Collins; Bilge, 2021).

Neste cenário, a identidade individual não é aquilo que se *tem*, mas sim algo construído socialmente, que varia de um contexto social para outro, e estes contextos são delineados pelas relações interseccionais de poder. Portanto, a identidade individual e coletiva não são fixas, modificando-se de acordo com as circunstâncias, além de serem performativas. Logo, ser simultaneamente mulher, negra e lésbica, por exemplo, abrange múltiplos aspectos da identidade individual, expandindo a subjetividade. Não seria então uma classificação do sujeito, mas entender a complexidade dos emaranhados de experiências interpessoais de gênero, sexualidade, raça, etnia e capacidade se relacionando com outros sistemas de poder, opressão e privilégio social, formando múltiplas identidades interconectadas e se construindo mutuamente. E então as pessoas se dão conta de que as suas experiências de vida ecoam nas experiências coletivas, ganhando consciência política coletiva (Collins; Bilge, 2021). As identidades não são separadas, mas sim sobrepostas, e junto com a posição social ocupada, moldam a vida das pessoas (Poverty and Inequality Commission, 2021).

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) comentam sobre a relação de poder em uma abordagem interseccional:

“O *domínio interpessoal do poder* refere-se ao modo como os indivíduos vivenciam a convergência de poder estrutural, cultural e disciplinar. Esse poder

molda identidades interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade que, por sua vez, organizam as interações sociais. A interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito” (Collins; Bilge, 2021, p. 30).

Logo, homens e mulheres de raças diferentes vivenciam o racismo de forma distinta, assim como mulheres de raças diferentes vivenciam o sexismo de maneira diferente, e a interseccionalidade tem como função elucidar essas experiências individuais não perceptíveis. Além disso, embora o pensamento social marxista considere a ‘classe’ como categoria fundamental para explicar a desigualdade econômica, sendo as outras categorias como complementos secundários, as análises interseccionais propõem algo mais complexo, indo além da categoria ‘classe’ (Collins; Bilge, 2021).

Existem efeitos diferenciais na produção de desigualdade para pessoas não brancas, mulheres, pessoas sem documentos, etc., as quais nunca desfrutaram da cidadania plena, que são analisadas sob o viés de mundo da elite acadêmica, e que assistem a desigualdade social destruir as suas vidas. A interseccionalidade reconhece que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, havendo muitas camadas para além de lentes exclusivas de raça ou classe, com interações entre as várias categorias de poder (Collins; Bilge, 2021).

A justiça social é inexistente em sociedades desiguais, nas quais as regras são aparentemente justas, mas são empregadas de maneira diferenciada por meio de práticas discriminatórias, como é o caso da democracia racial no Brasil, e quando geram resultados desiguais e injustos, quando por exemplo, em nações democráticas todos podem ter o direito de votar, mas nem todos têm acesso para fazê-lo, e os votos não têm o mesmo peso. Assim, a interseccionalidade é uma forma de investigação crítica que se utiliza das estruturas interseccionais para estudar muitos fenômenos sociais, desafiando a conjuntura tal como ela está dada para a transformação social pela equidade e diversidade (Collins; Bilge, 2021).

Não há uma experiência singular de ser pobre, e nem hierarquias ou soma de marcadores sociais da diferença, pois as desigualdades se multiplicam, se intensificam e se combinam de formas diferentes. A interseccionalidade permite entender as diferenças dentro e entre grupos de mulheres, grupos de pessoas com deficiência, etc. Uma pessoa pode experimentar ao mesmo tempo o privilégio de uma categoria de raça e a opressão da categoria de gênero (Poverty and Inequality Commission, 2021).

Na Escócia a política de combate à pobreza infantil passou a considerar os múltiplos fatores

sociais envolvidos no processo de desvantagem, os quais aumentam as chances de as famílias vivenciarem a pobreza. A análise deixou de ser unidimensional para ser interseccional, avaliando a sobreposição de identidades e posições sociais e elaborando políticas transversais de enfrentamento das diversas barreiras interconectadas que mantêm a situação de pobreza (Poverty and Inequality Commission, 2021).

Ao se pensar em políticas buscando formas justas de trabalho, é necessário considerar que há diferenças salariais para minorias étnicas. Portanto, as consequências econômicas são diferentes entre as pessoas, e a política deve abarcar as várias dimensões envolvidas no mercado de trabalho. Políticas que olham para um único eixo para lidar com as desigualdades são ineficazes, deixando grupos para trás, sem mecanismos para olhar para toda a complexidade da vida das pessoas. Uma abordagem propositalmente interseccional exige que as políticas sejam centradas nas pessoas, ao invés de serem determinadas por questões administrativas do governo, e somente assim poderão ter resultados mais significativos. Além disso, a análise interseccional impulsiona para que os formuladores de políticas olhem para a sua própria posição social, e isso determina como eles enxergam os problemas sociais e as soluções políticas (Poverty and Inequality Commission, 2021).

Embora nos tempos atuais haja o reconhecimento social da criança e a atenção à infância, na prática não há o direito de se viver a infância plenamente, diante de uma sociedade com diferenças extremas, com crianças em circunstâncias de exclusão de suas possibilidades de existência (Rocha, 2004).

A infância foi muito marcada pela invisibilidade e abandono até o momento em que a criança passou a ser considerada sujeito de direitos. E ainda sofre os efeitos dos processos coloniais, tendo os seus corpos e o seu futuro subordinados. O projeto moderno-colonial-capitalista é eficaz no mecanismo de retirar o status de humanidade dos indivíduos, subalternizando as infâncias, negando direitos e mantendo-as nas margens de exclusão, impedindo um futuro promissor. Nestes contextos marcados pela multidimensionalidade interseccional de violências, sustenta-se a pobreza infantil estruturante e fragiliza-se o respeito à identidade de crianças e jovens (Eyng; Pacheco; Padilha, 2023).

A autora indiana Gayatri Spivak discute os mecanismos da subalternidade, em que o subalterno é aquele que não tem voz nem consegue o seu espaço em um contexto capitalista, excludente e totalitário, ficando distante do centro hegemônico e dos intelectuais. A consciência do subalterno foi construída como sujeito colonial, pelo discurso ocidental de um projeto imperialista, e atravessado por interesses econômicos que reprimem e asfixiam o excluído, de forma que ele não tem autorização para falar, para narrar sua própria história. Mesmo porque não há nenhum valor atribuído ao subalterno, de forma que sua voz não precisa existir. E na condição de silenciado, precisa de um representante que fale por ele (Silva Figueiredo, 2011). Nesse sentido, as crianças em

situação de pobreza, de violência ou em conflitos armados têm voz, mas quem escuta...?

Também faz parte da política neoliberal culpabilizar as pessoas marginalizadas, como se as suas dificuldades fossem causadas por falhas pessoais e não por problemas socialmente estruturados (Hammell, 2023), além de negar que as ocupações são socialmente determinadas (Hammell, 2021).

Uma outra questão sobre os dados apresentados nos subcapítulos é que nos relatos das famílias nota-se que alguns desejos expressos pelos adultos e crianças parecem estar majoritariamente voltados para a lógica do consumo e do acesso a bens materiais, como brinquedos, celulares e outros itens que conferem pertencimentos sociais, especialmente em contextos marcados pela escassez e pela exclusão. Isso evidencia que pode não haver uma centralidade de demandas simbólicas associadas à transcendência, à espiritualidade ou à conexão com a natureza. O cotidiano dessas famílias é atravessado por urgências materiais, pela luta pela sobrevivência e pela busca de dignidade em condições mínimas de vida, e é nesse cenário que os desejos se organizam. Quando há uma constante privação, o consumo adquire um lugar simbólico de reparação, de pertencimento e de reconhecimento social.

Esse fenômeno também pode ser interpretado como um efeito da colonização dos desejos promovida pelo capitalismo, o qual não apenas estrutura desigualdades materiais, mas também institui os sentidos do viver e os desejos coletivos, afastando os sujeitos de modos de vida mais conectados com a coletividade, com a espiritualidade ou com o Bem Viver. O consumo funciona como uma promessa de inclusão e de alívio frente às violências estruturais. Nesse sentido, a ausência de um desejo explícito por formas de transcendência ou relações de maior envolvimento com a natureza não deve ser lida como limitação subjetiva, mas sim como resultado de um processo histórico de colonização das subjetividades e das ocupações humanas.

Debord (1967) explicita sobre como a forma dominante da vida social sequestra a realidade das pessoas, onde o desejo, a experiência, a relação com o mundo e até a consciência são mediados por imagens e mercadorias, representações estas que se tornam o “espetáculo” (Debord, 1967, p. 08) da vida moderna. Assim, a racionalidade do capital aliena e define o que deve ser desejado, sentido e buscado pelos indivíduos.

As identidades foram historicamente produzidas sob a égide do estabelecimento de papéis e lugares na estrutura de controle pelo trabalho, configurando identidades culturais a partir da expropriação das populações colonizadas, e pela repressão das formas de produção de sentidos e de expressão da subjetividade. Essa repressão acontece de forma profunda e duradoura (Quijano, 2005). Isso reforça a importância da proposta do Bem Viver como uma possibilidade contracolonial que amplie o horizonte do que pode ser desejado, vivido e ocupado.

Esses dados fortalecem a centralidade do próximo capítulo, onde a partir da constatação de que os repertórios ocupacionais infantis estão imersos na lógica capitalista e excludente, e que há

um vazio de sentidos alternativos para a vida, é que se justifica o aprofundamento na teoria do Bem Viver. Ele se coloca, então, como um horizonte crítico, ético e político que convoca a Terapia Ocupacional a repensar suas práticas, suas epistemologias e suas finalidades, e desperta a sociedade para buscar um novo propósito.

E mais uma questão para compor a discussão deste subcapítulo é que se observou a importância dada pelas famílias para a Educação como uma forma de alcançar um futuro melhor, baseado também em um comportamento ético e responsável na vida adulta. Para algumas famílias foi possível alcançar um equilíbrio ocupacional no cotidiano dos filhos, e para outras a falta de oportunidade faz com que os cuidadores percebam que não foi atingido todo o potencial da criança. As diferenças intergeracionais também foram um tema marcante, em que os pais tentam constantemente oferecer aos filhos aquilo que não tiveram em sua infância e adolescência anterior pelas dificuldades da época.

Para Laliberte Rudman (2013), “as possibilidades ocupacionais de determinados coletivos, muitas vezes enquadrados como grupos marginalizados, são diferentemente moldadas por forças políticas, econômicas, sociais e culturais de maneiras que produzem desigualdades ocupacionais” (p. 299).

A vulnerabilidade social advinda de condições socioeconômicas precárias e da fragilidade dos vínculos sociais, faz com que os indivíduos deixem de ocupar o seu lugar de sujeito de direitos (Silva; Freitas, 2003), e a escola pode se constituir como um espaço de busca de cidadania, apesar da dificuldade de se implementar uma escola democrática e que de fato impulse os jovens para uma vida de realizações (Lopes *et al.*, 2008). É indispensável a busca de uma escola que cumpra o propósito de oferecer aprendizagem e formação crítica para a participação na vida do país (Bittar; Bittar, 2012).

A Educação é sempre um fator primordial para a busca de uma sociedade justa e democrática (Skordoulis; Gioti; Laspidou, 2023), e precisa ir além de uma educação para a produção e para a economia, voltando-se para uma educação para a consciência política e para a emancipação. Além disso, por formar competências para o trabalho (Aksoy, 2023), constitui-se como uma forma de diminuir os processos de precariedade no trabalho e de desigualdade social (Medeiros; Barbosa; Carvalhaes, 2019).

A constituição da Terapia Ocupacional no final da década de 1970 se deu através do questionamento da estrutura social vigente e dos mecanismos de produção de desigualdades, e com a busca da cidadania e de políticas públicas por meio de um Estado democrático para diminuir as divisões sociais, incluindo a infância e a juventude em condição de pobreza (Lopes, 2016). Um olhar tem sido dado pela TO para as escolas públicas, uma vez que são equipamentos sociais da rede de atenção a crianças e jovens e que, se fortalecidos, podem contribuir para a garantia de

direitos para a cidadania (Pan; Lopes, 2022).

Assim, ressalta-se a relevância da Terapia Ocupacional, sendo uma profissão voltada para a promoção de saúde e bem-estar através das ocupações significativas e com escolhas, e que “implementa uma forma única de justiça centrada nas capacidades e oportunidades para indivíduos e grupos participarem em ocupações” (WFOT, 2016, p. 1).

As ocupações humanas de um ponto de vista neoliberal são voltadas para a produtividade e para a independência de um indivíduo não integrado ao seu contexto histórico e cultural, e onde as pessoas limitadas por condições físicas nem são consideradas por possuírem restrições em suas escolhas ocupacionais. O entendimento das ocupações humanas deve ir além da capacidade de produção e da conformidade com normas econômicas, reconhecendo a diversidade das experiências humanas e as realidades que não se adequam a esse padrão neoliberal (Magalhães; Brito, 2021).

Os indivíduos são produzidos por aquilo que fazem, e estas ocupações estão situadas em contextos socioeconômicos específicos (Guajardo; Kronenberg; Ramugondo, 2015):

“Assim como nossas identidades, as ocupações humanas também são produzidas social e historicamente. Não há ocupação humana que exista por si só. Qualquer singularização é a manifestação em um sujeito de um campo ocupacional que é relacional em caráter” (Guajardo; Kronenberg; Ramugondo, 2015, p. 06).

Não seria uma Terapia Ocupacional que busca a adaptação das pessoas vulneráveis e excluídas no sistema social dominante que as exclui, mas sim que promova a transformação pessoal e social, e formas alternativas de vida (Guajardo; Kronenberg; Ramugondo, 2015). A ocupação não é somente uma preocupação de saúde, mas apresenta uma natureza política, em que a participação digna e significativa das pessoas na vida diária pode afastá-las do apartheid ocupacional (o qual se refere ao impedimento para o engajamento em ocupações necessárias ou significativas por circunstâncias externas ao indivíduo). Mais do que fatores como a deficiência física ou cognitiva, as próprias condições sociopolíticas podem se constituir como barreiras para as oportunidades ocupacionais (Kronenberg; Pollard, 2011).

A Terapia Ocupacional promove a autonomia e a cidadania, e explora as histórias locais das comunidades considerando-as realidades socialmente produzidas em contextos definidos. As ocupações humanas são as pessoas e suas próprias relações, e a prática da TO é política porque os indivíduos são produzidos a partir dos problemas sociais, com questionamentos feitos diante da participação em uma sociedade e economia neoliberais. “Somos ocupação humana” (Guajardo; Kronenberg; Ramugondo, 2015, p. 9), e as ocupações constroem identidades, pertencimento e

autonomia. O papel dos terapeutas ocupacionais é definido pelas características e necessidades da população com quem trabalham, somado à responsabilidade social de estarem inseridos em uma dimensão cultural e política (Barros; Ghirardi; Lopes, 2011).

O conhecimento da TO está dentro das experiências ocupacionais. Os sujeitos são constituídos e produzidos pelas ocupações humanas, por estas práticas sociais relacionais, e o conhecimento está dentro dos próprios sujeitos e em inúmeros lugares. Portanto, a ciência é mais uma forma de conhecimento, ao mesmo tempo em que também deve ser questionada sobre suas bases para fundamentar algo, de onde está partindo. A partir desta visão crítica, pode-se questionar se as ocupações humanas em um mundo capitalista de consumo são realmente saudáveis da forma como acontecem, ou podem ser práticas alienantes, deletérias, adoecedoras, em uma sociedade onde o objetivo é desumanizar os sujeitos através de fazeres que resultam em alienação social. Assim, não haveria dualidade entre sujeito e ocupação, pois a ocupação não é um objeto, ela é o próprio sujeito, um ser atuante no mundo, portanto uma totalidade dentro de um campo de relações (Guajardo; Kronenberg; Ramugondo, 2015).

A atuação da TO com crianças que vivenciam a pobreza generalizada deve caminhar no sentido de problematizar o contexto em que vivem e facilitar para que elas consigam determinar seus próprios objetivos e a participação ativa na comunidade (Kronenberg; Pollard, 2006).

A prática da Terapia Ocupacional brasileira na área da infância parece estar ainda muito voltada para o desenvolvimento atípico, para a patologização dos comportamentos, para a busca da normatização e do seguimento de protocolos que desconsideram a diversidade e as particularidades das crianças. No entanto, é necessário conceber as infâncias no sentido de ver crianças, ouvir crianças, conhecer suas histórias, e entender as questões sociais como determinantes no seu desenvolvimento.

Uma parte da TO ainda está enraizada em práticas neoliberais e capacitistas, voltadas para a conquista da independência, da produtividade e do individualismo (Hammell, 2021), e negando a vulnerabilidade e a interdependência que une as pessoas (Pié Balaguer, 2020).

É necessário ampliar a relação dos sujeitos com as suas ocupações, compreendendo que as relações sociais influenciam nas oportunidades e vivências, e as rupturas nos laços sociais e na cidadania provocam grandes restrições na vida cotidiana (Costa; Souza, 2021).

Uma alternativa de sobrevivência a esse modelo colonial moderno altamente devastador e predatório, é congregar as ocupações humanas com a ideia de Bem Viver do autor Alberto Acosta (Magalhães; Brito, 2021).

7.11 Bem Viver como um novo sentido para as Infâncias e para as Ocupações Humanas

Os cinco eixos anteriores da Análise Temática desta tese revelaram como as desigualdades estruturais, expressas nas políticas públicas fragmentadas, na precarização dos territórios, na violência cotidiana e nas ausências institucionais, circunscrevem os repertórios ocupacionais infantis. A partir das vozes dos participantes e da investigação dos contextos vividos pelas crianças em territórios periféricos, foi possível identificar que a infância está profundamente marcada por processos de silenciamento. A análise das experiências ocupacionais infantis permitiu compreender que não se trata apenas da ausência de oportunidades, mas da presença sistemática de impedimentos à vivência de uma infância plena, com condições materiais, históricas e simbólicas que atravessam os territórios e o corpo social. Nesse sentido, as infâncias que emergem deste estudo são atravessadas por limites concretos à sua expressão ocupacional, ao mesmo tempo em que revelam potências, resistências e desejos por outros modos de viver.

Diante dessas constatações se tornou necessário buscar um referencial que possibilitasse pensar para além da lógica da reparação institucional ou da ampliação do acesso a direitos dentro de uma estrutura já excludente. Assim, a perspectiva do Bem Viver surge como uma provocação epistemológica e política que desestabiliza a racionalidade ocidental moderna, individualista e capitalista, e se conecta com a Terapia Ocupacional crítica e com os desafios enfrentados pelas infâncias brasileiras, ao propor novas formas de habitar o mundo, de construir sentidos para as ocupações humanas, e de pensar a vida para além da sobrevivência.

Portanto, este capítulo final propõe um diálogo entre os achados empíricos desta pesquisa e os princípios do Bem Viver, estabelecendo conexões com o campo da Terapia Ocupacional e propondo caminhos para a construção de um novo horizonte de cuidado, existência e transformação social.

Desde meados do século XX, instaurou-se na sociedade a ideia do desenvolvimento enquanto suposto progresso da humanidade, onde a produtividade e o economicismo se tornariam o eixo da sociedade. No entanto, as fraturas neste sistema estão cada vez mais à mostra, provocando o esgotamento da natureza e do ser humano. Para que alguns poucos vivam bem, priva-se bilhões de pessoas da dignidade e da liberdade para viver bem (Acosta, 2016a).

Diante de tantas catástrofes iminentes provocadas por um sistema decadente, corrosivo e malsucedido, é preciso buscar um outro modo de vida. O Bem Viver não se refere a encontrar um sistema que mantenha a acumulação material de uma forma menos destrutiva, fazendo as mesmas coisas, mas de forma mais satisfatória. Trata-se de uma mudança profunda, uma nova forma de organização social e de novas práticas políticas, de maneira não predatória, comprometendo-se com

a vida de todos os seres (Acosta, 2016a).

Os brancos europeus sustentaram a ideia de que poderiam colonizar o resto do mundo baseado no fato de que existia uma humanidade ofuscada e aquém que necessitava de toda a luz de uma humanidade europeia esclarecida, impondo uma determinada verdade para a sua existência, justificando o uso da violência para proporcionar a civilização para os bárbaros incivilizados (Krenak, 2019). Krenak questiona que preceito é este de humanidade, se mais da metade do mundo “estão totalmente alienados do mínimo exercício de *ser*?” (p. 14).

A modernidade transportou pessoas das florestas, do campo e das suas coletividades para as favelas e periferias, para as transmutarem em mão de obra dos centros urbanos. Apagando a sua ancestralidade e identidade, e descolando o ser humano da própria natureza da qual faz parte. Chamar a natureza de ‘recurso natural’ serve para provocar desconexão, e pensar em ‘sustentabilidade ambiental’ mascara a questão de que a natureza se sustenta por si mesma, se não fosse a destruição avassaladora da natureza pelo ser humano (Krenak, 2019).

E assim cumpre-se um dos objetivos da modernidade, que é tornar mera abstração o desejo humano de ter experiências reais enquanto comunidade e lugar para toda a pluralidade. No lugar de cidadãos críticos e conscientes, há consumidores e crianças tratadas como clientes desde sempre. Cumpre-se o intento de uma homogeneização da humanidade, e do esvaziamento do sentido de viver em conjunto. A modernidade consome a natureza e as subjetividades. As formas de organização indígenas, os últimos redutos de modos de vida próprios, são destruídos pela máquina estatal, buscando o extermínio dos habitantes originários, mesmo porque estes povos não querem fazer parte do projeto de devastação da natureza (Krenak, 2019).

Em uma análise da obra de Marx, Fromm (1962), ressalta que quanto mais o trabalhador se despende no trabalho, mais forte se torna a relação com os objetos que ele cria ao redor de si, e mais raso fica a sua vida interior, com cada vez menos pertencimento a si mesmo. Portanto, quanto maior a proporção da sua atividade, menos ele possui; a vida está para o objeto, provocando um processo de alienação, onde o trabalho está acima de si próprio. O indivíduo aliena-se de si mesmo, do seu corpo, da relação com o outro e da natureza. Ao se tornar totalmente alienado, corrompe os valores morais porque fica subserviente às atividades econômicas e, conseqüentemente adoece, sendo necessário que ele seja consciente de sua história para que possa se emancipar da escravidão dos objetos e das circunstâncias.

A sociedade disciplinar expressa por Foucault, constituída por instituições corretivas e aprisionantes como hospitais, asilos, presídios e fábricas, não mais representa a sociedade atual do século XXI, a qual é agora a sociedade de desempenho, com sujeitos de produção, hiperativos e hiper neuróticos entre academias, escritórios, bancos, aeroportos e shoppings. Enquanto a primeira é tomada pelo negativismo da proibição, a segunda é determinada pela iniciativa, motivação e

máxima produtividade, com consequente esgotamento e exaustão: “A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo não. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade do desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados” (Han, 2015, p. 24-25). Neste sentido, a preocupação com o bem viver e a convivência saudável é cada vez mais substituída pela sobrevivência (Han, 2015).

Os sujeitos são prisioneiros da histeria do trabalho, fazendo parte de novos sistemas de coerção, sendo vítimas e agressores ao mesmo tempo, carregando o trabalho consigo e explorando a si mesmo ao máximo. Assim, liberdade e opressão caminham juntas visando potencializar o desempenho (Han, 2015).

O excesso de trabalho, tirando a possibilidade de lazer e descanso, ou salários insuficientes para desfrutar da vida, provocam alterações na saúde. Este é um exemplo de desequilíbrio ocupacional, o qual se refere a uma situação em que as possibilidades de ter experiências de vida enriquecedoras e significativas estão comprometidas. Para estes indivíduos, prevalece o “absurdo ocupacional”, onde não há liberdade de escolha ocupacional, perpetuando as péssimas condições de trabalho para não morrer de fome. Mantém-se, assim, a alienação e o apartheid ocupacional, com privação de recursos que poderiam servir para desenvolver ocupações significativas e a consciência crítica (Kronenberg; Pollard, 2005b).

O consumismo acirrado, elemento inequívoco do capitalismo, é um determinante de como se dão as relações humanas na modernidade; é uma forma das pessoas se sentirem pertencentes e reconhecidas, sendo elas próprias a mercadoria, vendendo imagens e histórias pessoais nas redes sociais. Não há uma divisão clara entre consumidores e mercadorias, entre “as coisas a serem consumidas e os seres humanos que a consomem” (Bauman, 2008, p. 20). Na sociedade do consumo persiste a necessidade de ser visto, conhecido e desejado por todos, que é o mesmo desejo que se tem por coisas, por roupas e sapatos. O fetiche de se tornar uma mercadoria desejável é o alimento que mantém vivo este movimento entre produtores e consumidores (Bauman, 2008).

O planeta se tornou mercadoria, sendo, portanto, totalmente externo a nós, e sem mais espaço para suportar as demandas humanas. Retira-se o sentido de compartilhamento entre os povos, e despersonaliza-se a natureza, perdendo o significado e o reconhecimento para que possa ser explorada e devastada (Krenak, 2019).

A sociedade está amalgamada a um grande caos social, ao desgoverno generalizado, e ao abismo da perda de qualidade no cotidiano e nas relações. Para fazer outras escolhas, é preciso seguir o caminho do sonho, da cosmovisão, do aprendizado das tradições plurais dos povos, e adotar estes conhecimentos na relação com o mundo e com o outro (Krenak, 2019).

Mark Fisher (2020) faz um questionamento sobre se “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo” (p. 10), sendo um sistema tão fortemente instaurado, que não haveria

outra possibilidade de sistema econômico e político senão este, determinando a forma de vida das pessoas como única realidade. Campos de concentração, espaços públicos destruídos e abandonados, convivem simultaneamente com franquias de cafeterias famosas, não havendo forças externas suficientes para combater esse modelo de vida para fazer prevalecer uma nova alternativa. A tendência é a total deterioração do mundo e das relações até a exaustão, até que o mundo se finde, para que então o capitalismo se acabe (Fisher, 2020).

Qualquer prática cultural, histórias anteriores, crenças ou rituais são sistematicamente desvalorizados em seus sentidos mais profundos, apagados e transformados em valor monetário, e as liberdades conquistadas e a dignidade pessoal foram transmutadas na indecente liberdade de comércio, onde a exploração e o consumo se sobrepõem a tudo e a todos. A existência está estritamente ligada ao dinheiro, em uma brutal mercantilização da vida, onde os sonhos da população foram colonizados de tal forma que nem se questiona mais outras formas de vida, incorporando-se o ideal capitalista quase sem contestação (Fisher, 2020).

A saúde e a educação são administradas como se fossem empresas; as guerras, a fome e a pobreza são encaradas apenas como naturais e inevitáveis; e as tentativas de eliminar a dor e o sofrimento são vistas como ingenuidade e ilusão. Vende-se a ideia do crescimento infinito do capital, e que os recursos naturais são infindáveis, apesar das propagandas sobre as catástrofes ambientais e o aquecimento global: “A importância da crítica verde é que ela sugere que, longe de ser o único sistema político-econômico viável, o capitalismo está na verdade destinado a destruir as condições ecológicas das quais dependem o ser humano” (Fisher, 2020, p.36).

A quantidade irremediável de pessoas com transtornos mentais, angústia e estresse provocados na sociedade capitalista tornou-se aceitável, delegando estas questões ao próprio sujeito e não ao sistema que funciona de maneira adoecedora. Exige-se incessantemente um alto desempenho no trabalho. O fascismo foi concebido através de propagandas ideológicas, porém o capitalismo tem potência suficiente para prosseguir sem que seja defendido explicitamente, sustentando-se enquanto realidade social. E a sociedade torna-se então resignada, diante da impotência em gerar mudanças em um estado de coisas já existente e enraizado. Este modelo só poderá ser desafiado se houver um novo sujeito político coletivo (Fisher, 2020).

Apesar dos ganhos de liberdade desde o final do século XX, a democracia vem regredindo de forma global, onde os poderes mais autoritários estão eliminando grupos de oposição, prendendo líderes e censurando mídias independentes, e países mais democráticos vem apresentando níveis vertiginosos de corrupção, além de desmoronamento dos direitos e da justiça. Isso vem gerando uma deterioração nos padrões de vida dos cidadãos, e mostrando que a democracia está longe de atender aos seus interesses. Países como os Estados Unidos violentam migrantes separando crianças das suas famílias, a Austrália pune os migrantes marítimos confinando-os em campos remotos, e a

Itália realiza a detenção de migrantes, violando agressivamente os direitos humanos em prol dos “valores nacionais”, e ameaçando a paz e a liberdade que deveriam ser universais para todas as pessoas (Freedom House, 2019).

Dos 50 países considerados não livres, há 13 com as piores pontuações em direitos políticos e liberdades civis, como República Centro-Africana, Tajiquistão, Líbia, Somália, Arábia Saudita, Uzbequistão, Sudão, Sudão do Sul, Guiné Equatorial, Síria, Coreia do Norte, Turcomenistão e Eritreia. Por outro lado, os movimentos sociais no mundo todo vêm buscando a dignidade humana e a democracia contra regimes autoritários e antiliberais (Freedom House, 2019).

Em meio a este cenário devastador, o Bem Viver faz parte do debate de movimentos de resistência dos povos indígenas latino-americanos, para uma existência social diferente da que foi imposta pela colonialidade do poder. Trata-se de práticas sociais democráticas radicalmente alternativas à modernidade eurocentrada construída ao longo de 500 anos de dominação da subjetividade (Quijano, 2014).

Algumas consequências de todo este processo vêm provocando uma crise da colonialidade global do poder, abrindo espaço para a proposta do Bem Viver, tais como: a abominação global às atrocidades do nazismo, baseadas no racismo, sexismo e etnicismo, foi um dos processos importantes para deslegitimar a racialização, o patriarcado, o etnicismo e o autoritarismo militarista nas relações de poder, com maior relevância para o debate sobre raça e gênero na década de 60; a privatização dos espaços públicos; a crescente polarização social da população mundial; a exacerbação das práticas predatórias contra a natureza; a supervalorização do mercado e da mercadoria; a mercantilização da subjetividade e da experiência de vida das pessoas; o agravamento da individualização das pessoas em um comportamento egoísta disfarçado de liberdade individual para uma busca desmedida de riqueza e poder; o desemprego estrutural e a desintegração das instituições sociais dos trabalhadores explorados; e a legitimação da violência repressiva através da mídia (Quijano, 2014).

Desde o final do século XX, aqueles que estão sendo corroídos e definhando com este sistema tem resistido a essas tendências, enquanto os proprietários de grandes corporações e governantes de regimes burocráticos tiranos reagem com represálias violentas para a recolonização global, com recursos mais sofisticados para matar mais pessoas com menos custos. Mais do que a pobreza, o que está em risco é a própria sobrevivência das pessoas, e por isso o desejo de uma nova possibilidade de existência social, pautada na igualdade social de indivíduos heterogêneos e diversos, sem classificações raciais, sexuais e sociais da população mundial, com reciprocidade na organização do trabalho e na distribuição de produtos, com corresponsabilidade nas relações com os outros seres vivos, e com gestão da autoridade coletiva (Quijano, 2014).

Como sobreviventes do violento genocídio colonizador, os indígenas ocupam este lugar de

subversão epistêmica, histórica, ética e política desse padrão de poder em crise, tendo como base a decolonialidade e o Bem Viver como alternativa social, como novo sentido histórico. Os territórios do planeta foram conquistados pela Europa Ocidental, com colonização e racialização de todas as populações. O debate pela decolonialidade do poder “tem mostrado à plena luz que a relação social de dominação/exploração fundada em torno da ideia de ‘raça’ é um produto da história do poder e de nenhuma natureza cartesiana” (Quijano, 2014, p. 858). A experiência histórica das populações está relacionada a formas perversas de exploração, violência e poder e, portanto, a proposta do Bem Viver é uma questão histórica aberta que requer debates contínuos (Quijano, 2014).

O Bem Viver é uma proposta que busca uma mudança civilizatória profunda e se baseia nos Direitos Humanos, nos Direitos da Natureza, na reciprocidade e na solidariedade, perspectivas estas impossíveis dentro do capitalismo. Estes caminhos para a transformação foram pensados a partir dos universos indígenas do Equador e da Bolívia, através de uma matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a natureza. Não se trata de um novo modelo de desenvolvimento, mas sim de uma nova forma de vida construída coletivamente. São práticas e experiências dos povos andinos e amazônicos, capazes de enfrentar a modernidade colonial (Acosta, 2016a).

Os povos andinos são aqueles que habitam principalmente a Cordilheira dos Andes, que se estende por vários países da América do Sul, como Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Chile e Argentina (Macera, 1977). Os povos amazônicos compartilham a Amazônia em nove países, Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (Aragón, 2018).

Ainda que o capitalismo faça prevalecer a desigualdade e o abismo permanente e imutável entre ricos e pobres, os valores do Bem Viver continuam presentes no decorrer de cinco séculos de exploração. Para que estes valores prevaleçam, o Estado não é a única entidade que pode construí-los, e também não basta que ele seja apenas modernizado, dando espaço para as dimensões indígenas e afrodescendentes, mas sim constituir um sistema educativo totalmente intercultural. Seria necessário um outro modelo de Estado, plurinacional, com o compromisso de não ficar atrelado às tradições eurocêtricas, mantendo um exercício horizontal do poder, com organizações sociais ativas. A democracia precisa ser repensada, suplantando as desigualdades provocadas pela colonização, pela patriarcalização, pelo racismo, pela precarização do trabalho, e pela organização produtiva que destrói o planeta (Acosta, 2016a).

O Equador reconheceu a Natureza como sujeito de direitos, adotando uma postura ética ao promover o valor de todos os ecossistemas e seres vivos, e de forma não utilitária para os seres humanos. Esta relação é um dos fundamentos do Bem Viver. É uma filosofia de vida, um projeto que busca a libertação, a democracia real, e o enfrentamento dos preconceitos, das mudanças climáticas e das violências sociais. O crescimento material sem fim preconizado pelo capitalismo é

inevitavelmente alienante e fatalista para a humanidade, não havendo mais saídas dentro desse sistema. É sobre questionar o estado de “bem-estar social ocidental”, que proclama a ideia de que “viver melhor” é esgotar todos os recursos naturais e humanos, em vista de manter um consumo ilimitado, enquanto bilhões de pessoas vivem de forma implacavelmente desumana (Acosta, 2016a).

Enquanto os países aprofundam suas crises humanitárias, ambientais e econômicas, inclusive os do Sul Global, como Brasil ou Venezuela, as discussões em torno da solução da crise giram sempre em torno de questões financeiras e instrumentais, sustentando a defesa de estratégias desenvolvimentistas tradicionais, tais como aumentar a exportação de bens e comercializar recursos naturais. Enxergar isso como o único caminho possível está totalmente enraizado na cultura moderna. O Bem Viver é uma proposta que direciona a convivência entre indivíduos e natureza para alternativas intercambiáveis com a vida, com responsabilidade coletiva, sem hierarquias, reagindo aos princípios convencionais de reducionismo da vida a valores econômicos, à mercantilização dos seres (Gudynas, 2011).

Críticos do Bem Viver referem que esta alternativa representa um retorno a um passado indígena e que não há propostas claras para a mudança. No entanto, esta filosofia está sempre em evolução e construção, busca reformas legais, a ampliação da cidadania para plantas e animais enquanto seres que não tem um fim utilitarista, e bens materiais e serviços podem ser construídos, mas para atender necessidades locais e não ao mercado global. E não é uma proposta que possa sugerir um novo socialismo, posto que a vertente socialista está dentro da tradição moderna, segue uma perspectiva materialista e de progresso, considera o componente ambiental com dualismo e hierarquia entre ser humano-natureza, e não busca a interculturalidade. Portanto, a perspectiva do Bem Viver é pós-capitalista e pós-socialista, questionando os próprios fundamentos da modernidade (Gudynas 2011).

O Bem Viver, enquanto uma construção que pode fazer parte do debate global, apresenta ações elucidativas sobre formas de relação econômica próprias das comunidades indígenas, visando não um Estado híbrido onde esses princípios possam coexistir com o funcionamento do Estado moderno. O Estado plurinacional exige uma nova referência de Estado, de sociedade e de proposta de vida, com sentidos coletivos pertencentes a uma comunidade. As cidades precisam ser repensadas de forma a não serem espaços de segregação. O Brasil possui grande diversidade cultural, ecológica e humana, com enorme potencial para buscar a transformação por meio de um projeto histórico regional, superando a deterioração social e econômica, desde que todos os povos sejam inseridos, e que outras relações sejam estabelecidas entre os países latino-americanos (Acosta, 2016b).

Desta forma, nota-se que o capitalismo, enquanto sistema hegemônico, aprofunda cada vez

mais as desigualdades, a fome, a pobreza, a exploração inconsequente da natureza e dos seres humanos, provocando devastação ecológica e alienação social, especialmente para as populações mais vulneráveis. O impacto desse modelo é ainda mais evidente na infância, quando o potencial de desenvolvimento é restringido por um sistema que segrega e que nega às crianças um repertório ocupacional significativo, que impede que haja escolhas e oportunidades ocupacionais.

Em uma Terapia Ocupacional que se desenvolveu em um eixo saúde doença, a dicotomia dominante entre indivíduo e sociedade, humanidade e natureza, cultura, corpo e mente, leva os terapeutas ocupacionais a acreditarem na ilusão de que os sujeitos estão separados do meio ambiente e da sociedade, e não dentro de um contexto e da relação histórica e social. O papel do terapeuta ocupacional se dá em meio às necessidades concretas da população com quem trabalha, com responsabilidade social dentro de um sistema em mudança. E considerando a atividade humana como emancipatória e repleta de sentido para as pessoas envolvidas, dentro das trocas em que as atividades ocorrem, em um espaço de tempo e em uma cultura construída por múltiplas relações. Há, então, uma relação intrínseca entre a Terapia Ocupacional, a sociedade, a cultura, e a realidade da vida em um dado contexto (Barros; Ghirardi; Lopes, 2011).

Se os resultados que os terapeutas ocupacionais buscam para as pessoas estão voltados para a liberdade e para a libertação, a base da Terapia Ocupacional deve ser repensada, através de um pensamento global sobre as forças sociais e culturais, e dos diferentes contextos políticos que impactam a vida das pessoas, e realizando ações locais fundadas na ética pública. Ações que alcancem as necessidades básicas de todas as pessoas, mudando fatores sociais, econômicos e políticos, são de mais longo alcance para a melhora da saúde do que as intervenções técnicas em si. A atuação da Terapia Ocupacional exige um envolvimento político dos profissionais. As realidades das pessoas estão interconectadas, de forma que aquilo que afeta um indivíduo, afeta a todos indiretamente. As vidas são interdependentes, ligadas pelas interações ocupacionais com os outros, de forma que a justiça social e a desigualdade social fazem parte de todos (Kronenberg; Pollard, 2005a).

Todo temos uma natureza política, o que nos faz compreender a posição do outro para buscar a recomposição de vidas potencialmente significativas. É preciso pensar criticamente sobre como a Terapia Ocupacional pode abordar fatores políticos relacionados ao direito da sociedade a ter ocupações significativas. E identificar como trabalhamos, com quem, e onde trabalhamos. Profissionais que trabalham somente para garantir a estabilidade no emprego, atuam de forma acrítica, sem entender a sua natureza política (Kronenberg; Pollard, 2005a).

Estes outros modos de vida propostos pelo Bem Viver não devem ficar no campo da utopia, como se fossem irrealizáveis. Para que ele se torne algo prático, do agora, ele precisa se tornar a base do constitucionalismo pluralista, a exemplo do Equador e da Bolívia que incorporaram o

conceito do Bem Viver em suas constituições em 2008 e 2009, respectivamente, buscando um novo constitucionalismo latino-americano (Ferreira dos Santos, 2018).

Isso representa uma ruptura paradigmática que impacta a própria configuração do Estado, o qual foi constituído por uma elite de homens brancos, proprietários e instruídos, excluindo povos indígenas, afrodescendentes, mulheres e maiorias subordinadas, mantendo a subjugação sobre os povos. As Constituições do Equador e da Bolívia propõem o fim ao colonialismo ao reconhecerem explicitamente as raízes ancestrais dos povos indígenas, com livre determinação, e compondo um novo modelo de Estado e de relações entre os povos (Fajardo, 2011). Isto é, há uma legitimação de novos sujeitos coletivos, além do direito a ter as necessidades humanas básicas atendidas, a busca da concretização da ética da alteridade, e a construção social a partir de uma racionalidade emancipatória, que considera os interesses populares e a descolonização (Ferreira dos Santos, 2018).

Fica como questionamento como as abordagens da Terapia Ocupacional podem ser reestruturadas para integrar práticas baseadas no Bem Viver para a promoção da saúde e da participação social de coletivos em contextos comunitários, superando a lógica técnica e individualista? De que maneira a compreensão do Bem Viver por parte de comunidades tradicionais pode informar e transformar as práticas terapêuticas ocupacionais existentes, promovendo uma abordagem mais contextualizada e culturalmente sensível?

Ressalta-se a importância de continuar buscando currículos e formações descolonizadas em TO, incluindo discussões aprofundadas sobre o Bem Viver e outras concepções do Sul Global, epistemologias indígenas e africanas, preparando terapeutas ocupacionais para atuarem em contextos de diversidade cultural e social; refletir criticamente sobre o individualismo e a capacidade produtiva como únicos indicadores de bem-estar; pensar em ocupações em harmonia com a ecologia e a sustentabilidade; priorizar ações que fortaleçam os laços sociais, a reciprocidade e a solidariedade; trabalhar com as dimensões políticas e espirituais das ocupações; e valorizar as interconexões entre os coletivos e a natureza.

Nesse contexto, o Bem Viver emerge como uma alternativa singular e viável para enfrentar a crise humanitária e ecológica global, transformando os modos de vida e, consequentemente, transformando as ocupações coletivas. Embora as políticas públicas tenham um papel extremamente relevante, elas jamais serão suficientes para reverter os problemas de populações esfaceladas pelas disparidades sociais, pois são concebidas dentro do próprio sistema cujo objetivo é manter as estruturas que favorecem a desigualdade. Somente por meio de um novo paradigma de relações sociais, ecológicas e econômicas, é que será possível construir uma sociedade com justiça ocupacional, onde as crianças tenham oportunidades reais para o seu desenvolvimento ocupacional, superando a alienação e a mercantilização da vida, e o empobrecimento e violência globais.

Enquanto não houver esta resposta urgente e necessária proposta pelo Bem Viver, a sociedade continuará produzindo irremediavelmente infâncias cada vez mais pobres, vulneráveis, sem senso de pertencimento e com repertórios ocupacionais limitados e desfavoráveis.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imaginando a confluência de saberes para a emancipação das crianças...

*“Mesmo que queimem a escrita, não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos, não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo, não queimarão a ancestralidade”.*
(Nêgo Bispo, 2015, p. 47).

O objetivo deste estudo foi o de investigar como se dá a construção do repertório ocupacional infantil em um cenário de desigualdade social, discorrendo sobre as lógicas sociais vigentes que naturalizam a forma como a racionalidade neoliberal perpetua ciclos de privação e de subalternização.

Foram exploradas as possibilidades de construção do repertório em meio a contextos adversos, constatando-se que as limitações nas oportunidades ocupacionais são multifatoriais, e dependem muito mais das condições do contexto de vida do que de quaisquer capacidades intrínsecas da criança. Alguns fatores ligados à desigualdade social foram delineados, e os resultados da pesquisa apoiaram a premissa de que a condição de pobreza pode impactar fortemente na formação do repertório ocupacional infantil e, portanto, no potencial humano.

A partir dos dados discutidos, foi possível observar que os seguintes fatores influenciaram na formação do repertório ocupacional das crianças:

- as políticas públicas para a infância, com ações governamentais direcionadas para melhorar as condições de vida relacionadas à educação, saúde e proteção social, podem impactar de forma significativa no desenvolvimento das ocupações e oportunidades futuras;
- em relação às residências construídas em áreas de ocupação urbana ou em regiões altamente urbanizadas, o contexto de moradia pode influenciar diretamente nas oportunidades disponíveis para crianças;
- os programas de transferência de renda podem aliviar a situação de pobreza e proporcionar condições mais estáveis para o desenvolvimento infantil, impactando nas suas

oportunidades ocupacionais do presente e do futuro;

- os ambientes com a presença do tráfico de drogas podem criar condições de violência e de insegurança nos territórios, afetando negativamente o desenvolvimento saudável das crianças, ao mesmo tempo em que algumas famílias podem recorrer a essas redes para obter algum tipo de apoio ou justiça. A violência é um dos fatores que pode determinar quais são as possibilidades de ocupações para crianças e jovens que vivem em localidades vulneráveis;
- quando se considera crianças que vivem em contextos de vulnerabilidade social, os sistemas de poder interseccionais afetam diretamente a construção de seus repertórios ocupacionais, restringindo oportunidades e influenciando as trajetórias ocupacionais futuras;
- e diante do contexto aterrador de opressão e de desigualdades, o Bem Viver torna-se um paradigma de transformação que propiciaria às infâncias um repertório ocupacional fundamentado na coletividade, na valorização dos saberes tradicionais e na justiça social, oferecendo uma alternativa aos efeitos alienantes e destrutivos do capitalismo, estimulando práticas que favoreçam o desenvolvimento das crianças. A sua implementação poderia se dar de forma constitucional no país.

Portanto, estes processos sociais mostram toda a complexidade envolvida na formação do repertório ocupacional, com destaque para os fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que moldam a vida e as oportunidades ocupacionais.

Questiona-se se o quanto as crianças deste estudo possuem de fato escolhas ocupacionais, já que as opções são restritas para as famílias de baixa renda, e muitas vezes as escolhas possíveis na verdade são condicionadas pelo peso assolador das questões sociais. O engajamento ocupacional tem uma natureza intrinsecamente contextual (Hammell, 2023).

O estudo revelou que em contextos de pobreza e desigualdade, ocupações como brincar ao ar livre, explorar habilidades artísticas ou participar de esportes, tornam-se inacessíveis devido à falta de recursos e infraestrutura. Além disso, a sobrecarga de atividades extracurriculares em contextos mais favorecidos também limita o tempo para ocupações livres, essenciais para o desenvolvimento emocional e da criatividade.

A análise destacou o valor de usar relatos de casos como um meio de percorrer as histórias relatadas pelos cuidadores e as ocupações apontadas pelas crianças, explorando a complexidade das ocupações vistas tal como acontecem nas realidades vividas, muitas vezes engendradas em marginalização, exclusão e omissão do Estado. As narrativas das famílias mostraram o esforço em proporcionar melhores condições para os filhos, mas os desafios interseccionais muitas vezes restringem essas possibilidades. E apesar das limitações, uma educação crítica e inclusiva, focada

em empoderamento e cidadania, pode ajudar crianças a construir repertórios ocupacionais mais amplos e diversificados, fortalecendo a identidade e promovendo mobilidade intergeracional.

A pobreza mostra de forma declarada para a sociedade um grande conjunto de pessoas desprovidas dos bens mais básicos e excluídas do lugar de cidadania, explicitando as mais variadas formas de degradação da condição humana, provenientes dos resultados da organização econômica, social e política da contemporaneidade (Mattei, 2014).

Olhar para as infâncias pobres apaga a visão romantizada do ser criança na sociedade, posicionando-nos diante da realidade e da dor vivida pelas duras realidades das crianças e de suas famílias, e esta foi a contribuição deste estudo e para a atuação no âmbito das ocupações infantis. Isto é, revelar a multiplicidade das infâncias vividas diante da pobreza e reconhecer essa diversidade a partir do viés ocupacional, identificando as interseccionalidades implicadas entre o ser criança, a pobreza, os repertórios e as oportunidades ocupacionais.

É fundamental que a Terapia Ocupacional mantenha reflexões relacionadas a como desenvolver proposições que resistam à racionalidade neoliberal, com práticas que se contraponham a um modelo hegemônico de desvalorização e de fragmentação das pessoas e grupos (Silvestrini; Silva; Prado, 2019):

(...) uma reflexão sobre as resistências: aos discursos únicos, aos formatos rígidos, às tentativas de controle do pensar e do sentir. Para novas composições, revelam-se possibilidades conectivas para uma terapia ocupacional que seja: consciente, crítica e diversa, capaz de ampliar conceitos e fazeres, sustentar práticas culturais, sociais, comunitárias e responsáveis com intuitos de minimizar os processos de exclusões e desigualdades. (...) para sugerir caminhos e continuidade de um pensar/fazer/criar terapias ocupacionais contra hegemônicas, situadas e engajadas com a complexidade do cenário atual e das relações humanas (p. 930).

O terapeuta ocupacional precisa assumir um posicionamento em sua atuação, considerando os direitos humanos, a cidadania, a sustentabilidade e a participação social, com uma análise conectada ao contexto de vida dos sujeitos e coletivos, e priorizando o afeto ao invés da neutralidade. Com a tomada de consciência sobre a realidade vivida, a Terapia Ocupacional crítica vê-se engendrada às desigualdades, fraturas sociais, misérias e sofrimentos produzidos pelos modos de vida inerente ao sistema capitalista neoliberal. Portanto, as práticas contra hegemônicas da profissão se constituem como possibilidade outra de cuidado, resistindo aos mecanismos de enfraquecimento e de isolamento entre as pessoas (Silvestrini; Silva; Prado, 2019).

Todo esse conhecimento que fundamentou as reflexões sobre as ocupações infantis e seus atravessamentos, pode dar pistas importantes para que a Terapia Ocupacional na clínica com

crianças e no contexto escolar adote uma perspectiva que leve em consideração a construção social dos indivíduos, que estão implicados nessas variáveis do estudo e fortemente impactados pela racionalidade neoliberal. Criando novas possibilidades de intervenções que realmente contemplem as necessidades das crianças e de suas famílias, que questione os modelos vigentes, e que proponha práticas situadas dentro da realidade de cada criança.

A inclusão do conceito de interseccionalidade também se mostrou central, revelando que as experiências ocupacionais são moldadas por uma teia de opressões que perpetuam a vulnerabilidade social. O repertório ocupacional das crianças, fundamental para o desenvolvimento humano, está intrinsicamente ligado às condições socioeconômicas e às políticas estruturais. Portanto, é essencial adotar abordagens que integrem a interseccionalidade, e considerar alternativas como o Bem Viver visando promover mudanças estruturais profundas que melhorem o viver a infância.

Fica como questionamento se as crianças do Grupo 01, de uma forma geral, por sofrerem menos impactos da situação de vulnerabilidade social, poderiam ter a sua construção da identidade de forma mais plena por terem mais oportunidades ocupacionais do que o Grupo 02 ? Há que se considerar que as crianças do Grupo 02 podem desfrutar de mais tempo livre para brincadeiras do que as crianças do Grupo 01 que apresentam mais tempo voltado para o ensino formal, e podem explorar mais espaços da comunidade do que as crianças do Grupo 01, desfrutando do senso de liberdade. Libertar-se para construir a si mesmo, para explorar espaços diversos, para personificar outros seres, para criar cenários imaginativos, para ressignificar experiências, e para simbolizar aquilo que não pode ser expresso em palavras, mas sentido no corpo.

Por fim, conclui-se que em um contexto de intensificação das desigualdades, a Terapia Ocupacional tem o papel fundamental de propor intervenções que reconheçam a multiplicidade das infâncias, promovendo o acesso a oportunidades ocupacionais que favoreçam a emancipação e a cidadania. Essa perspectiva reforça a necessidade de políticas públicas inclusivas e práticas profissionais que valorizem a singularidade e os direitos de todas as crianças, contribuindo para um futuro mais justo e solidário.

Este estudo teve como limitação o tamanho amostral, embora os dois grupos tenham características muito heterogêneas em termos de condições socioeconômicas e habitacionais. Apesar disso, as disparidades poderiam ter sido evidenciadas de forma mais abrangente se houvesse a comparação com grupos de participantes de classes sociais de alta renda, ao invés de famílias de classe média e baixa, gerando uma compreensão mais ampla de como o privilégio socioeconômico e o capital cultural influenciam nas trajetórias ocupacionais das pessoas.

Outra limitação desta pesquisa diz respeito ao uso do instrumento PACS (Paediatric Activity Card Sort). Embora a sua aplicação tenha sido vantajosa para a análise do repertório ocupacional das crianças, especialmente pelo uso de figuras que facilitaram a compreensão e a identificação das

atividades, o seu formato de respostas “sim” ou “não” restringiu as possibilidades de um discurso mais amplo, limitando a obtenção de narrativas mais ricas e detalhadas que poderiam ter contribuído para a construção dos eixos temáticos da discussão da tese.

Considerando a intersecção entre o racismo estrutural contra pessoas negras e a mortalidade juvenil associada ao envolvimento de jovens em atividades criminais no Brasil, atribuindo este fato aos mecanismos sistêmicos que negam oportunidades de desenvolvimento infantil saudável, educação de qualidade e acesso ao mercado de trabalho (Cerqueira; Bueno, 2023), levanta-se a questão sobre se o racismo também influencia na construção do repertório ocupacional infantil de crianças negras e não negras. Seria interessante explorar outras direções em estudos futuros, tais como: investigar o impacto do racismo no desenvolvimento ocupacional infantil, analisando como o racismo estrutural afeta a formação de aspirações e escolhas desde a infância; examinar os efeitos de longo prazo do racismo na trajetória profissional, renda e estabilidade ao longo da vida começando desde a infância; e avaliar a eficácia de políticas públicas voltadas para mitigar os efeitos do racismo no desenvolvimento ocupacional infantil. Assim, seria possível ampliar a compreensão sobre como o racismo impacta não apenas nas condições de vida imediatas, mas também nas oportunidades ocupacionais futuras de crianças e jovens negros no país.

Outro tema para pesquisas futuras seria investigar a influência dos pais ou cuidadores que utilizam substâncias psicoativas, no desenvolvimento do repertório ocupacional infantil, uma vez que o uso de substâncias pode trazer impactos no ambiente doméstico e nas práticas de cuidado, e afetar a disponibilidade dos cuidadores para acompanhar e incentivar o engajamento ocupacional de crianças em atividades cotidianas, como brincar, estudar e interagir socialmente. E como a Terapia Ocupacional poderia desenvolver programas de intervenção visando ampliar e fortalecer o repertório ocupacional de crianças em um contexto familiar vulnerável.

Pesquisas futuras também poderiam dar continuidade a estudos a partir dos dados trabalhados nesta pesquisa, considerando outros métodos como a etnografia e a cartografia, sobre como experiências precoces de violência e de exclusão podem restringir as possibilidades de atuação das crianças no mundo. Pensando em quais seriam os repertórios ocupacionais produzidos a partir das vivências de medo, dor, solidão, abandono e desamparo, diante de condições de desumanização e de objetificação persistentes. E como intervenções no âmbito da TO poderiam facilitar que novas possibilidades sejam construídas, apoiadas em ocupações infantis que possam ressignificar a vida.

Seria importante abordar a avaliação do desenvolvimento infantil pela Terapia Ocupacional nas áreas de Saúde Mental e de Reabilitação Física, de forma a evitar uma abordagem reducionista centrada apenas na condição diagnóstica. É fundamental considerar a condição socioeconômica como um fator determinante na formação do universo ocupacional da criança, abrangendo aspectos

que vão além do modelo biomédico. Nesse sentido, a TO poderia repensar sua prática adotando uma perspectiva mais ampla que leve em conta a construção social dos indivíduos. Vale destacar que a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), embora muito importante para pensar o indivíduo na sociedade, não aborda de forma suficiente as questões sociais que impactam a participação das pessoas nas atividades do cotidiano.

REFERÊNCIAS

- ABEP. **Critério Brasil de Classificação Econômica**. 2021. Disponível em: www.abep.org.br. Acesso em: 15 jan. 2023.
- ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T. C. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 127, 2014.
- ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. In: BENTO, M. A. S. (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012.
- ACEVEDO-GARCIA, D.; NOELKE, C.; MCARDLE, N. *et al.* **The geography of child opportunity**: why neighborhoods matter for equity. First findings from the Child Opportunity Index 2.0, 2020. Disponível em: https://www.diversitydatakids.org/sites/default/files/file/ddk_the-geography-of-child-opportunity_2020v2_0.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.
- ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Editora Elefante, 2016a.
- ACOSTA, ALBERTO. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: SOUSA, C. M. (Org.). **Um convite à utopia** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Um convite à utopia collection, vol. 1, 2016b.
- ABEBE, T.; OFOSU-KUSI, Y. Beyond pluralizing African childhoods: introduction. **Childhood**, v. 23, n. 3, p. 303-316, 2016.
- ADORNO, S.; SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**, n. 21, v. 61, 2007.
- AERA-APA-NCM. American Educational Research Association, American Psychological Association, National Council on Measurement in Education. **Standards for educational and psychological testing**. Washington, DC: American Educational Research Association, 1999.
- AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Crise contribui para desativação de mais de 38 mil organizações sem fins lucrativos**. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24161-cri-se-contribui-para-desativacao-de-mais-de-38-mil-organizacoes-sem-fins-lucrativos>. Acesso em 24 nov. 2023.
- AHLERT, M. A ‘precisão’ e o ‘luxo’: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). **Revista Política & Trabalho**, n. 38, 2013.
- AKSOY, H. H. Vocational Training in the Critical Education Discourse. In: SKORDOULIS, K.; GIOTI, L.; LASPIDOU, A. **Proceedings of the X International Conference on Critical Education** – “Education for Social Emancipation”, 2023. Disponível em: <https://www.eled.auth.gr/>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- ALDERSON, P. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. **Rev. Educ. Soc.**, v. 26, n. 91, 2005.

ALDERSON, P.; GOODEY, C. Theories of consent. **British Medical Journal**, v. 317, n. 7168, 1998.

AMBROSIO, L.; SILVA, C. R. Intersectionality: an Amefrican diasporic concept for occupational therapy. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, 2022.

ALVAREZ, J. P.; AQUINO, L. M.; CAPUTO, S. G. Infância, Juventude: Interseccionalidades. **Revista Teias**, v. 24, n. especial, 2023.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. In: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, 2019.

AMORIM, C. **Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

ANDA, R. F.; FELITTI, V. J.; BREMNER, J. D. *et al.* The enduring effects of abuse and related adverse experiences in childhood: a convergence of evidence from neurobiology and epidemiology. **Eur. Arch. Psychiatry Clin. Neurosci.**, v. 256, n. 3, 2006.

ANGELI, A. A. C.; LUVIZARO, N. A.; GALHEIGO, S. M. O cotidiano, o lúdico e as redes relacionais: a arte da cuidar em terapia ocupacional no hospital. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, 2012.

ANTONELLO, M. S. **A invasão como meio de acesso à moradia**: identificação do perfil dos invasores. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2012.

AOTA. Occupational Therapy practice framework: domain and process. 4th ed. **American Journal of Occupational Therapy**, 74 (Suppl. 2), 2020.

ARAGÓN, L. E. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Rev. NERA**, ano 21, n. 42, 2018.

ARENHART, D. Geração e classe social na análise de culturas infantis: marcas de alteridade e desigualdade. **Revista Zero-a-Seis**, v. 17, n. 32, 2015.

ARRAIS, T. A. O Bolsa Família e a tradução regional da questão social. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 65, 2016.

ASSIS, C. 2018. Tarefas domésticas e de cuidado são principal impedimento para mulheres jovens estudarem e trabalharem fora de casa. **GN**, 6 dez. 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/tarefas-domesticas-e-de-cuidado-sao-principal-impedimento-para-mulheres-jovens-estudarem-e-trabalharem-fora-de-casa/>. Acesso em: 09 jul. 2025.

ATLAS BR. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>. Acesso em: 13 dez. 2024.

AYRES, L. Thematic Coding and Analysis. In: GIVEN, L. M. **The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. California: SAGE Publications, 2008.

BAILAR III, J. C.; LOUIS, T. A.; LAVORI, P. W., POLANSKY, M. Una clasificación para los informes de investigaciones biomédicas. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana (OSP)**, v. 115, n. 6, 1993.

BANCO MUNDIAL. **Sumário do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000-2001**. Estados Unidos: Oxford University Press, 2001.

BARBOSA, A. L. N. H.; CORSEUIL, C. H. L. Bolsa Família, escolha ocupacional e informalidade no Brasil. In: CAMPELO, T.; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

BARBOSA SARMENTO, D. M. Usucapião e suas modalidades. **Série Aperfeiçoamento de Magistrados 16, Direitos Reais**. Rio de Janeiro: EMERJ, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, M. **Memórias inventadas: a infância**. São Paulo: Planeta, 2003.

BATISTA, K. 8 regras secretas das favelas que os moradores nunca te contam. **Site Fatos Desconhecidos**, 2016. Disponível em: <https://www.fatosdesconhecidos.com.br/8-regras-secretas-das-favelas-que-os-moradores-nunca-te-contam/>. Acesso em: 13 jan. 2024.

BATISTA, M. F. S.; LIMA, E.M. F. A. O brincar e a cultura popular: reflexões para a terapia ocupacional. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 33, 2023.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BISTERZO, I. **Nas bordas da cidade: o limite entre Heliópolis e São Caetano do Sul**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://view.publitas.com/p222-10743/tfg-faumack/page/62-63>. Acesso em: 16 dez. 2023.

BLÁZQUEZ BALLESTEROS, M. P.; MAHMOUD-SALEH UCEDO, L.; GUERRA REDONDO, L. Terapia Ocupacional pediátrica, algo más que um juego. **TOG (A Coruña)**, v. 2, n. 7, 2015.

BAENA, G. **Nova lei municipal oficializa limites territoriais dos 112 bairros de Santo André**. Blog do Baena – Política, Economia, Sociedade, 24 ago. 2020. Disponível em: <http://blogdobaena.com.br/nova-lei-municipal-oficializa-limites-territoriais-dos-112-bairros-de-santo-andre/>. Acesso em 16 dez. 2023.

BALLESTRIN, L. M. de A. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Dados Rev. de Ciências Sociais**, v. 60, n. 2, 2017.

BARBOSA, M. C. S.; RICHTER, S. S. A cultura, a brincadeira e as culturas infantis. In: ASSOCIAÇÃO NOVA ESCOLA. **Caderno Brincar: Propostas de reflexão sobre brincadeiras e práticas inclusivas para professores de Educação Infantil**. Vol. 1. 2022. Disponível em: <https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/apostila-projeto-brincar-materiais-inclusivos/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Social occupational therapy: a socio-historical perspective. In: KRONENBERG, F.; SIMÓ ALGADO, S.; POLLARD, N. **Occupational Therapy without borders: learning from the spirit of survivors**. Edinburgh: Churchill Livingstone-Elsevier, 2011.

BATISTA, M. F. S.; LIMA, E. M. F. A. O brincar e a cultura popular: reflexões para a terapia ocupacional. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 33, 2023.

BAUM, C.; EDWARDS, D. **Activity Card Sort (2nd ed.)**. Bethesda, MD: AOTA Press, 2008.

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.

BERARDI, F. **Depois do Futuro**. Tradução de Regina Silva. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

BEZERRA, W. C.; TRINDADE, R. L. P. A Terapia Ocupacional na sociedade capitalista e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, v. 21, n. 2, 2013.

BICHR, R. M. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos Estudos**, n. 87, 2010.

BIGOLI, P. S.; BEZERRO, E. B. E. Facções criminosas: o caso do PCC – Primeiro Comando da Capital. **Colloquium Humanarum**, v. 11, n. 3, 2014.

BITTAR, M.; BITTAR, M. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum**, v. 34, n. 2, 2012.

BOFF, L. Em busca de um *ethos* planetário. **Cadernos IHU Ideias**, ano 10, n. 169, 2012.

BÓGUS, L. M. M.; PASTERNAK, S. **Como anda São Paulo**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópolis, 2009.

BOITO JR., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Xamã VM Editora, 1999.

BONA, V.; COSTA, M. K. S. Representações sociais e infância em um mundo tecnológico: o que crianças têm a dizer? **Revista de Educação Pública**, v. 32, 2023.

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Arq. Urb.**, v. 1, n. 1, 2008.

BORBA, P. L. O. **Juventude marcada: relações entre ato infracional e a Escola Pública em São Carlos - SP**. Tese [Doutorado em Educação], UFSCar, São Carlos, 2012.

BORÓN, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER; GENTILI (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BOURDIEU, P. Efeitos de Lugar. In: BOURDIEU, P. (Coord.). **A miséria do mundo**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **20 anos Programa Bolsa Família**. Brasília: 2023a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cartilha Programa Bolsa Família**. 2023b.

BRASIL. **Lei 14.628 de 20 de julho de 2023**. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária. Brasília, 2023c.

BRASIL. **Lei 14.601 de 19 de junho de 2023**. Institui o Programa Bolsa Família. Brasília: 2023d.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Fundamentos do Trabalho do Agente de Saúde**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasília: Ministério da Saúde, 2022a. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/fundamentos_trabalho_agentes_saude.pdf. Acesso em: 07 out. 2023.

BRASIL. **Lei 14.284 de 29 dez. 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil. Brasília: 2021. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/lei-no-14.284-de-29-de-dezembro-de-2021-programa-auxilio-brasil.pdf>. acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018b.

BRASIL. **Lei 13.257 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério da Saúde. **Avaliação da evolução temporal do estado nutricional das crianças de 0 a 5 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), acompanhadas nas condicionalidades de saúde**. Brasília: 2014.

BRASIL. **Lei 12.850 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes: prevenção de violências e promoção da cultura de paz**. Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: 2001.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, 2006.

BRITO, F. S. A Questão Social no capitalismo contemporâneo: como o Estado enfrenta a Questão Social? **Serviço Social em Perspectiva**, v. 5, n. 1, 2021.

BRITO, C. M. D.; QUADROS MAGALHÃES, J. L.; COELHO MAGALHÃES, R. Decolonizar o conceito de justiça ocupacional: uma construção epistemológica. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, n. 51, v. 1, 2023.

BROOKS-GUNN, J.; DUNCAN, G. J. The effects of poverty on children. **The Future of Children**, v. 7, n. 2, 1997.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CAMACHO, M. S. Governamentalidade e a necropolítica. **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**, v. 3, 2021.

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

CANHOTA, C. Qual a importância do estudo piloto? In: SILVA, E. E. *et al.* (Orgs.). **Investigação passo a passo: perguntas e respostas para investigação clínica**. Lisboa: APMCG, 2008. Disponível em: https://apmgf.pt/cento_d_documentos/investigacao-passo-a-passo/. Acesso em: 11 jun. 2022.

CANO, I.; IOOTY, C. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas ‘milícias’ no Rio de Janeiro. In: LABORATÓRIO DE ANÁLISE DA VIOLÊNCIA (LAV- UERJ). **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

CNDSS. **As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil**. Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/causas_sociais_iniquidades.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (Org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARDOSO JR., J. C.; JACCOUD, L. Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005.

CARMO, R. M. Sem políticas de igualdade não há futuro. In: Carmo, Renato Miguel do; Inês Tavares; e Ana Filipa Cândido (orgs.). **Que futuro para a Igualdade? Pensar a Sociedade e o Pós-pandemia**. Lisboa: Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE, 2022. Disponível em: <https://www.observatorio-dasdesigualdades.com/2022/02/22/que-futuro-para-aigualdade/>. Acesso em: 15 julh. 2022.

CARVALHO, L.; ALMEIDA, I.; FELGUEIRAS, I.; FRANCO, V. **Práticas Recomendadas em Intervenção Precoce na Infância**: um guia para profissionais. Coimbra: ANIP, 2016.

CARVALHO, A. F.; MÜLLER, F. Ética nas pesquisas com crianças: uma problematização necessária. In: MÜLLER, Fernanda (Org.). **Infância em perspectiva**: políticas, pesquisas e instituições. São Paulo: Cortez, 2010.

CARVALHO, L. N. **Infância e espaço urbano**: significados e sentidos de morar em posse urbana para crianças com idade entre sete e onze anos. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2006.

CARONE, C.; PINHEIRO, M. A rota marítima do tráfico de cocaína do Brasil à Europa. **Site Metrópoles**, 2023. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/materias-especiais/a-rota-maritima-do-trafico-de-cocaina-do-brasil-a-europa>. Acesso em: 08 jan. 2024.

CASTEL, R. **Las metamorfosis de la cuestión social**: uma crónica del salariado. Buenos Aires: Paidós, 1995.

CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, Antonio (Org.). **Saudelocura 4: grupos e coletivos**. São Paulo: Hucitec, 1994.

CASTRO, L. R. Os universalismos no estudo da infância: a criança em desenvolvimento e a criança global. In: CASTRO, LUCIA RABELLO DE (Org.). **Infâncias do Sul Global**: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador: EDUFBA, 2021.

CASTRO, L. R. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: CASTRO, L. R. (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: FAPERJ/NAU, 2001.

CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGOUEL R. (eds.). **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da Violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/12/atlas-da-violencia-2023.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CHRISTIANSEN, C. H.; MATUSKA, K. M. The importance of everyday activities. In: CHRISTIANSEN, C. H.; MATUSKA, K. M. (Orgs.). **Ways of living**: adaptive strategies for special needs. 3a ed. AOTA Press, 2004.

CLP. **Centro de Liderança Pública. Ranking de Competitividade dos Estados**. 2023. Disponível em: https://www.clp.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Relatorio_tecnico-Estados_2023-1.pdf. Acesso em: 02 nov. 2023.

COCK, T. L. **Victims of intimate partner violence**: an occupational justice perspective. Dissertation (Master in Occupational Therapy). Faculty of Health Sciences at the University of the Free State, Bloemfontein, 2020.

COELHO, G. N. Brincadeiras na favela: a constituição da infância nas interações com o ambiente. In: VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. **Infância (in)visível**. Araraquara/SP: Junqueira e Marin, 2007.

COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução: Bruna Barros e Jess Oliveira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNOLLY, M. C.; ENNEW, J. Introduction: Children Out of Place. **Childhood**, v. 3, n. 2, 1996.

CONOVER, W. J. **Practical nonparametric statistics**. United States: John Wiley & Sons, 1980.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. **Benefícios ao Cidadão**, 2023. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios>. Acesso em 25 dez. 2023.

CORREIA, R. L.; GONÇALVES, M. V. Terapia Ocupacional e o direito à cidade. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, 2021.

CORREIA, R. L.; TAKEITI, B. A. “Terra à vista! Estamos desviando as rotas!”. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Revisbrato**, v. 1, n. 2, 2017.

CORREIA, L. O.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOUVÊA, M. C. S. Movimentos sociais e experiência geracional: a vivência da infância no Movimento dos Trabalhadores sem Terra. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 143-166, dez. 2007.

COSTA, L. A.; POLLARD, N.; MIRANDA, E. F. S.; CAMPOS, C. R.; SILVA, H R. Mapping intervention practices in social occupational therapy in Brazil. **Scandinavian Journal of occupational therapy**, v. 30, n. 7, 2023.

COSTA, L. A.; SOUZA, R. G. M. A Terapia Ocupacional Social à luz dos conceitos de cotidiano e desfiliação social/desqualificação social. In: VAN PETTEN, A. M. V. N.; CARDOSO, A. A.; BRITO, C. M. D. **Estudos da Ocupação**: desafios e possibilidades. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2021.

COSTA, L. S. **Casamento Infantil**: Infância roubada por graves violações dos direitos humanos das crianças. São Paulo: Hucitec, 2019.

COSTA, S. L.; ALVES, H. C. Diálogos interepistêmicos: por uma Terapia Ocupacional de base alargada. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, v. 5, n. 5, 2017.

COSTA, P. V.; FALCÃO, T. O eixo de garantia de renda do Plano Brasil sem Miséria. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. Brasília: MDS, 2014.

COUTO, B. R. Assistência social: direito social ou benesse? **Serv. Soc. Soc**, n. 124, 2015.

CRESWELL, J. W. **Research Design**: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches. 4th ed. London: SAGE Publications, 2014.

CRUZ, G. F. Mobilidade intergeracional de renda no Brasil: uma análise da evolução nos últimos 20 anos. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, v. 54, n. 01, 2024.

CSI. **Índice Global de los Derechos de la CSI 2022**: los peores países para los trabajadores y las trabajadoras. Bélgica: Confederación Sindical Internacional, 2022. Disponível em: <https://www.ituc-csi.org/ituc-global-rights-index-2022-es?lang=en>. Acesso em: 30 dez. 2023.

CUKIER, A. L. **Administração de Organizações sem Fins Lucrativos**. Iniciação Científica – Fundação Getúlio Vargas. 1996.

CURVELLO, A. C. Governo Lula retirou 2,9 milhões de pessoas do Bolsa Família em 2023. **Gazeta do Povo**, 04 out. 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/república/governo-lula-retirou-29-milhoes-de-pessoas-do-bolsa-familia-em-2023/>. Acesso em: 23 dez. 2024.

DALLI, C.; STEPHENSON, A. Involving children in research in early childhood education settings: Opening up the issues. In: LOVERIDGE, J. **Involving Children and Young People in Research in Educational Settings**: Report to the Ministry of Education. Ministry of Education New Zealand, 2010.

DARLINGTON, Y.; RODGER, S. Families and children's occupational performance. In: RODGER, S.; ZIVIANI, J. **Occupational Therapy with children**: understanding children's occupations and enabling participation. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

DAVIS, J. A.; POLATAJKO, H. J. Occupational Development. In: CHRISTIANSEN, C. H.; TOWNSEND, E. A. **Introduction to occupation**: the art and science of living: new multidisciplinary perspectives for understanding human occupation as a central feature of individual experience and social organization. 2nd. ed. New Jersey: Pearson, 2010.

DAVIS, J.; POLATAJKO, H. The occupational development of children. In: RODGER, S.; ZIVIANI, J. (Eds). **Occupational Therapy with children**: understanding children's occupations and enabling participation. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

DAVIS, J. A.; POLATAJKO, H. J.; RUUD, C. A. Children's occupations in context: the influence of history. **Journal of Occupational Science**, v. 9, n. 2, p. 54-64, 2002.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1967.

DEL PRIORI, M. (Org). **História das Crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DESLANDES, A.; MORAES, H.; FERREIRA, C., *et al.* Exercise and Mental Health: many reasons to move. **Neuropsychobiology**, v. 59, 2009.

DFID. **The Politics of Poverty**: Elites, Citizens and States – findings from ten years of DFID-funded research on Governance and Fragile States 2001–2010. Department for International Development: London, 2010.

DGP CNPq. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. **Espelho do Grupo: Terapia Ocupacional e Atenção Integral à Infância**. c2025. Disponível em: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2998000201113844. Acesso em: 04 jul. 2025.

DIAS, C. N. A produção da Disciplina pelo encarceramento. **Rev. O Público e o Privado**, n. 26, 2015.

DIAS, C. C. N. **PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência**. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?id=IYVnDwAAQBAJ&printsec=copyright&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 05 jan. 2024.

DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. Tese [Doutorado em Sociologia]. Universidade de São Paulo, 2011.

DICKIE, V.; CUTCHIN, M. P.; HUMPHRY, R. Occupation as transactional experience: a critique of individualism in occupational science. **Journal of occupational science**, v. 13, n. 1, 2006.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudo Socioeconômicos. **Desempenho dos Bancos 2022**. Rede Bancários, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2023/desempenhoDosBancos2023.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

DOMENE, S. M. A.; ZABOTTO, C. B.; MENEGUELLO, R.; GALEAZZI, M. A. M.; TADDE, J. A. A. C. Perfil nutricional de crianças e suas mães em bolsões de pobreza do município de Campinas, SP – 1996. **Rev. Nutr.**, v. 12, n. 2, 1999.

DOURADO, M. P. B. Na América decolonial: crianças ou infâncias? Uma interrogação sobre a teorização da fase inicial da vida. **Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 3, 2020.

DRAPKIN, I. **El recluso penal, víctima de la sociedade humana**. ADPCP, 1977.

DRUMMOND, A. F.; FERREIRA, F. R.; COSTA, L. A. Ocupação, participação e inclusão: uma tríade em pauta. In: VAN PETTEN, A. M. V. N.; CARDOSO, A. A.; BRITO, C. M. D. **Estudos da Ocupação**: desafios e possibilidades. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2021.

DUARTE, J. L. N. Funcionalidade do terceiro setor e das ONGs no capitalismo contemporâneo: o debate sobre sociedade civil e função social. **Libertas**, v. 8, n. 1, 2008.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUSSEL, E. D. **Filosofia da Libertação na América Latina**. São Paulo: Ed. Loyola, 1977.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. 15 ed. Florida State University: Pearson, 2017.

ENGLE, P. L.; FERNALD, L. C. H.; ALDERMAN, H. *et al.* Strategies for reducing inequalities and improving developmental outcomes for young children in low-income and middle-income countries. **Lancet**, v. 378, 2011.

EQUATOR NETWORK. **Enhancing the QUALITY and Transparency of health Research**. Oxford: c2023. Disponível em: <https://www.equator-network.org/reporting-guidelines/coreq/>. Acesso em: 01 out. 2023.

ETHERINGTON, K. Ethical research in reflexive relationships. **Qualitative Inquiry**, v. 13, n. 5, 2007.

EYNG, A. M.; PACHECO, E. F. H.; PADILHA, L. R. Efeitos interseccionais das violações de direitos: Territórios da pobreza infantil. **Revista Teias**, v. 24, n. especial, 2023.

FAJARDO, R. Z. Y. El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a la descolonización. In: RODRÍGUEZ GARAVITO, C. (Coord.). **El derecho en América Latina: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno EditorORES, 2011.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo** – urbanización, transformación de los sistemas agroalimentarios y dietas saludables a lo largo del continuo rural – urbano. Roma, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc3017es>. Acesso em: 24 nov. 2023.

FAUSTINO, G. F. **Perfil funcional e repertório ocupacional de crianças típicas e crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista**. Dissertação [Mestrado em Terapia Ocupacional] – Universidade Federal de São Carlos, 2022.

FAUSTINO, G.; FIGUEIREDO, M. O. Repertório ocupacional na literatura nacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, 2022.

FELTRAN, G. **Irmãos: a história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERREIRA DOS SANTOS, M. C. R. C. O Constitucionalismo Pluralista do Bem Viver: a reação latino-americana ao paradoxo do desenvolvimento. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 1, 2018.

FERLAND, F. **O modelo lúdico: o brincar, a criança com deficiência física e a terapia ocupacional**. Tradução de Maria Madalena Moraes Sant'Anna. São Paulo: Roca, 2006.

FERREIRA, M. Estudos da infância, antropologia e etnografia: potencialidades, limites e desafios. **Linhas Críticas**, v. 20, n. 41, 2014.

FERREIRA, Y. N. Bolsões e pontos de pobreza de Londrina. **Geografia**, v. 8, n. 1, 1999.

FERRUFINO, A. H.; MIRANDA V. L.; MORRISON, R.; YATES, G. M.; SILVA, C. R. Transacionalismo, Interseccionalidade Feminista e Método Narrativo: aportes para a pesquisa em Terapia Ocupacional e Ciência Ocupacional. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, v. 3, n. 1, 2019.

FERNANDES, I. S. Rede de proteção e violência: a atuação dos grupos armados e a gestão compartilhada da favela no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, 2019.

FERNANDES, N. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21 n. 66, 2016.

FISHER, M. **Capitalismo realista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** Tradução de Rodrigo Gonçalves, Jorge Adeodato, Maikel da Silveira. 1ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FLICKINGER, H-G. Educação e alteridade em contexto de sociedade multicultural. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 167, 2018.

FMCSV. FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **Primeira Infância Primeiro:** uma abordagem integrada e colaborativa para políticas públicas. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2023.

FMCSV. FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **Desafio do acesso à creche no Brasil:** subsídios para o debate. 2020. Disponível em: <http://www.fmcsv.org.br>. Acesso em: 16 fev. 2023.

FOLHA, D. R. S. C.; DELLA BARBA, P. C. S. Classificação da participação de crianças em ocupações nos contextos escolares na perspectiva da terapia ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, 2022.

FOLHA, D. R. S. C. **Perspectiva ocupacional da participação de crianças na educação infantil e implicações para a terapia ocupacional.** Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir:** história da violência nas prisões. 27ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2023.** 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contra-meninas-e-mulheres-no-1o-semester-de-2023/. Acesso em 13 jan. 2024.

FRANCO, M. F. **Evidências de validade de um instrumento intersetorial para detecção de risco para o desenvolvimento infantil.** Dissertação [Mestrado em Terapia Ocupacional]. São Carlos: UFSCar, 2024.

FRANÇA, D. Segregação residencial por raça e classe em Fortaleza, Salvador e São Paulo. **Caderno CRH**, v. 35, 2022.

FREEDOM HOUSE. **Democracy in retreat:** freedom in the world 2019. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2019/democracy-in-retreat>. Acesso em: 25 out. 2024.

FREITAS, G. P. Direito à moradia, ocupações irregulares, regularização fundiária e segurança pública. **Revista do Advogado**, n. 145, 2020.

FROMM, E. **Beyond the chains of illusions.** New York: Simon and Schuster, 1962.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018-2021:** Especial Eleições 2022. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/07/anuario-2022-ed-especial.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2024.

FIGUEIREDO, J. G. Desigualdade social e capitalismo: os limites da igualdade sob a ordem burguesa. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas.** 2013. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Desigualdade+social+e+capitalismo%3A+os+limites+da+igualdade+sob+a+ordem+burguesa.+VI+Jornada+Internacional+de+Pol%C3%ADticas+P%C3%BAblicas&btnG=. Acesso em: 23 dez. 2024.

FREITAS, M. J.; SOUZA, M. V. S.; MARTINS, R. F. A. O Benefício de Prestação Continuada – BPC: direito socioassistencial. In: COLIN, D. R. A. *et al.* **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. 1ª ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2021**. 1ª ed. 2021. Disponível em: <https://fadc.org.br/noticias/fundacao-abrinq-traca-panorama-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FUNDAÇÃO ARCELOR MITTAL. **Antenados: Ampliando Superpoderes**. Disponível em: <https://www.famb.org.br/material-antenados>. Acesso em: 19 fev. 2025.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil: principais resultados para o período de 2016 a 2019**. 2020. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 20 out. 2023.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA. **História dos bairros de São Caetano do Sul**. c2017. Disponível em: <http://www.fpm.org.br/HistoriaBairros/List>. Acesso em: 01 out. 2023.

GALHEIGO, S. M. Perspectiva crítica e compleja de terapia ocupacional: actividad, cotidiano, diversidad, justicia social y compromiso ético-político. **TOG (A Coruña), on line**, 2012. Disponível em: <http://www.revistatog.com/mono/num5/compromiso.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2022.

GARCIA, M. F. Brasil: crianças que só têm alimentação na escola passam fome nas férias. **Site Observatório do Terceiro Setor**, 2019. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-criancas-que-so-tem-alimentacao-na-escola-passam-fome-nas-ferias/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

GARDINER, N. The decline and fall of the United Nations: why the U.N. has failed and how it needs to be reformed. **Macalester International – The United Nations Organization: What Future?** v. 19, Article 9, 2007.

GASPAROTTO, G. P.; GROSSI, P. K.; VIEIRA, M. S. **O ideário neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos**. XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, Santa Cruz do Sul/ RS, 2014.

GIACOMINI, M. K.; COOK, D. J. Users' guides to the medical literature XXIII. Qualitative research in Health Care A. Are the results of the study valid? **JAMA**, v. 284, n. 3, 2000.

GILBERT, L. K.; BREIDING, M. J.; MERRICK, M. T.; THOMPSON, W. W. et al. Childhood adversity and adult chronic disease: an update from ten states and the District of Columbia, 2010. **Am. J. Prev. Med.**, v. 48, n. 3, 2015.

GOBBI, M. A. **As crianças e a luta por moradia em São Paulo: Criança luta, não luta?** XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima. 2019. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-030/715>. Acesso em: 01 mar. 2025.

GOBBI, M. A. Ocupações e infância: crianças, luta por moradia e culturas infantis na cidade de São Paulo. **Crítica Educativa**, v. 2, n. 2, 2016.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Rev. de Admin. Empresas**, v. 35, n. 3, 1995.

GOELLNER, S. V.; VON MUHLEN, J. C.; MAURMANN, A.; ROMERO, C. S. B. Garimpando memórias: esporte, educação física, lazer e dança no Rio Grande do Sul. In: GOELLNER, S. V.; JAEGER, A. A. (Orgs.). **Garimpando memórias: esporte, educação física, lazer e dança**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

GOMES, P. H. Cerca de 70 facções atuam no Brasil, diz Ministro da Segurança Pública. **Site O GLOBO**, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/cerca-de-70-faccoes-atuam-no-brasil-diz-ministro-da-seguranca-publica-23035855>. Acesso em: 05 jan. 2024.

GOMES, M. D.; TEIXEIRA, L.; RIBEIRO, J. **Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio & Processo**. 4ª ed. 2021. Disponível em: [hΣps://doi.org/10.25766/671r-0c18](https://doi.org/10.25766/671r-0c18). Acesso em: 20 fev. 2025.

GOMES, M. L.; OLIVER, F. C. A prática da terapia ocupacional junto à população infantil: revisão bibliográfica do período de 1999 a 2009. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 21, n. 2, 2010.

GONÇALVES, A. B. Crime Organizado e a Política Externa: o controle do PCC nas fronteiras mostra a fragilidade da política externa brasileira. **Rev. EMERJ**, v. 22, n. 1, 2020.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Flavia Rios, Márcia Lima (Orgs.) 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ, R. S. Políticas públicas para a infância no Brasil – análise do processo de implementação de um novo modelo. **Pensamento Plural**, v. 16, 2015.

GOULD, E.; McEWEN, B. S.; TANAPAT, P.; GALEA, L. A. M.; FUCHS, E. Neurogenesis in the dentate gyrus of the adult tree shrew is regulated by psychosocial stress and NMDA receptor activation. **J. Neurosci.**, v. 17, n. 7, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DE SP. **Bolsa Família**. 2023. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/acoes-de-protecao-social/bolsa-familia/>. Acesso em: 19 dez. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **Economia e Gestão Pública**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2023/02/presidente-anuncia-salario-minimo-de-r-1-320-a-partir-de-maio-e-isencao-do-ir-para-quem-recebe-ate-r-2.640>. Acesso em: 01 out. 2023.

GRANTHAM-MCGREGOR, S.; CHEUNG, Y. B.; CUETO, S.; GLEWWE, P.; RICHTER, L.; STRUPP, B. Developmental potential in the first 5 years for children in developing countries. **The Lancet**, v. 369, 2007.

GREY, M. **Sensory motor skills: functional implications** – Stories about fantastic, special children, CordiKids, 2016.

GRIN, E. J.; SANTOS, F. B. P.; FERNANDES, G. A. A. L.; BRESCIAN, L. P. O mapa regional das múltiplas desigualdades e do desenvolvimento humano no Brasil. **Cadernos Adenauer**, v. 22, n. 2, 2021.

GUAJARDO CÓRDOBA, A. Sobre as novas formas de colonização em terapia ocupacional. Reflexões sobre a ideia de justiça do trabalho na perspectiva de uma filosofia política crítica. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 4, 2020.

GUAJARDO, A.; KRONENBERG, F.; RAMUGONDO, E. L. Southern occupational therapies: emerging identities, epistemologies and practices. **South African Journal of Occupational Therapy**, v. 45, n. 1, 2015.

GUDYNAS, EDUARDO. Buen Vivir: today's tomorrow. **Development**, v. 54, n. 4, 2011.

GUERRA, E. L de A. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2014.

HAIM-LITEVSKY, D.; KOMEMI, R.; LIPSKAYA-VELIKOVSKY, L. Sense of belonging, meaningful daily life participation, and well-being: integrated investigation. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 20, 2023.

HAMMELL, K. W. Focusing on “what matters”: the Occupation, Capability and Wellbeing Framework for Occupational Therapy. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 31, 2023.

HAMMELL, K. W. (2021). Building back better: Imagining an occupational therapy for a post-COVID-19 world. **Australian Occupational Therapy Journal**, v. 68, n. 5, 2021.

HAMMELL, K. W. Ações nos determinantes sociais de saúde: avançando na equidade ocupacional e nos direitos ocupacionais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 1, 2020.

HAMMELL, K. W. Dimensions of Meaning in the Occupations of Daily Life. **Canadian Journal of Occupational Therapy**, v. 71, n. 5, 2004.

HAN, BYUNG-CHUL. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

HARTMANN, L. **Crianças contadoras de histórias**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, n. 29, 2012.

HASSELKUS, BETH RISTEEN. The meaning of everyday occupation: research and practice. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 29, n. 1, 2018.

HERINGER, C. Morre William 'Professor', um dos fundadores da maior facção criminosa do Rio. **Site Extra**, 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/morre-william-professor-um-dos-fundadores-da-maior-facciao-criminosa-do-rio-23848272.html>. Acesso em: 07 jan. 2024.

HENRIQUE, A.; RESK, F. PCC 30 anos: de sindicato à máfia. **Metrópoles**, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/pcc-completa-30-anos-com-exercito-de-100-mil-a-servico-do-traffic>. Acesso em: 04 jan. 2024.

HERON, J. **Co-operative Inquiry: Research into the Human Condition**. SAGE, 1996.

HOCHMAN, B.; NAHAS, F. X.; OLIVEIRA FILHO, R. S.; FERREIRA, L. M. Desenhos de Pesquisa. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 20 (Supl. 2), 2005.

HUMPHRY, R. Young children's occupations: Explicating the dynamics of developmental processes. **American Journal of Occupational Therapy**, v. 56, n. 2, 2002.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs.). **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019.

INSTITUTO ALANA. **Cidades mais ricas em natureza**: Entrevista com Richard Louv. 2022. Disponível em:
https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2017/03/CN_RichardLouv_digital.pdf
 Acesso em: 31 jan. 2025.

IBGE. **Favelas e Comunidades Urbanas**. Notas Metodológicas n. 01 – Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas. 2024. Disponível:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102062>. Acesso em: 29 mar. 2024.

IBGE. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. 2022a. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em: 15 jul. 2022.

IBGE. **Cidades e Estados**. 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-caetano-do-sul.html>. Acesso em: 01 out. 2023.

IBGE. **Panorama das Cidades**. 2022c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santo-andre/panorama>. Acesso em 28 out. 2023.

IBGE. **Aglomerados Subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19. 2020. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101717>. Acesso em: 28 out. 2023.

IBGE. **FASFIL - As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?=&t=destaques>. Acesso em: 24 nov. 2023.

IBGE. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2003. Disponível em:
https://www.ibge.gov.br/confest_e_confega/pesquisa_trabalhos/arquivosPDF/M255_02.pdf. Acesso em: 09 jan. 2024.

IBGE EDUCA. **Perfil das Crianças do Brasil**. 2018. Disponível em:
<https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/20786-perfil-das-criancas-brasileiras.html>. Acesso em: 20 jan. 2025.

INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Classe Média**: impacto econômico da pandemia. 2021. Disponível em:
<https://www.poder360.com.br/?s=search&q=instituto%20locomotiva%20classe%20m%C3%A9dia>
 a. Acesso em: 15 jan. 2021.

IPEA. **Atlas da Violência**. Daniel Cerqueira; Samira Bueno (Coord.). Brasília: Ipea, 2023.

ISA. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Dossiê Belo Monte**: não há condições para a licença de operação. São Paulo: ISA, 2015. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/31046_20150701_170921.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

JANUZZI, P. M.; PINTO, A. R. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família II. In: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

JAMES, A. B. Atividades de Vida Diária e Atividades Instrumentais de Vida Diária Anne Birge James. In: Crepeau, E. B.; Cohn, E. S.; Schell, B. A. B. **Willard & Spackman - Terapia Ocupacional**. Tradução: Antonio Francisco Dieb Paulo *et al.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

JAVAHERIAN-DYSINGER, HEATHER; UNDERWOOD, ROBIN T.; KANNENBERG, KATHLEEN. Occupational Therapy services for individuals who have experienced domestic violence. **American Journal of Occupational Therapy**, v. 71, 2017.

KAHN, P. H.; SEVERSON, R. L.; RUCKERT, J. H. The human relation with nature and technological nature. **Current Directions in Psychological Science**, v. 18, n. 1, 2009.

KANTARTZIS, S.; MOLINEUX, M. Collective occupation in public spaces and the construction of the social fabric: L'occupation collective dans les espaces publics et la construction du tissu social. **Canadian Journal of Occupational Therapy**, v. 84, n. 3, 2017.

KELLET, M. Children as active researchers: a new research paradigm for the 21st century? **ESRC National Center for Research Methods**, NCRM/003, 2005.

KIELHOFNER, G.; MALLINSON, T.; CRAWFORD, C.; NOWAK, M.; RIGBY, M.; HENRY, A.; WALENS, D. **Occupational Performance History Interview II (OPHI-II) Version 2.1**. Chicago, IL: MOHO Clearinghouse, 2004.

KOMATSU; B. K.; MENEZES FILHO, N. Desigualdade e pobreza na primeira infância. In: MENEZES FILHO, NAÉRCIO (Org.). Centro Brasileiro de Pesquisa Aplicada à Primeira Infância. São Paulo: Blucher, 2025.

KRAMER, S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, 2002.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRONENBERG, F.; POLLARD, N. Overcoming, Occupational Apartheid: a preliminar exploration of the political nature of occupational therapy. In: KRONENBERG, F.; SIMÓ ALGADO, S.; POLLARD, N. **Occupational Therapy without borders: kearning from the spirit of survivors**. Edinburgh: Churchill Livingstone-Elsevier, 2011.

KRONENBERG, F.; POLLARD, N. Political dimensions of occupation and the roles of occupational therapy. Plenary address at the 2006 AOTA Conference in Charlotte/NC. **American Journal of Occupational Therapy**, v. 60, n. 6, 2006.

KRONENBERG, F.; POLLARD, N. Introduction: A Beginning... (Chapter 1). In: KRONENBERG, F.; ALGADO, S. S.; POLLARD, N. **Occupational Therapy without borders: learning from the spirit of survivors**. Elsevier, 2005a.

KRONENBERG, F.; POLLARD, N. Overcoming Occupational Apartheid: a preliminary exploration of the political nature of occupational therapy (Chapter 6). In: KRONENBERG, F.; ALGADO, S. S.; POLLARD, N. **Occupational Therapy without borders: learning from the spirit of survivors**. Elsevier, 2005b.

KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, R. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

KUHN JÚNIOR, N.; MELLO, B. B. A noção de infância e adolescência: inflexões decoloniais sobre os direitos de crianças e adolescentes na América Latina. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, v. 12, n. 24, 2020.

LALIBERTE RUDMAN, D. Enacting the critical potential of occupational science: Problematizing the ‘Individualizing of occupation’. **Journal of Occupational Science**, v. 20, n. 4, 2013.

LALIBERTE RUDMAN, D. Occupational terminology. **Journal of Occupational Science**, v. 17, n. 1, 2010.

LALIBERTE RUDMAN, D. Understanding political influences on occupational possibilities: an analysis of newspaper constructions of retirement. **Journal of Occupational Science**, v. 12, n. 3, 2005.

LANSKY, S.; GOUVEA, M. C. S. O brincar como prática social de territorialização infantil. In: GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I.; SEIXAS, E. C.; TOMÁS, C. (Orgs.). **O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal**. São Paulo: FEUSP, 2022.

LARSON, E. A. The orchestration of occupation: The dance of mothers. **American Journal of Occupational Therapy**, v. 54, n. 3, 2000.

LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LAW, M.; PETRENCHIK, T.; ZIVIANI, J.; KING, G. Participation of children in school and community. In: RODGER, S.; ZIVIANI, J. **Occupational Therapy with children: understanding children’s occupations and enabling participation**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

LAW, M.; BAPTISTE, S.; CARSWELL, A.; MCCOLL, M.A.; POLATAJKO, H.; POLLOCK, N. **Canadian Occupational Performance Measure (4th ed.)**. Ottawa, ON: CAOT Publications ACE, 2005.

LAWLOR, M. C. The significance of being occupied: The social construction of childhood occupations. **American Journal of Occupational Therapy**, n. 57, n. 3, 2003.

LEAL, A. A. **A criminalidade nas favelas brasileiras, a luz da Teoria da Desorganização Social**. 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-criminalidade-nas-favelas-brasileiras-a-luz-da-teoria-da-desorganizacao-social/323013254>. Acesso em: 25 fev. 2024.

LEIFSEN, E. Childhoods in Shifting Analytical Spaces: Cross-Cultural, Biocultural, and Human Ecological Perspectives. In: **Reviews in Anthropology**, v. 38, n. 3, 2009.

LIMA, W. S. **Quatrocentos contra Um: uma história do Comando Vermelho**. Rio de Janeiro: Labortexto Editorial, 2001.

LINHARES, J. M. **História Social da Infância**. 1ª ed. INTA (Instituto Superior de Teologia Aplicada), 2016.

LOPES, R. E. Cidadania, Direitos e Terapia Ocupacional Social. In: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. (Orgs.). **Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

LOPES, R. E.; ADORNO, R. C. F.; MALFITANO, A. P. S.; TAKEITI, B. A.; SILVA, C. R.; BORBA, P. L. O. B. Juventude pobre, violência e cidadania. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 3, 2008.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, G. M.; KUHNEN, A. O uso dos espaços urbanos pelas crianças: explorando o comportamento do brincar em praças públicas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 26, p. 552-560, 2013.

MACERA, PABLO. Las culturas andinas, de ayer a hoy. In: **America Larina múltiple y una**. UNESCO, 1977.

MAGALHÃES, J. L., BRITO, C. M. D. Diversidade ocupacional como processo de decolonização cotidiana. In: VAN PETTEN, A. M. V. N.; CARDOSO, A. A.; BRITO, C. M. D. B. (Orgs.). **Estudos da Ocupação: desafios e possibilidades**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2021.

MANDICH, A.; RODGER, S. Doing, Being and Becoming: their importance for children. In: RODGER, S.; ZIVIANI, J. **Occupational Therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

MANDICH, A.; POLATAJKO, H. J.; MILLER, L.; BAUM, C. **The Paediatric Activity Card Sort (PACS)**. CAOT – Canadian Association of Occupational Therapists, 2004.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Rev. Bras. Segur. Pública**, v. 11, n. 2, 2017.

MARCHI, R. C.; SARMENTO, M. J. Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 141, 2017.

MARINHO, G.; AZEVEDO, L.; JOZINO, J.; SALVADORI, F. **Democracia e Crime**

Organizado: os poderes fáticos das organizações criminosas e suas relações com o Estado. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich, 2019.

MARTINS, M. F. A.; DEBORTOLO, J. A. O.; TEIXEIRA, M. S.; ARRUDA, A. E. **O lugar da infância no centro da cidade de Belo Horizonte:** um estudo sobre os usos e apropriações dos espaços de três praças no centro de Belo Horizonte. In: 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Montevideo: EGAL, 2009.

MATTEI, L. Políticas de combate à pobreza na América Latina: o caso dos programas de transferência de renda (CTP). **REBELA**, v. 3, n. 3, 2014.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, 2016.

MDS. **O Programa Bolsa Família e enfrentamento das desigualdades de gênero.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006.

MEDEIROS, M.; BARBOSA, R. J.; CARVALHAES, F. **Educação, desigualdade e redução da pobreza no Brasil.** Ministério da economia: IPEA, 2019.

MEDEIROS, M. H. R. **Terapia Ocupacional:** un enfoque epistemológico y social. 1ª ed. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 2008.

MEDEIROS, C. A. Distribuição de renda como política de desenvolvimento. In: CASTRO, Ana Célia (Org.). **Desenvolvimento em Debate.** v. 3. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

MELLO, M. M.; SANTOS, J. D. Infância, loucura e alteridade: a criança em devir. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 3, 2018.

MELO, L. A.; CASTRO, L. R. A Infância em contextos de luta e coletivização no Brasil: a participação das crianças sem terrinha no MST. In: CASTRO, L. R. (Org.). **Infâncias do Sul Global:** experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador: EDUFBA, 2021.

MELO, M. F. A. Q. A pipa como um fê(i)tiche: passando ao largo de dicotomias. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 3, 2016.

MELO, V. **Crime Organizado:** uma concepção introdutória. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília, 2015.

MARQUES, R. M.; MENDES, A. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no Governo Lula. **Revista Katálisis**, v. 10, n. 1, 2007.

MESQUITA SILVA, B. **Paediatric Activity Card Sort (PACS):** tradução da avaliação para o português brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso. UnB – Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2016.

MINAYO, M. C. S. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 9, n. 22, 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Bolsa Família chega a 21,14 milhões de famílias em agosto, 241 mil a mais que em julho. **Site Presidência da República**, 2023. Publicado em 18 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/bolsa-familia-chega-a-21-14-milhoes-de-familias-em-agosto-241-mil-a-mais-que-em-julho>. Acesso em: 19 dez. 2023.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Disque 100 registra mais de 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023. **Site Portal Gov.br**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/disque-100-registra-mais-de-17-5-mil-violacoes-sexuais-contra-criancas-e-adolescentes-nos-quatro-primeiros-meses-de-2023>. Acesso em: 15 out. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Programa Alimenta Brasil. **Site Portal Gov.br.**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/alimenta-brasil/programa-alimenta-brasil>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MONTAÑO, C. Um projeto para o Serviço Social crítico. **Rev. Katálisis**, v. 9, n. 2, 2006.

MOTIMELE, M. R.; RAMUGONDO, E. L. Violence and Healing: Exploring the Power of Collective Occupations. **International Journal of Criminology and Sociology**, v. 3, 2014.

MORAES, L.; DAYRELL, M. **Direito Humano à Moradia e Terra Urbana**. Coleção Cartilhas de Direitos Humanos – Vol. I. Plataforma Dhesca Brasil, 2008.

MORÍN, J. A. P. Terapias ocupacionais comunitárias para el buen vivir: um ensamblaje inevitable. In: REYES, M. S.; RUÍZ, S. G.; TOLVETT, M. P. **Terapias ocupacionales latinoamericanas: praxis políticas y comunitarias**. Chile: Editorial Universidad de Santiago de Chile, 2024.

MORRISON JARA, R. O que une a Terapia Ocupacional? Paradigmas e perspectivas ontológicas da ocupação humana. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, v. 2, n. 1, 2018.

MORUZZI, A. B. Apresentação. In: ABRAMOWICZ, A.; MORUZZI, A. B. **O plural da infância: aportes da sociologia**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

MOTA, A E. A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro. In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. (Orgs.). **O neofascismo no poder (Ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MUNIZ, M. Sem merenda nas férias, o risco para crianças é passar fome e se desenvolver menos. **Site CUT**, 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/sem-merenda-nas-ferias-o-risco-para-criancas-e-passar-fome-e-se-desenvolver-meno-170e>. Acesso em: 15 jan. 2024.

NASCIMENTO, A. P. **O Estatuto da Criança e do Adolescente como instrumento de efetivação dos direitos infanto-juvenis no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://portal.metodista.br/gestaodecidades/publicacoes/artigos/sippi-2010-2>. Acesso em: 01 julh. 2022.

- NASCIMENTO, D. M. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. Dossiê: políticas públicas e formas de provisão da moradia. **Cad. Metrópole**, v. 18, n. 35, 2016.
- NASCIMENTO, C. A. D. A dor da violência. In: SILVA, L. M. P. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife: EDUPE, 2002
- NATIVIDADE, M. R.; COUTINHO, M. C. O trabalho na sociedade contemporânea: Os sentidos atribuídos pelas crianças. **Psicologia e Sociedade**, v. 24, n. 2, 2012.
- NCPI. **Prevenção de violência contra crianças**. Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2023. Disponível em: <https://ncpi.org.br>. Acesso em: 06 abr. 2023.
- NCPI. **Impactos da desigualdade na Primeira Infância**. Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância. Estudo 9. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2022.
- NÊGO BISPO, A. **A terra dá, a terra quer**. Belo Horizonte: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.
- NÊGO BISPO, A. **Colonização, Quilombos: Modos e Significados**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.
- NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis, Revista da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS**, n. 3, 2001.
- NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, 1999.
- NJELESANI, J.; DAVIS, J. A.; PONTES, T. Occupational repertoire development measure—Parent (ORDM-P): Face validity, comprehensiveness, and internal consistency. **British Journal of Occupational Therapy**, v. 83, n. 5, 2020.
- NSCDC. **O lugar importa: o ambiente molda as bases do desenvolvimento saudável**. Foundations of Healthy Development: Working Paper n. 16, 2023. Disponível em: <https://ncpi.org.br/publicacoes/wp16-harvard-o-lugar-importa/>. Acesso em: 30 jan. 2024.
- NUCCI, L. V.; NUNES, A. C.; MARINI, B. P. R.; FOLHA, D. R. S. C.; RAMOS, M. M. A. R.; DELLA BARBA, P. C. de S. A produção de conhecimento em terapia ocupacional na perspectiva da atenção integral à criança. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, v. 1, n. 5, 2017.
- NUNES, A.; CARVALHO, M. R. Infâncias em povos indígenas no Brasil: idade, gênero e construção da pessoa. Apresentado no Seminário Internacional “Construções Contemporâneas sobre a Infância – teoria, políticas e práticas sociais”, Rio de Janeiro, PUC-Rio. Disponível em: <https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v10n21a06.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- NUÑEZ, C. M. V. South occupational therapies: a proposal for its understanding. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 27, n. 3, 2019.
- OCDE. **Relatórios Econômicos da OCDE: Brasil 2018**. Comitê de Revisão Econômica e de Desenvolvimento da OCDE, 2018. Disponível em: www.oecd.org. Acesso em 25 jul. 2022.
- OIT. **Crianças no narcotráfico: um diagnóstico rápido**. Jaílson de Souza e Silva; André Urani (Coord.). Organização Internacional do Trabalho; Ministério do Trabalho e Emprego, 2002.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **C182 - Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação**. 2000. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236696/lang--pt/index.htm. Acesso: 11 jan. 2024.

OLIVEIRA, N. M. Desenvolvimento Local: Quo Vadis? **Redes (St. Cruz Sul)**, v. 25, 2020.

OLIVEIRA, D. C.; SOUZA, M. M. Resenha: Collins, P.H. & Bilge, S. Intersectionality. Cambridge; Malden: Polity Press, 2016. **Psicologia em Revista**, v. 23, n. 1, 2017.

OLIVEIRA, A. M. R. Entender o outro (...) exige mais quando o outro é uma criança: reflexões em torno da alteridade da infância nos contextos de Educação Infantil. In: **25ª Reunião Anual da ANPED: Educação, Manifestos, Lutas e Utopias os 25 anos**, 2002. Disponível em: <http://25reuniao.anped.org.br/tp25.htm>. Acesso em: 23 fev. 2023.

OMS. **Closing the gap in a generation: health equity through action on the social determinants of health - Final report of the commission on social determinants of health**. Geneva: World Health Organization, 2008.

ONU-HABITAT. **Envisaging the future of cities**. World Cities Report, 2022. Disponível em: <https://unhabitat.org/world-cities-report-2022-envisaging-the-future-of-cities>. Acesso em: 29 mar. 2024.

ONU. **Guía general para la aplicación de la Declaración del Milenio**. 2001. Disponível em: <https://www.comunidadandina.org/DocOficialesFiles/DInformativos/SGdi427.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2024.

ONU. **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 05 ago. 2021.

PAIVA, L. H.; BARTHOLO, L.; MOSTAFA, J.; AGATTE, J. P.; CORRÊA, C. L. M.; EMURA, W. S. O Programa Bolsa-Família e a luta para superação da extrema pobreza no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. Brasília: MDS, 2014.

PALACIOS, J. J. El concepto de región: la dimensión espacial de los procesos Sociales. **Revista Interamericana de Planificación**, v. 17, n. 66, 1983.

PAN, L. C.; LOPES, R. E. Ação e formação da terapia ocupacional social com os jovens na escola pública. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, 2022.

PARNELL, T.; WHITEFORD, G.; WILDING, C. Differentiating occupational decision-making and occupational choice. **Journal of Occupational Science**, v. 26, n. 3, 2019.

PASTORE, M. D. N.; HARTMANN, L. Escuta de crianças deslocadas como sujeitos de direito em Moçambique e Brasil. **Linhas Críticas**, v. 29, 2023.

PASTORE, M. D. N. **Brincar-brinquedo, criar-fazendo: entrelaçando pluriversos de infâncias e crianças desde o sul de Moçambique**. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional). São Carlos: UFSCar, 2020.

PASTORE, M. D. N. **“Sim! Sou criança eu!” – Dinâmicas de socialização e universos infantis em uma comunidade moçambicana.** Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional). São Carlos: UFSCar, 2015.

PATTO, M. H. S. Da psicologia do ‘desprivilegiado’ à psicologia do oprimido. In: PATTO, M. H. S. (Org.). **Introdução à Psicologia Escolar.** São Paulo: T.A Queiroz, 1981.

PAULUS JÚNIOR, A.; CORDONI JÚNIOR, L. Políticas Públicas de Saúde no Brasil. **Revista Espaço para a Saúde**, v. 8, n. 1, 2006.

PEREIRA, R. M. R. Uma história cultural dos brinquedos: apontamentos sobre infância, cultura e educação. **Revista Teias**, v. 10, n. 20, 2009.

PERET, E. História de uma casa. **Retratos: A Revista do IBGE**, n. 18, 2019.

PÉREZ, B. C.; JARDIM, M. D. Os lugares da infância na favela: da brincadeira à participação. **Rev. Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, 2015.

PÉREZ, B. C.; SOUZA, E. P. Crianças e jovens quilombolas: a participação na família, na igreja e na vida comunitária. In: CASTRO, LUCIA RABELLO DE (Org.). **Infâncias do Sul Global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2021.

PERSSON, D.; Erlandsson, L. K.; Eklund, M.; Iwarsson, S. Value dimensions, meaning, and complexity in human occupation-a tentative structure for analysis. **Scandinavian journal of occupational therapy**, v. 8, n. 1, p. 7-18, 2001.

PESSOA, L. C. R.; BELLAN, A. C. D.; BALTRUSIS, N.; D’OTTAVIANO, M. C. Renda, Ocupação e Habitação na Metrópole de São Paulo. IN: BÓGUS, L. C. M.; PASTERNAK, S. **Como Anda São Paulo.** Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2009.

PIÉ BALAGUER, A. **La insurrección de la vulnerabilidad:** para una pedagogía de los cuidados y la resistencia. Universitat de Barcelona, 2020. Disponível em: <https://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/147933/1/9788491682486%20%28Creative%20Commons%29.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.

PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Orgs.). **As crianças:** contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.

PIRES, R. R. C. Implementando desigualdades? Introdução a uma agenda de pesquisa sobre agentes estatais, representações sociais e (re)produção de desigualdades. In: BRASIL. IPEA. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 13, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/171020_bapi_13_1.pdf. Acesso em: 07 dez. 2024.

PIRES, F.F. O Programa Bolsa Família a partir das crianças beneficiadas: uma abordagem das moralidades engendradas pela condicionalidade escolar. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M.G.; MOUTINHO, L. (Orgs.). **Enlaçando sexualidades:** uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016.

PIRES, F. F.; FALCÃO, C. R.; SILVA, A. L. O bolsa família é direito das crianças: participação social infantil no semiárido nordestino. **Teoria & Sociedade**, v. 1, n. 22, p. 141-167, 2014.

PNUD BRASIL. Brasil: Desenvolvimento Humano e IDH. **PNUD Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano-e-idh-0>. Acesso em: 09 jul. 2022.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano Regional 2021** – Presos em uma armadilha: alta desigualdade e baixo crescimento na América Latina e no Caribe. 2021. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/latinamerica/undp-rblac-IRDH-PNUD_Reporte_PT_ok.pdf. Acesso em: 07 fev. 2025.

PNUD BRASIL. Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 – Além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2019a. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/relat%C3%B3rio-do-desenvolvimento-humano-2019>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PNUD BRASIL. PNUD apresenta Relatório de Desenvolvimento Humano 2019 com dados de 189 países. **PNUD Brasil**. 2019b. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/pnud-apresenta-relat%C3%B3rio-de-desenvolvimento-humano-2019-com-dados-de-189-pa%C3%ADses>. Acesso em: 10 jul. 2022.

POBLETE ALMENDRAS, M.J.; CONTRERAS VERGARA, C.; DÍAZ VARGAS, B.; MARTÍNEZ MUÑOZ, B.; PINO HUECHE, S.; URZÚA RIVEROS, N.; OLIVARES ARAYA, P. Revisão narrativa sobre a relação entre estresse tóxico e desempenho ocupacional na primeira infância. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 32, 2024.

PONTES, T.B.; NJELESANI, J.; DAVIS, J.; POLATAJKO, H. With word through picture, the child emerges: the construction of the Occupational Repertoire Development Measure-Child (ORDM-C). **17th World Federation of Occupational Therapists (WFOT) Congress**. 2018, Cape Town, South Africa.

PONTES, T. B.; SILVA, B. M.; SOUSA, J. G.; ALMEIDA, P. H. T. Q.; DAVIS, J.; POLATAJKO, H. Measuring children activity repertoire: is the paediatric activity card sort a good tool for Brazilian therapists? **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 24, n. 3, 2016.

PORTAL CDHU. **Governo do Estado de São Paulo**. c2023. Disponível em: <https://cdhu.sp.gov.br/institucional/quem-somos>. Acesso em: 22 out. 2023.

PORTAL GOV. Serviços e Informações do Brasil. **Solicitar Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência (BPC/LOAS)**. c2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-beneficio-assistencial-a-pessoa-com-deficiencia>. Acesso em: 23 dez. 2023.

PORTAL GOVERNO DE SP. **Programa Bom Prato**. c2023. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/acoes-de-protecao-social/programa-bom-prato-2/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

PORTAL PMSCS. **Portal Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul**. c2023. Disponível em: <https://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/secretaria/2>. Acesso em: 01 out. 2023.

POVERTY AND INEQUALITY COMMISSION. **Intersectionality**: revealing the realities of poverty and inequality in Scotland. 2021. Disponível em: <https://povertyinequality.scot>. Acesso em: 05 dez. 2024.

PPGTO. **Linhas de pesquisa**. c2025. Disponível em: <http://www.ppgto.ufscar.br/linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 02 mar. 2025.

QUESTA, A. **Local Knowledge, Public Policy Making and Indigenous Communities**. Cuadernos de Investigación em Antropología Social. México: Universidad Iberoamericana Ciudad de México, 2023.

QUIJANO, A. “¿Bien vivir?: entre el ‘desarrollo’ y la Des / Colonialidad del poder. In: QUIJANO, A. **Cuestiones y Horizontes**: antología esencial de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/ descolonialidad del poder. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. Coloniality of Power, Ethnocentrism and Latin America. **Nepantla: Views from South**, v. 1, n. 3, 2000.

RABELO, R. A. R. As percepções das crianças ribeirinhas sobre suas infâncias: vivências na Educação Infantil. **RECH - Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar**, v. 8, n.1, 2024.

RACHTER, L. As meninas cozinham enquanto os meninos brincam: a desigualdade nas tarefas de cuidado começa na infância. **BID – Banco Interamericano de Desarrollo, Ideação – Inovação em Gestão Pública**, 01 de fev. de 2024. Disponível em: <https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/as-meninas-cozinham-enquanto-os-meninos-brincam-a-desigualdade-de-responsabilidades-de-cuidados-comeca-na-infancia/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

RAMA, S. Prefácio. In: CASTRO, LUCIA RABELLO DE (Org.). **Infâncias do Sul Global**: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador: EDUFBA, 2021.

RAMÍREZ, P. R.; SCHLIEBENER, T. M. Manifesto latinoamericano de terapia ocupacional y ocupación. **TOG (A Coruña)**, v. 11, n. 14, 2014. Disponível em: www.revistatog.com/num19/pdfs/manifesto.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORI, M. del (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RAMUGONDO, Elelwani L. Occupational consciousness. **Journal of occupational science**, v. 22, n. 4, p. 488-501, 2015.

REBEIRO, Karen L. Enabling occupation: The importance of an affirming environment. **Canadian Journal of Occupational Therapy**, v. 68, n. 2, p. 80-89, 2001.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA. **Plano Nacional Primeira Infância: 2010 – 2022 | 2020 – 2030**. Brasília: 2020. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2023.

REIS, D. O.; ARAÚJO, E. C.; CECÍLIO, L. C. O. **Sistema Único de Saúde: histórico, diretrizes e princípios**. 2019. Disponível em: https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/19/Unidade1_Cachoeira_da_Serra/SUS_históricos_e_princípios/p_01.html. Acesso em: 28 dez. 2023.

REIS, E. A.; REIS, I. A. **Análise Descritiva de Dados. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG**. 2002. Disponível em: www.est.ufmg.br. Acesso em: 17 jan. 2023.

RESENDE, J. S.; AQUOTTI, M. V. F. **O crime organizado e seus recentes ataques no estado de São Paulo**. ETIC – Encontro de Iniciação Científica, v. 2, n. 2, 2006.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Colombia: Universidad de Cauca, 2010.

RIGBY, P.; RODGER, S. Developing as a player (Chapter 9). In: RODGER, S.; ZIVIANI, J. **Occupational Therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

RIZZI, R. W. Estatuto do Primeiro Comando da Capital – Facção PCC 1533. **Site de notícias, estudos, artigos acadêmicos, fatos, histórias, e estatísticas referentes à facção paulista, 2017**. Disponível em: https://faccapcc1533primeirocomandodacapital.org/regimentos/estatuto_do_primeiro_comando_da_capital_faccapcc_1533/. Acesso em: 04 jan. 2024.

ROCHA, A. P. Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas. **Rev. Serviço Social e Sociedade**, n. 115, 2013.

ROCHA, A. N. D. C.; DELIBERATO, D. Atuação do terapeuta ocupacional no contexto escolar: o uso da tecnologia assistiva para o aluno com paralisia cerebral na educação infantil. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 23, n. 3, 2012.

ROCHA, E. A. C. Crianças e infâncias: uma categoria social em debate. **Revista Zero-a-Seis**, v. 6, n. 9, 2004.

ROGER, S. Introduction to occupation centred practice with children (Chapter 1). In: RODGER, Sylvia; KENNEDY-BEHR, Ann (Eds.). **Occupation-centred practice with children: a practical guide for occupational therapists**. John Wiley & Sons, 2017.

RODGER, S.; BROWN, G. T. I can do it: developing, promoting and managing children's self-care needs (Chapter 10). In: RODGER, S.; ZIVIANI, J. **Occupational Therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

RODRIGUES, F. J.; FELTRAN, G.; ZAMBON, G. Apresentação: expansão das facções, mutação dos mercados ilegais. **Novos Estudos CEBRAP**, Dossê Conexões Marginais, v. 42, n. 1, 2023.

ROMERO, E. Prefeitura de São Caetano adere ao Facilita SP Municípios, impulsionando o desenvolvimento econômico. Foto: Erik Romero. **Portal ABC News**, 10 de abr. de 2024. Disponível em: <https://grupoabcnews.com.br/noticia/12082/prefeitura-de-sao-caetano-adere-ao-facilita-sp-municipios-impulsionando-o-desenvolvimento-economico>. Acesso em: 17 jul. 2025.

- RUA, M. A. Infância em territórios de pobreza: os falares e sentires das crianças. In: VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. (Orgs). **Infância (in)visível**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.
- RUIZ, C. La alteridad. **Casa del Tiempo**, IV, v. 25, 2009.
- SALDAÑA, J. **The coding manual for qualitative researchs**. 2 ed. Los Angeles: SAGE Publications, 2013.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SANTO ANDRÉ. **Lei Municipal 10.136 de 2018**. Dispõe sobre a organização territorial, a oficialização dos bairros e a divisão geográfica da área do Município de Santo André. <https://www.semasa.sp.gov.br/institucional/legislacao/leis-e-decretos-municipais/>. Acesso em 28 out. 2023.
- SANTOS, P. O. S.; IZQUIERDO, J. M. J. Sociologia da infância rural: algumas contribuições para sua consolidação. **Sociol. Antropol.**, v. 14, 2024.
- SANTOS, A. R. D.; OLIVEIRA, I. J. M.; SANCHEZ, P. N.; CARVALHO, P. F.; SOUZA, T. F. O crime organizado no Brasil. **Rev. Liberdades**, n. 25, 2018.
- SANTOS, S. E. **As crianças (in) visíveis nos discursos políticos da educação infantil: entre imagens e palavras**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2014.
- SANTOS, S. X. **Organização do terceiro setor**. Natal: EdUnP, 2012.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.
- SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **A Universidade no século XXI: por uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.
- SANTOS, M. S. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 2001.
- SARMENTO, M. J. Infância e cidade: restrições e possibilidades. **Rev. Educação**, v. 41, n. 2, 2018.
- SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educ. Soc.**, v. 26, n. 91, 2005.
- SESC. **Brinquedos do Brasil: invenções de muitas mãos**. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2018.
- SAWAIA, BADER. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SAWAYA, A. L.; ALBUQUERQUE, M. P.; DOMENE, S. M. A. Violência em favelas e saúde. **Estudos Avançados**, n. 32, v. 93, 2018.

SCHUNK, D. H. Participation in goal setting: effects on self-efficacy and skills of learning disabled children. **The Journal of Special Education**, v. 19, n. 3, 1985.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.; COOK, S. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987.

SEN, A. **Development as Freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SENADO FEDERAL. **Manual Quesito Cor/Raça e Etnia do Senado Federal**. Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal. Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça (Portaria Nº 327/2022). 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642501/Manual_quesito_cor_raca_etnia_SF.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 09 jan. 2024.

SCHIFFER, S. R. **Economic restructuring and urban segregation in São Paulo**. In: MARCUSE, P.; KEMPEN, R. van. *Of states and cities: the partitioning of urban space*. United States: Oxford University Press, 2002.

SILVA, C.R.; MORRISON, R.; Y. C. del CAMP; KRONENBERG, F. Terapias Ocupacionais do Sul: demandas atuais a partir de uma perspectiva socio-histórica. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro**, v. 3, n. 2, 2019.

SILVA, A. J. N.; COSTA, R. R.; NASCIMENTO, A. M. R. As implicações dos contextos de vulnerabilidade social no desenvolvimento infantojuvenil: da família à assistência social. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 2, 2019.

SILVA, C. R.; FREITAS, H. I. Adolescentes em situação de vulnerabilidade: estratégias de terapia ocupacional em um trabalho de prevenção à Aids. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 11, n. 2, 2003.

SILVA FIGUEIREDO, C. V. Reflexões sobre os estudos da subalternidade: resenha do livro *Pode o subalterno falar?* de Gayatri Spivak. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 3, n. 5, 2011.

SILVESTRINI, M. S.; SILVA, C. R.; PRADO, A. C. S. A. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 27, n. 4, 2019.

SIQUEIRA, L. S. Programa Bolsa-Família: uma inovação conservadora? **Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social**, v. 23, n. 1, 2013.

SKORDOULIS, K.; GIOTI, L.; LASPIDOU, A. **Proceedings of the X International Conference on Critical Education** – “Education for Social Emancipation”, 2023. Disponível em: <https://www.eled.auth.gr/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SOARES, N. F. **Infância e Direitos: Participação das Crianças nos Contextos de Vida – Representações, Práticas e Poderes**. Tese (Doutorado em Sociologia da Infância). Universidade do Minho: Portugal, 2005.

SOFO, F.; WICKS, A. An occupational perspective of poverty and poverty reduction. **Journal of Occupational Science**, v. 24, n. 2, 2017.

SOUZA, J. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: Bartelt, D. (org). **A “nova classe média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013.

SPOSATI, A. Os 20 anos de LOAS: a ruptura com o modelo assistencialista. In: COLIN, D. R. A. *et al.* **20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª ed. Brasília: MDS, 2013.

STACCIARINI, I. C. Características das famílias em vulnerabilidade social no Brasil e em Brasília: desmembrando o cenário da pobreza e extrema pobreza. **Comunicação & Mercado/UNIGRAN**, v. 2, n. 5, 2013. Disponível em: <https://www.unigran.br/dourados/revistas/mercado?trabalho=596>. Acesso em: 30 dez. 2024.

STANCHI, M.; DIAS, J. M. **Necropolítica nas prisões cariocas**: análise das tecnologias de produção da morte a partir dos relatórios de vistoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. IV Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão, Mato Grosso do Sul, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Carina/Downloads/Necropolitica_nas_prisoas_cariocas_anali.pdf. Acesso em: 08 jan. 2024.

STAUB, E. **The Psychology of good and evil**: Why children, adults, and groups help and harm others. New York: Cambridge University Pres, 2003.

SZULC, A. Más allá de la agencia y las culturas infantiles: Reflexiones teóricas a partir de una investigación Antropológica con niños y niñas mapuche en y a Partir del sur. In: CASTRO, L. R. (Org.). **Infâncias do Sul Global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2021.

SZULC, A.; SEIXAS SILVA, C. F.; RAUSKY, E.; PIRES, F. F. *et al.* **Apresentação**. In: CASTRO, L. R. (Org.). **Infâncias do Sul Global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2021.

TAYLOR, A. F.; KUO, F. E. Children with attention deficits concentrate better after walk in the park. **Journal of Attention Disorders**, v. 12, n. 5, 2009.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Auditoria Operacional no Programa Minha Casa Minha Vida**. 2014. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/auditoria-operacional-no-programa-minha-casa-minha-vida.htm>. Acesso em: 21 out. 2023.

THERBORN, G. Os campos de extermínio da desigualdade. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 87, 2010.

THOMASSIM, L. E. Oferta de projetos sociais e a ação das crianças: a construção de uma experiência de infância público-alvo. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, n. 13, v. 2, 2013.

TILAHUN, N.; PERSKY, J.; SHIN, J.; ZELLNER, M. Childhood Poverty, Extended Family and Adult Poverty. **Journal of Poverty**, v. 27, n. 1, 2021.

TIMA, F. **Repertório ocupacional de crianças de 4 a 6 anos com atraso no desenvolvimento motor, da linguagem e na habilidade pessoal-social**. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2020.

TONG, A.; SAINSBURY, P.; CRAIG, J. Consolidated criteria for reporting qualitative research (COREQ): a 32-item checklist for interviews and focus groups. **International Journal for Quality in Health Care**, v. 19, n. 6, 2007.

TOWNSEND, E.; WILCOCK, A. A. Occupational justice and client-centred practice: a dialogue in progress. **Canadian Journal of Occupational Therapy**, v. 71, n. 2, 2004.

TOWNSEND, E. Occupation: potential for personal and social transformation. **Journal of Occupational Science**, v. 4, n. 1, 1997.

TRAVASSOS, C., CASTRO, M. S. M. Determinantes e desigualdades sociais no acesso e na utilização de serviços de saúde. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L. V. C.; NORONHA, J. C.; CARVALHO, A. I. (Eds.). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil** [online]. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**, v. 39, n. 3, 2005.

UNICEF. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 10 jul. 2022.

UNICEF. **Situação Mundial da Infância 2019: Crianças, Alimentação e Nutrição**. UNICEF Office of Global Insight and Policy, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/situacao-mundial-da-infancia-2019-crianca-alimentacao-e-nutricao>. Acesso em: 17 jul. 2022.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report: Special Points of Interest**. Austria: UNODC Research, 2023.

VAN DER WEIDE, ROY; LAKNER, CHRISTOPH; MAHLER, DANIEL GERSZON; NARAYAN, AMBAR; RAMASUBBAIAH, RAKESH. **Intergenerational Mobility around the World**. 2021. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://documents1.worldbank.org/curated/en/817351624329601595/pdf/Intergenerational-Mobility-around-the-World.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2024.

VAREJÃO, R. D. B. **Quem tem medo do PCC?** Apontamentos sobre o faccionamento de presos no Estado de São Paulo. Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público. A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro. Conselho Nacional do Ministério Público. – Vol. IV. Brasília: CNMP, 2020.

VASCONCELOS, T.B.; CAVALCANTE, L. I. C. Avaliação das atividades de vida diária. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 24, n. 3, 2013.

VIANA, MARCOS ALAN. Infância contemporânea: institucionalização e cerceamento. **Revista PsicoFAE - Pluralidades em Saúde Mental**, v. 7, n. 2, 2018.

WALSH, C. ¿Son posibles unas ciencias sociales/ culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nómadas, Rev. Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**, n. 26, 2007.

WATARAI, C. F.; JARDIM, L. A. P. Entre o silêncio e a escuta especializada: o papel da rede de proteção e notificação da violência contra a criança e o adolescente. In: ANDRADE, A. K.; CARVALHAES, F. F.; SILVA, R. B. (Orgs.). **Infâncias e adolescências nas tramas das políticas públicas: olhares interdisciplinares**. Londrina: UEL, 2023.

WESTIN, R. CLT chega aos 80 anos com direitos do trabalhador sob disputa. **Site Agência Senado**, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/04/clt-chega-aos-80-anos-com-direitos-do-trabalhador-sob-disputa>. Acesso em: 30 dez. 2023.

WFOT. **Código de Ética**. 2016. Disponível em: <https://wfot.org/resources/code-of-ethics>. Acesso em: 14 fev. 2024.

WHITE, S. C. From the politics of poverty to the politics of identity? Child rights and working children in Bangladesh. **Journal of International Development**, v. 14, 2002.

WHITEFORD, G. Occupational deprovation: global challenge in the new millennium. **British Journal of Occupational Therapy**, v. 63, n. 5, 2000.

WICKS, A. Understanding occupational potential. **Journal of Occupational Science**, 12, 2005.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. 6ª ed. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: JC Editora, 1982.

WODON, Q.; TAVARES, P.; MALE, C.; LOUREIRO, A. 2019. **Erradicando o casamento infantil** – Casamento na infância e adolescência: a educação das meninas e a legislação brasileira. Ending Child Marriage Notes Series. Washington, DC: The World Bank.

WOLKMER, A. C.; FERRAZZO, D. Sistemas Plurais de Direito: desde práticas sociais e insurgências latino-americanas. **Direito, Estado e Sociedade**, n. 48, 2016.

WOODHEAD, M.; DORNAN, P.; MURRAY, H. **What inequality means for children: evidence from young lives**. Young Lives: An International Study of Childhood Poverty. Oxford, UK: Young Lives, University of Oxford, 2012. Disponível em: <https://oro.open.ac.uk/36535/1/What%20Inequality%20Means%20for%20Children%20%28with%20children%27s%20stories%29.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2025.

WORLD BANK. **Poverty and shared prosperity 2018: piecing together the poverty puzzle**. 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/30418>. Acesso em: 17 jan. 2023.

WORLD BANK. **Evidence and lessons learned from impact evaluations on safety nets**. IEG – Independent Evaluation Group, 2011.

WFP. WORLD FOOD PROGRAM. **State of School Feeding Worldwide 2022**. Executive Summary. Italy, 2022. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/state-school-feeding-worldwide-2020>. Acesso em 15 jan. 2024.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 9-24, 2010.

ZALUAR, A. **Integração Perversa**. Pobreza e Tráfico de Drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZANON, A. O princípio da alteridade de lévinas como fundamento para a responsabilidade ética. **Perseitas**, v. 8, 2020.

ZANON, S. **Educando na Natureza** [organização Instituto Ecofuturo; coordenação Michele Martins; ilustração Paloma de Farias Portela]. – 1ª ed. – São Paulo: Ecofuturo, 2018. [livro eletrônico]. Disponível em: <http://www.ecofuturo.org.br/educando-na-natureza/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

ZIVIANI, J.; RODGER, S. Environmental influences of children's participation. In: RODGER, S.; ZIVIANI, J. **Occupational Therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DESTINADO AOS

PAIS OU RESPONSÁVEIS

(Resolução 466/2012 e 510/2016 do CNS)

Projeto de Doutorado: Construção do repertório ocupacional na infância em condições socioeconômicas diversas: implicações para o desenvolvimento infantil

Doutoranda: Carina Sousa Elias

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia C. S. Della Barba

Prezados pais ou responsáveis,

Você e sua criança ou adolescente entre 5 e 14 anos estão sendo convidados a participar da pesquisa “Construção do repertório ocupacional na infância em condições socioeconômicas diversas: implicações para o desenvolvimento infantil”, a partir da aplicação de três questionários que avaliam o repertório de ocupações deles.

As ocupações, ou seja, todo o conjunto de coisas que fazemos no dia a dia, definem uma parte de quem nós somos. A coleta de dados sobre as ocupações infantis será realizada através de uma entrevista com os cuidadores, de aplicação de instrumento que avalia fatores de risco ao desenvolvimento infantil, e de aplicação de um instrumento com figuras para as crianças e adolescentes.

As suas respostas serão importantes para contribuir com o objetivo desta pesquisa, a qual se trata da investigação sobre possíveis impactos do repertório ocupacional no desenvolvimento infantil de crianças de condições socioeconômicas heterogêneas, com enfoque em aspectos relacionados à desigualdade social.

A participação dos cuidadores e da criança ou adolescente é voluntária. É seu direito interromper a participação a qualquer momento sem que isso incorra em qualquer penalidade ou

prejuízo à criança ou adolescente ou a você.

Os possíveis riscos desta pesquisa envolvem a insegurança dos cuidadores ou da criança ou adolescente para responder o questionário. Pretende-se minimizar tais riscos prestando apoio e esclarecimentos no decorrer da entrevista, bem como após via e-mail disponibilizado ao final deste termo, se houver necessidade.

Ao autorizar a sua participação e a participação da criança ou adolescente sob seus cuidados, você irá contribuir para a ampliação dos conhecimentos acerca dos impactos da desigualdade social no desenvolvimento infantil, sob a ótica do repertório ocupacional.

Nos casos de identificação de dificuldades em aspectos básicos de vida relacionados à condição socioeconômica precária, a família será informada sobre os serviços públicos de assistência social disponibilizados pelo município.

Não haverá despesas nem remuneração em função de sua participação nesta pesquisa. Apesar disso, caso sejam identificados danos provenientes desta pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização conforme Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo total sobre a participação dos familiares. Os dados das entrevistas serão utilizados para fins de pesquisa. Os dados pessoais dos participantes da pesquisa não serão mencionados em nenhuma publicação do trabalho.

Se você tiver alguma dúvida ou consideração em relação à ética desta pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no endereço Rod. Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos/SP, CEP 13565-905, no telefone (16) 3351-8111 ou Fax (16) 3361-2081 ou através do e-mail cephumanos@ufscar.br. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando à proteção e dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar do participante da pesquisa, sob os preceitos legais de estudos com seres humanos no Brasil.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), a qual se encontra no endereço CONEP SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília/DF, no telefone (61) 3315-5877, e no e-mail conep@saude.gov.br, de segunda a sexta-feira das 08h00 às 18h00. O CONEP tem por função elaborar e atualizar as diretrizes e normas para a proteção dos participantes de pesquisa e coordena a rede de CEPs das instituições.

Concordando em participar desta pesquisa, você receberá uma via assinada e rubricada em todas as folhas pela pesquisadora e por você, deste termo onde consta o contato da pesquisadora responsável, podendo tirar dúvidas sobre a sua participação e sobre o projeto, agora ou em outro momento que desejar.

Agradecemos sinceramente sua colaboração.

Cordialmente,

Carina Sousa Elias

(Doutoranda em Terapia Ocupacional)

carinasousaelias@yahoo.com.br

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

Rodovia Washington Luís Km 235 - São Carlos- SP.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DOS FAMILIARES

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação, e da participação da minha criança ou adolescente na pesquisa, e concordo com nossa participação. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil.

Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Eu, _____, identidade nº _____, responsável pela criança ou adolescente _____, autorizamos a nossa participação no projeto “Construção do repertório ocupacional na infância em condições socioeconômicas diversas: implicações para o desenvolvimento infantil”.

_____ (município), ____ de _____ 2023.

APÊNDICE B

Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DESTINADO
ÀS CRIANÇAS OU ADOLESCENTES
(Resolução 466/2012 e 510/2016 do CNS)

Projeto de Doutorado: Construção do repertório ocupacional na infância em condições socioeconômicas diversas: implicações para o desenvolvimento infantil

Doutoranda: Carina Sousa Elias

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia C. S. Della Barba



Oi! Você quer participar de uma pesquisa muito legal? É um teste com várias figuras que avaliam coisas que você faz ou gostaria de fazer em casa, na escola e em outros lugares, e responder se essas atividades fazem parte da sua vida. Por exemplo, tem fotos com crianças e adolescentes brincando, andando de bicicleta, escovando os dentes, desenhando, entre outras fotos.

Seus pais ou cuidadores já autorizaram a sua participação neste estudo, mas você não precisa participar se não quiser, e pode parar de responder depois que a gente começar.



Eu vou gravar a nossa entrevista, mas fique tranquilo (a) pois essa gravação não será mostrada para mais ninguém além de você e a pesquisadora.

E aí, você topa participar?

Marque aqui com um X



Em caso de dúvidas, você pode entrar em contato com a Carina no e-mail carinasousaelias@yahoo.com.br

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), que fica na Rod. Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos/SP, CEP 13565-905, no telefone (16) 3351-8111 ou Fax (16) 3361-2081.

Assinatura da criança ou adolescente

Assinatura da pesquisadora

_____, _____ de _____ de 2023

APÊNDICE C

Roteiro de Entrevista com os Cuidadores

Olá! O objetivo desta entrevista é analisar quais são as coisas que o seu (sua) filho(a) faz durante a semana, do seu ponto de vista. Estas atividades podem envolver desde o autocuidado, como por exemplo, tomar banho, se alimentar, trocar de roupa, escovar os dentes, até atividades como ir para a escola, fazer as tarefas da escola, brincar com amigos e com brinquedos, interagir com os familiares e com os animais domésticos, acompanhar os cuidadores no trabalho, desenhar, ajudar nos cuidados da casa, cuidar dos irmãos, ver televisão, etc. Com este conjunto de informações, poderá ser possível refletir sobre como aquilo que o seu filho(a) faz, define quem ele(a) é.

A. Perfil Socioeconômico do Cuidador:

a) Nome:

b) Idade:

c) Identidade de Gênero:

- ☐ Mulher cisgênera (o gênero de nascença é o sexo feminino e se identifica com este gênero);
- ☐ Homem cisgênero (o gênero de nascença é o sexo masculino e se identifica com este gênero);
- ☐ Prefiro não me classificar
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Outro (não binário, pessoa trans, outras identidades)

d) Raça:

- ☐ Negro
- ☐ Branco
- ☐ Amarelo
- ☐ Indígena
- ☐ Outro.

e) Renda mensal da família (todas as pessoas que contribuem):

- ☐ Nenhuma Renda
- ☐ Até meio salário mínimo (R\$ 660,00)
- ☐ Até 1 salário mínimo (R\$ 1.320,00)
- ☐ Entre 1 e 3 salários mínimos (R\$ 1.320,00 a R\$ 3.960,00)
- ☐ Entre 3 e 5 salários mínimos (R\$ 3.960,00 a R\$ 6.600,00)
- ☐ Entre 5 e 7 salários mínimos (R\$ 6.600,00 a R\$ 9.240,00)
- ☐ Entre 7 e 10 salários mínimos (R\$ 9.240,00 a R\$ 13.200,00)
- ☐ Acima de 10 salários mínimos (maior que R\$ 13.200,00)

f) Tipo de Moradia:

- ☐ Própria
- ☐ Alugada
- ☐ Cedida
- ☐ Não declarada
- ☐ Alvenaria
- ☐ Madeira

* Número de cômodos: ☐

g) Ocupação:

- ☐ Estudante
- ☐ Do lar
- ☐ Trabalhador autônomo
- ☐ Empresário
- ☐ Servidor Público
- ☐ Funcionário de empresa privada
- ☐ Trabalhos informais temporários
- ☐ Não exerce atividade remunerada
- ☐ Aposentado
- ☐ Desempregado

h) Escolaridade:

- ☐ Não frequentou escola
- ☐ Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), ☐ completo/ ☐ incompleto

- ☐ Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), ☐ completo/ ☐ incompleto
- ☐ Ensino Médio, ☐ completo/ ☐ incompleto
- ☐ Curso Técnico, ☐ completo/ ☐ incompleto
- ☐ Graduação, ☐ completo/ ☐ incompleto
- ☐ Pós-Graduação, ☐ completo/ ☐ incompleto

i) Estado Civil:

- ☐ Solteiro
- ☐ União Estável
- ☐ Casado

j) Quantas pessoas residem na casa, contando com você: ()

Quantas crianças e adolescentes: ()

B. Perfil Socioeconômico da Criança ou Adolescente:

a) Nome:

b) Idade:

c) Identidade de gênero:

- ☐ Menina cisgênera cisgênera (eu nasci como menina e me identifico como menina);
- ☐ Menino cisgênero eu nasci como menino e me identifico como menino);
- ☐ Prefiro não me classificar
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Outro (criança ou adolescente trans, não binário, outras identidades)

d) Escola:

- ☐ Pública
- ☐ Particular
- ☐ Sem escola

e) Sua criança ou adolescente apresenta:

- ☐ Desenvolvimento Típico (o desenvolvimento está de acordo com o esperado para a idade);
- ☐ Desenvolvimento Típico com alguma condição de saúde física ou emocional;

- () Desenvolvimento Atípico (possui um diagnóstico ou condição específica).

C. Repertório Ocupacional da Criança ou Adolescente

1. Como é a rotina do seu filho durante a semana? O que ele faz?
2. Como é a rotina do seu filho aos finais de semana? O que ele faz?
3. Quais são as coisas que ele mais gosta de fazer?
4. Quais são as coisas que ele menos gosta de fazer?
5. Existem brincadeiras na rua ou brinquedos preferidos pelo seu filho?
6. Ele tem interações com amigos ou com outras pessoas no dia a dia?
7. Seu filho faz algumas atividades sozinho, como atividades de autocuidado, brincadeiras, ou ações para ajudar em casa? Se sim, quais?
8. Seu filho faz algumas atividades em conjunto? Se sim, quais?
9. Há alguma atividade que ele não faz e gostaria de fazer? Por exemplo, aula de inglês, judô, instrumentos musicais, dança, canto, natação, desenho, pintura, andar de bicicleta, jogar bola, passeios, viagens, esportes, etc.? Porque ele não faz?
10. Você acha que ele tem oportunidades suficientes para fazer coisas que fazem parte dessa etapa da vida? Falta algo?
11. Caso você observe que há poucas oportunidades para seu filho realizar atividades no dia a dia, você identifica alguma forma ou estratégia de enfrentamento dessa dificuldade?
12. Você acha que essas atividades que ele faz atualmente ajudam a construir quem ele é, ou seja, a identidade dele? De que forma?
13. Quais são os seus sonhos ou desejos para o seu filho no futuro? Quem você gostaria que ele se tornasse, ou quais as coisas que você gostaria que ele fizesse na vida adulta?
14. Você gostaria de dizer algo mais sobre o que conversamos nesta entrevista?

ANEXO A

Instrumento – Checklist Intersectorial de Detecção de Risco ao Desenvolvimento Infantil (CIDRDI – Versão 1) (Franco, 2024)

Nome do profissional:
Data da avaliação:
Serviço de atuação:
Nome da criança:
Data de nascimento:
Idade:
Escolaridade da criança:
Nome do responsável:
Escolaridade do responsável:

FATORES BIOLÓGICOS (9)		
Sobre o histórico familiar da criança: Alguém da família teve/tem alguma doença genética e/ou crônica?	Sim 0	Não 1
A criança nasceu de parto a termo?	Sim 1	Não 0
Houve alguma intercorrência/adoecimento com a mãe ou com o bebê no período gestacional?	Sim 0	Não 1
A mãe fez o pré-natal de forma adequada?	Sim 1	Não 0
A criança nasceu com peso e tamanho compatível com sua idade gestacional?	Sim 1	Não 0
A mãe ou a criança tiveram alguma complicação no parto ou periparto?	Sim 0	Não 1
A criança apresenta desenvolvimento compatível com sua idade?	Sim 1	Não 0
A criança está com o calendário vacinal completo?	Sim 1	Não 0
A criança apresenta peso e tamanho adequados para sua idade?	Sim 1	Não 0
FATORES AMBIENTAIS (10)		
A família é beneficiária de algum programa de auxílio de renda do governo?	Sim 1	Não 0
A criança mora com mais de 5 pessoas na casa?	Sim	Não

	0	1
Na residência que a criança mora existe conflitos entre os moradores?	Sim 0	Não 1
A família/criança vive em condições de moradia, de higiene e/ou alimentação adequadas?	Sim 1	Não 0
A criança sofre/sofreu algum tipo de violência (física, verbal, psicológica, sexual ou negligência)?	Sim 0	Não 1
Alguém da família sofre/sofreu violência (violência física/verbal/psicológica/sexual)?	Sim 0	Não 1
Os pais ou responsáveis pela criança trabalham?	Sim 1	Não 0
A criança faz ou já precisou fazer algum tipo de atividade para gerar renda para a família?	Sim 0	Não 1
A renda familiar é suficiente para as necessidades básicas da família (alimentação e moradia, necessidades educacionais, transporte)?	Sim 1	Não 0
A criança frequenta serviços de saúde, educação, lazer, assistência social?	Sim 1	Não 0
FATORES FAMILIARES/SOCIAIS (9)		
Você tem conhecimento sobre queixas/comentários sobre a criança ter um comportamento diferente das demais crianças com quem se relaciona?	Sim 0	Não 1
A criança se mostra confortável com o ambiente escolar?	Sim 1	Não 0
A criança tem dificuldades de aprendizagem?	Sim 0	Não 1
A criança já foi/vai no serviço com sinais de negligência e/ou violência? (sem uniforme/uniforme ou roupa sujos; sem higiene básica; com muita fome; dor e/ou machucados)	Sim 0	Não 1
A família tem participação ativa na escola (diálogo/parceria/fácil acesso dos professores)?	Sim 1	Não 0
A criança estabelece vínculos com adultos familiares e não familiares e/ou outras crianças?	Sim 1	Não 0
A criança apresenta algum tipo desses comportamentos emocionais (choro intenso, agressividade, apatia, agitação, prostração)?	Sim 0	Não 1
A criança tem boa relação com os familiares e/ou responsáveis?	Sim 1	Não 0
Os pais ou responsáveis tem problemas de uso excessivo de álcool e/ou outras drogas?	Sim 0	Não 1
TOTAL DE PONTOS:		
Nível de risco:		
Qual ação intersetorial seria possível realizar para que a criança e a família tenham seu risco reduzido?		

SCORE – Quanto **maior** a pontuação, **menor** o risco \ 28 questões = 28 pontos.

ALTO RISCO	RISCO INTERMEDIÁRIO	BAIXO RISCO
De 0 a 3 pontos por fator (no máximo 9 pontos totais)	4 a 6 pontos por fator (10 a 18 pontos totais)	7 ou mais pontos por fator (mais de 19 pontos totais)

BAIXO RISCO - Fator com 7 ou mais pontos= orientação para ações afim de melhorar e/ou prevenir algum possível risco e manter a família e a criança em ações e encontros periódicos nos serviços.

RISCO INTERMEDIÁRIO - Fator com 4 a 6 pontos= maior atenção com a família e criança dos setores competentes e orientações para melhorar e/ou prevenir maiores riscos.

ALTO RISCO - Fator com 0 a 3 pontos = notificação para os serviços que atendem a família e a criança para investigação da situação e ações imediatas voltadas aos riscos detectados.

OBSERVAÇÃO: Caso alguma questão relacionada à violência seja confirmada deve-se entrar em contato com os serviços de denúncia e proteção da criança de imediato.

Referência

FRANCO, M. F. **Evidências de validade de um instrumento intersetorial para detecção de risco para o desenvolvimento infantil.** Dissertação [Mestrado em Terapia Ocupacional]. São Carlos: UFSCar, 2024.

6	Lavar a roupa								
7	Fazer contas								
8	Tirar pó								
9	Cuidar do jardim ou do quintal								
10	Arrumar a cama								
11	Organizar a mochila ou a mesa de estudo								
12	Copia textos								
13	Arrumar a mesa								
14	Varrer o chão								
15	Cuida de animais de estimação								
16	Leva o lixo para fora								
17	Usa aspirador de pó								
	Outros								
	Total Escola/ Produtividade								Atual: _____ Desejo: _____
Nº	Atividade	Sim	Não	Você gostaria de fazer	Frequência				Total
	Hobbies e Atividades Sociais				D	S	M	A	
1	Andar de bicicleta								
2	Brincar com blocos de montar								
3	Subir em árvores								
4	Faz coleções								
5	Escrita criativa								
6	Recorta								
7	Faz artes e atividades manuais								
8	Desenha/Colore								
9	Vai ao cinema								
10	Faz piquenique								
11	Frequenta espaço religioso								

Referência

MESQUITA SILVA, B. **Paediatric Activity Card Sort (PACS)**: tradução da avaliação para o português brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso. UnB - Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2016.

ANEXO C

Carta de Autorização da Fundação Municipal Anne Sullivan

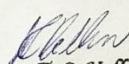
**CARTA DE AUTORIZAÇÃO**

Ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Prezado Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar, na função de Diretora da Fundação Municipal Anne Sullivan (FUMAS) de São Caetano do Sul - SP, informo que o Projeto de Doutorado intitulado "Construção do repertório ocupacional na infância em condições socioeconômicas diversas: implicações para o desenvolvimento infantil", apresentado pela pesquisadora, Carina Sousa Elias, e que tem como objetivo principal a investigação sobre possíveis impactos do repertório ocupacional no desenvolvimento infantil de crianças e adolescentes de condições socioeconômicas heterogêneas, com enfoque em aspectos relacionados à desigualdade social, foi analisado e autorizada sua realização apenas após a apresentação do parecer favorável emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar. Solicito a apresentação do Parecer de Aprovação do CEP-UFSCar antes de iniciar a coleta de dados nesta Instituição.

"Declaro conhecer a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar".

São Caetano do Sul, 04 de agosto de 2022.


Solange T. C. Keller
Diretora de Escola
RG. 9.303.693-4

ANEXO D

**Carta de Autorização da Secretaria de Saúde de Santo André/SP –
Serviços de Saúde de Atenção Primária (UBSs)**



Santo André, 08 de agosto de 2022.

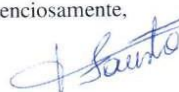
Ofício nº 29/2022 – Escola da Saúde

Assunto: Autorização para realização de projeto de pesquisa em **Serviços de Saúde da Atenção Primária à Saúde**. Pesquisadora: **Carina Sousa Elias**.

Informamos que, mediante apresentação de parecer de aprovação de um Comitê de ética em pesquisa devidamente credenciado no sistema CEP-CONEP, a pesquisadora **Carina Sousa Elias** ficam autorizadas a realizar o projeto de pesquisa intitulado **“Construção do repertório ocupacional na infância em condições socioeconômicas diversas: implicações para o desenvolvimento infantil”**, conforme metodologia especificada, desde que respeitado o direito de consentimento dos atores envolvidos em participar ou não na pesquisa, sem qualquer ônus ou bônus advindo dessa decisão.

Fica estabelecido que, após a finalização da pesquisa, o pesquisador se compromete a enviar o relatório final e, se de interesse da Secretaria Municipal da Saúde, a apresentar os resultados da pesquisa para o conjunto de trabalhadores e/ou gestores envolvidos.

Atenciosamente,


Fausto Soriano Estrela Neto
Coordenador Geral
Coordenadoria de Atenção Primária
Secretaria de Saúde

Fausto Soriano Estrela Neto
Coordenador da Atenção Primária


Maria Beatriz de M. Matias
Gerente da Escola da Saúde de Santo André

ANEXO E

**Carta de Autorização da Secretaria de Saúde de Santo André/SP –
Serviços de Saúde de Atenção Psicossocial (CAPS)**



Santo André, 08 de agosto de 2022.

Ofício nº 30/2022 – Escola da Saúde

Assunto: Autorização para realização de projeto de pesquisa em Serviços de Saúde da Atenção Psicossocial. Pesquisadora: Carina Sousa Elias.

Informamos que, mediante apresentação de parecer de aprovação de um Comitê de ética em pesquisa devidamente credenciado no sistema CEP-CONEP, a pesquisadora **Carina Sousa Elias** ficam autorizadas a realizar o projeto de pesquisa intitulado **“Construção do repertório ocupacional na infância em condições socioeconômicas diversas: implicações para o desenvolvimento infantil”**, conforme metodologia especificada, desde que respeitado o direito de consentimento dos atores envolvidos em participar ou não na pesquisa, sem qualquer ônus ou bônus advindo dessa decisão.

Fica estabelecido que, após a finalização da pesquisa, o pesquisador se compromete a enviar o relatório final e, se de interesse da Secretaria Municipal da Saúde, a apresentar os resultados da pesquisa para o conjunto de trabalhadores e/ou gestores envolvidos.

Atenciosamente,

Marinês Santos de Oliveira
Coordenadora da Saúde Mental

Marinês Santos de Oliveira
Assistente de Diretoria - RE 19846
Coordenação de Saúde Mental

Maria Beatriz de M. Matias
Gerente da Escola da Saúde de Santo André

ANEXO F**Carta de Anuência da Secretaria de Saúde de São Caetano do Sul/SP**


PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO CAETANO DO SUL
SECRETARIA DE SAÚDE

CARTA DE ANUÊNCIA

(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CNEP)

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a realização e publicação do Projeto "CONSTRUÇÃO DO REPERTÓRIO OCUPACIONAL NA INFÂNCIA EM CONDIÇÕES SOCIO ECONÔMICAS DIVERSAS: IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL".

Projeto da Universidade Federal de São Carlos, realizado pela pesquisadora Carina Sousa, sob orientação da Prof^a. Dra. Patrícia Carla de Souza Della Barba, nesta Instituição.

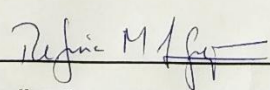
Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada concede a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- ✓ A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- ✓ Não haverá nenhuma despesa para esta Instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- ✓ No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos pela Resolução 466/12 e suas complementares.

Antes do Início da coleta dos dados a pesquisadora responsável deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

São Caetano do Sul, 10 de Agosto de 2022-10-08.



Autorização de realização e assunção da coo-responsabilidade

Dra. Regina Maura Zetone – Secretária de Saúde de São Caetano do Sul

Rua Prudente de Moraes, 81 - 3º andar
Santa Paula - São Caetano do Sul - SP | CEP: 09541-450

 **saocaetanodosul.sp.gov.br**

ANEXO G**Carta de Autorização da Secretaria de Saúde de São Caetano do Sul/SP**


PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO CAETANO DO SUL
SECRETARIA DE SAÚDE

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Dra Regina Maura Zetone, Secretária Municipal de Saúde de São Caetano do Sul, declaro estar informado da metodologia que será desenvolvida na pesquisa intitulada **“CONSTRUÇÃO DO REPERTÓRIO OCUPACIONAL NA INFÂNCIA EM CONDIÇÕES SOCIO ECONÔMICAS DIVERSAS: IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL”**, tenho ciência da realização do projeto da pesquisadora Carina Souza, sob orientação e responsabilidade da Profª. Patricia Carla de Souza Della Barba. Ciente de que sua metodologia será desenvolvida conforme a resolução CNS 196/96 e das demais resoluções complementares.

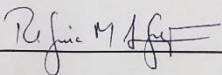
Autorizo a aplicação de questionários as famílias de crianças ou adolescentes entre 5 e 14 anos, que se interessam em participar do estudo, através do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

Locais autorizados para captação das famílias: CAPS, USCA, UBS Dolores Massei, UBS Dr. Angelo Zambon, UBS Moacir Gallina, UBS João Luiz Bonaparte, UBS Darcy Vargas e UBS Ivanhoé Espósito.

Centro de Estudos Dr. Sylvio Torres ciente;

Comitê de Ética em Pesquisa- Parecer Aprovado;

São Caetano do Sul, 30 de Setembro de 2022.



Dra. Regina Maura Zetone

Secretária Municipal de Saúde – São Caetano do Sul
Rua Prudente de Moraes, 81 - 3º andar
Santa Paula - São Caetano do Sul - SP | CEP: 09541-450

 **saocaetanodosul.sp.gov.br**

ANEXO H

Carta de Aprovação do Comitê de Ética CEP - UFSCar



UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Parecer: 5.654.581

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e 510 de 2016, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1985149.pdf	13/08/2022 17:11:47		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Doutorado.pdf	13/08/2022 17:11:13	CARINA SOUSA ELIAS	Aceito
Outros	Instrumento_PACS.pdf	13/08/2022 16:31:24	CARINA SOUSA ELIAS	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	13/08/2022 16:25:43	CARINA SOUSA ELIAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_Autorizacao_Saude_SaoCaetano.pdf	13/08/2022 16:16:28	CARINA SOUSA ELIAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_Autorizacao_FUMAS.pdf	13/08/2022 16:15:28	CARINA SOUSA ELIAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	13/08/2022 16:07:14	CARINA SOUSA ELIAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	13/08/2022 16:07:02	CARINA SOUSA ELIAS	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br